

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

25

**Universidade
e Educação**

Seguridade Social

**Ensaio fotográfico:
Faces da Violência**

ENTREVISTA:

Aziz Ab'Sáber



Fazer Política Hoje

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE é uma publicação quadrimestral do ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores. Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES para publicação na próxima edição: veja instruções na página final.

ASSINATURAS e pedidos de números avulsos: utilize o cupom da página final.

Conselho Editorial: Antonio Candido; Antônio Ponciano Bezerra; Carlos Eduardo Malhado Balduino; Décio Garcia Munhoz; Florestan Fernandes (in memoriam); Lauro Campos; Luiz Henrique Schuch; Luiz Pinguelli Rosa; Márcio Antônio de Oliveira; Maria Cristina de Moraes; Maria José Feres Ribeiro; Maurício Tragtemberg (in memoriam); Newton Lima Neto; Oswaldo de Oliveira Maciel; Paulo Freire (in memoriam); Paulo Rizzo; Renato de Oliveira; Sadi Dal Rosso.

Encargatura de Imprensa e Divulgação: José Domingues de Godoi Filho

Coordenação do GTCA: José Domingues de Godoi Filho, Antônio José Valle da Costa e Adriano Severo Figueiró.

Editor: Edmundo Fernandes Dias.

Editores Adjuntos: Antônio Ponciano Bezerra e Franci Gomes Cardoso

Secretário Executivo Editorial: Jair Tenório Jatobá

Edição de arte e diagramação: Dmag Comunicação

Capa: Doriana Madeira (Dmag).

Revisão de textos: Antônio Ponciano Bezerra

Ilustrações: Assoc. Nac. de Educação-ANDE e arquivos Andes-SN

Fotos: Arquivos: ANDES, ADUSP e Folha imagem

Impressão e acabamento: Copy Service

Tiragem: 3.000 exemplares

REDAÇÃO E ASSINATURAS: ANDES-SN
Secretaria Regional São Paulo. Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J. 374, antiga reitoria, sala ADUSP, Cidade Universitária, São Paulo-SP.
CEP: 05508-900,
Tel. 011-3813-5573, fax: 3814-9321
e-mail: andes.sp@adusp.org.br
Home Page: <http://www.andes.org.br>

Fazer Política Hoje

- 7 Justiça infinita: um *strangelove*.
Edmundo Fernandes Dias
- 10 Emprego público: sua face real.
Marina Barbosa Pinto
- 15 Fazer política hoje.
Paulo Roberto Curvelo Lopes
- 19 Fazer política hoje: a arte de superar obstáculos.
Cyro Garcia
- 29 Plano Nacional de Educação:
muito discurso, nenhum recurso.
Nicholas Davies
- 40 Política de transporte, sociedade e
espaço urbano.
José Augusto R. da Silveira e Tomás de Albuquerque Lapa
- 45 UNESCO, Banco Mundial e a educação
dos países periféricos.
Roberto Leher
- 55 Eleições e (idade) mídia no Brasil.
Antonio Albino Canelas Rubim
- 64 Notas sobre política, jornalismo e corrupção.
Bernardo Kucinski
- 70 Assistência social e conquista dos direitos sociais.
Marina Maciel Abreu

Sumário

Universidade, Educação e Trabalho

- 91 A mistificação como "virtude", a virtude como necessidade
Edmundo Fernandes Dias
- 99 Construção do império na América Latina: a estratégia militar do EUA.
James Petras
- 106 Desenvolvimento e crises do padrão fordista-taylorista e os desafios contemporâneos.
Franci Gomes Cardoso
- 119 Projeto de Emprego Público e a reforma neoliberal das IFES-Instituições Federais de Ensino Superior.
Luiz Humberto Ferraz Pinheiro
- 134 Políticas públicas atuais para a formação de profissionais em educação no Brasil.
César Augusto Minto e Maria Aparecida Segatto Muranaka
- 144 Formação profissional e diretrizes curriculares: do arranhão à gangrena.
Celi Nelza Zülke Taffarel
- 157 A universidade pública no olho do furacão.
Olgaises Maués
- 162 A falta de Previdência no tempo da aposentadoria docente.
Marluce Souza e Silva
- 169 Pessimismo da inteligência e otimismo da vontade: um balanço da greve de 2000 das universidades estaduais baianas.
Carlos Zacarias F. de Sena Junior e Eurelino Coelho Neto

Resenhas

- 175 ANDES-SN Um sindicato de intelectuais. Ignez Pinto Navarro. ADUFMAT. Cuiabá-MT. 2001. *Roberto Leher*
- 177 Domenico Losurdo, Fuga della storia? Il movimento comunista tra autocritica e autofobia. La Città Del Sole. Napoli. 1999. *José Mário Angeli, João Carlos Soares Zuin*
- 183 Gramsci, globalização e pós-moderno. José Mário Angeli. Editora da UEL. Londrina-PR. 1998 *Osmani Ferreira da Costa*

Ensaio Fotográfico 185

Ensaio fotográfico: Faces da violência

Editorial

Pessimismo de inteligência, otimismo de vontade. Essa brilhante síntese do praticar a Política foi tornada conhecida pela leitura gramsciana dos textos de Romain Roland.

Fazer política hoje, tema central deste número de Universidade e Sociedade, resgata a dimensão de universalidade da emancipação. Em tempos de cólera, em momentos de maximização da violência, a política aparece prostituída diante de nós. Tudo parece ser redutível a um mesquinho ou repressivo jogo onde os dominantes articulam seus interesses e seus projetos.

O século XX viveu, contraditoriamente, duas grandes percepções do fazer política: a da renovação da dominação capitalista e a da possibilidade de emancipação das formas mercantis. Na primeira, tudo se reduziu à técnica, ao progresso, ao discurso competente. Vale dizer, despolitizou-se politicamente a política. Na segunda, com todas as contradições vivenciadas, a possibilidade de emancipação passava pela construção dos projetos, da afirmação da política como realização da humanidade. A técnica não mais comandava, era comandada.

Fazer política hoje é um convite. Para as classes trabalhadoras recusar o discurso dominante é fundamental. Pessimismo de inteligência significa apropriar-se do existente pelo conhecimento na sua forma mais crua, não se deixar iludir, não se autoenganar. Otimismo de vontade implica partir deste cenário para esboçar as necessárias estratégias de construção do futuro.

Universidade e Sociedade contribui para essa reflexão. Temas como emprego público, política educacional, seguridade social, formas da subsunção real do trabalho ao capital são revisitadas pelos nossos autores.

Uma conversa livre com Aziz Nacib Ab Sáber, cujas idéias centrais reproduzimos, é um percurso necessário para a reflexão sobre ciência em nosso país. Por fim, apresentamos o ensaio fotográfico "Faces da Violência" que demonstra graficamente como riqueza e miséria se materializam como forma da barbárie capitalista no nosso país e nos nossos dias.

Os editores

Fazer Política Hoje



Edmundo Fernandes Dias

Justiça Infinita: um *Strangelove*

"Wanted Dead or Alive"



Mais uma vez, diante de um fato espetacular, busca-se ocultar as determinantes reais do problema. O roteiro da peça é velho mas sempre consegue uma boa audiência. O mundo, não importa a qualidade das contradições, está diante do grito maniqueísta: Exterminemos o mal! Olho por olho, dente por dente! Isto que,

evidentemente, perturbará as boas consciências, resolverá o problema? Em uma bela reflexão sobre o racismo, Jean Paul Sartre perguntava aos europeus, espancados com o comportamento dos africanos, "que esperavam, que eles vos agradecessem?"

O chauvinismo racista é sempre perigoso. Stanley Kubrick nos ace-

nou com uma luminosa cena. Um cow boy montado sobre uma bomba caía sobre o "inimigo". A síndrome de Strangelove parece cada vez mais atual: estamos em guerra! Sim, mas contra quem? Contra os terroristas! Mas, quem são eles? Não sabemos, não temos provas, mas são comandados por Osama Bin Laden. E diante de todas essas

contradições, os governos aliados respondem em coro: Exterminai-os!

Mas quem é Bin Laden? Ele foi uma criação do “mundo livre”. Em 1986, William Casey, diretor da CIA, apoiou a idéia dos serviços secretos paquistaneses de recrutar, organizar e treinar radicais islâmicos - entre eles, o grupo de Bin Laden - para combater os russos no Afeganistão. Zbigniew Brzezinski, ex-conselheiro de Carter, se perguntava: afinal o que é mais importante, os talibãs ou a derrota dos russos? O preço foi alto. Já em 1998 Bin Laden declara a *fatwa*, ordenando a morte de americanos e seus aliados. Os terroristas do Estado - do Pentágono e da Casa Branca - criaram o monstro que agora, depois de ser um herói na luta contra os russos, virou o maior bandido da história atual. Como bons aprendizes de feiticeiro, os americanos não conseguem mais controlar sua própria criatura.

Terroristas. Palavra mágica que tem o dom de “resolver” tudo. Eles são tudo e todos que não concordam com o “mundo livre”, com o “*american way of life*”, ou melhor, contra o “*american way of business*”. Terroristas, comunistas, assim foram chamados aqueles que, durante o século vinte, se opuseram às brutalidades “civilizatórias” do capitalismo. Parece estranho esse “ou está comigo ou está contra mim”. Antigamente eles eram os “bárbaros”, os outros, os diferentes.

Mas quem é terrorista? Vinte anos atrás (16 de setembro de 1982), os aliados para-militares de Israel (com o apoio cúmplice deste e do “mundo livre”) durante três dias semearam o horror sobre os campos de refugiados de Sabra e Chatila. Estupros, saques, assassinatos. E o silêncio do “mundo livre”. Afinal, os palestinos eram “bárbaros”,

Em nome da liberdade do mercado, as políticas neoliberais reduziram e reduzem a chamada humanidade a fiapos de vida, a fantasmas que privados de vida perambulam pelo mundo, chocando as vistas dos grão-senhores da financeirização do capital.

“terroristas”. A ultra direita libanesa praticou essa ação “civilizadora”, a partir da invasão israelense para expulsar a OLP do Líbano, com o decidido e declarado apoio de Alexander Haig, secretário de estado americano. Em Sabra e Chatila, foram 1800 os mortos, no Líbano, morreram 17500 libaneses e palestinos, na sua imensa maioria, civis. Silêncio cúmplice da maior parte da mídia internacional, apoio tácito das grandes potências. Quem são os terroristas?

Hiroshima e Nagasaki foram demonstrações radicais da civilização livre. Após provocarem longamente o Japão, obrigando-o a entrar na guerra, os americanos os chamaram de terroristas, covardes, etc. E instauraram em solo americano os campos de concentração contra os nipo-americanos genericamente traidores e quinta colunas. As bombas atômicas não apenas destruíram as duas cidades mas, por décadas, continuaram matando aqueles que sofreram os efeitos da radiação. Muitos dos quais mal tinham nascido. Mas eles eram os bons e civilizados. Os outros, o perigo amarelo.

Não será necessário lembrar os séculos e séculos em que a Inquisição garantia a supremacia de uma religião e de uma cultura contra os bárbaros árabes. Nem mesmo necessitamos lembrar a monstruosa destruição de povos e civilizações para que o capitalismo e o “mundo

livre” pudessem ser gestados e chegarem a dominantes no planeta. Pensemos apenas no imenso genocídio da atualidade. Em nome da liberdade do mercado, as políticas neoliberais reduziram e reduzem a chamada humanidade a fiapos de vida, a fantasmas que privados de vida perambulam pelo mundo, chocando as vistas dos grão-senhores da financeirização do capital. A escravidão de outrora e a de hoje são necessárias para os dominantes, é óbvio. Quem mesmo são os terroristas?

Operação CONDOR, ditaduras gerenciadas pelos militares, décadas perdidas para as classes trabalhadoras, ditaduras abertas do Capital comandadas pelos FHC, pelos De La Rúa, mas afinal quem são os terroristas?

Pode o extermínio do outro, do “bárbaro”, do “terrorista”, representar a liberdade para os povos? A História nos mostra o contrário. Os extermináveis judeus são hoje os exterminadores israelenses. Os antigos aparelhos repressivos continuaram a existir e a produzir seus efeitos. Vladimir Putin, militante da KGB, hoje personagem do “mundo livre”, continua sua obra: antes, as oposições internas, hoje, os tchecos, sempre combatendo os... “terroristas”, é claro. *Assim caminha a humanidade.*

A Liberdade, com L grande, não pode ser usada como peça de retó-

rica quando interessa. Os “libertadores” profissionais não podem receber um mandato ilimitado, sequer devem receber qualquer mandato. A Liberdade foi, é, e será sempre um dos grandes mitos que tem guiado as classes trabalhadoras na negação das brutais condições de vida a que vêm sendo submetidas por séculos e séculos.

Bush é o líder dos livres? O *cow boy*, montado no mais poderoso arsenal nuclear e financeiro do planeta, ganhou, de uma hora para outra, uma oportunidade de ouro. “Eleito” em eleição contestadíssima, vitorioso por que os republicanos tinham um juiz a mais que os democratas no Supremo, quer agora construir um governo de união sagrada nacional. E para isso nada melhor que o fantasma do “terrorista”, do “bárbaro”. Ganha, ainda por cima, o apoio e a subserviência de governantes como o Tory Blair que falam de guerra como se fosse um videogame. Mesmo no governo americano, as advertências à escala da bélica apareceram. A nada suspeita Madeleine Albright, ultra-conservadora, já anunciou que acabou o tempo da guerra asséptica. Uma intervenção militar enfrentará, no caso do Afeganistão, uma população acostumada à luta contra o invasor e que já derrotou ingleses e russos. Será um novo Vietnam, ainda mais desgastante. A racionalidade dos opositores não será política apenas, mas profundamente articulada com a crença religiosa fundamentalista.

Bush, imaginando-se um herói civilizador, comanda um país marcado por uma cultura da morte, construído tanto pelo assassinato sistemático dos índios, quanto pela violência contra os trabalhadores imigrantes, passando pelas interven-

ções militares nos mais diversos países. Uma cultura em que um menino de seis anos é passível de processo por assédio ao beijar na face de uma coleguinha de quatro anos, em que, periodicamente, jovens estudantes assassinam colegas e professores, onde proliferam *serial killers* e onde se atacam políticas de prevenção da AIDS de outros países por restringirem o domínio das empresas farmacêuticas multinacionais. Pode parecer um paradoxo falarmos em uma cultura da morte. Ainda hoje, o racismo marca os trabalhadores com o ferro em brasa da intolerância. Uma sociedade cujos próprios órgãos de segurança afirmam existirem, em seu próprio território, cerca de 1500 seitas de ultradireita armadas e fanatizadas, onde um ato como o de Oklahoma, é praticado por um herói condecorado da guerra do Golfo, ao custo da vida de 200 pessoas, e em que um presidente e um ex-ministro da Justiça e candidato a presidente foram assassinados não pode chamar ninguém de bárbaro ou terrorista e muito menos ser qualificada como civilizada. Uma sociedade. Uma sociedade, cujos governos apoiaram os ditadores mais sangrentos e condenaram lideranças reformistas, só pode esperar o ódio dos demais povos não obstante sua mídia e a dos seus aliados a apontem como o paraíso na terra. O rosário é longo se o desfiarmos todo. Diante disso tudo, o silêncio de governos e mídia. Afinal, isto é a liberdade, a normalidade. Um silêncio quando se trata de apresentar o ponto de vista antagonista porque o discurso oficialista é abundante. O efeito é o do ocultamento dos fatos reais colocando para nós a tarefa de revelar o significado das relações entre os Estados Unidos e o resto do planeta, vale

dizer encaminhar o deciframento das condições da hegemonia deles.

Tanto nos USA quanto no Brasil e em outros países as liberdades sociais e civis estão sob ameaça. A cidade de New York já aprovou a pena de morte contra os “crimes contra o Estado” e sete meses de cadeia, por exemplo, contra aquele que soltar boatos sobre questões como as do World Trade Center e o Pentágono. A simples cor da pele e a fisionomia diferenciada já produziram mortos e feridos. No Brasil, FHC e sua tropa já usam animadamente o “terrorismo” para aumentar a vigilância sobre as comunicações telefônicas e, logo, logo, poderão surgir restrições ainda maiores às liberdades. Tudo em nome do combate ao terror. A subserviência é total: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”

Resistir a esse quadro não é aceitar ações como as que ocorreram em Nova York. O ódio de séculos e séculos foi atualizado. O ataque aos templos sagrados do american business e ao templo sagrado do poder militar e imperial demonstra a radicalidade do processo. A hora é de construir as pontes para liquidar essa espiral. *A luta internacional dos trabalhadores e um novo internacionalismo do trabalho são condições para a liberdade concreta. Denunciar o militarismo e as ações irresponsáveis dos pseudo-líderes do mundo significa mobilizar nossas forças e nossas emoções para a construção da nova sociedade, para além dos limites impostos pelo Capital.*

1. Cartaz sobre Osama Bin Laden divulgado nacionalmente nos Estados Unidos.

* **Edmundo Fernandes Dias** é professor doutor aposentado da UNICAMP e Secretário Geral do ANDES-SN.

Marina Barbosa Pinto

Emprego Público: sua face real

Fazer política hoje é construir um enfrentamento cotidiano, permanente e contundente contra o projeto do governo e suas implementações práticas: um enfrentamento ideológico e de ação. Derrotar esse projeto é preciso para resolver os problemas da maioria da população brasileira, para evitar a tendência a mais fome, miséria, violência, morte - a barbárie. Hoje, por exemplo, na Argentina, os movimentos dos trabalhadores desempregados apresentam uma radicalização muito grande em relação aos ocupados, claro indicador dessa situação de barbárie.

O desmonte do serviço público é estratégico para o projeto do governo. O Anteprojeto de Lei de Emprego Público é um instrumento privilegiado para este fim, por materializar a forma estatal capacitada para implementar as políticas neoliberais e é usado como instrumento de ataque ao setor do movimento sindical que tem lutado, quase que anualmente, por seus direitos. E, acima de tudo, luta pela manutenção dos serviços públicos necessários à vida da classe trabalhadora.



O tema em questão é muito complexo e está intrinsicamente ligado a nossa greve¹ porque se relaciona com uma concepção de serviço público e, por conseguinte, de uma universidade pública.

O debate do Anteprojeto de Lei de Emprego Público deve ser feito em três momentos: o primeiro, indicando os elementos que são de imediato associados a essa proposta; o segundo, identificando seus determinantes, para que possamos construir a leitura crítica necessária; o terceiro, definindo linhas de ação frente a este projeto.

Através dessa medida legislativa, o governo busca impor o regime celetista às relações de trabalho, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A justificativa do governo está apoiada em três argumentos: racionalização, produtividade e flexibilidade. Esta argumentação compõe um arcabouço que orienta a reforma administrativa e está a serviço do reordenamento da ação do Estado. na perspectiva de superação da crise de acumulação do capital.

As conseqüências mais imediatas são: a fragmentação da carreira

docente do sistema federal de ensino, assegurada pelo Plano Único de Classificação e Retribuição de Carreiras e Emprego (PUCRCE); a desvinculação das carreiras atrelando diferentes segmentos a diferentes órgãos por grau de ensino - superior, profissional, fundamental, médio; a diferenciação entre as instituições e no interior delas; o fim da isonomia e do universalismo; o ataque aos direitos trabalhistas, em especial, à aposentadoria integral e ao vínculo empregatício; a quebra da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Uma nova lógica se institui no interior das IFES com a pulverização das carreiras e salários, o pagamento por tarefas desempenhadas, a introdução do regime celetista, a constituição do orçamento global, a adoção dos contratos de gestão, a desvinculação da pesquisa e extensão dos interesses científicos e da sociedade, com seu atrelamento direto à lógica do mercado, que se choca frontalmente com a autonomia da instituição.

Desvendar esse anteprojeto exige a compreensão de que seu determinante é a Reforma do Estado. Aqui cabe um parêntese: ele não é novo, não é de agora, mas é um "canto" que nos leva ao período da ditadura militar no Brasil.

Na década de 60, o discurso instituído, dos que apoiaram o golpe militar, era o privatizante, desde lá a transferência dos recursos públicos para o setor privado foi uma constante. O discurso dominante na época condenava as legislações trabalhista e previdenciária e defendia a retração da intervenção do público na economia, tendo como esteio a inviolabilidade da propriedade privada. Durante a ditadura, identificamos que os governos atuaram no controle do Estado, fazen-

O discurso dominante é o da crise fiscal originada sobretudo pelo endividamento público e populismo econômico. Bresser Pereira, principal orquestrador deste discurso, apresenta uma proposta de ação do Estado que, paulatinamente, deixa de exercer funções diretas nas áreas de saúde, educação e assistência social para repassá-las a organizações públicas não estatais.

do-o crescer numa lógica de privatização interna dos aparelhos administrativos. Ao dividir, em 1967, por meio do Decreto 200, a administração direta e indireta, incluindo nesta as autarquias, empresas públicas e de economia mista, se proliferaram as fundações de direito privado, que se sustentavam com recursos públicos e não estavam sujeitas ao controle público. A rede de relações que designavam as ações do Estado e seus vínculos com suas empresas primavam pelo controle pessoal e privado, redimensionando a noção de público.

Este processo não se deu, e nem se dá, sem resistência. Os movimentos organizados atuaram e, ainda que com limites, evitaram que seguisse a escalada de mando e uso nos aparelhos públicos. São exemplos: a lei 7596/87 que determinou a subordinação das instituições que recebem recursos públicos ao mesmo controle das autarquias; o PUCRCE que definiu o tratamento isonômico entre as tarefas e qualificação para trabalhadores do setor público; a Constituição de 1988 que determina a isonomia no conjunto do serviço público; o Regime Jurídico Único (RJU) que estabelece uma regulamentação única para praticamente a totalidade das relações de trabalho nos órgãos da administração direta, autarquia e fundacional. Tudo isso combinado

com um avanço na concepção de Estado que vigora na década de 80, no país, expresso em uma ampliação da democracia, no fim do regime militar e, fundamentalmente, no preceito da universalização dos direitos.

Na atualidade, o discurso dominante é o da crise fiscal originada sobretudo pelo endividamento público e populismo econômico. Bresser Pereira, principal orquestrador deste discurso, apresenta uma proposta de ação do Estado que, paulatinamente, deixa de exercer funções diretas nas áreas de saúde, educação e assistência social para repassá-las a organizações públicas não estatais, terceirizando a execução das políticas sociais.

A nova configuração do Estado, nessa proposta, inclui distintos setores no aparelho estatal: 1) núcleo estratégico - presidência, cúpula dos ministérios e tribunais federais; 2) atividades exclusivas do Estado - agências reguladoras para fiscalização de políticas; 3) atividades não exclusivas do Estado - organizações sociais para execução de políticas. Os contratos de gestão serão a "ponte" entre elaboração e execução. Ao núcleo estratégico caberá a definição dos objetivos, critérios, avaliação, e as organizações sociais executarão e serão fiscalizadas pelas agências reguladoras do Estado.

É no âmbito das organizações

sociais que o governo pretende inserir as universidades, que passarão a ser instituições públicas por destinarem seus serviços a setores da população e, não estatal, por não terem a totalidade de seus recursos advindos dos cofres do Estado, portanto, terão de obtê-los no mercado, não envolvendo, assim, o poder estatal. Aqui, mais uma vez, volta-se ao “canto” entoado pela ditadura: a oficialização das fundações de direito privado sob nova retórica: as organizações sociais. A novidade é que estas poderão ser criadas por pessoas físicas e não mais pelo Estado, o que gera uma libertação das restrições impostas pela administração estatal. Processa-se a tão desejada flexibilidade, racionalizando os papéis sociais e o uso dos recursos. Retomam-se as relações privadas no âmbito do Estado, gerenciando-as de forma privada, abolindo, mais uma vez, seu conteúdo público.

Como se dá a singularidade da universidade nesse processo? Segundo os teóricos desta reforma, a principal característica da inserção da universidade neste projeto é o seu vínculo direto com o setor produtivo, em nome dos imperativos da globalização, que se travestem em uma verdade, absoluta e única, pautada na doutrina do mercado mundializado.

Neste contexto, está em curso uma reforma educacional que ocorre na esteira das transformações no mundo do trabalho. Países que integram o mercado mundial,

com produtos de alto valor agregado, têm demandas para Universidades e Centros de Pesquisa. Países onde os produtos manufaturados simples e primários têm a vantagem da matéria-prima, da energia e do baixo custo do trabalho - à custa da super-exploração dos trabalhadores - terão sistemas de ensino ainda mais simplificados.

Há uma redivisão internacional no âmbito da educação que pressiona alguns países a adequarem seus sistemas educacionais a menor demanda de conhecimento avançado. A Organização Mundial do Comércio tem pressionado fortemente nesse sentido.

Diante da atual etapa de crise do sistema capitalista, com o aprofundamento de queda da taxa de lucro, são produzidas inovações tecnológicas e organizacionais e, na disputa pela maior taxa de acumulação do capital, a educação, para os neoliberais, passa a ser a “verdadeira riqueza das nações”. Diante da ideologia da inevitabilidade deste quadro, de que não há alternativa para a humanidade fora das reformas propostas pelo modelo capitalista em vigência, a consequência, que o governo pretende tornar real, para a educação é adequar-se ao novo capitalismo. Nessa ideologia, o capitalismo “perde” suas asperezas e é apresentado como sociedade do conhecimento, forma contemporânea da sociedade capitalista. O ensino a serviço do mercado aparece na retórica oficial como estando a serviço da sociedade,

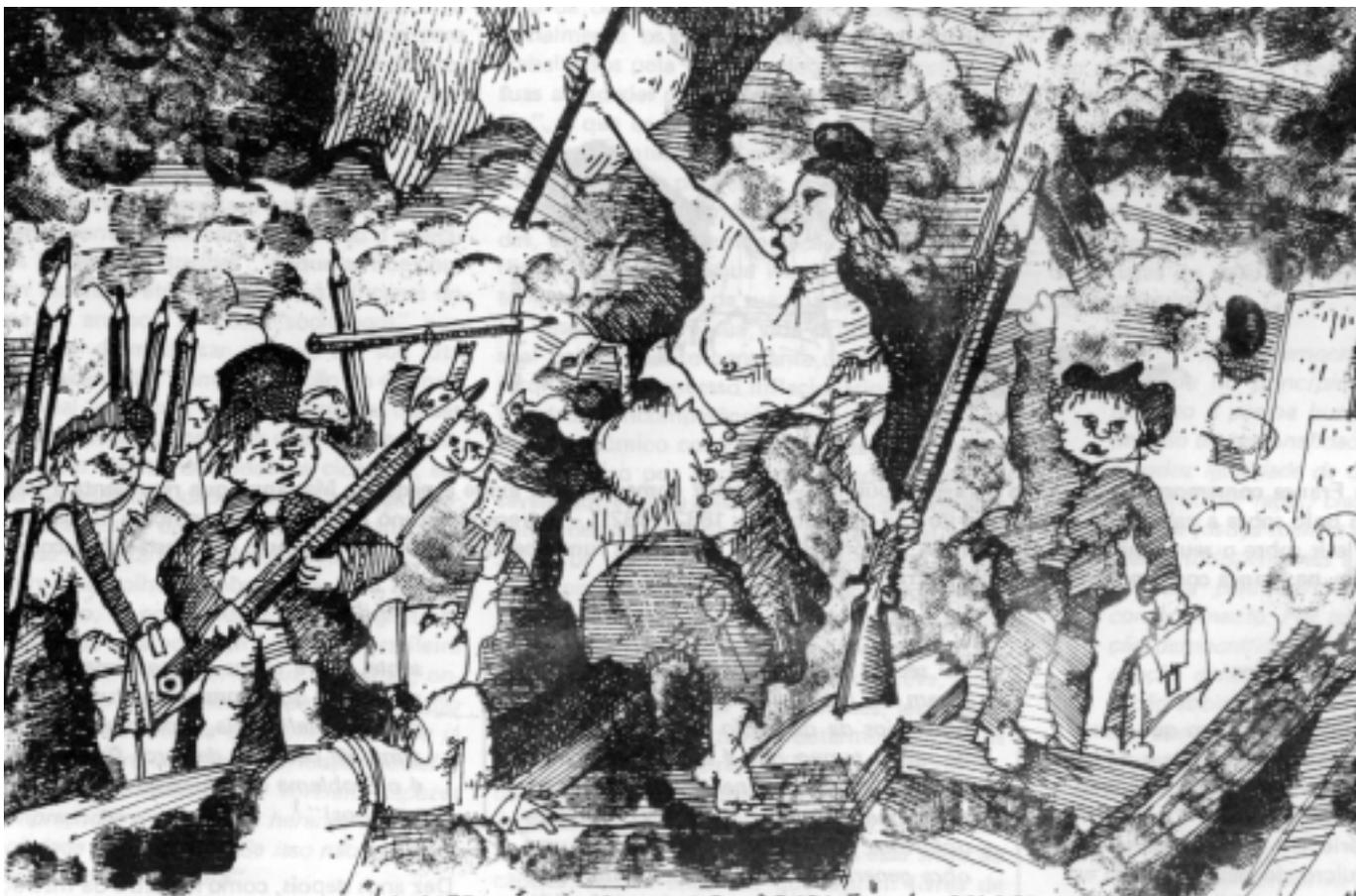
mas o desvendamento se sucede a uma pergunta básica: de que sociedade? A do mercado, a dos capitalistas? A contra-revolução educacional em curso prioriza o ensino elementar e a formação profissional, em detrimento da importância da ciência e do desenvolvimento da tecnologia de ponta².

O cenário é o da agudização da crise econômica que atinge as economias dos países industrializados, o epicentro do desenvolvimento econômico com queda mundial do crescimento econômico medido pelo PIB, para além do quadro de destruição das economias dos países chamados em desenvolvimento ou periféricos. Segundo a UNCTAD, em 1965, a renda per capita dos 20% mais ricos era 30 vezes superior a dos 20% mais pobres, hoje a diferença é superior 60 vezes, o que revela o quanto este fenômeno aprofunda a crise social, elevando-a em escala planetária, a índices desumanos e insustentáveis.

Numa análise superficial da economia brasileira, identificamos indicadores importantes de que a sua transformação é gritante. O número de trabalhadores na indústria é o mesmo da década de 40; de 1998 a 2000, o número de postos de trabalho, no setor de serviços, subiu de 346 mil, para 411 mil; o número de postos de trabalho, na informática, reduziu em 48% e, no setor de comunicações, 54% somente, nos últimos dois anos.

Neste quadro, exige-se uma “globalização da educação” cuja função central é a preparação de mão-de-obra para adequar-se às demandas das alterações no mercado, com base em reformas organizacionais e tecnológicas, que se coloquem a este serviço com agilidade, flexibilidade e com alta resolutividade na

A autonomia radical diante do governo e a necessidade de defini-la como instituição pública e estatal são construções que se contrapõem a ingerências indevidas na gestão das universidades.



relação custo-benefício.

A divisão internacional da educação dar-se-á entre os países que se colocarão na posição de fornecedores ou exportadores de educação transacional e os que seriam os beneficiários ou importadores desta.

O canto que hoje ecoa é do poder que se julga portador da verdade única e absoluta, que nos levará ao mundo moderno e globalizado. Essa ditadura do pensamento único não é nova, pois se caracteriza como uma condição de sobrevivência da própria burocracia dominante, já que, se esta estabelecer o mínimo de diálogo entre as idéias e projetos distintos do seu, estará negando a si própria.

Para além da subordinação da universidade ao mercado, a sua singularidade nesta teia também se revela nas mediações que a regem, seu sistema de gestão. A autono-

mia radical diante do governo e a necessidade de defini-la como instituição pública e estatal são construções que se contrapõem a ingerências indevidas na gestão das universidades. Quebrar esta autonomia é condição para a efetivação da reforma do ensino superior em curso.

Há que se constatar que a sustentação desta reforma tem, além de uma força externa³, uma força interna gerada na sustentação que segmentos da comunidade docente, vinculados ao Estado desde a modernização conservadora engendrada pelo regime militar, até o atual processo de privatização interna, viabilizam, articulando a venda de serviços da universidade ao mercado.

O atual estágio da contra-reforma educacional está em viabilizar a diversificação das instituições e das

fontes de financiamento. Haverá uma alteração profunda no papel social da universidade, caso essa proposta se concretize, e ela passaria agora a formar aquilo que Taylor chamava de gorilas amestrados⁴ recursos humanos e não indivíduos com capacidade de ler criticamente a realidade, com solidez teórica e competência técnica para a produção de novos conhecimentos. Isso explica a inclusão da educação nos tratados de livre comércio, como também a desqualificação da educação tecnológica e de formação de professores e o fim do Programa Especial de Treinamento (PET).

A criação dos Centros Universitários, desobrigados do compromisso com a pesquisa, e dos Institutos Superiores de Educação e Cursos Normais Superiores, aligeirando a formação e descaracterizando-a como *locus* de formação

de educadores, revela que o curso da reforma a qualifica como uma investida inédita no projeto de privatização do serviço e do espaço públicos e uma ameaça à universidade como locus de produção de conhecimento novo, correspondendo à lógica dos diferentes campos científicos. A pesquisa será a demandada pelo mercado e a realizada quase que exclusivamente para ele.

Este estágio prima pela queda de investimentos e recursos sob responsabilidade do Estado, o que realimenta o ciclo da privatização quando, para funcionar as administrações, recorrem a convênios e venda de serviços, alterando, assim, a lógica do trabalho dos docentes, na busca pela superação das aviltantes condições de trabalho e salário, e a mecanismos externos de superação desta situação.

A marca do mercado é o espírito empreendedor que se mede pela capacidade de auto-financiamento das instituições e é para essa lógica que as reformas têm empurrado a universidade, numa velocidade semelhante à uma bola de neve descendo dos picos de uma grande montanha, não só é muito rápida, mas quando chega ao solo já adquiriu outra forma que a caracteriza e, em seu rastro, destrói o que se colocou a sua frente.

Com isso, a autonomia é definida governamentalmente como a liberdade para operar no mercado sem a interferência do Estado, na medida que se desinstitucionaliza a universidade, caracterizando-a como um novo tipo de propriedade, que é a organização social.

Cabe sinalizar que a busca da inviabilização da universidade como instituição pública vai das legislações que procuram alterar a concepção de autonomia, como a

PEC 370, o decreto de diferenciação da IFES, até as medidas que não se restringem ao campo da educação, como a reforma administrativa e a da previdência, a instituição da previdência complementar, os fundos setoriais. E internamente se complementam com a Gratificação de Estímulo à Docência - GED, a Gratificação de Incentivo à Docência - GID e a forma de financiamento.

A face real do Anteprojeto de Lei de Emprego Público está agora revelada: é uma medida para efetivar a flexibilização da autonomia e a transformação da universidade em organização social.

O quadro é dramático. Para quem deseja a alteração da ordem, o desafio é compreender a realidade e encontrar formas de ação que possam alterá-la na intencionalidade almejada.

É imperioso e urgente que o movimento docente resista a esta reforma e construa mecanismos que assegurem: democratização do acesso à universidade pública e de qualidade para a maioria da população brasileira; resistência a viabilização da reforma administrativa e da previdência; garantia do controle social sobre a ação da universidade, impedindo os mecanismos de ingerência dos governos; democratização da gestão das universidades, viabilizando o debate de idéias com a presença política das entidades representativas do movimento; elaboração, no debate democrático, de novo sistema de fomento à ciência e tecnologia; construção de conhecimento que possa viabilizar alternativas para solucionar os problemas da maioria da população, em especial, um projeto econômico e social.

A tarefa central é não permitir a

utilização da educação como mecanismo de regulação da economia e um dos pilares de sustentação da desigualdade social. Este posicionamento exige que os princípios do movimento docente, em sua construção histórica, sejam reafirmados, o embate claro e direto de projetos com o poder instituído, a unidade com os demais trabalhadores na defesa do patrimônio público do país e o permanente diálogo com a sociedade para hegemonizar o projeto de universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

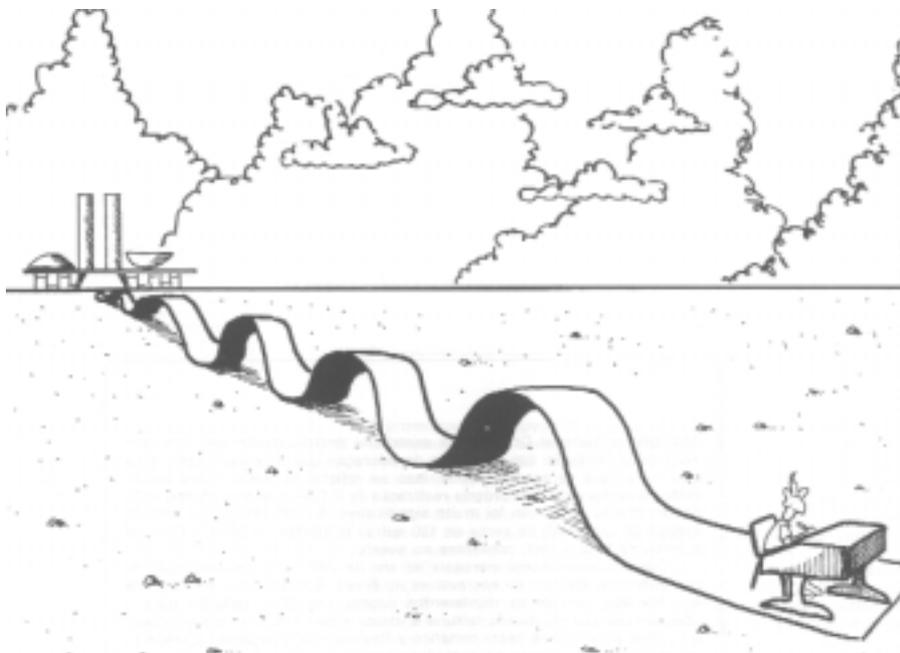
Essa ação já vem sendo desenvolvida pelo movimento docente e nos coloca na trincheira daqueles que acreditam que outra verdade existe e que outro mundo é possível.

1. Greve que se desenvolve no país com uma adesão estupenda dos docentes e que coloca no cenário político a real situação das universidades e de seus trabalhadores, denunciando para a sociedade o projeto de destruição impetrado pelo governo FHC.
2. Para aprofundamento do tema, ver Leher, R. "O MEC e a Universidade: uma política hostil". Mimeo, 2001.
3. Ela é originária dos projetos dos organismos financeiros internacionais que controlam o desenvolvimento das ações dos países periféricos por meio de instrumento privilegiado que é a dívida externa.
4. O fato de esse tipo de trabalhador aparecer como "qualificado" não nega nossa afirmação. Na prática agudizam-se as condições destrutivas da força de trabalho e amplia-se a já existente hiper-exploração sobre o trabalhador.

* **Marina Barbosa Pinto** é professora assistente na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. 3ª vice-presidente do Andes-SN.

Paulo Roberto Curvelo Lopes*

Fazer política hoje



A frase dita por D. João a seu filho, o príncipe regente, parece ter marcado a vida política no Brasil como um estigma: “Pedro, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum aventureiro”. Os diferentes grupos sociais, em distintos momentos de nossa história, têm atuado seguindo esta orientação. Com isso, a luta de classes, em nossa sociedade, tem características peculiares, dificultando a análise sobre seus desdobramentos.

Sem querer entrar na discussão histórica que a frase suscita, pois isso é o trabalho dos historiadores, veremos adiante como a podemos usar em nossa realidade atual. Antes, vamos refletir sobre alguns aspectos que a frase indica. O primei-

ro é a negação de outros atores na definição das situações, em especial, o ator popular; o segundo é a existência de uma situação limite, na qual a perda de controle é eminente; o terceiro aspecto indicado é o reforço do autoritarismo na definição de alternativas. Estes três aspectos se combinam de uma forma perversa, pois adiam o desfecho de uma crise, produzindo novas contradições, a partir do reforço de uma nova-velha composição de forças.

A frase de D. João é dita para resolver uma crise. E ele pretende resolver com uma solução doméstica, passando a coroa para o filho, pois este será capaz de respeitá-lo e, com isso, ele continua com o poder. Ao fazer isso, ele reforça a prática em curso de excluir a participação de distintos segmentos, em espe-

cial, os setores populares da sociedade. As grandes decisões estão nas mãos de uns poucos.

Mas a frase também expressa uma perda de controle da situação, caso contrário não se estaria passando a coroa. Ao mesmo tempo, há a suposição de que se poderia manter o controle, pela entrega do poder a alguém que está preso, por qualquer razão, aos seus interesses. Por outro lado, há a necessidade de se ocupar este espaço desta maneira, caso contrário, ele será ocupado por um outro que é aventureiro. Ou seja, a fraqueza diante da situação é transformada em força capaz de alterar os rumos dos acontecimentos.

Por fim, a frase redefine a situação de forma autoritária. Tudo está “resolvido” pela decisão e vontade de uma única pessoa e da forma que atenda a seus interesses. Nada é discutido e nenhuma consulta é feita, muito menos se busca uma alternativa que articule diferentes interesses, fortalecendo um pólo de poder e um campo de forças. O autoritarismo expõe toda a sua fraqueza pela necessidade que tem, para se manter, de fazer concessões a forças que estejam acima de seu raio de ação. Quanto mais ignora os que estão abaixo, mais se submete a quem está acima.

E o que a frase tem a ver com a nossa forma de fazer política, hoje? Por que foi dito acima que ela marcou a vida política brasileira como

um estigma? Porque estes três aspectos estão presentes nas estratégias que diferentes grupos, tanto de direita como de esquerda, estabelecem para sua ação política. Ou seja, estamos em nossa atuação política, com frequência, excluindo os setores populares, quando muito reconhecemos outros grupos do espectro político; estamos querendo não reconhecer a perda de controle da situação, através da introdução de alternativas que nos mantêm no jogo; apontamos soluções autoritárias que excluem outras soluções e encaminhamentos e nos colocam à disposição de outras forças.

Poderíamos citar inúmeros exemplos de estratégias políticas, dos campos em disputa na sociedade brasileira, que são estabelecidas dentro destes três aspectos que a frase de D. João expressa. Mesmo que se identifique aquele que há de respeitar de forma radicalmente oposta, as estratégias não deixam de estar presas aos aspectos mencionados. Sempre haverá um que “me há de respeitar” e, por isso, é o depositário de confiança, contra aventureiros. Só para ilustrar essa questão, pode ser citada, aqui, no campo da direita a transição via Tancredo, que depois deixa para o aventureiro Collor e retoma a confiança com o outro Fernando. No campo da esquerda, pode-se citar a mudança ocorrida no Partido dos Trabalhadores, para ter “chances” de ganhar as eleições presidenciais. O partido que nasceu sob o signo da luta de classes, com o slogan “trabalhador vota em trabalhador”, muda sua estratégia diante das derrotas eleitorais. Diante da perda, a busca de uma vitória alterando as bases de sustentação. Na verdade, o que o PT está dizendo é que antes seja para “a sociedade que ainda é con-

É preciso aprofundar a discussão sobre os campos em disputa, o que efetivamente se disputa e a real correlação de forças existentes. Para isso, torna-se fundamental ter clareza sobre as diferentes dimensões que compõem o espectro da vida social.

servadora” mas que irá respeitá-lo do que para um aventureiro. Os três aspectos mencionados acima estão presentes nesta estratégia eleitoral.

Ao pensar em fazer política na sociedade brasileira, em especial, para o campo de esquerda, é preciso superar esta marca que tem caracterizado a formulação de nossas estratégias. É preciso aprofundar a discussão sobre os campos em disputa, o que efetivamente se disputa e a real correlação de forças existentes. Para isso, torna-se fundamental ter clareza sobre as diferentes dimensões que compõem o espectro da vida social. Trataremos, aqui, da dimensão ideológica, por considerá-la de importância fundamental para definição do fazer política.

Dois grandes paradigmas, entre diversos, estão presentes na dimensão ideológica influenciando a definição de estratégias políticas. Trata-se da proposta de Habermas e a de Gramsci. Vamos brevemente apontar alguns elementos destes dois pilares, tentando apontar os limites do primeiro e as potencialidades do segundo.

Habermas irá chamar a atenção para a questão da comunicação e identificar a ideologia como uma de suas formas que é sistematicamente

distorcida pelo poder. Trata-se de um discurso que aparece como meio de dominação, ao mesmo tempo em que legitima relações de forças. A persistência dessa forma de comunicação deturpada faz com que fique difícil a sua crítica. Um sistema ideológico aprisiona todos dentro dele, de forma que se torna impossível pensar ou desejar fora dos termos do próprio sistema.

Habermas se coloca contra a idéia de um grupo como portador de uma ideologia revolucionária bem como a existência de uma metalinguagem que seja capaz de fazer a crítica desse sistema de comunicação a partir de fora. Ao contrário, ele acredita que é a partir da própria prática lingüística que se pode construir um modelo regulador para a apreciação crítica da comunicação deturpada.

Ele parte do princípio que todo a linguagem, inclusive a do tipo dominador, está orientada para a comunicação, o que implica o consenso. O falante, ao fazer o enunciado, está supondo que pode se comunicar, pois do contrário não teria sentido falar. É aí que reside uma espécie de racionalidade profunda, que vai ser a base, segundo Habermas, para uma crítica de nossas práticas verbais efetivas. Mas para chegarmos a essa racionalidade profunda embutida nas próprias estruturas de nossa linguagem será necessária a mudança na forma política de vida. Contra o sistema ideológico, composto pelos interesses que ameaçam nossas necessidades fundamentais como espécie, Habermas irá propor a crítica emancipatória, que será capaz de fornecer os elementos que desmontam esse sistema.

Se, por um lado, este paradigma rompe com o metadiscurso e com a superioridade de um grupo como seu portador, rompendo assim com

qualquer vestígio messiânico, por outro lado, o discurso construído a partir da crítica emancipatória escamoteia a luta de classes existente em nossas sociedades. É verdade que todo discurso está orientado para a comunicação e que todos os grupos sociais estão interessados no consenso. Mas é verdade também que a linguagem não é suficiente para impulsionar a busca de uma crítica que promova a emancipação humana. Como o próprio autor reconhece, é preciso romper a forma política de vida e a dimensão ideológica justamente irá expressar a ruptura ou a confirmação de uma determinada forma política de vida. Ela, portanto, é expressão e ao mesmo tempo expressa esta determinada forma política de vida. Assim, ela não pode ser vista em seu próprio movimento, como no fundo parece ser a proposta de Habermas, mas, sim, no movimento da luta que as classes sociais desenvolvem no interior de uma dada formação social, num dado contexto histórico.

Desta forma, para fazer política hoje continua sendo fundamental o conceito de luta de classes. Habermas tem razão em sua crítica à visão messiânica que este conceito encerra. Não existe uma classe predestinada a promover a emancipação da humanidade. Da mesma maneira que não existe um discurso capaz de explicar todos os outros discursos e anunciar a verdade eterna. Mas sua crítica perde força quando ele desloca a questão discurso

para dentro do próprio discurso, deixando de lado o movimento produzido pelas relações existentes entre os diferentes interesses existentes entre os humanos. Relações estas que se expressam enquanto luta de contrários. É, neste movimento, que está contido no conceito de luta de classes, que teremos que buscar as formas necessárias de se fazer política. Neste sentido, parece-nos oportuno retomar Gramsci que foi um intelectual que teve o grande mérito de buscar apreender este movimento em sua época.

O conceito de hegemonia em Gramsci, mais amplo que o de ideologia, é fundamental para a definição de uma estratégia política. Para ele, hegemonia se refere à maneira como um poder governante obtém consentimento. A hegemonia é transmitida em formas ideológicas, mas também, em formas culturais, políticas e econômicas. Ela nunca é um conquista de uma vez por todas, mas tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Trata-se de uma noção relacional e isso significa que o poder governante tem que tomar combate com forças contra-hegemônicas. Conquistar a hegemonia é estabelecer uma liderança moral, política e intelectual na vida social através da difusão de uma “visão de mundo”, própria de um grupo, para todo o tecido social.

Gramsci valoriza o conceito de ideologia, que deve ser vista como forças ativamente organizadoras e psicologicamente válidas, que preparam o terreno onde os homens e

mulheres agem, lutam e se conscientizam. As ideologias são fundamentais em qualquer bloco histórico, pois elas funcionam como uma espécie de “forma” para o “conteúdo” oferecido pelas forças materiais. Nos grupos subalternizados das sociedades de classes, elas são, em geral, formadas por concepções de mundo conflitantes: uma fornecida pelos grupos dominantes e outra fruto da experiência prática que as pessoas dos grupos subalternizados têm da realidade social. Estes conflitos não devem ser vistos como uma simples auto-ilusão, mas como resultantes da própria luta existente na sociedade. É a partir destes conflitos que se pode ir construindo a visão de mundo das classes subalternizadas. Para isso, é preciso, por um lado, romper com um certo paternalismo para com a consciência popular, por outro lado, construir um novo senso comum, a partir de uma via de mão dupla entre a análise política e a experiência popular.

Para Gramsci, toda hegemonia se realiza levando em conta os interesses e tendências dos grupos sobre os quais ela será exercida. É preciso que se forme certo equilíbrio de compromissos, sem que isso afete o essencial. Há duas dimensões inseparáveis da hegemonia que são: a ético-política e a econômica. Com isso, ela não pode deixar de se fundamentar na função básica que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. A ação política não pode se movimentar apenas a partir dos sonhos e desejos de seus protagonistas. Ao contrário, ela precisa se fundamentar na realidade factual. Esta não é algo estático e imóvel, mas é precipuamente uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio. Neste senti-

É preciso, por um lado, romper com um certo paternalismo para com a consciência popular, por outro lado, construir um novo senso comum, a partir de uma via de mão dupla entre a análise política e a experiência popular.

do, ao atuar no terreno da realidade factual, se aplica à vontade na criação de um novo equilíbrio de forças realmente existentes e atuantes.

A intenção de apresentar alguns elementos formulados por estes dois autores em torno da dimensão ideológica é a de mostrar que o fazer política hoje pode estar norteado por duas perspectivas distintas: a concertação ou a construção do bloco histórico. A primeira aposta na inevitabilidade da convivência humana. Os seres humanos para continuarem a existir enquanto espécie necessitam encontrar formas de articularem seus interesses imediatos e mediatos. A segunda aposta na força dos setores subalternizados como condição necessária para alteração do contexto de dominação. A escolha não é fácil, embora seja fundamental para a definição de estratégias políticas.

Essa escolha tem que ser pensada a partir dos contextos históricos determinados. É verdade que a complexidade existente nas sociedades do século XXI exige um repensar da ação política. Entretanto, essa complexidade ainda não esgotou todas as possibilidades de realização do modo capitalista de produção ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de sua superação. Como afirma Marx, na Introdução à Crítica da Economia Política, nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações. Por outro lado, ele diz também que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou, pelo menos, não estejam em vias de aparecer e se desenvolver. Neste sentido, a necessidade da construção de um bloco histórico capaz de desenvolver uma luta contra-hegemônica continua na ordem do dia da construção de estratégias, no fazer política.

Se examinarmos a complexidade do tempo presente, veremos duas ordens de questões. A primeira diz res-

peito às forças autodestrutivas que o capital engendra na sua relação com o trabalho. A segunda ordem de questões refere-se às novas forças que emergem do campo do trabalho nesta mesma relação.

Pode-se dizer que, hoje, três forças são acionadas pela dinâmica do capital, sobre as quais este parece não saber como controlá-las: o capital especulativo, o terrorismo e o narcotráfico. Embora de naturezas distintas, estas três forças são geradas pelo capital, na sua espiral de acumulação e concentração. Essas três forças têm em comum a marca de apropriação-expropriação característica do capital. Por isso, são forças incontroláveis, que só podem ser barradas numa nova acomodação da espiral. Em outras épocas, as sociedades capitalistas encontraram na guerra a saída para essa acomodação. Mas, como pensar numa guerra nas condições atuais? A saída não parece ser vislumbrada no horizonte e estas forças continuam a se desenvolver espalhando o medo e a incerteza em tempos sombrios.

Mas as principais vítimas desta catástrofe anunciada são, sem dúvidas, os trabalhadores e os demais setores subalternizados de nossas sociedades. Quem mais sofre com as especulações financeiras? Quem paga os juros exorbitantes que os países periféricos são obrigados a entregar aos grandes especuladores? Quem estava nas torres do WCT, às nove horas da manhã, de uma terça-feira? Se olharmos os interiores do Brasil, quem está morrendo pelo uso abusivo de narcóticos? Em qualquer cidadezinha do interior do Brasil, as drogas estão presentes, em especial, entre a população jovem e pobre. Diante deste quadro, como pensar em concertação? Como pensar em crítica emancipatória? Só uma luta sem tréguas às formas de dominação superar as condições do quadro atual.

Mas uma outra ordem de questões está posta à reflexão. Para a construção de uma contra-hegemonia, neste momento de crise do capital, provoca-

da por suas forças autodestrutivas, torna-se necessário o fortalecimento da organização dos trabalhadores. Mas como se trata de uma relação, o campo do trabalho, principalmente sendo os trabalhadores a principal vítima da destruição, sofre profundas desarticulações. Três forças são também desencadeadas neste campo: a diminuição da massa empregada, com o alastramento do desemprego; a descrença no trabalho como valor; o individualismo exacerbado. Essas três forças estão presentes nos setores subalternizados de nossa sociedade, obstaculizando a construção de um bloco contra-hegemônico.

Desta forma, fazer política hoje é identificar no desenvolvimento da luta de classes na sociedade brasileira, as condições para a construção do bloco contra-hegemônico. Nesta construção, é preciso romper com o estigma presente em nossa forma de fazer política e avançar no estabelecimento e consolidação de uma força ideológica, entendida, no sentido gramsciano, como prática social vivida e costumeira.

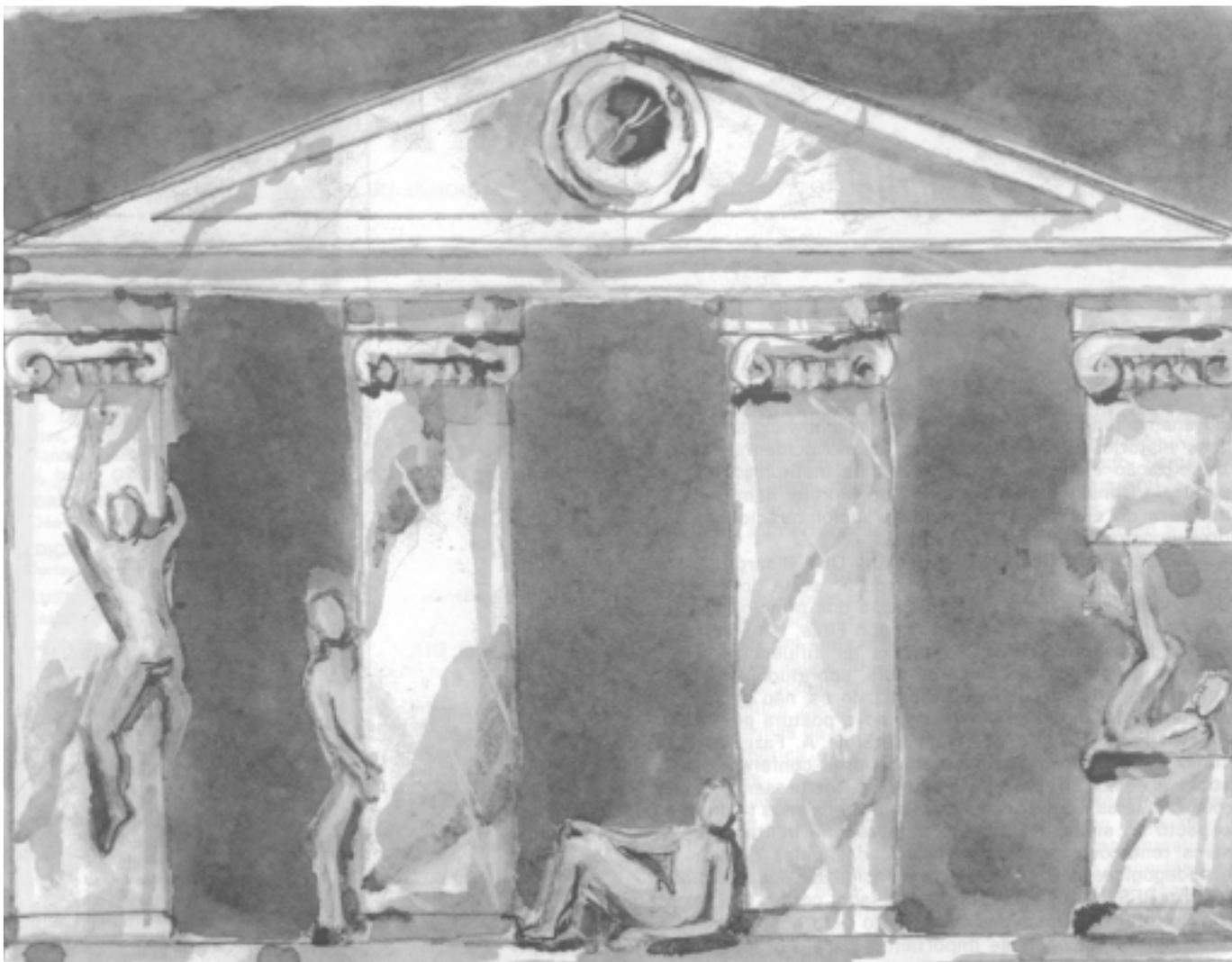
Bibliografia

- Eagleton, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: Zizek, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.
- Gramsci, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.
- . Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes. 1978.
- Habermas, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.
- . Soberania popular como procedimento. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, n. 26. 1990.
- Liguori, Guido. O pensamento de Gramsci na época da mundialização. In.: Educação em Foco, v.5, n.2, set./fev - 2000/2001. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.
- Marx, Karl. Contribuição à crítica da Economia Política. São Paulo: Flama. 1946.
- . Post-fácio à segunda edição alemã do Capital. In: Oeuvres Économies. Bibliothèque de la Pleiade. Paris: Gallimard. 1965.

Paulo Roberto Curvelo Lopes é professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora, doutor em Educação pela PUC/RJ, consultor do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae-SP.

Cyro Garcia¹

Fazer política hoje: a arte de superar obstáculos.



Se olharmos o passado não muito distante, veremos que o governo Collor foi derrubado a partir de denúncias de corrupção infinitamente inferiores às que envolvem a base governista e o próprio governo FHC. E aí cabe a pergunta: onde está a campanha pelo "FORA FHC E O FMI" ?

No meio de uma das mais poderosas greves dos servidores públicos federais contra a política econômica do governo, vemos a principal liderança da oposição atacar a greve dos servidores municipais de Belo Horizonte, com o claro objetivo de cortejar o prefeito da cidade para seu partido, sem se importar com

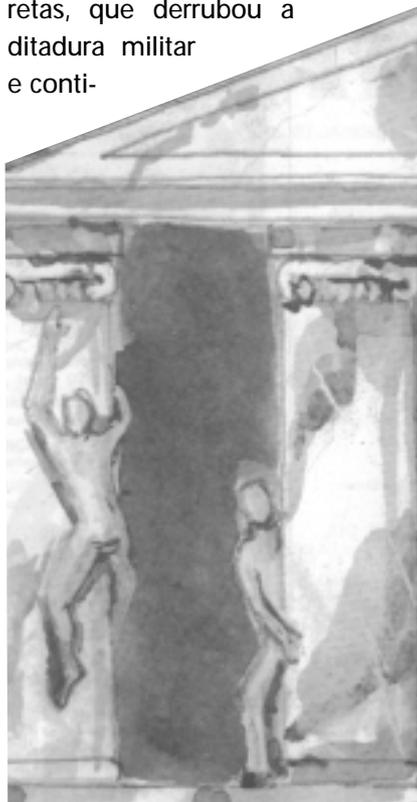
as nefastas repercussões para a luta dos trabalhadores de uma maneira geral.

Quando testemunhamos mais uma demonstração de subserviência de FHC, ao declarar apoio às ações criminosas do terrorismo de estado dos EUA contra o povo afegão, e não vemos, por parte do

maior partido da oposição, uma condenação veemente nem da postura de FHC nem dos inúmeros crimes cometidos pelos EUA, que resultaram em milhares de vítimas inocentes, tais quais às das torres gêmeas; quando assistimos a tudo isto, evidenciando uma conjuntura de possibilidades, por um lado, e de extrema necessidade, por outro, de mobilização dos setores explorados, e, no entanto, só enxergamos, na prática dos setores majoritários da oposição, a canalização de todos os conflitos para o processo eleitoral de 2002, cabe uma profunda reflexão sobre o significado de fazer política hoje.

Se fizermos uma retrospectiva, veremos que, num passado não muito distante, estávamos colocados diante de outras perspectivas e possibilidades.

A partir da segunda metade da década de setenta, o país assistiu a um grande ascenso, desaguando na multitudinária campanha das Diretas, que derrubou a ditadura militar e conti-



nuou, ao longo da década de 80, derrotando os planos econômicos da Nova República, impedindo a implantação do neoliberalismo que já se hegemonizava no mundo capitalista.

Assistiu-se ao surgimento do chamado “novo sindicalismo” e com ele a criação de dois poderosos instrumentos de luta da classe trabalhadora: o PT e a CUT.

O PT nasceu em 1980, numa lógica de ruptura com o regime. A ameaça por ele representada era visível, tanto assim que foi transformado, pelo discurso da burguesia, através dos meios de comunicação, em um partido radical, imagem que o consagrou no senso comum, e da qual ele hoje tenta desesperadamente livrar-se.

O PT surgiu sem uma ideologia precisa, mas teve o mérito de conter no seu interior as lideranças da Igreja progressista, intelectuais e setores da classe média que se opunham à ditadura, organizações marxistas-leninistas e as lideranças do “novo sindicalismo”, que foram as principais responsáveis pela sustentação da proposta ao tê-la respaldado nas lutas populares.

O discurso e as propostas do partido, em seus primeiros anos, terão uma clara identidade classista, ou seja, uma preocupação de representação dos interesses e projetos da classe trabalhadora em oposição aos segmentos dominantes. Alguns episódios são emblemáticos neste sentido.

ELEIÇÕES DE 1982

Isto se expressa na campanha eleitoral de 1982, quando o PT utilizou “slogans” que representavam uma ruptura com a forma de fazer campanhas, até o momento existente em nosso país. Distanciava-se,

assim, o novo partido, tanto do “clientelismo” fisiológico das classes dominantes, quanto do populismo trabalhista, como diferenciava-se também das campanhas mais ideológicas, feitas pelo PCB, que sempre veiculavam sua política de alianças policlassistas, como caminho para o êxito eleitoral.

Eram momentos em que fazer política do ponto de vista da construção de uma identidade da classe trabalhadora ficava extremamente facilitado: “trabalhador vota em trabalhador”; “quem vota em peão, não vota em patrão”; “vote no três, que o resto é Burguês”.

O resultado da votação de Lula e dos candidatos operários, principalmente nos municípios industriais do Estado de São Paulo, levando-se em conta o peso da campanha do voto útil no PMDB e todas as tentativas de isolar o PT, foi significativo. Mas é no papel de educador das massas, no sentido em que se posicionava Gramsci, que a campanha é absolutamente vitoriosa: “Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como ‘experimenteros’ históricos de tais concepções”².

DIRETAS JÁ E BOICOTE AO COLÉGIO ELEITORAL, EM 1984

Após um papel decisivo na campanha pelas Diretas Já, que foi o maior movimento de massas realizado no Brasil, com a derrota da emenda Dante de Oliveira, o PT recusou-se a participar do Colégio Eleitoral. A maioria da oposição atribuiu a esta atitude um isolacionismo do PT.

Na verdade, mais uma vez a classe dominante e seus representantes políticos manipularam um processo de mobilizações que envolveu milhões de pessoas nas ruas, para “costurar por cima” as soluções e excluir os setores populares, evitando qualquer hipótese de ruptura. Neste sentido, a postura do PT foi exemplar, pois o novo regime que nascia com o Colégio Eleitoral, já nascia comprometendo os setores de oposição. O PT, aos olhos dos trabalhadores e da sociedade em geral, não teve nada a ver com aquilo.

Tal postura pode ser avaliada como determinante para o posterior crescimento eleitoral do PT, tanto em 1986, apesar do Plano Cruzado, que propiciou um caudal enorme de votos para o PMDB, quanto, mais ainda, nas eleições de 1988, quando o PT foi claramente identificado como o principal partido de oposição ao regime.

ELEIÇÕES DE 1988

À medida que a crise do governo da “Nova República” se aprofundava, com ela também se aprofundava o desgaste dos partidos que compunham a Aliança Democrática, sobretudo o PMDB, cada vez mais identificado com as medidas anti-populares do governo. Paralelamente, o ascenso dos movimentos sociais prosseguia e se agudizava. Em 1988, de acordo com dados do Nepp/Unicamp, realizaram-se 2.137 greves com 8.218.546 grevistas.

Era comum, nestas greves e nos movimentos sociais, vermos as bandeiras petistas desfraldadas ao lado das da CUT. O fazer política do ponto de vista dos trabalhadores era algo prazeroso, pois lutava-se e conquistava-se. Uma faixa em uma das greves dos bancários do Rio de Janeiro deixava isto claro: “DESCUBRA

O TESÃO DE FAZER PIQUETE”.

Foi neste quadro que se realizaram as eleições de 1988. Fruto desse crescimento do movimento social, o PT já vinha crescendo eleitoralmente. Em 1986, Lula foi o deputado federal mais votado do país. Porém, um fato da luta de classes acelerou, à beira do pleito, o salto na consciência dos trabalhadores brasileiros que os momentos anteriores já indicavam, fazendo-os dirigir-se para a esquerda e em particular para o PT. Este fato foi o assassinato de três operários metalúrgicos em Volta Redonda: Carlos Augusto Barroso, 19 anos; William Fernandes Leite, 22 anos; e Walmir Freitas Monteiro, 27 anos. Isto se deu em 8 de novembro de 1988, durante uma greve com ocupação na Companhia Siderúrgica Nacional.

Ao invés de intimidar os trabalhadores, o que o governo conseguiu foi aumentar a indignação e generalizá-la para todo o país. A greve da CSN continuou ainda mais forte, obrigando o governo a recuar. As greves aumentaram e se radicalizaram, a tal ponto que na semana da eleição, segundo dados da revista *Veja* de 16/11/88, havia mais de um milhão de trabalhadores em greve, compreendendo servidores públicos federais e municipais, metalúrgicos, urbanitários, petroleiros, metroviários, aeronautas, sendo que algumas dessas greves já duravam mais de dois meses.

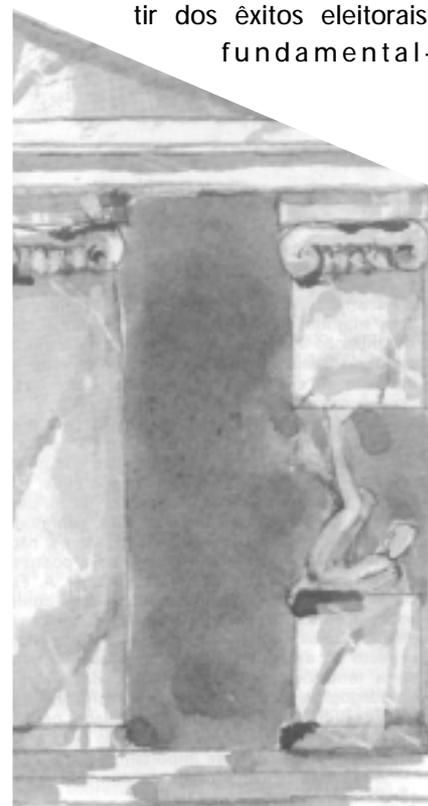
Vieram as eleições e o resultado surpreendeu até os mais otimistas. O PT ganhou a prefeitura de 39 cidades brasileiras, dentre as quais São Paulo, a maioria dos municípios do ABC, Campinas e Santos, no estado de São Paulo. Em Minas Gerais, Contagem e alguns municípios do Vale do Aço. Ganhou ainda as eleições em Porto Alegre e ficou em

segundo lugar no Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Logo se estabeleceu um debate sobre o significado do voto no PT. As classes dominantes, preocupadas com o fortalecimento do partido e com as eleições presidenciais do ano seguinte, em uníssono, tentavam minimizar o conteúdo da votação, identificando-o com um mero voto de protesto.

Naquele momento, milhões de operários e de setores de classe média optaram pelo PT, por ser ele um partido constituído pela vanguarda da classe trabalhadora, que defendia o socialismo e cujos principais dirigentes também eram os dirigentes da CUT, das greves, das lutas pela terra, por moradia e dos movimentos sociais. Foi um voto por uma opção classista, de oposição radical ao governo e de repúdio aos partidos tradicionais. Neste sentido, foi um voto de ruptura com o status quo.

Contraditoriamente, é a partir dos êxitos eleitorais, fundamental-



mente o de 1988, que o partido começou a se transformar, iniciando um processo de integração ao regime que se aceleraria no decorrer da década de 90. Sua vida orgânica passou a ser dominada pelos funcionários das prefeituras, dos gabinetes dos parlamentares, levando-o a um processo de burocratização, que o afastou progressivamente daqueles setores que, em sua origem, reivindicava representar.

ELEIÇÕES DE 1989.

O resultado eleitoral de 88 fortaleceu os movimentos sociais de uma maneira geral. Em 1989, foram realizadas 3.943 greves, com a participação 18.378.623 grevistas, segundo o Nepp/Unicamp. Esta mesma fonte nos dá conta de que, desde o início do ascenso, em 1978, até 1989, foram realizadas 12.673 greves, com a participação de 53.464.989 trabalhadores.

Entretanto o PT, através de uma série de políticas identificadas genericamente como “modo petista de governar”, começava a dar passos largos no processo de integração ao regime. Apesar da evidência de que a generalização das lutas ajudava o desempenho eleitoral do partido, começava-se a discutir no seu interior o efeito das greves sobre a can-

Diferentemente de 82, Lula não disse “Trabalhador vota em trabalhador!”, mas muitos trabalhadores vieram em Lula o mais legítimo representante de uma década de lutas contra os governos e os regimes de plantão.

didatura de Lula às eleições presidenciais de 1989. Diante do debate, o 6º Encontro Nacional, realizado de 16 a 18 de junho de 1989, em São Paulo, no documento “As eleições presidenciais e a candidatura Lula”, viu-se forçado a aprovar uma resolução de apoio às greves. Para os setores mais à esquerda no interior do PT, isto soava como uma redundância, que os deixava com uma certa desconfiança:

“O PT e Lula defenderam e defenderão de forma intransigente o direito de greve, especialmente em um momento como este, em que se promove um violentíssimo archo de salários. O que julgamos apropriado é que o movimento sindical, mais precisamente a CUT, que representa seu pólo combativo, classista e conseqüente, discuta a questão das formas de luta em setores cujos serviços ou produtos atingem diretamente a vida da população.

Não está em questão qualquer apelo à contenção das lutas reivindicativas em suposto benefício da candidatura Lula. Esta só terá êxito no bojo de um processo de grande mobilização social. As correções que devem ser introduzidas na forma de ação dos trabalhadores só podem partir dos próprios trabalhadores. Cabe à CUT, em particular, desenvolver uma vigorosa e urgente reflexão e iniciativa neste sentido, para tirar do governo e da burguesia a condução do problema.

O fundamental, no entanto, é que a campanha presidencial esteja intimamente ligada às mobilizações sociais, em geral, e às greves, em particular. Isto é válido tanto para movimentos setoriais como para a eventualidade de uma greve que a CUT venha a convocar, e que terá o apoio do PT.”³

A tendência majoritária da direção do partido, a Articulação, começava a ter como centro de suas preocupações tornar a candidatura de Lula “palatável” para setores mais amplos do eleitorado, inclusive das classes dominantes. Portanto, declarações como as veiculadas na edição de O GLOBO de 28/09/02, que iam contra a greve dos servidores de BH, e que causaram profundo mal-estar junto aos servidores em greve, eleitores de Lula, em sua esmagadora maioria, já se esboçavam na cúpula partidária.

É claro que este processo não se poderia dar sem contradições, e a campanha presidencial de 1989 representou - muito menos pela vontade dos dirigentes petistas e muito mais pelo significado dado pelos trabalhadores mais conscientes e os setores mais organizados da sociedade civil à candidatura de Lula - um corolário desta década de luta. Diferentemente de 82, Lula não disse “Trabalhador vota em trabalhador!”, mas muitos trabalhadores vieram em Lula o mais legítimo representante de uma década de lutas contra os governos e os regimes de plantão. E milhões embalaram-se nos sonhos de Lula-lá, chegando muito próximo de uma vitória eleitoral, que poderia estabelecer uma ruptura com os planos traçados para a transição.

Entretanto, o PT já começava a sentir o peso de sua integração à institucionalidade, a partir do êxito eleitoral de 88. Isto fica evidente em episódios como o mencionado anteriormente a respeito do direito de greve, porém a tônica ainda é dada pelas lutas e pela ofensiva dos trabalhadores e é isto o que a candidatura de Lula reflete, principalmente no primeiro turno. Naquele momento, ele atinge 16,08% dos votos

e ultrapassa os 15,45% de Leonel Brizola e de todos os demais representantes da burguesia, superado apenas por Collor de Mello, que obteve 28,52%.

No segundo turno, pressionado internamente pela adaptação do PT às instituições do regime e, externamente, pelo arco de alianças que é obrigado a construir, tenta construir um discurso mais amplo, visando atingir um eleitorado de classe média e acaba afastando-se da tônica do primeiro turno.

Vários comentaristas se referem ao segundo turno como sendo um confronto entre o Brasil organizado, representado por Lula que obteve 37,86% dos votos, e o Brasil desorganizado, representado por Collor que obteve 42,75% dos votos. A frustração que se seguiu ao resultado do pleito foi grande, entretanto para nós o susto dado na burguesia foi maior.

Não podemos abstrair o papel da mídia burguesa, principalmente o da Rede Globo, na manipulação de fatos, que se deu, por exemplo, no episódio do seqüestro do empresário Abílio Diniz, atribuído pela mídia a militantes petistas, além da própria edição do segundo debate entre os candidatos, que depreciou ainda mais o desempenho de Lula.

ÊXITOS ELEITORAIS

PROVOCAM A

BUROCRATIZAÇÃO DO PARTIDO

Ao analisarmos as transformações ocorridas no PT, ao longo da década de 90, não podemos abstrair o fato de que as transformações que ocorreram no processo produtivo, com a implementação do neoliberalismo em nosso país, bem como a derrota do chamado "socialismo real" no Leste Europeu, causaram um profundo impacto



neste processo. Mas acreditamos que os êxitos eleitorais levam a mudanças internas que se articulam com os fatores externos.

Como vimos anteriormente, os êxitos eleitorais do PT são inegáveis. Em 82, o partido elegeu 8 deputados federais e 16 deputados estaduais; em 86, 18 deputados federais e 33 deputados estaduais; em 90, 35 deputados federais e 79 deputados estaduais; e em 94, 49 deputados federais e 92 deputados estaduais. Quanto a senadores, o PT elegeu 1 senador em 90 e 5 em 94. Ainda em 94, o PT, pela primeira vez, conseguiu eleger governadores estaduais, no Espírito Santo e no Distrito Federal. A votação de Lula também cresceu de 16,1% do total de votos, no 1º turno de 89, para 27%, no 1º turno de 94, e em números absolutos, de 11.622.321 para 17.136.163.

Desde sua primeira eleição, em 1982, até 1994, o PT atingiu um crescimento de 900%. Foram 3,1% dos votos válidos em 82 e 27% em 94. Vale registrar aqui o rigor das reformas na Lei Orgânica dos Partidos

que estão em discussão no Congresso Nacional atualmente, pois o PT, que hoje é um dos maiores partidos brasileiros, em 82, não conseguiu alcançar os 5% que a legislação exigia, e que são os mesmos 5% que os congressistas ligados aos partidos da classe dominante querem impor hoje como "cláusula de barreira". Na verdade, o PT só conseguiu mais de 3% dos votos em São Paulo, com 9,9%, e no Acre, com 5,4%.

O desempenho eleitoral do PT ao longo da década de 80 traz luz a um importante debate sobre o significado do partido, que alguns autores classificam como o embate entre o arcaísmo e a modernidade nas ambigüidades petistas, mas que a nosso ver nada mais é do que o secular embate entre reforma e revolução.

O dilema sobre a participação dos partidos operários nas eleições, assinalado por Przeworski, em seu livro *Capitalismo e social-democracia*: "...se os partidos de base operária permanecem próximos a sua base de apoio na classe trabalhadora, continuando a desempenhar um papel na sua formação política, podem não conquistar maioria em eleições: por outro lado, se eles expandem sua proposta eleitoral de modo a torná-la pluriclassista, correm o risco de se converterem em apenas mais um partido entre outros, perdendo a especificidade de sua relação com a classe trabalhadora e, inclusive, possivelmente, também sua lealdade", fica superado pelo êxito eleitoral do PT ao longo da década de 80, já que seus traços marcantes, conforme vimos anteriormente, permaneceram rupturistas em relação à institucionalidade, e o partido, fiel às suas origens de independência de classe e de profunda ligação com os movi-

mentos sociais.

Mas, como já foi dito, os êxitos eleitorais levaram a transformações no interior do partido, principalmente na sua composição social, o que deu base para as outras mudanças.

Os êxitos eleitorais propiciaram um brutal aumento, em sua vida interna, de profissionais do partido, parlamentares, executivos, assessoriais

do partido, verifica-se que eles representam 28,8% do universo pesquisado. Esta somatória de fatores faz com que a média final dos índices de rendimentos individuais dos dirigentes petistas se eleve, aproximando-se, por uma questão estatística, dos pontos mais elevados e, assim, oferece parte da explicação de sua superioridade salarial frente aos de sua base.⁴

Rendimento Individual Mensal de Todos os Trabalhos dos Militantes de Base e dos Dirigentes do PT, Segundo os Níveis de Militância, em Salários Mínimos.

Classes de Rendimentos	Base Municipal	Base Nacional	Diretorio Zonal	Diretorio Municipal	Diretorio Estadual	Diretorio Nacional
Até 1 SM	6,0	1,4	0	4,3	2,0	0
Mais de 1 a 2 SM	20,8	6,4	6,0	9,6	2,5	0
Mais de 2 a 5 SM	34,2	26,4	18,1	31,9	21,7	16,7
Mais de 5 a 10 SM	25,0	34,3	37,3	30,3	38,9	43,3
Mais de 10 a 20 SM	11,6	19,3	25,3	19,3	21,2	20,0
Mais de 20 SM	2,5	12,1	13,3	4,7	13,8	20,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Tadeu César.

res, funcionários de confiança e toda uma legião de pessoas que vivem diretamente da gestão do Estado.

Além disso, quando da fundação do PT e em seus primeiros anos, vários eram os sindicalistas, ligados às oposições sindicais, que não exerciam mandato sindical, permanecendo, portanto, nas bases de sua categoria. No entanto, a partir do crescimento da CUT, este quadro foi se alterando e várias oposições ganharam sindicatos, aumentando o número de dirigentes liberados, muitos deles militando também ativamente no PT.

Temos afirmado que o marco nessas alterações de perfil foram as eleições de 88. Embora não existam, como já comentamos, pesquisas sistemáticas do período pré-88, é possível chegar-se a algumas conclusões, com os dados disponíveis.

Analisando os dados colhidos

por Benedito Tadeu César, em 91, para sua tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, verificamos que naquele momento 18,9% dos membros dos diretórios do PT possuíam mandatos parlamentares ou executivos. Eles correspondiam a 12,8% do total dos militantes pesquisados e constituíam 11,4% dos membros dos diretórios com rendimentos mensais entre mais de dois e cinco salários mínimos, 13,2% dos com renda entre mais de cinco a dez salários mínimos e 30,2% dos com ganhos acima de vinte salários mínimos. Além disto, dentre os dirigentes concentrava-se a maior parcela dos quadros militantes, politicamente profissionalizados pelo próprio partido, com rendimentos que, em sua maioria, situavam-se na faixa que se estende de mais de cinco até dez salários mínimos. Somando-se aos detentores de mandatos os dirigentes profissionalizados pelo próprio partido - como assalariados partidários, "liberados", assessores ou detentores de cargos de confiança nas administrações sob o comando do partido - e obtendo-se assim o total daqueles que se podem denominar como quadros políticos dirigentes profis-

Após constatar esta realidade, César expressou um comentário bastante elucidativo sobre as relações internas no PT "Percebe-se que os níveis de renda acompanham, em sua progressão, os níveis de ascensão na hierarquia partidária, o que permite que se afirme que a renda, tal como já se apontou quanto à escolaridade, se constitui num filtro que, de alguma forma, seleciona os militantes, dificultando seu acesso aos cargos dirigentes do partido."⁵

Em 97, pesquisa realizada pela Gestão Venturi, constata que esta situação deu um salto. 60,0% dos delegados do Encontro é de profissionalizados, o que atesta cabalmente que eles determinam a vida interna do partido. Destes, 18% são parlamentares, 13% os assessoram, 8% são funcionários de confiança no governo, 6% são dirigentes pro-

fissionalizados pelo PT, 2% são profissionalizados por suas tendências, 1% é funcionário/assessor do partido, 1% exerce mandato executivo e 9% são profissionalizados pelo movimento social. Somente 9% não responderam e 31% não eram profissionalizados.⁶

A Gestão Venturi, ao se dar conta desta realidade do aumento da discrepância entre a base social do PT e os seus dirigentes, elabora a seguinte nota :

“Estas diferenças de perfis, não necessariamente, devem ser entendidas apenas como problemas de representatividade da base social do PT, mas, mais do que isso, devem ser analisadas, também, pelo prisma dos mecanismos de seleções internas de participação. Estes mecanismos, por um lado, podem estar reproduzindo internamente a exclusão da realidade social e política no Brasil. Isto é, este setor participa de alguma forma do partido, mas são excluídos durante o processo de participação dos centros de poder. Por outro lado, pode ser que a participação partidária não seja atrativa para este importante setor social, que se localiza na base da pirâmide da sociedade e, portanto, apresente baixa participação, seja partidária, seja política no geral. Muito provavelmente seja a mescla destes dois processos de exclusão, um interno e outro que apenas espelha a exclusão mais ampla da sociedade, as razões de não participação.”⁷

Os efeitos da burocratização do partido se refletem na brutal alteração do perfil dos militantes. Tomando por base as três pesquisas em que se tem apoiado nosso trabalho, vamos encontrar dados alarmantes, principalmente no tocante à renda individual.

A burocracia petista não dirige o Estado, mas, a partir dos êxitos eleitorais, está cada vez mais integrado a ele e a exemplo do que acontece com a burocracia sindical, defende seus interesses com “unhas e dentes”

Em 91, o índice de petistas que ganhavam até 1 salário-mínimo era de 2,9% ; em 97, 2% e em 99, 3%. Portanto, não apresentou alterações. Já o índice dos que ganhavam até 2 salários-mínimos caiu de 8,6%, em 91, para 4% e 3% respectivamente, em 97 e 99. Também apresentaram uma queda acentuada os que ganhavam de 2 a 5 salários-mínimos, de 24,2%, em 91, para 14%, em 97, e apenas 9% em 99. Também a próxima faixa, os que ganhavam de 5 a 10 salários-mínimos, apresentou queda, de 26,2%, em 91, para 19%, em 97, e 22%, em 99. Na faixa seguinte, os que ganhavam de 10 a 20 salários-mínimos, os petistas deram um salto, de 14,9%, em 91, eles passaram para 27%, em 97, e 34%, em 99. Novamente, na faixa que ia de 20 a 50 salários-mínimos, outro salto, de 6,2%, em 91, os petistas passaram para 23%, em 97, e 22%, em 99.

Os altos salários acabam estabelecendo uma dependência material em relação ao Estado burguês e, como o calendário eleitoral brasileiro é bienal, as correntes internas do PT acabam direcionando os seus melhores quadros e esforços para a via eleitoral, deixando de lado o cotidiano da luta de classes.

Além da lógica individual de garantia de vantagens materiais, existe uma questão mais ampla. As finanças do partido dependem da contribuição dos que ocupam cargos e as correntes se reforçam com as assessorias e contribuições de cada membro em cargo público, ampli-

ando, com isso, seu peso interno no partido.

Mas a pressão material logo abre espaço para a pressão política e a corrupção. Começa a pesar a necessidade de defender posições “populares”, a busca por ter boas relações com a imprensa, a consideração excessiva com a opinião da classe média, e a tendência a discutir questões que não têm nenhuma relação com os interesses dos trabalhadores, mas sim com a gestão do estado, sem falar do abandono físico das lutas em troca da presença constante no parlamento e em outras instituições.

O fenômeno da burocratização não é novo em se tratando dos partidos operários.

Recorrendo-se às elaborações feitas por Trotsky, em sua análise do Estado soviético, vê-se que a burocracia soviética assumiu um papel semelhante ao de uma classe social por dirigir um Estado, transformando-se, segundo aquele autor, numa casta. Já a burocracia petista não dirige o Estado, mas, a partir dos êxitos eleitorais, está cada vez mais integrado a ele e a exemplo do que acontece com a burocracia sindical, defende seus interesses com “unhas e dentes”: seus empregos, salários, espaço interno e prestígio. Isto faz com que se consolide no PT seu distanciamento da base e da perspectiva da maioria da classe trabalhadora, como dizia Trotsky; “a burocracia assemelha-se a todas as castas dirigentes pelo fato de se encontrar sempre pronta a cerrar os

olhos perante os mais grosseiros erros dos seus chefes em política geral se, em contrapartida, estes lhe forem absolutamente fiéis na defesa dos seus privilégios.”⁸

No mesmo sentido, caminha a reflexão de Gramsci, ao comentar o papel do partido nos momentos de crise de hegemonia da classe dirigente: “Ao analisar-se o desenvolvimento dos partidos é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido. A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a constituir um corpo solidário, voltado para si e independente da massa, o partido acaba se tornando anacrônico, e nos momentos de crise aguda é esvaziado do seu conteúdo social e permanece como que solto no ar”⁹

LUTA INTERNA: A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO REFORMISTA

Como vimos, conviviam no interior do partido várias visões de PT, desde aquelas que o concebiam como um partido revolucionário, no sentido marxista, até aquelas que o tinham como um mero instrumento institucional, resguardadas as suas diferenças com os demais partidos.

Do ponto de vista teórico, como já vimos, essa heterogeneidade era composta por marxistas dos mais diversos matizes: trotskistas, leninistas, stalinistas (não assumidos), social-democratas, além de social-liberais e socialistas cristãos. Porém, todas essas correntes filosófico-políticas, apesar de diversas nuances,

posicionavam-se, grosso modo, em dois campos: o da reforma e o da revolução.

A existência de diversos setores com seus distintos projetos de sociedade e de estratégia política davam ao PT o caráter de um partido em disputa. Ainda que estivesse dividido entre duas estratégias: reforma e revolução, não havia no interior do PT a disputa política através da conformação de dois blocos. A atuação se dava de forma pulverizada, principalmente no campo revolucionário.

O surgimento da Articulação propicia a superação da dicotomia apontada no início deste tópico, ou seja, aliam-se aos sindicalistas que até aquele momento eram a direção hegemônica no partido uma série de militantes originários da esquerda revolucionária. Em sua fase inicial, a Articulação creditava seu surgimento à necessidade de combater duas posições que a seu ver poderiam liquidar o partido: por um lado, a posição defendida pelos setores que privilegiavam a ação política institucional-parlamentar, e por outro, a posição assumida pelos setores que defendiam, segundo ela, uma proposta estreita, vanguardista e tradicional de “partido da classe operária”. Contudo, suas formulações se embasavam nas proposições originais do PT. Defendia a independência de classe e o partido como um instrumento de intervenção na luta dos trabalhadores.

Mesmo que com ambigüidades, seguia defendendo a tomada do

poder por vias não institucionais, como se pode notar nesta entrevista de Lula à Folha de São Paulo, em 29 de dezembro de 1985: “Estou querendo mostrar que é falsa a democracia formal... Primeiro estamos tentando cumprir as regras do jogo. Não achamos que o Parlamento é um fim, ele é um meio. E vamos tentar utilizá-lo até onde for possível. Na medida em que a gente perceber que pela via parlamentar, pela via puramente eleitoral, você não conseguirá o poder eu assumo a responsabilidade de dizer à classe trabalhadora que ela tem de procurar outra via”.

Vale registrar que a Articulação não era um todo homogêneo e que havia uma permanente luta no seu interior, porém as propostas que se referenciavam no marxismo prevaleciam até então.

A Articulação começa a mudar suas formulações a partir da combinação de uma série de fatores nacionais e internacionais. Internamente, a vitória eleitoral do PT, em 88, que o tornou governo em várias prefeituras, inclusive São Paulo, a maior e mais rica cidade do país, representou um salto na integração do partido ao regime político que antes combatia. Além disso, um outro fator interno foi, como vimos anteriormente, o aumento da burocratização. Externamente, a ampliação da hegemonia neoliberal e a crise do “socialismo real”, com a conseqüente queda dos regimes do leste-europeu, repercutiram nas formulações da corrente. Tudo isto a levou a uma revisão e questionamento de suas posições anteriores e a uma recusa cada vez maior das premissas marxistas.

A revisão de posições se aprofundava e a democracia representativa passou a ser considerada um valor estratégico. Além da Articula-

Ainda que estivesse dividido entre duas estratégias: reforma e revolução, não havia no interior do PT a disputa política através da conformação de dois blocos.

ção, outras correntes internas abandonam o marxismo, conformando um campo majoritário claramente reformista. A característica de um projeto em disputa se perdia cada vez mais ao longo do tempo. O projeto reformista tornou-se claramente hegemônico no interior do partido. Apesar de os documentos continuarem a criticar a social-democracia, a prática do partido era cada vez mais social-democrata. Contudo, isto não se deu sem resistência e algumas correntes no seu interior continuaram defendendo o marxismo-revolucionário. Com maior ou menor flexibilidade, a Força Socialista, e as correntes trotskistas (Democracia Socialista, O Trabalho e Convergência Socialista), além de outras correntes menores, permaneceram defendendo formulações amparadas na teoria do socialismo científico, tais como a denúncia da democracia formal, a defesa da ruptura com a institucionalidade burguesa, a defesa da violência revolucionária e da ditadura do proletariado.

No decorrer da década de 90, várias alterações se verificaram no quadro das correntes internas do PT. Em 1992, a Convergência Socialista foi expulsa do partido, segundo alguns militantes, por suas posturas radicais, segundo a direção do partido, por sua indisciplina, mas, a bem da verdade, as indisciplinas da direita partidária não eram cobradas com o mesmo rigor. Esta corrente, juntamente com outros grupos minoritários que se retiraram do PT, mais o PFS - Partido da Frente Socialista, vieram a formar o PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

Contudo, nosso objetivo não é estudar a configuração das correntes internas do PT, mas demonstrar como as atuais propostas do parti-

O PT abandonou as bandeiras de não-pagamento da dívida e de estatização do sistema financeiro, trocando-as por um economês que, traduzido, significa: impor limites (mesmo que tênues) ao sistema financeiro privado

do surgiram e evoluíram no debate interno de forma a se transformar num projeto hegemônico de PT.

O EMBATE TEÓRICO-ESTRATÉGICO NO INTERIOR DO PT

No item anterior, ao analisarmos as mudanças havidas nas formulações conceituais das diversas correntes no interior do partido, tomamos como exemplo as transformações havidas no conceito de democracia. No que diz respeito ao socialismo, no último congresso do Partido, realizado em 1999, o grande debate que se deu foi sobre a validade ou não do socialismo, numa descaracterização cabal dos pressupostos originais do PT, ainda que ambíguos.

A política de independência de classes é substituída por uma política de alianças que privilegia apenas critérios eleitorais.

Outro aspecto importante a ser analisado é a relação do partido com a ordem econômica internacional em face das características de dependência da economia nacional.

Em pouco mais de uma década, o PT abandonou as bandeiras de não-pagamento da dívida e de estatização do sistema financeiro, trocando-as por um economês que, traduzido,

significa: impor limites (mesmo que tênues) ao sistema financeiro privado, de forma a estimular a produção (capitalista), através da queda da taxa de juros e do menor comprometimento do Estado (não do fim) com o pagamento da dívida.

DE INSTRUMENTO DE APOIO À OBSTÁCULO

Como não podia deixar de ser, à medida que o PT vai alterando suas formulações, vai alterando simultaneamente a sua prática. É o caso da afirmação do "sindicato classista e de luta" dos anos 80, decisivo para a formação da CUT e do PT, como podemos ver nesta resolução sobre estrutura sindical aprovada no I Congresso Nacional da CUT: "Sindicalismo classista: dentro da realidade do conflito de classes em que vivemos, a nova estrutura sindical defenderá a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos, combatendo a política de colaboração de classes e não compactuando com planos de governo que sacrificam os interesses dos trabalhadores."¹⁰

No lugar das negativas aos pactos sociais e das greves, testemunhamos a CUT participando do "Entendimento Nacional" com Collor e das câmaras setoriais.

Diferentemente da recusa em participar do pacto de transição das classes dominantes, boicotando o Colégio Eleitoral que deu posse a Tancredo/Sarney, vimos o PT dando sustentação à posse de Itamar Franco e se recusando a lutar por eleições diretas, contribuindo, desta forma, para a estabilidade das instituições da democracia representativa.

Os eixos classistas nas campanhas eleitorais como "trabalhador vota em trabalhador" deram lugar a eixos como a "ética na política" e o

“modo petista de governar”, contraditoriamente num momento em que o partido mais se envolve com as práticas antiéticas dos partidos burgueses, tais como o escândalo das filiações no Rio de Janeiro ou as denúncias de envolvimento do governador do Mato Grosso Zeca do PT com empreiteiras, e a CPI do lixo em São Paulo.

Ao contrário do que ocorria no passado, quando tínhamos um partido que era um instrumento de apoio às lutas, hoje temos um partido que se enfrenta com elas, como se deu no episódio recente da greve dos professores gaúchos, categoria fundamental na formação do PT. Vale registrar que o governo do Rio Grande do Sul é encabeçado por Olívio Dutra, dirigente histórico do partido, que hoje pertence à chamada “esquerda petista”. Ainda que seu governo seja formado por integrantes de todas as correntes do partido, a maioria deles é ligada à esquerda petista, o que mostra que as diferenças são secundarizadas, em face da prioridade do exercício do governo.

Cada vez mais, o espaço institucional passa a ser privilegiado em detrimento das lutas sociais. O conceito marxista de “luta de classes” deu lugar a um conceito difuso de “direito à cidadania”, segundo o qual, os trabalhadores são vistos como cidadãos sem nenhuma clivagem de classe, diluindo-se o papel da exploração capitalista.

O PT das origens não existe mais. O partido que se impôs como uma diferença no cenário político nacional, hoje é um grande partido eleitoral, com políticas cada vez mais social-democratas, ainda que seus dirigentes formalmente não se assumam como tal.

PERSPECTIVAS

Ao fazermos estas constatações,

vemos que os obstáculos aumentaram, entretanto devemos nos apoiar no processo de mobilização em curso para exigir do PT, da CUT e demais setores da oposição vinculados aos trabalhadores que coloquem nas ruas a campanha pelo FORA FHC E O FMI, combatendo esta submissão ao calendário eleitoral e também uma urgente campanha nas ruas contra à guerra imperialista que os EUA querem deflagrar contra o Afeganistão.

Outra exigência fundamental é a de que Lula, principal líder da oposição, assuma em seu programa a ruptura com o FMI, a suspensão do pagamento da dívida externa, como medidas básicas para que se possa garantir a defesa de uma educação pública gratuita e de qualidade, bem como da saúde e de outros setores essenciais para a maioria da população trabalhadora. É importante afirmarmos, desde já, que não queremos que se repita aqui a experiência da Argentina, onde o governo De La Rúa, que sucedeu a Ménen, assumiu as mesmas políticas neoliberais.

Contudo, acreditamos que existe uma série de motivos para mantermos otimismo quanto ao fazer política hoje. Nos referimos à prática do MST, que continua insistindo no método da ação direta e demonstrando que é possível lutar e conquistar. Na retomadas das greves como principal instrumento para quebrar a intransigência do governo, muitas vezes passando por cima da vontade da direção majoritária da CUT. E, principalmente, nas do movimento antiglobalização e antiimperialista, que aumentam em todo o planeta, agudizando a crise do neoliberalismo e reafirmando a estratégia revolucionária de que com lutas a construção de um novo mundo é possível.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1) FONTES

Pesquisa de Delegados PT - Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, 1999.
Pesquisa Delegados PT - Gestão Venturi, 1997
Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
Texto do Plano de Lutas do I Congresso Nacional da CUT, 1983.

2) BIBLIOGRAFIA

CÉSAR, Benedito Tadeu. VERSO, REVERSO, TRANSVERSO. O PT e a Democracia no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Mimeo, 1995.
GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
Concepção dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo, Companhia Das Letras, 1991.
TROTSKY, Leon. A Revolução Traída. Lisboa, Antídoto, 1976.

- 1 Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense
- 2 GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da História. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 22
- 3 Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998: Partido dos Trabalhadores. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, p.377
- 4 CÉSAR, Benedito Tadeu. VERSO, REVERSO, TRANSVERSO. O PT e a Democracia no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Mimeo, 1995.
- 5 Idem.
- 6 Fonte: Pesquisa Delegado PT - Gestão Venturi, 1997.
- 7 Idem
- 8 TROTSKY, Leon. A Revolução Traída. Antídoto, Lisboa, 1976, p.269
- 9 GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 56
- 10 Texto do Plano de Lutas do I Congresso Nacional da CUT, 1983. p. 4

Cyro Garcia é mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Nicholas Davies*

Plano nacional de educação: muito discurso, nenhum recurso

INTRODUÇÃO

Este texto pretende examinar alguns aspectos do Plano Nacional de Educação (PNE) previsto na Lei 10.172, sancionada pela presidente FHC, em 9 de janeiro de 2001, sobretudo os financeiros, fazendo referência também tanto aos 2 projetos de lei de PNE encaminhados originariamente em 1998 à Câmara dos Deputados - um das entidades (sobretudo sindicais ligadas à educação) que se reuniram para este fim, no II Congresso Nacional de Educação (CONED), em novembro de 1997, em Belo Horizonte, outro do MEC - quanto ao seu substitutivo, de autoria do seu relator, Deputado Nelson Marchesan, aprovado pela Câmara dos Deputados, em junho de 2000, e pelo Senado, em dezembro de 2000. Para fins de simplificação, os diferentes projetos serão identificados como segue: Plano da Lei - PNE-Lei; Plano do substitutivo - PNE-substitutivo; Plano do CONED - PNE-Coned; Plano do MEC - PNE-MEC. Vale ressaltar que o PNE-Lei, embora originário do PNE-substitutivo, é uma cópia quase total do PNE-MEC, pelo menos em suas diretrizes e metas, em consequência dos vetos presi-

denciais ao PNE-substitutivo, aprovado pelo Senado e encaminhado a ele para sanção.

Tais planos, documentos extensos com até mais de 100 páginas, têm em comum um diagnóstico dos vários níveis e modalidades de ensino e a definição de diretrizes e metas de expansão que os governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal deveriam cumprir num período de até 10 anos. Embora sejam 4 planos diferentes, 3 deles se situam num mesmo campo - o do governo federal - e o outro, o do Coned, se encaixa num campo de oposição.

A exemplo de qualquer outro plano, o PNE precisa ser visto no contexto maior das políticas governamentais, que, sob o pretexto da existência de uma crise fiscal e gerencial do Estado, propõem a redução dos gastos sociais e/ou seu redirecionamento para setores supostamente mais carentes, a privatização, e incentivo à participação da sociedade na manutenção de serviços públicos.

Antes de comentarmos pontos específicos do PNE-Lei, cabe enfatizar a fragilidade da idéia de plano numa sociedade e Estado cuja lógica é regida pela racionalidade do capital em sua ânsia de reprodução, e não pela racionalidade do atendi-

mento das necessidades humanas. Ainda que as políticas sociais em Estados capitalistas atendam parcialmente às necessidades das maiorias, em última análise, são subordinadas ao movimento maior do capital. Assim, por mais bem concebido e intencionado que seja um plano, suas possibilidades de realização serão necessariamente limitadas e truncadas dentro da ordem capitalista e sobretudo da ordem capitalista dependente, como é o caso brasileiro. Além disso, é um equívoco pensar que um plano de educação possa ser realizado desvinculado de outras medidas destinadas a resolver ou, pelo menos, atenuar problemas sociais que afetam enormemente os problemas educacionais, como o desemprego, os baixos salários, a falta de habitação decente, saúde, transportes, cultura. Um plano de educação terá poucas chances de êxito se não for associado a planos também em outras áreas.

Dois exemplos mostram a fragilidade da idéia de plano, sobretudo de plano que se pretende voltado para atender as necessidades da imensa maioria da população. Um é o montante que o povo brasileiro vem pagando de juros e/ou amortização do principal da dívida pública interna e externa. No âmbito fede-



ral, este valor supera o pagamento do funcionalismo público federal. Segundo artigo publicado em maio de 2000, no informativo INFORMANDES (p. 12), do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), de 1995 a 2000 (previsão), os gastos com pessoal em relação às receitas correntes do governo federal teriam caído de 29,82% para 21,58%, enquanto a proporção dos juros também em relação às receitas correntes teria subido de 13,22% para 31,23%. Em valores previstos para 2000, os juros iriam consumir bem mais (R\$ 78,1 bilhões) do que o pessoal (R\$ 52,3 bilhões).

Outros exemplos são as Emendas Constitucionais (ECs) e leis que,

de iniciativa do governo, vêm retirando recursos da educação. A EC que criou o Fundo Social de Emergência, em 1994, e posteriormente prorrogada até dezembro de 1999, com o nome de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), resultou na perda de bilhões de reais para a educação pública em âmbito federal, estadual e municipal, pois desvinculou 20% dos impostos federais destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), assim como 20% do salário-educação. Esse prejuízo, pelo menos para a educação administrada pelo governo federal, continuou em 2000 e continuará pelo menos até 2003, em consequência da prorrogação desta desvinculação, agora com o nome de DRU

(desvinculação da receita da União), pela EC 27, de março de 2000.

Antes de examinar o PNE, convém fazer uma breve comparação entre o do Coned e o do MEC, que tramitaram como projetos de lei em 1998 e 1999 e que revelam diferentes concepções de Planos de Educação.

O plano de gabinete do MEC: omissão do Estado, estímulo à participação da "sociedade", privatização, e "racionalização" dos gastos

O PNE-MEC é apresentado como "resultado de um processo aberto e democrático que se desenvolveu ao longo de 1997, com consulta aos diferentes agentes públicos e atores sociais diretamente en-

envolvidos com a questão educacional”, apontando-se o Consed (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) como interlocutores privilegiados. Ora, um processo aberto e democrático não se limita à consulta, que pressupõe uma autoridade que aceita ou rejeita, segundo seus próprios critérios, as sugestões porventura oferecidas pelos vários agentes envolvidos. Um processo aberto e democrático exige, ao contrário, que os vários setores interessados, e não apenas representantes estatais, como é o caso do Consed e da Undime, apresentem suas propostas em pé de igualdade e procurem estabelecer os pontos consensuais e negociar os conflitivos. Não foi isso o que aconteceu, sendo a proposta do MEC apenas uma confirmação da atual política educacional do governo federal. A consulta supostamente pretendida pelo MEC parece ter sido apenas uma tentativa de dar um verniz democrático ao Plano, uma vez que, conforme o Ministro Paulo Renato reconhece na Exposição de Motivos, o Plano representa “a continuidade da atual política educacional”. Ora, se o Mec pretendesse consultar seriamente os diferentes setores envolvidos com a educação, teria que admitir que o Plano, a partir dessa consulta (se fosse para valer), pudesse alterar a atual política educacional. Como o

Plano representa, segundo as próprias palavras do Ministro, uma continuidade da atual política educacional, depreende-se que a consulta foi só para constar.

Para o MEC, os principais problemas do sistema educacional seriam sua ineficiência, a má formação dos professores, a gestão incompetente dos recursos humanos e financeiros, e as soluções não dependeriam apenas do Estado. Ao contrário, a responsabilidade pela educação, mesmo a pública, seria de todos: a família, os meios de comunicação de massa, as organizações não-governamentais, leigas ou confessionais, a ação da iniciativa privada. O trecho a seguir mostra a participação que se espera da “comunidade”: “há que se incentivar igualmente o trabalho voluntário e a organização das comunidades, para, de forma participativa, colaborar na gestão da escola, para melhorar a qualidade do atendimento escolar e para enriquecer o patrimônio da escola, práticas que, em todas as democracias, constituem manifestação do exercício da cidadania responsável” (PNE-MEC, 1998, p. 17). A “descentralização” das responsabilidades, no entanto, não é acompanhada da descentralização das decisões maiores, relativas à política educacional, que continuam concentradas no governo federal. A gestão é incentivada, no máximo, em nível micro, da escola, não se estendendo aos órgãos centrais dos

diferentes sistemas educacionais (municipais, estaduais e federal). Ou seja, para cuidar do cotidiano escolar, sobretudo das carências decorrentes da omissão do Poder Público, a “comunidade” é chamada a participar, com trabalho não remunerado, contribuições etc. Porém, no âmbito macro, de definição das prioridades educacionais, da utilização dos recursos, da avaliação, dos currículos, o PNE-MEC é centralizador, não prevendo a participação dos profissionais, pais, alunos e comunidade.

Para a consecução de todas as metas quantitativas, o MEC não propõe nenhum aumento significativo de gastos governamentais, mas apenas a “racionalização” dos recursos já disponíveis, que, bem empregados, seriam suficientes para cumprir as metas. Embora seja verdade que a diminuição ou eliminação dos desperdícios dos governos possibilitariam um volume significativo de recursos adicionais para atender a tais metas, ainda assim é pouco provável que as metas do MEC possam ser realizadas apenas com o uso “judicioso” dos recursos constitucionalmente vinculados à educação (pelo menos 18% dos impostos, no caso da União, e pelo menos 25%, no caso de Estados, Distrito Federal e municípios). Em primeiro lugar, se até hoje as práticas dos governantes têm deixado muito a desejar em termos do uso judicioso desses recursos, por que razão mudarão a partir de agora? Como o PNE-MEC não aponta elementos concretos que permitam esperar a aplicação correta e racional dos recursos da educação, as suas metas carecem de fundamentação, por não definirem a origem dos recursos adicionais para a sua realização. A única previsão de aumento de

Ora, se o Mec pretendesse consultar seriamente os diferentes setores envolvidos com a educação, teria que admitir que o Plano, a partir dessa consulta (se fosse para valer), pudesse alterar a atual política educacional.

recursos é insignificante, pois estabelece 6,5% (dos governos e da iniciativa privada) do PIB até o final dos 10 anos do PNE. Ora, segundo a tabela 56 do PNE-MEC (p. 129), os gastos educacionais (de todos os níveis de ensino) teriam sido estimados em 5,97% do PIB em 1995, sendo 1,12% do setor privado. Como a meta é de 6,5% ao fim da década, isso significa um ínfimo crescimento de 0,5% (6,5 - 5,97) em 10 anos, correspondentes a 0,05% ao ano. Como 20% deste crescimento (0,1% em 10 anos, ou 0,01% por ano) seriam pelo menos do setor privado, o incremento do setor público (federal, estadual e municipal) seria de 0,04% ao ano, equivalente a pífios R\$ 296 milhões, tomando-se como base os dados do PIB contidos na tabela 56. Fica claro, pois, que ou as metas do PNE-MEC são apenas retórica ou ele espera contar com a participação da sociedade (leia-se “iniciativa privada” e trabalho voluntário das “comunidades”) para cumpri-las. Em última análise, ambos os ingredientes estão presentes na metas. A indigência técnica do PNE-MEC se revela ainda na não-estimativa dos custos de cada matrícula adicional nos vários níveis e modalidades de ensino. Ora, qualquer plano de expansão da educação, para ter o mínimo de fundamentação técnica, deve fazer tal estimativa e fixar a origem dos recursos. Ora, o PNE-MEC não fez tal estimativa e apenas esboçou a origem dos recursos (participação da comunidade e ONGs, incentivo ao setor privado e “racionalização” dos gastos), não estabelecendo a correlação entre o montante obtido com tais fontes e os custos estimados das novas matrículas.

Plano do Coned: conjuntura x estrutura

Ao contrário do PNE-MEC, o do Coned foi fruto de ampla mobilização e participação de uma série de entidades envolvidas com a educação, tendo sido a culminação de dois congressos realizados com este fim, o primeiro em julho de 1996, o segundo em novembro de 1997, ambos em Belo Horizonte.

Para o PNE-Coned, os problemas educacionais seriam consequência sobretudo de políticas governamentais de inspiração neoliberal e da influência de organismos internacionais (em especial o Banco Mundial), pressupondo, assim, que bastaria uma correção de rumo dessas políticas no sentido de uma vaga e genérica “inclusão social” para resolver tais problemas. Ora, ainda que tais políticas tenham agravado a situação social e, em particular, a educação nos últimos anos, o seu efeito foi mais de caráter conjuntural do que estrutural, uma vez que a exclusão social e educacional é bastante anterior às políticas atuais. Essa exclusão só pode ser compreendida e combatida se examinarmos e enfrentarmos os seus condicionantes estruturais: a sociedade capitalista de classes, dependente. O caráter dependente do Estado brasileiro é indicado na Introdução do PNE-Coned, porém não a sua marca capitalista de classe. Aliás, os conceitos “capitalismo” e “classe social” não são mencionados uma única vez sequer em todo o Plano, mas apenas “nação”, “povo”, “maiorias”, “excluídos”. Essa é uma das debilidades fundamentais do PNE-Coned em sua proposta de inclusão social, pois pressupõe seja isso possível com um “desenvolvimento auto-sustentado, tendo no Estado o referencial de articulação e indica-

ção para o fortalecimento do mercado interno, para uma política econômica que favoreça a geração de empregos e de renda, a reforma agrária, uma efetiva política agrícola, uma política de ciência e tecnologia, articuladas com as necessidades nacionais.” (Introdução do PNE-Coned). Ora, mesmo que o Estado brasileiro perca algumas de suas características privatizantes por conta de um projeto “nacional” que promova as mencionadas reformas, o máximo que poderia ocorrer seria a diminuição da exclusão social, mas não a inclusão social, só possível numa nova ordem social, sem exploradores e explorados. Como o PNE-Coned não tem o horizonte de ruptura com a ordem burguesa, a sua proposta de inclusão social e de solução dos problemas sociais e educacionais acaba sendo sobretudo retórica. A evasão e repetência, por exemplo, não foram causadas pelo neoliberalismo nem pelas políticas atuais. Podem ter sido acentuadas por ele, porém sua razão mais profunda está na sociedade capitalista, que tem na escola (que, cabe frisar, não serve apenas a este propósito) mais um instrumento de produção e legitimação das desigualdades sociais com base no grau de escolarização dos indivíduos. Ainda que possam e devam ser combatidas por governos reformistas dentro da ordem burguesa, a evasão e a repetência têm suas raízes na estrutura social e política que subjaz a tais governos e impõe limites a quaisquer ações reformistas. Isso não significa que tais reformas não possam contribuir para minorar os problemas educacionais, mas é um equívoco pensar que possam saná-los, uma vez que são sobretudo de natureza estrutural, não conjuntural.

Como o PNE-Coned não contempla uma sociedade não dominada pela lógica do mercado, mas apenas uma em que o mercado não seja tão excludente (pois apenas propõe o desenvolvimento do mercado interno, mencionado antes), o conceito de “qualidade social” carece de qualquer fundamento

Em contraposição à proposta neoliberal de “qualidade total”, o PNE-Coned lança um vago conceito de “qualidade social”, que, ao contrário do outro, não seria regida pela ótica do mercado. Ora, como o PNE-Coned não contempla uma sociedade não dominada pela lógica do mercado, mas apenas uma em que o mercado não seja tão excludente (pois apenas propõe o desenvolvimento do mercado interno, mencionado antes), o conceito de “qualidade social” carece de qualquer fundamento, a não ser que o objetivo dos mentores do PNE-Coned tenha sido apenas retórico, criando um slogan para se contrapor à “qualidade total” do neoliberalismo.

Ao contrário do PNE-MEC, o do Coned afirma que não cabe à sociedade (ONGs, comunidade escolar, setor privado) oferecer ou manter a educação, que seria direito de todos e dever do Estado. Porém, ela, através de suas entidades representativas, seria fundamental na gestão das escolas e dos sistemas educacionais, através de Fóruns (Fóruns Nacional, Estaduais e Municipais), encarregados de elaborar e acompanhar a política educacional dos governos. Em outras palavras, caberia ao Estado financiar a educação pública, a ser gerida por tais entidades representativas. Haveria, assim, uma responsabilização dos governos no financiamento e manuten-

ção da escola pública, porém uma descentralização de sua gestão no âmbito dos sistemas educacionais e da própria escola (Conselhos Escolares) ou universidade (Conselhos Universitários). Não seria, portanto, uma descentralização administrativa, como prevê o PNE-MEC, mas política. Uma questão não enfrentada pelo PNE-Coned é que tais entidades não representam necessariamente o interesse público, sendo muitas orientadas por interesses privatistas, inclusive muitas ONGs. Portanto, os problemas da gestão das escolas e dos sistemas educacionais não seriam necessariamente resolvidos por essa descentralização.

Para atender as suas metas mais ambiciosas do que as do MEC, o PNE-Coned previu cerca de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) em gastos públicos em educação, ao fim do período de 10 anos de vigência do PNE. No entanto, a sua operacionalização apresenta problemas. Em primeiro lugar, mesmo que os governos indiquem nos orçamentos e balanços estarem aplicando o correspondente a 10% do PIB, nada garante que isso esteja acontecendo na prática, pois não é incomum os governos declararem dispêndios contábeis em educação que não representam despesas reais. Em segundo lugar, de nada adianta destinar 10% do PIB para a educação pública se grande parte dos recursos for absorvida pela

burocracia, que é quem controla a destinação das verbas. É sabido que boa parte dos recursos públicos se perdem nas atividades-meio e não beneficiam as atividades-fim (a escola e a sala de aula) e o aumento de recursos para a educação não garante necessariamente o atendimento de certas metas de ampliação de vagas, contratação de profissionais da educação e funcionários, se a burocracia educacional não for contida em sua voracidade. Em síntese, não basta garantir mais recursos. É preciso também assegurar a sua efetiva aplicação (e não apenas contábil) na melhoria das atividades-fim (o professor e o aluno). Por último, a obrigação de destinação de 10% do PIB será dificilmente operacionalizável porque o PIB é uma renda nacional (dos governos e iniciativa privada), não apenas dos governos, e será impossível responsabilizar o conjunto dos governos, as diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) ou cada governo individualmente em termos de percentual do PIB. Talvez o único que possa ser responsabilizado em certa medida seja o federal, até porque individualmente detém grande parcela da receita nacional. Quando as responsabilidades financeiras não são claramente definidas, o seu descumprimento é inevitável.

Um outro item importante do financiamento previsto no PNE-Coned é o que serve de referência para o valor do custo-aluno-qualidade-ano, que, no caso da educação básica, equivaleria a 25% (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) da renda nacional per capita, critério este baseado nos gastos em educação dos países capitalistas avançados. Este custo representaria US\$ 1.000 em 1997



(25% da renda nacional per capita na época), ou o equivalente a R\$ 2.500, em 2001. Há dois problemas neste critério. Um é tomar como referência o dólar norte-americano, que o governo brasileiro não tem o poder de emitir e cujo valor é altamente variável, tendo subido muito mais do que a renda per capita desde 1997. Outro problema é que a disponibilidade real e potencial de recursos é bastante variável entre os Estados e municípios, cuja imensa maioria (sobretudo de municípios) não contariam com o valor mínimo, mesmo aplicando o percentual mínimo da receita de impostos e as receitas adicionais trazidas pelas propostas de criação de salário-creche, imposto sobre grandes fortunas, combate à sonegação e renúncia fiscal, isenções fiscais e ao FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), contidas no PNE-Coned. A debilidade do PNE-Coned é não prever um mecanismo de equalização dos recursos entre União, Estados e Municípios, para garantir a disponibilidade de US\$ 1.000 por aluno em

todas as redes escolares de todo o Brasil. O Fundef promoveu essa equalização em certo grau limitado, porém só em âmbito estadual e tendo como referência apenas uma parte dos impostos e as matrículas do ensino fundamental regular.

PNE-Lei: discurso sem recurso

Antes de fazer comentários específicos sobre o PNE-Lei sancionado pelo presidente FHC, cabe lembrar a sua estrutura e a sua origem. O PNE-Lei compõe-se de 6 partes. A primeira é uma introdução, contendo um histórico dos planos e os objetivos e prioridades do PNE. A segunda trata dos níveis de ensino e se divide em educação básica (por sua vez, subdividida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. A terceira é dedicada a várias modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação à distância e tecnologias educacionais, educação tecnológica e formação profissional, educação especial, educação indígena). A quarta diz respeito ao magistério da educação básica; a quinta, ao financiamento e gestão. A última parte refere-se ao acompanhamento e avaliação do PNE-Lei. Com exceção dessa última parte e da primeira (Introdução), todas as outras contêm um diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas. Embora não faça parte do PNE-Lei propriamente dito, a mensagem Nº 9 encaminhada pelo presidente FHC ao presidente do Senado Federal, em 9 de janeiro de 2001, contendo os vetos e as suas justificativas ao projeto de lei 42, de 2000 (o PNE-substitutivo), é um importante elemento de análise, pois praticamente todos os vetos dizem respeito à previsão de recursos para a concretização das diretrizes e metas do PNE-Lei,

mostrando claramente a debilidade de um PNE-Lei que estabelece metas de expansão para todos os níveis e modalidades de ensino, mas não prevê nem os custos nem a fonte de recursos adicionais para o financiamento de tais metas.

A propósito, tais vetos acabaram por gerar uma contradição dentro do próprio PNE-Lei, pois, enquanto o seu diagnóstico é idêntico ao do PNE-substitutivo, alguns de seus objetivos e metas foram vetados pelo presidente FHC. Assim, o diagnóstico fala da necessidade de aumento dos gastos do conjunto das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) para 7% do PIB, porém esta meta foi vetada, produzindo-se assim um plano que não é plano, pois não define a origem dos recursos adicionais para o financiamento das metas de expansão. O diagnóstico também menciona um padrão mínimo de qualidade, materializado num custo-aluno-qualidade e na meta 7 do PNE-substitutivo, também vetada. Para os vetos, o presidente alegou que a meta de 7% do PIB contraria o disposto na Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), não indica fonte de receita correspondente e não está em conformidade com o PPA (Plano Plurianual), do governo federal. As alegações são frágeis pois os governos podem fazer - e o fazem o tempo todo - remanejamento (legal e ilegal) de verbas. Um exemplo é a desvinculação de impostos de MDE promovida pelo governo federal através de Emendas Constitucionais desde 1994, comentada no início. Além disso, o PPA será inevitavelmente bastante alterado pelo simples fato de o próprio governo preferir remunerar o capital financeiro (através da taxa de juros) a

investir nos setores sociais, fragilizando qualquer meta de qualquer plano.

Se o PNE-Lei não estabelece a fonte de financiamento adicional de suas metas, qual a mágica que garantirá o atendimento das metas de expansão, na sua avaliação? Basicamente, a mera aplicação do percentual mínimo de impostos vinculados constitucionalmente à MDE, a “racionalização” dos gastos (usando os mesmos recursos para atender a um número maior de alunos - meta muito enfatizada no financiamento do ensino superior estatal), e a participação da sociedade (através de trabalho voluntário e contribuições financeiras), das ONGs (organizações não governamentais), da iniciativa privada e de novas tecnologias (educação à distância).

Para a aplicação do percentual mínimo, o PNE-Lei propõe as metas 2 a 5, que prevêem mecanismos de fiscalização e controle da aplicação do percentual mínimo com base nas determinações da LDB, mobilizando inclusive Tribunais de Contas, Procuradorias da União e dos Estados, Conselhos do Fundef, sindicatos, ONGs e a população em geral para essa fiscalização. Esta proposta, presente também no PNE-MEC, tem a virtude de chamar a atenção para um problema antigo e ainda não resolvido, que é a não-aplicação, pelos governos, dos recursos legalmente vinculados à MDE. Em estudos que realizamos sobre os gastos contábeis de prefeituras e do governo estadual fluminense (DAVIES, 2000a; DAVIES, 2001a) e também efetuados por outros estudiosos (CALLEGARI, 1997), constatamos que bilhões de reais legalmente devidos deixaram de ser aplicados em MDE. A prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo,

deixou de aplicar mais de R\$ 1 bilhão devido em 1998 e 1999. O governo do Estado de São Paulo deixou de investir quase R\$ 7 bilhões devidos em MDE de 1995 a 1999, segundo apurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em 1999 na Assembléia Legislativa de São Paulo. A Subcomissão de Investigação dos Recursos do Fundef, criada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, também apurou uma série de irregularidades praticadas com os recursos do Fundef numa infinidade de municípios e Estados (BRASIL, Congresso Nacional, 2001).

Quanto aos Tribunais de Contas, embora constitucionalmente incumbidos de fiscalizar as contas governamentais, é pouco provável que demonstrem o necessário rigor em tal fiscalização, a não ser que estejam sob a vigilância atenta da opinião pública (o que raramente acontece) ou, por alguma razão “especial”, estejam perseguindo o governante em questão (“para amigos, tudo; para os inimigos, o rigor da lei”). Afinal de contas, seus conselheiros foram nomeados a partir de “acordos” entre parte do legislativo e o executivo. Além disso, sua competência técnica está longe da desejável, conforme constatamos em estudo sobre as instruções normativas que elaboram para avaliar as receitas e gastos em MDE (- DAVIES, 2001b). De qualquer maneira, mesmo que os Tribunais fossem confiáveis do ponto de vista ético e técnico e elaborassem pareceres bem fundamentados, estes

podem ser constitucionalmente derrubados (por maioria de 2/3 dos “representantes” do povo) pelo legislativo, que, em última análise, é quem aprova as contas governamentais.

É verdade que, se os governos cumprissem o que manda o Art. 212 da Constituição Federal ou os artigos correspondentes das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas, a educação pública nacional receberia um acréscimo de receita que corresponderia a alguns bilhões de reais por ano (talvez até superando os 10 bilhões), permitindo o atendimento de algumas das metas do PNE-Lei. Porém, será um atendimento apenas parcial e tendo como base o padrão de qualidade atualmente existente, que está longe do desejável e não é considerado pelo PNE-Lei como meta a ser buscada. Se o descumprimento desta exigência constitucional (e também de muitas outras) é costumeiro nos governantes, que, para isso, têm contado com a conivência do Legislativo e o conluio e/ou omissão do Judiciário, não há nenhuma razão para esperar mudança em suas práticas agora, a não ser que sejam submetidas a um forte e qualificado controle social. De nada adianta criar mecanismos legais se a população não exerce um controle direto sobre o Poder Estatal, que está longe de ser Público.

A proposta de “racionalização” dos gastos - ou seja, usar os mesmos recursos físicos, técnicos, humanos e financeiros para atender a um número maior de matrículas -

*De nada adianta criar mecanismos legais
se a população não exerce um controle direto sobre
o Poder Estatal, que está longe de ser Público*

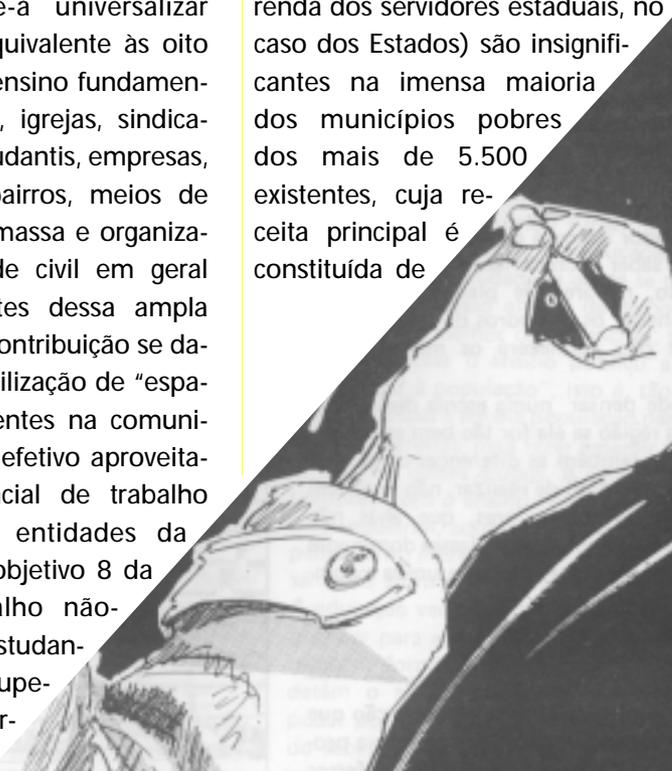
está mais dirigida para o ensino superior estatal, sobretudo o federal. Embora o diagnóstico de gasto excessivo por aluno no ensino superior público esteja presente no PNE-MEC, no PNE-Lei (que reproduz o do PNE-substitutivo) ele desaparece, porém não nos objetivos e metas, em que o financiamento do ensino superior estatal fica condicionado ao número de alunos atendidos e à pesquisa. Isso significa que o financiamento das instituições federais dependerá da sua produtividade medida em número de matrículas. A “racionalização” dos custos está também implícita na proposta do PNE-Lei de diversificação das instituições de ensino superior, com algumas se dedicando à pesquisa, ensino e extensão (as universidades), e outras apenas ao ensino.

A diversificação abrangeria a criação de novas modalidades de ensino superior, como os cursos seqüenciais e cursos modulares, que parecem feitos sob medida para a iniciativa privada, cuja expansão era vista como aceitável e desejável no PNE-MEC para atender à meta de 30% da população de 18 a 24 anos em 10 anos, contra o percentual atual de 12%. O incentivo maior à iniciativa privada não vem apenas do objetivo explícito 27 (“oferecer apoio e incentivo governamental para as instituições comunitárias sem fins lucrativos, preferencialmente aquelas situadas em localidades não atendidas pelo Poder Público, levando em consideração a avaliação do custo e a qualidade do ensino oferecido”), mas sobretudo da contenção do setor estatal, presente em dois dos vetos presidenciais a objetivos constantes do PNE-substitutivo e também na política federal dos últimos anos.

Um objetivo vetado era ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção não inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior. Este objetivo do PNE-substitutivo, claramente defensivo, pretendia apenas que o setor público não perdesse espaço para a iniciativa privada, como vem perdendo nas últimas décadas. O outro objetivo vetado estipulava a triplicação do financiamento público à pesquisa científica e tecnológica em 10 anos.

A outra mágica que, segundo o PNE-Lei, permitiria atender as suas metas, não ambiciosas quanto as do PNE-Coned, seria a convocação para a participação da sociedade, enfatizada sobretudo para o objetivo de erradicação do analfabetismo. Segundo o seu diagnóstico para a educação de jovens e adultos (EJA), “sem uma efetiva contribuição da sociedade civil, dificilmente o analfabetismo será erradicado e, muito menos, lograr-se-á universalizar uma formação equivalente às oito séries iniciais do ensino fundamental. Universidades, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, empresas, associações de bairros, meios de comunicação de massa e organizações da sociedade civil em geral devem ser agentes dessa ampla mobilização.” Tal contribuição se daria na forma da utilização de “espaços ociosos existentes na comunidade, bem como efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil” (objetivo 8 da EJA) e de trabalho não-remunerado de estudantes de educação superior e cursos de formação de pro-

fessores em nível médio, que ganhariam apenas “créditos curriculares” (objetivo 11). A deficiência do diagnóstico e dos objetivos do PNE-Lei está em que, embora reconheça a importância do financiamento público das ações de erradicação do analfabetismo, não estipula recursos significativos para isso. Os dois únicos objetivos sobre isso (10 e 11 da parte dedicada ao financiamento) são excessivamente modestos, sobretudo quando se considera a necessidade de atendimento de pelo menos 16 milhões de analfabetos, segundo as estatísticas oficiais. Os recursos estaduais e municipais para tal fim seriam constituídos pelos 15% dos impostos que não entram na constituição do Fundef (o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). O problema é que os 15% desses impostos (IPTU, ISS, ITBI, Imposto de renda dos servidores municipais, no caso dos municípios, e 15% do IPVA, ITCD e Imposto de renda dos servidores estaduais, no caso dos Estados) são insignificantes na imensa maioria dos municípios pobres dos mais de 5.500 existentes, cuja receita principal é constituída de



FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e ICMS, não de impostos próprios. É bastante provável que estes 15% dos impostos que não entram no Fundef representem, nos municípios mais pobres, no máximo 5% da receita total de impostos, correspondendo a valores irrisórios para atender a metas tão ambiciosas. Essa imensa carência dificilmente seria compensada pelo apoio financeiro da União aos municípios mais pobres (objetivo 11), pois o governo federal destina para este fim apenas R\$ 187 milhões em 2001 (R\$ 230,00 por matrícula) e não tem demonstrado sensibilidade para essa questão, pois nunca cumpriu o Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF de 1988 (conforme denunciado em vários relatórios do Tribunal de Contas da União), que determinava ao Poder Público a destinação de 50% do percentual mínimo previsto na Constituição Federal de 1988 (9% dos impostos no caso da União) para a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo. Além disso, a Emenda Constitucional 14, de sua iniciativa, reduziu este percentual de 50% para 30% dos 18%, ou seja, 5,4%, valor que é diminuído para 4,2% pela Emenda que desvincula 20% da receita de impostos da União (a DRU, mencionada antes). Como na contabilização dos 4,2% o governo federal pode legalmente incluir a quota federal do salário educação (que não é imposto e deve girar em torno de R\$ 900 milhões/ano), na prática o governo federal só seria obrigado a aplicar menos de 4% dos impostos não só na erradicação do analfabetismo como também no ensino fundamental. Como vários dos seus programas (merenda, livro



didático, dinheiro direto na escola, transferências à educação do Distrito Federal e outros) podem ser contabilizados nos 4%, o que sobra para a EJA é irrisório, do ponto de vista legal. Talvez isso explique a miséria dos R\$ 187 milhões concedidos em 2001 para a EJA dentro do programa Recomeço.

A fragilidade do financiamento da EJA pelos 15% dos impostos que não integram o Fundef é aumentada pelo fato de a lógica do Fundef só privilegiar as matrículas do ensino fundamental regular e deixar de fora as de outros níveis e modalidades de ensino, inclusive as do ensino fundamental supletivo, induzindo, assim, os governos a buscarem matrículas (reais ou falsas) apenas no nível de ensino com potencial de receita (o fundamental regular), e abandonarem ou congelarem as de outros níveis, que só representam despesa e não trazem receita do Fundef.

Essa mesma lógica também fragiliza o financiamento da educação infantil e do ensino médio, cujas metas de expansão não seriam alcançadas com recursos novos, mas apenas com os 10% dos impostos não vinculados ao ensino fundamental pela EC 14 (dos 25% previstos na Constituição Federal). A debilidade do PNE-Lei mais uma vez fica patente. Conforme já comentado acima, mesmo supondo-se que uma parte mais ou menos significativa deste percentual não venha sendo aplicada, é pouco provável

que sua aplicação correta (dificilmente garantida, pelas razões já apontadas) ofereça os recursos necessários. O mais provável é que as metas de atender, em 10 anos, 50% das crianças de até 3 anos (um acréscimo de 5.867.840 matrículas) e 80% de 4 a 6 anos (mais 7.300.160) e do ensino médio (mais 6.608.531), se forem cumpridas, o sejam de maneira limitadíssima e, mesmo assim, mediante a compressão (a "racionalização") dos gastos, inclusive da remuneração dos profissionais da educação, reduzindo a qualidade da educação pública e minando dois dos objetivos declarados do PNE.

A propósito dos profissionais da educação, o PNE enfatiza a sua formação inicial e continuada e praticamente nada fala sobre sua valorização remuneratória, pressupondo que ela teria sido resolvida pelo Fundef. Ora, o Fundef só se destina a quem atua no ensino fundamental regular e exclui os profissionais de outros níveis e modalidades de ensino. Mesmo quem atua no ensino fundamental regular não será necessariamente beneficiado pelo Fundef, uma vez que, segundo o balanço feito pelo MEC sobre o Fundef e divulgado em outubro de 2000, mais de 2.000 prefeituras e quase todos os governos estaduais perdem recursos para o Fundef e poderão alegar que não têm condições de melhorar a remuneração deles por causa dessa perda. Se houvesse uma preocupação séria com a melhoria da remuneração dos profissionais da educação, ela teria que se basear na totalidade dos recursos da educação, e não apenas no Fundef, que na verdade representa a parcela menor dos recursos da educação (cerca de 40% a 45% dos recursos totais vin-

culados à MDE dos Estados, Distrito Federal e Municípios). Em 1998, por exemplo, o Fundef nacional totalizou R\$ 13,2 bilhões, porém os recursos vinculados à MDE não integrantes do Fundef somaram mais de R\$ 17 bilhões.

Tampouco se pode esperar muito da ação supletiva da União para a educação infantil dos municípios, se tomarmos como referência a complementação federal para o Fundef, que, além de ilegal, é irrisória em termos nacionais (cerca de 3,5% do total da receita nacional do Fundef, ou em torno de R\$ 500 milhões anuais desde 1998, quando o Fundef foi implantado obrigatoriamente). A ilegalidade dessa complementação refere-se ao cálculo do valor mínimo nacional anual supostamente necessário para garantir um padrão mínimo de qualidade, previsto na Lei 9.424, que regulamentou o Fundef em 1996. Se a lei fosse cumprida, este valor por matrícula teria sido de mais de R\$ 550 em 2001, e não os R\$ 363 fixados para as matrículas de 1ª a 4ª séries (segundo critérios de contenção do gasto público). Estima-se que a não complementação federal devida terá totalizado bem mais de R\$ 7 bilhões de 1998 a 2001. Em vista desse passado crônico de ilegalidade, não podemos nutrir expectativas de que o governo federal irá cumprir o objetivo 18 do PNE-Lei (oriundo do PNE-substitutivo mas não constante do PNE-MEC), que manda a União calcular

este valor mínimo “rigorosamente de acordo com o estabelecido pela Lei 9.424”.

Outra mágica que garantiria a realização das metas do PNE, sem aporte de recursos significativos por parte dos governos, seria o uso de novas tecnologias, em especial a educação à distância, fomentada para atender a vários níveis e modalidades de ensino: educação de jovens e adultos, formação profissional, ensino superior, capacitação de professores (a TV Escola é um exemplo disso). A proposta do PNE-Lei seria duplamente vantajosa para a iniciativa privada, pois a União se propõe apenas a estabelecer normas para credenciamento das instituições de ensino à distância e a financiar programas educativos. A iniciativa privada ganha duplamente com isso porque a educação à distância é uma forma de ela expandir a clientela a um custo bem mais baixo do que a educação presencial e os programas educativos serão produzidos por ela e adquiridos pelos governos (vide o Telecurso). É vantajosa também porque vem utilizando apenas instrutores em muitos desses cursos (o Telecurso, por exemplo), com um nível de qualificação menor do que um professor com a habilitação legalmente exigida para tal fim e não-organizado em sindicatos e, portanto, sujeito a salários menores. Em síntese, o PNE-Lei, através de propostas de educação à distância, contribui para a reprodução ampliada na educação.

Conclusão

Se tivéssemos que sintetizar os vários PNEs que estiveram em disputa, colocaríamos num mesmo campo o PNE-MEC, o PNE-substitutivo e o PNE-Lei e no outro o PNE-Coned, embora o PNE-substitutivo tivesse feito algumas concessões a propostas de entidades que participaram da elaboração do PNE-Coned, como um modesto aumento dos gastos estatais do PIB (7%) para os próximos 10 anos, ao contrário dos 5,5% do PNE-MEC e dos 10% do PNE-Coned. Uma diferença básica entre esses dois campos é sobre o papel do Estado e da sociedade e sua relação. Enquanto os PNEs do primeiro campo, em sintonia com a perspectiva neoliberal, diminuem ou congelam a responsabilidade do Estado e incentivam ou convocam a participação de entidades da sociedade para suprir as deficiências ou omissões do Estado (inclusive pela privatização), mas não o controle social sobre as ações estatais, o PNE-Coned sublinha a responsabilidade do Estado na oferta de serviços educacionais e atribui a tais entidades o papel de, através de fóruns e conselhos, formular a política e controlar a gestão educacional desde o nível micro (a escola) até o macro (os sistemas educacionais). Essa foi a disputa básica entre os vários PNEs. Ambos os campos apresentam debilidades. Os PNEs do campo neoliberal se enredam numa contradição interna insolúvel, que consiste na elaboração de um plano de ação estatal a partir de um diagnóstico que identifica a ineficiência e insuficiência dessa mesma ação estatal como o principal problema e propõe como solução o incentivo e convocação à participação da sociedade (pais de alunos e instituições privadas sobre-

A iniciativa privada ganha duplamente com isso porque a educação à distância é uma forma de ela expandir a clientela a um custo bem mais baixo do que a educação presencial.

tudo) para suprir essa insuficiência e corrigir a ineficiência usando os seus próprios meios e recursos, e não os meios e recursos de que dispõem os órgãos centrais da burocracia. Tais PNEs neoliberais seriam, assim, apenas uma reedição da socialização do prejuízo ou da miséria (educacional, neste caso), antiga prática das classes dominantes de todo o mundo, para garantir ou intensificar, pela via estatal, a privatização do lucro (ou dos recursos públicos, neste caso). O PNE-Coned, por outro lado, embora se oponha em muitos aspectos aos PNEs neoliberais, reduz o diagnóstico a problemas conjunturais (neoliberalismo, políticas atuais) e não capta a dimensão estrutural (o capitalismo dependente) de muitas questões educacionais (evasão e repetência, por exemplo). Como não se dispõe a enxergar o caráter estruturalmente privatista do Estado capitalista dependente, suas propostas - embora nada revolucionárias em termos qualitativos, pois não pretendem mudar a natureza da escola - não seriam realizáveis em sua plenitude, porque limitadas ao plano conjuntural, das políticas governamentais. Mesmo um governo de discurso seriamente reformista (para distinguir dos que são apenas demagógicos) dificilmente realizará muitas das metas do PNE-Coned, se não enfrentar os condicionantes estruturais da ação estatal.

Referências Biográficas

- ANDES. Cinco séculos depois, o Brasil é, cada vez mais, o país dos excluídos. Informantes (Informativo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Brasília, ano XI, nº 100, maio 2000.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Relatório da Subcomissão Especial para Análise de Irregularidades do Fundef. Relator: Deputado Gilmar Machado, 2001.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988 (atualizada até a EC 30, de 13/9/2000). 7ª edição. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20/12/96, publicada no DOU em 23/12/96.
- BRASIL. MEC. Balanço do Fundef - 1998-2000. MEC, outubro de 2000 (disponível na página do MEC na Internet).
- BRASIL. Lei 10.172, de 9/1/2001. In: Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Plano Editora, 2001.
- BRASIL. TCU (Tribunal de Contas da União). Relatório e parecer prévio sobre as contas do Governo da República. Exercício de 1999. Brasília, 2000.
- CALLEGARI, C. As verbas da educação: a luta contra a sonegação de recursos do ensino público no Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Entrelinhas, 1997.
- CARTA DOS TÉCNICOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS SOBRE O FUNDEF. Brasília, 1º/7/99. 32 p.
- CONED (Congresso Nacional de Educação). Plano Nacional de Educação. Proposta da Sociedade Brasileira. Plano elaborado pelas entidades participantes do II Coned (Congresso Nacional de Educação), realizado em Belo Horizonte, de 6 a 9 de novembro de 1997.
- DAVIES, Nicholas. "Confundef": as confusões criadas pelas autoridades a respeito do Fundef e da valorização do magistério. Contexto & Educação, ano 15, n. 57, jan./mar. 2000a (revista de educação da Universidade de Ijuí, RS).
- DAVIES, Nicholas. Educação do município do Rio de Janeiro perdeu mais de R\$ 1 bilhão em 1998 e 1999. Movimento (revista da Faculdade de Educação da UFF), Niterói, n.3, maio de 2001a.
- DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação estatal no Brasil: velhos e novos desafios. Cadernos de Ensaios e Pesquisas (da Fac. de Educação da UFF), Niterói, n. 4, abril/maio/junho 2001c.
- DAVIES, Nicholas. O Estatal, o Público e o Privado em Educação: Tensões e Ambigüidades. São Paulo, Departamento de Sociologia, 1999a (Tese de doutoramento).
- DAVIES, Nicholas. Os Recursos Financeiros na LDB. Universidade e Sociedade, Ano VII, n. 14, outubro 1997 (revista editada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior - ANDES).
- DAVIES, Nicholas. Tribunais de Contas e educação. Quem controla o fiscalizador dos recursos? Brasília: Editora Plano, 2001b.
- DAVIES, Nicholas. O Fundef e o financiamento da educação. São Paulo: Xamã, 2001d.
- DAVIES, Nicholas. Política Fiscal Golpeia Política Educacional. Universidade e Sociedade, n. 15, fev. 1998.
- DAVIES, Nicholas. Tribunal de Contas: faz as contas ou faz de conta na avaliação dos gastos governamentais em educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n. 194, jan./abr. 1999b.
- DAVIES, Nicholas. Verbas da educação: o legal x o real. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000b.
- MARCHESAN, Nelson (relator). Substitutivo de Projeto de Lei de Plano Nacional de Educação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.
- MELCHIOR, José Carlos Araújo. Mudanças no Financiamento da Educação no Brasil. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.
- MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Financiamento da Educação: Gestão Democrática dos Recursos Financeiros Públicos em Educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, DF, v. 72, n. 172, pp. 262-290, set./dez. 1991.
- NEGRI, Barjas. Financiamento da Educação no Brasil. Brasília: INEP, 1997a.
- NEGRI, Barjas. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília: Inep, 1997b.
- REIS, Heraldo da Costa. Efeitos do Fundef na Administração Municipal. Aspectos orçamentários, financeiros e contábeis. Rio de Janeiro: IBAM/APMC, 1998. 24 p.
- SÃO PAULO. Assembléia Legislativa. CPI da Educação. Uma ampla exposição de motivos. 17 de novembro de 1999.
- SÃO PAULO. Assembléia Legislativa. CPI da Educação. Voto em separado dos deputados Cesar Callegari, Mariângela Duarte, Wadith Hedú. Junho de 2000.
- TORRES, Rosa Maria. "Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial" In: TOMMASI, Livia de et alii. O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.
- UNDIME. O Fundef na avaliação da Undime. Brasília: março de 1999. 5 p.

Nicholas Davies é professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

José Augusto R. da Silveira*
Tomás de Albuquerque Lapa**

Política de transporte, sociedade e espaço urbano

1. INTRODUÇÃO

Os problemas relacionados ao acelerado processo de expansão urbana e às questões de mobilidade e acessibilidade à cidade estão no centro das discussões recentes sobre a qualidade de vida urbana. Tem-se buscado avaliar os efeitos da lógica evolutiva sobre a sociedade, a partir da análise da relação entre as novas configurações espaciais e as políticas de transportes. Dessa maneira, questões envolvendo a dinâmica da cidade e o comportamento social merecem uma análise aprofundada, uma vez que o surgimento de novos territórios afeta a gestão dos transportes.

De modo geral, questões físico-territoriais, de deslocamento e sócio-culturais, não são adequadamente observadas nas discussões sobre transporte urbano e, por isso, não condizem com a realidade das cidades. Neste artigo, são destacados os processos de expansão e de transformação do espaço urbano, realçando a formação de novos territórios que, por sua vez, exercem influência sobre a gestão dos transportes.

Aceitando-se que as questões do

transporte devem ser tratadas numa perspectiva multidisciplinar, como forma de reconstituição do cotidiano da cidade e da sociedade, o transporte pode ser visto como um instrumento de análise das lógicas evolutivas urbanas, colocando-se com a possibilidade de conduzir uma estratégia de resolução dos descompasso entre as necessidades de deslocamento e a dinâmica de crescimento urbano.

2. Crescimento e fragmentação do tecido urbano

A historiografia urbana mostra que à predominância da centralização físico-espacial, considerada sistematicamente a partir da segunda metade do século XIX, atualmente contrapõe-se à descentralização, à desintegração e à fragmentação da “nova vida urbana” (Topalov,1987). O processo histórico de crescimento urbano destacou os papéis funcionais da centralidade, do surgimento das cidades até as primeiras décadas do século XX, contrapondo-a à fragmentação recente, característica do crescimento contemporâneo. O modelo dito dos “lugares centrais”, pelo qual Walter Christaller (1933) explicava o crescimento e a reparti-

ção das cidades, não dá devidamente conta de uma reticulação generalizada, ao mesmo tempo mais instável e menos centrada, nem da urbanização dispersa, em forma de tentáculos. Uma das conseqüências foi o surgimento de novas centralidades e a perda da perspectiva estrutural da totalidade da cidade, que afetou a questão da acessibilidade urbana. Ao contrário do que ocorreu com os espaços de centralidade histórica, que permitiam a percepção da totalidade da cidade, no processo atual de dispersão urbana, as novas periferias produzidas pelas dinâmicas espaciais de segregação somente podem ser apreendidas de forma fragmentária.

Os fatos nas médias e grandes cidades brasileiras dão a parecer que a era das entidades urbanas discretas acabou. Isso indica a necessidade de rever, de forma ampla, as políticas de transporte urbano, não somente no que se refere à oferta de transporte, e sua adequação às necessidades de deslocamento da população, mas também quanto às articulações com a estrutura urbana e a ocupação do solo. Além disso, há que rever-se também os padrões de crescimento urbano e os efeitos dis-



tributivos, no espaço, alcançados pelas ações públicas.

A urbanização, difusa e fragmentada, sob forma de linhas-filamentos, acentua a segregação social e a setorização territorial, destacando a categoria tamanho urbano e as deficiências de infra-estrutura e serviços urbanos. O processo de fragmentação, relacionado com a estrutura espacial, tem produzido novos territórios de maneira acelerada e dispersa, decompondo a paisagem da cidade em territórios que correspondem a áreas, simultaneamente estanques e articuladas, com conteúdos próprios.

O crescimento da cidade atual está assente na produção de novas centralidades e em rotas induzidas pelas novas tecnologias e subculturas urbanas, incrementando a escala da urbe, multiplicando e elastecendo trajetos. A técnica, implicada na

morfogênese do espaço urbano, influi na constituição dos novos territórios e, conseqüentemente, na acessibilidade, assim como na formação de mentalidades e comportamentos humanos.

A passagem da urbanização de pólos tradicionais para a de "geografia de linhas de crescimento" (Choay, 1994 e LeBrás, 1993), coincidentes com as principais rotas da cidade, tornam mais complexas as flutuações e incertezas inerentes aos novos padrões de assentamentos urbanos, além de dificultar a gestão dos transportes, exigindo a releitura de suas políticas.

O caráter dual da urbanização brasileira reflete a mais marcante de suas características: a polarização social e espacial que define fluxos urbanos típicos, influi na produção e multiplicação de territórios distintos e a na setorização do espaço. Com o

desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão social do trabalho, o espaço, manipulado, aprofunda as diferenças de classes, a setorização, a segregação e a consolidação de novos territórios. Esta evolução acarreta um movimento paradoxal: o espaço tanto une quanto separa os seres humanos. Este paradoxo é traduzido sob a forma de sistemas fundamentais, construídos na cidade, que viabilizam o estabelecimento das diferentes redes sociais.

Historicamente, o espaço da cidade sempre esteve dividido em subespaços diferenciados, tanto pela idade do ambiente construído e pelo conteúdo humano, quanto pelas atividades que nele se localizam. A imbricação desses fatores fracionou a cidade em unidades complexas, cujas articulações traduzem-se por relações e deslocamentos que definem as redes urbanas. O processo

de desenvolvimento urbano recente, incrementando consideravelmente o tamanho e a complexidade da cidade, acompanhou-se de localizações mais diversas, vendo-se emergir novas polarizações, eixos e núcleos de atividades, em lugares bem localizados, ou atrativos, das novas periferias urbanas. Identificar-se as necessidades de adequação do sistema de transportes, face aos novos padrões de assentamentos, são tarefas cada vez mais instigantes. Os novos pólos do espaço urbano são pontos sensíveis em que o arranjo construído busca oferecer uma imagem moderna, dinâmica e atrativa na cidade (Rocheft,1998). Esta dinâmica, elastecendo e multiplicando itinerários, concorre para o crescimento disperso e aumento da complexidade das redes urbanas, criando dificuldades para a satisfação da demanda de transportes.

3. Surgimento de novos territórios e setorização do espaço

Segundo Villaça (1998), a organização espacial das cidades brasileiras apresenta um misto de círculos concêntricos e de setores de círculo, onde os últimos predominam sobre os primeiros, concorrendo para a fragmentação e segregação do espaço urbano. O processo conduz à formação de redes geográfico-sociais de produção e apropriação diferenciada do espaço. Por outro lado, as

políticas de transporte, articulando-se com a cultura automobilístico-rodoviária, em detrimento do transporte público eficiente, influem na produção de novos territórios, afetando o tamanho urbano, incrementando a fragmentação e multiplicando desordenadamente as origens e os destinos de tráfego. Os novos territórios, muitas vezes surgem independentemente da presença de centralidades, quando a sociedade passa a organizar-se em redes e em função de interesses setoriais. A consciência de pertencer a um território, com uma sub-cultura própria, leva ao enfraquecimento das relações entre as partes e o todo urbano.

A noção de totalidade da cidade é guiada pelo fato histórico de que as dimensões econômica e política sobrepõem-se à dimensão social desse espaço, revelando uma desassociação que se mostra como fator importante na formação de territórios distintos e distanciados no espaço da cidade, com impactos na gestão adequada dos transportes.

O espaço da cidade é estruturado pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho - como no deslocamento casa/trabalho - seja enquanto consumidor - reprodução da força de trabalho, deslocamento casa/compras, casa/lazer, escola, etc. A força estruturadora dos territórios que

abrigam o terciário origina-se dessa dinâmica, a começar pela própria área central da cidade e os centros expandidos e eixos de comércio e de serviços.

No tocante aos transportes, o espaço urbano é heterogêneo e setorializado a partir dos principais eixos viários. Mais ainda, quando as classes sociais, com diferentes graus de dependência espacial, apresentam diferentes demandas, associadas a rotas de deslocamento urbano. As redes sociais materializam vetores de crescimento, geograficamente distribuídos no espaço urbano, atuando na cidade sob a forma de "redes geográficas de apropriação diferenciada de seus espaços" (Kraft,1996). Assim, produzem-se e consolidam-se eixos viários e territórios diferenciados e distanciados, constituindo formas espaciais e modos distintos de produção do espaço urbano, que desafiam a gestão dos transportes.

No processo em discussão, os territórios produzidos pela periferização assumem um novo significado, quando são revistas as noções de centro - periferia, onde o espaço urbano é marcado pela segmentação e pela produção de novas centralidades, que concorrem para a formação de verdadeiras excrescências urbanas (Lapa,1996). Os territórios periféricos atuam como fatores magnetizantes, de ampliação e multiplicação dos trajetos urbanos. A periferia mais evidencia do que oculta a construção histórica da setorização e da segregação social, plasmando ao longo do tempo as clássicas relações de centro e periferia, redefinindo as localizações e a apropriação do espaço. A diversificação e a redistribuição do uso e da ocupação, estabelecendo novos padrões urbanos de circulação entre as classes sociais,

As políticas de transporte, articulando-se com a cultura automobilístico-rodoviária, em detrimento do transporte público eficiente, influem na produção de novos territórios, afetando o tamanho urbano, incrementando a fragmentação e multiplicando desordenadamente as origens e os destinos de tráfego

acentuam a apropriação diferenciada, fragmentada e setorializada do espaço. Os “espaços deslocados” de Pierre George (1990) constituem o espaço da heterogeneidade territorial, das localizações periféricas - tanto da classe de alta renda como da classe de baixa renda -, dos valores diferenciais e da segregação produzida pelo distanciamento cada vez maior entre o espaço econômico e o espaço social. Conformam-se novas geografias urbanas que descortinam um descompasso entre as políticas convencionais de transporte e as novas formas de organização da sociedade. Contraditoriamente, o processo engendra um estágio de desenvolvimento que promove tanto uma integração quanto a fragmentação e a setorialização do espaço urbano.

4. Descompasso entre políticas de transporte e novas formas de organização da sociedade

As políticas de transporte são implementadas segundo métodos e técnicas que tomam como base as circunscrições político-administrativas existentes, assim como as chamadas zonas de tráfego. O problema crucial reside no fato de que o transporte ainda é visto como um elemento setorial, que se relaciona apenas com suas partes internas, e não como um sistema participante do processo mais amplo de estruturação da cidade.

O pensamento positivista e a defesa de soluções científicas para todos os problemas, inclusive os de natureza social, influenciaram os métodos de pesquisa em transportes a partir do final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Durante a década de 1960, os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos com a aplicação de técnicas analíti-

Os territórios produzidos pela periferização assumem um novo significado, quando são revistas as noções de centro - periferia, onde o espaço urbano é marcado pela segmentação e pela produção de novas centralidades

cas e modelos matemáticos, voltados para soluções do “setor transportes”. Transporte passou a ser sinônimo de modelagem, valorizando cálculos matemáticos que, em muitos casos, distanciam-se da realidade complexa da cidade e não captam a dinâmica da sociedade.

A problemática dos transportes, com origens fundamentalmente sociais, não pode ser tratada sob um ponto de vista restrito e setorial, pois envolve a produção dinâmica de redes territoriais no espaço, articulando intimamente a acessibilidade à construção de localizações. Essa perspectiva considera o espaço nas suas relações com a sociedade, isto é, através dos processos sociais, das funções e das formas, numa visão chamada por Santos (1978) de “espaciológica”, onde o espaço possui seu sentido e seu significado (Canter e Santos, 1978). A realidade urbana mostra que o processo tem potencial multiplicador, com a geração e consolidação de novos territórios dispersos, produzindo uma relação conflituosa entre oferta e demanda de transporte, face às restritas políticas de transporte urbano.

As descrições assumem uma perspectiva ainda mais intrincada, em um contexto marcado por um processo de reestruturação urbana

complexa e veloz, que Topalov (1987) denominou de “nova vida urbana”, ligada a um padrão de consumo e de relações sociais, crescentemente mercantilizado, diversificado e fragmentado.

É importante que as políticas de transporte levem em conta a relação dialética do transporte com a ocupação e o uso do solo e sua influência no processo de produção e apropriação do espaço urbano, assim como no padrão de crescimento urbano e nos impactos sobre o desenvolvimento da cidade. Sob esse foco, pode-se visualizar a incompatibilidade existente entre a produção do sistema de transportes, como base física à estruturação da cidade, e o processo de crescimento urbano.

O descompasso entre as políticas oficiais e a forma como a sociedade passou a organizar-se, deixou consideráveis lacunas no que diz respeito ao atendimento dos serviços essenciais, como no caso dos transportes, favorecendo o aparecimento dos “modos alternativos” de transporte que, freqüentemente, apresentam-se na clandestinidade. As consequências diretas são o agravamento dos conflitos urbanos e das dificuldades na gestão dos transportes, assim como a alimentação e consolidação do processo desordenado de crescimento da cidade.

5. Articulação das políticas de transporte com a organização do espaço urbano

Tendo em vista o cenário do crescimento urbano recente, que apresenta acelerada produção de novos territórios, é essencial que as políticas de transporte levem em conta o caráter dialético da relação transporte - uso do solo, visando adequar-se à realidade da cidade. É necessário considerar o peso, representado

pelos interesses setoriais que motivam a existência de cada território. Por outro lado, é necessário definir uma estratégia de articulação entre as novas localizações e as antigas áreas consolidadas, de modo assegurar a eficiência e distributividade das políticas de transportes, buscando fortalecer a unidade e a coerência da totalidade do tecido urbano.

Na perspectiva descrita, o sistema de transporte coloca-se como uma base fundamental do processo de estruturação da cidade, podendo vir a assegurar, através de uma política compatível com a realidade da cidade, tanto uma acessibilidade adequada aos novos territórios, quanto um funcionamento equilibrado das redes urbanas. As transformações do espaço urbano são, em grande medida, calibradas pelo sistema de transporte, que compõe-se de verdadeiras “linhas de força” da paisagem urbana (Cullen, 1961 e Panerai, 1980, 1986).

Ao engendrar no espaço uma interface entre a acessibilidade, os territórios e as pessoas, a possibilidade de deslocamento e os movimentos urbanos criam produtos e interações, influenciando no modo de organização das redes sociais e no processo das transformações urbanas. No âmbito das suas relações com a ocupação e uso do solo, o transporte pode vir a atuar como elemento da reorganização urbana e minimização dos conflitos urbanos.

As políticas de transporte podem conduzir à construção de eixos estruturais de acesso que favoreçam espaços heterogêneos a conformarem um certo grau de unidade, equilíbrio e organicidade, estabelecendo as relações adequadas entre os elementos formativos do espaço urbano, que podem incluir justaposições e/ou separações territoriais.

Para Sampaio (1999), na cidade o importante não é o uso da noção de estrutura como algo estático, mas, entender o que é “estrutural” na sua dinâmica, enquanto processo de desenvolvimento urbano. Na formação da estrutura urbana, existe uma base física e territorial subjacente, onde são produzidos e se reproduzem os sistemas. Entre esses, destaca-se o sistema viário, em articulação dialética com o uso do solo. A exterioridade da estrutura (o sistema de vias, por exemplo), em sua conformação e articulação com o uso do solo, revela as correlações de forças que produzem e setorizam a cidade, sendo a estrutura física uma parte da estrutura urbana (social, econômica, política). O que particulariza os produtos, resultantes da apropriação do espaço urbano, é a associação com suas localizações, referindo-se às relações entre um determinado território urbano e todos os demais. Na verdade, essas relações contêm forças políticas e econômicas e dominam aquelas que se materializam através do deslocamento dos seres humanos enquanto consumidores e/ou portadores da força de trabalho (Villaça, 1998).

As políticas de transporte devem conter arranjos, norteados tanto pela acessibilidade eficiente, quanto pela lógica de estruturação da cidade, que indiquem a forma de coexistência e articulação dos elementos constituintes do tecido urbano e seus parâmetros estruturais. Dessa maneira, somente políticas estratégicas de transporte, de cunho estrutural, podem conduzir a uma adequação do serviço ao processo de crescimento urbano, situando-o como uma questão social fundamental e de responsabilidade coletiva. As políticas de transporte devem articular ações não só nas três esferas de poder público,

mas também no nível da participação efetiva da sociedade, que deve estar engajada nos esforços de compatibilização do transporte com a realidade do processo de crescimento urbano.

6. Referências Bibliográficas

- Bibliografia:

- Barat, Josef. Introdução aos Problemas Urbanos Brasileiros. Ed. Campus Ltda, RJ, 1979.
- Choay, Françoise. Destinos da Cidade Européia: Séculos XIX e XX. Artigo publicado na revista RUA-Revista de Urbanismo e Arquitetura, UFBA.N0.6. 1996.
- Canter, David e Stringer, Peter (Org). Interaccion Ambiental. Coleção Nuevo Urbanismo, N0.26, Inst. de Estudios de Administracion local, Madri, 1978.
- Cullen, Gordon. A Paisagem Urbana. Edições 70, Lisboa, 1983.
- Farret, Ricardo L. Impactos das Intervenções no Sistema de Transporte sobre a Estrutura Urbana. Série Textos-EBTU, Brasília-DF, 1984.
- Krafta, Rômulo. Segregação Dinâmica Urbana Modelagem e Mensuração. Anais. ANPUR. 1999.
- Le Bras, H. De la Planète au Village. Paris: Datar-Éditions de l'Aube. 1993.
- George, Pierre. Le Métier de Géographe. Un Demi-siècle de Géographie. Paris: Armand Colin. 1990.
- Martins, Jorge A. Revisitando Buchanan. Revista Transportes. CNPQ, COPPE. Maio, 1995.
- Panerai, P. O Retorno à Cidade: O Espaço Público como Desafio do Projeto Urbano. Revista Projeto. No.173. 1994.
- Rochefort, Michel. Redes e Sistemas Urbanos. Ed. Hucitec. SP. 1998.
- Sampaio, Antônio H.L. Formas Urbanas: Cidade Real e Cidade Ideal. Quarteto Editora. 1999.
- Santos, Milton. A Urbanização Brasileira. Ed. Hucitec. SP. 1978.
- Topalov, C. La Urbanización Capitalista. México. Edicol. 1987.
- Villaça, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. Studio Nobel. SP. 1998.

José Augusto R. da Silveira é professor mestre no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba.-UFPB.

Tomás de Albuquerque Lapa é professor doutor no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

Roberto Leher*

Unesco, Banco Mundial e educação dos países periféricos

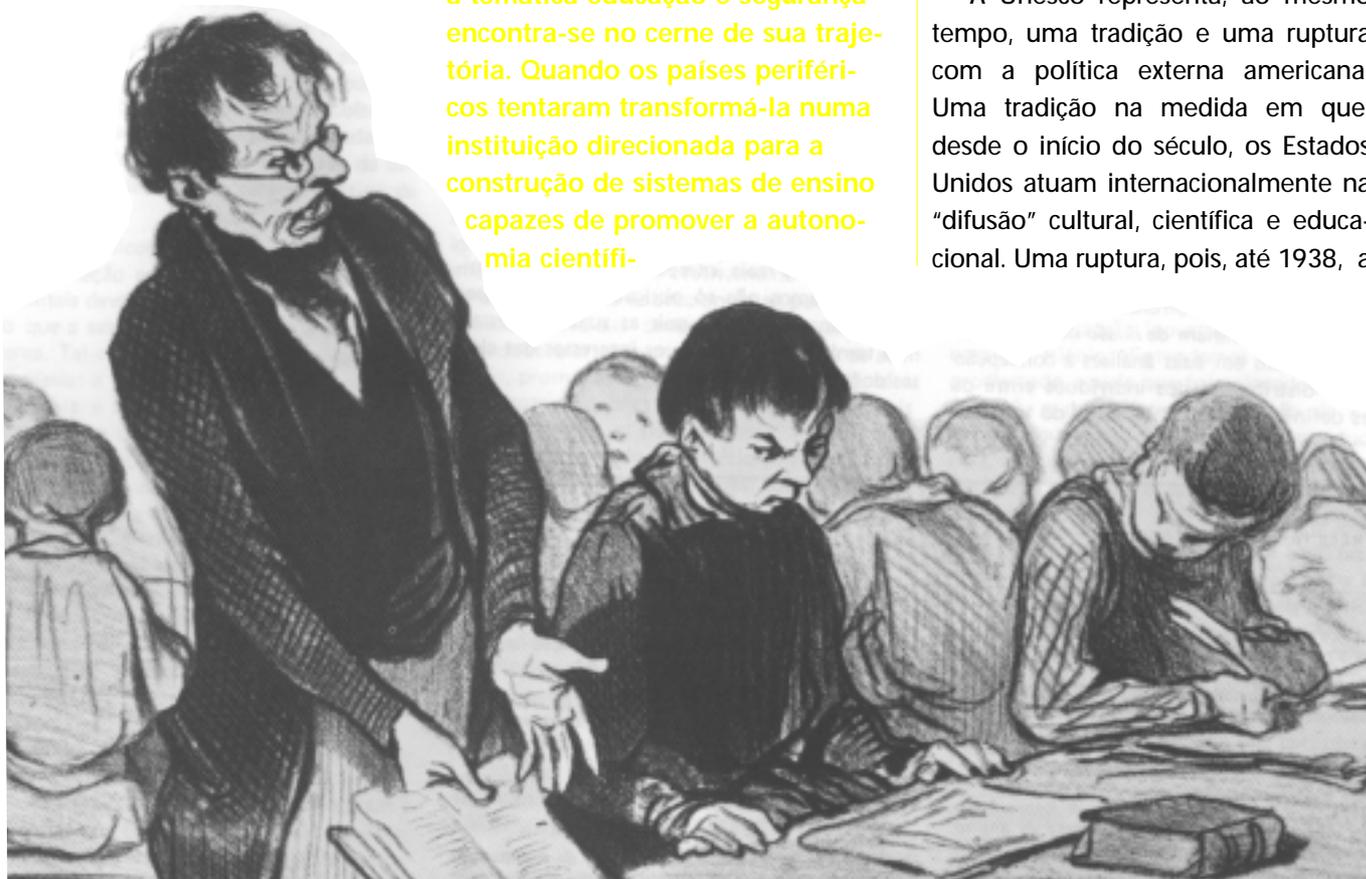
1) Introdução

Um leitor ocasional de O Correio da Unesco dificilmente iria crer que a entidade das Nações Unidas responsável pela Educação, Ciência e Cultura possui uma história cujos estrategistas do Departamento de Estado dos EUA, da CIA e, mais recentemente, do Banco Mundial são protagonistas muito mais importantes do que os educadores, os cientistas e os artistas envolvidos com a sua criação. Este estudo irá sustentar que a temática educação e segurança encontra-se no cerne de sua trajetória. Quando os países periféricos tentaram transformá-la numa instituição direcionada para a construção de sistemas de ensino capazes de promover a autonomia científi-

co-cultural (uma reivindicação constitutiva da luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional - (NOEI) (, forças da direita forçaram a saída dos EUA desta instituição, contribuindo, assim, para o deslocamento de suas atribuições educativas para o Banco Mundial, com conseqüências muito negativas para a educação dos países periféricos.

2) O Surgimento da Unesco e a Guerra Fria

A Unesco representa, ao mesmo tempo, uma tradição e uma ruptura com a política externa americana. Uma tradição na medida em que, desde o início do século, os Estados Unidos atuam internacionalmente na "difusão" cultural, científica e educacional. Uma ruptura, pois, até 1938, a





cooperação internacional escapava da política oficial do Estado. Até então, a presença internacional dos EUA, no plano cultural, devia-se a fundações privadas como a Guggenheim (1913), Rockefeller (1913), Carnegie e Ford e a associações internacionais como o Instituto Internacional de Educação (1919), a Associação Internacional de Educação (1923), entre outras.

Entretanto, a II Guerra Mundial e a consolidação da hegemonia dos EUA mudam isto. O avanço das ideologias fascistas e, mais especificamente nazista não apenas na Europa, mas também na América Latina e na Ásia, fez com que o *laissez-faire* no domínio cultural fosse abandonado para fazer-se frente a estas ameaças. Em 1938, o Departamento de Estado criou a Divisão de Relações Culturais, tornando a cultura um assunto de Estado. O alvo mais imediato foi a América Latina, uma região vista como vulnerável, instável politicamente, em decorrência da fraca adesão à cultura anglo-saxã, conforme acreditava o governo dos EUA. O ambiente predominante,

ainda sob o impacto da Guerra, foi bem sintetizado por Roosevelt em sua “Mensagem sobre o Estado da União”, 1941: liberdade de expressão; liberdade de religião; prosperidade e segurança. Este ambiente ultrapassava as fronteiras do Estado. Também organizações privadas como a recém-criada “Educação para Segurança Internacional” (síntese do esforço de várias instituições) compartilhavam esses ideais. Em uma reunião da Comissão de Ministros da Educação dos Países Aliados (CMAE), o representante dos EUA, o professor da Universidade de Yale, Ralph Turner, propôs a criação da Divisão de Organização da Segurança Internacional para favorecer a orientação intelectual e emocional necessária à democracia. Um ano depois, em 1943, a ONU e as Nações Associadas assinaram na Casa Branca um acordo para a criação da “Organização das Nações Unidas para a Segurança e a Reconstrução”. É impossível deixar de observar que o esboço da nova organização já continha em seu âmago a preocupação com a segurança.

Com o fim da Segunda Guerra, os representantes da CMAE reivindicaram prioridade à reconstrução das instituições educativas de seus países destruídas pela guerra. A proposta previa a criação de uma Organização Internacional para a Educação e a Cultura. Uma Conferência da CMAE foi chamada para Londres. Nesta, os EUA participaram com uma delegação importante, contando não apenas com delegados próximos a Roosevelt, como Archibald MacLeish, mas também com representantes do Congresso, entre os quais o Senador J.W. Fulbright. Em sua manifestação final, o encontro afirmou “a importância, a longo termo, da cooperação democrática nos

domínios da educação e da cultura para a paz, da segurança e da estabilidade econômica para um mundo rico e feliz” (Archibald, op.cit.,p.26, destaques:RL).

Várias motivações concorreram para a criação da Unesco: o empenho da CMAE para a reconstrução dos seus sistemas de ensino, a guerra fria e a “cruzada” dos EUA em favor da segurança e do estilo de vida americano. Como é possível depreender, o ponto de vista dos EUA era consideravelmente mais particularista do que o de seus parceiros europeus que, no geral, não queriam que a nova entidade ficasse excessivamente atrelada à guerra fria. Embora os estrategistas do Departamento de Estado estivessem conscientes de que a propagação do “estilo de vida” americano, na América Latina, não deveria aparecer como uma manifestação de imperialismo dos EUA, um pouco antes da criação da Unesco, várias escolas da América do Sul passaram a ser subvencionadas pelos EUA, a ponto de, em 1943, o pessoal da Divisão de Relações Culturais reagir ao que consideraram “propaganda não democrática” (Archibald, op.cit.,p.25).

Após complexas negociações entre os membros da CMAE e diversas consultas entre os líderes da delegação Norte Americana (Fulbright e Archibald MacLeish) e o Departamento de Estado (o novo Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Públicos e Culturais, William Benton, estava preocupado com a possível “manipulação” política no terreno educacional¹), a Unesco foi enfim criada em 1945, na Conferência de Londres², para elaborar programas de ajuda ao ensino nas regiões liberadas; fomentar o desenvolvimento científico, bem como para repatriar objetos culturais.

Embora limitada historicamente pela identificação da educação com a segurança, o artigo primeiro do Ato constitutivo da Unesco declara: “A Organização se propõe a contribuir na manutenção da paz e da segurança...” (Archibald, 1993:70), alguns avanços foram possíveis. Distintamente da ONU, na UNESCO, cada nação teria direito a um voto, igualando países grandes e pequenos e, fato notável, a sua sede seria em Paris e não em Washington, como o Banco Mundial. A diferença estrutural entre a ONU e a Unesco, neste domínio, jogará um papel fundamental no futuro desta última.

Apesar de a representação dos EUA na Unesco contar com pessoas realmente devotadas à instituição, como Archibald e William Benton, a sua subordinação ao Departamento de Estado impunha séria redução à autonomia de seus membros. Todos os assuntos polêmicos deveriam ser apreciados preliminarmente pelo Departamento de Estado que fazia prevalecer os interesses geopolíticos de Washington. A própria escolha de Benton como o primeiro embaixador dos EUA junto a Unesco está ligada não apenas ao fato de sua condição de lutador incansável em defesa deste organismo, mas também à sua “visceral” convicção anti-comunista. Com efeito, em 1938, Benton fora Conselheiro de Nelson Rockefeller quando este ocupava o cargo de Coordenador de Assuntos Inter-americanos do Departamento de Estado. Na avaliação de Archibald (1993:60), Benton não deve ter decepcionado os seus patrocinadores, pois esteve empenhado em garantir a influência da pax americana na Unesco.

O primeiro Secretário Geral da entidade, zoólogo e filósofo inglês de renome, Julian Huxley, havia par-

ticipado ativamente das negociações para a inclusão da palavra “ciência” no nome da nova organização. Entretanto, a sua candidatura havia sido objeto de severas restrições. Segundo Benton e mesmo alguns delegados ingleses, ele seria próximo demais da esquerda (é preciso lembrar que a sua indicação estava relacionada à vitória dos trabalhistas na Inglaterra). Por isso, e após Archibald MacLeish ter se recusado a concorrer ao cargo, os EUA impuseram a redução de seu mandato à metade, alegando que o primeiro Diretor deveria se encarregar de preparar uma conferência mais ampla na qual seria escolhido, finalmente, o primeiro diretor com mandato pleno.

O fato de os EUA serem responsáveis por mais de 40% de toda verba da Unesco conferia-lhe enorme supremacia política e econômica. Os conflitos, portanto, tornaram-se inevitáveis, a começar pelas prioridades do orçamento definidas pelos EUA, com o programa de ciências no topo, seguido do de informação às massas, em detrimento da educação formal. A antecipação do mandato do primeiro Diretor, J. Huxley, e a renúncia do segundo, Jaime Torres Bodet, estão intimamente associadas a estes conflitos de interesses entre parte dos países membros e os do seu principal financiador. De fato, Benton avaliara como não conveniente a indicação pelos EUA do segundo Diretor Geral, pois, deste modo, este país teria de abrir mão do estratégico cargo de Diretor Geral Adjunto, responsável pela execução orçamentária. Bodet, então Ministro das Relações Exteriores do México, ex-professor de história francesa e ex-ministro da Educação, foi indicado pela delegação francesa e contou com o apoio dos EUA, que o reconhecia como hábil diplomata. O seu

nome era tido como ideal para fazer a ponte entre os países pobres e a Europa “civilizada”. Porém, os atritos logo surgiram. Bodet estava mais interessado na educação elementar dos países pobres do que na educação de massas via meios de comunicação, uma prioridade que não agradava os EUA, que passou a avaliar como um equívoco o seu apoio a Bodet. Este, por sua vez, ficou contrariado com o não-apoio dos delegados à entrada da China popular na organização em favor da China (de Taiwan), mesmo que a título provisório. A situação de Bodet tornou-se insustentável a partir da derrota de sua proposta de orçamento pela dos EUA, significativamente inferior à de Bodet. A sua renúncia foi o desfecho previsível do conflito.

A despeito do evidente poder dos EUA, setores da direita americana acusavam a Unesco de simpatia pelo comunismo e de ter pretensões totalitárias (uniformização da educação ocidental sob a influência comunista). Vale lembrar que todos os representantes dos EUA foram investigados pela comissão de assuntos anti-americanos de J. McCarthy, vários deles chegaram a ser afastados. As ações anti-Unesco da direita serão uma constante em sua história e terão radicais desdobramentos algumas décadas mais tarde. Se a ação da direita, nos primeiros anos da entidade, não foi forte a ponto de impedir a participação deste país na instituição, ao menos produziu desconfiança entre os congressistas conservadores que mantiveram a Unesco sob severa restrição econômica. Os republicanos privilegiavam as ações bilaterais, sobretudo as de “propaganda”, como a Voz da América, por exemplo. E os representantes dos países europeus pouco fizeram para mudar esta

situação, pois estavam, de fato, empenhados na reconstrução das suas próprias instituições educativas atingidas pela Guerra. Como esta foi incluída no âmbito do Plano Marshall, a acomodação prevaleceu.

A supremacia norte-americana se efetivou igualmente pela ação de fundações privadas. Com efeito, a debilidade financeira da Unesco reduziu a sua autonomia diante dessas entidades. A Ford, por exemplo, financiou, no princípio da década de 50, quase a metade do programa de assistência técnica da Unesco, em especial, nas áreas da educação básica e da educação cívica. Estas fundações empurraram a Unesco para os embates da Guerra Fria. Assim, a Ford esteve envolvida no projeto destinado a “reduzir as tensões internacionais” (Coreia). Certamente, o peso crescente das verbas extra-orçamentárias, com destinação definida em fóruns externos à Unesco, enfraqueceu a entidade, que se torna muito frágil na década de 50.

3) Deslocamento para os países periféricos

Um balanço da primeira década atesta a condição marginal da entidade. A sua criação, em meados da década de 40, não esteve inserida no cerne da política de desenvolvimento. Inicialmente, ela expressou um movimento liderado pelos países europeus atingidos pela Guerra, ávidos em reconstruírem os seus sistemas educacionais. Os EUA participaram ativamente deste processo, interessados em difundir os valores

“democráticos”, sobretudo nos países submetidos ao fascismo. No entanto, à medida em que o Plano Marshall assumiu a reconstrução europeia, a Unesco se voltou cada vez mais para os países em desenvolvimento. Na década de 50, ocorreram acentuadas mudanças neste organismo. A União Soviética ingressou na instituição, os países socialistas intensificaram a sua participação e as ex-colônias puderam atuar na entidade modificando a relação de forças interna. Em decorrência do novo contexto, na década de 60, a Unesco passou a se envolver na problemática do desenvolvimento, sobretudo a partir da “década do desenvolvimento”, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 1961. Esta maior proximidade com os países do chamado Terceiro Mundo e com os países socialistas, como já apontado, foi explorada pela direita dos EUA, quando exigiu a saída deste país da Unesco.

O surgimento da Unesco não modificou nem o status da Educação na política externa dos EUA nem o conceito norte-americano de desenvolvimento. Em suas práticas de domínio/ direção, os EUA, raras vezes, recorreram a este organismo. Isto não quer dizer que a instituição estivesse fora da área de influência da potência hegemônica, ao contrário, a representação deste país era formalmente subordinada ao Departamento de Estado, mais precisamente, ao Secretário de Estado para Assuntos Públicos. Ademais, a sua importância econômica e política era

reconhecida e respeitada: todos os conflitos entre a Unesco e os EUA foram resolvidos a favor deste último. Os exemplos são muitos: o primeiro Diretor Geral, J. Huxley, teve o seu mandato reduzido à metade por imposição dos EUA; René Maheu buscou maior proximidade com os países do dito Terceiro Mundo, propondo que o conceito de desenvolvimento deveria incluir a redistribuição da riqueza e do poder mundial, entretanto, os seus posicionamentos logo tiveram a oposição dos EUA, oposição decisiva a ponto de levá-lo à renúncia.

Apesar disso, nem mesmo o anti-comunismo motivou os EUA a investir grandes somas na Unesco. As atividades bilaterais tinham muito mais apoio do establishment do que as agências de desenvolvimento multilaterais. Os recursos deste organismo eram apenas uma parte muito modesta das verbas destinadas para “cultura, informação e propaganda”, então o meio privilegiado de embaixate com os soviéticos, conforme registrado por Macbride (1989:xi, negritos: RL).

Como já assinalado, a invenção do desenvolvimento estava relacionada à guerra fria, deslocando para o Terceiro Mundo o campo de batalha ideológica das grandes potências. Entretanto, estes embates ideológicos foram travados mais no terreno da propaganda de massa e das ações bilaterais (Aliança para o Progresso, United States Information Agency -USIA) do que no da educação *tout court*. Até 1953, a delegação norte-americana da Unesco esteve subordinada ao setor do Departamento de Estado responsável pela propaganda. Neste ano, Eisenhower reuniu todas as agências de propaganda na USIA, uma instância desvinculada do Departamento de

A invenção do desenvolvimento estava relacionada à guerra fria, deslocando para o Terceiro Mundo o campo de batalha ideológica das grandes potências.

Estado. Deste modo, a Unesco, apesar de permanecer tutelada pelo Departamento de Estado, ficou menos limitada em seus objetivos. Em contrapartida, na prática, o seu campo de atuação tornou-se mais restrito, tendo em vista o estrangulamento financeiro empreendido pelo Congresso Americano. A forte restrição orçamentária perdurou até o princípio do governo Kennedy quando a descolonização, aliada ao balanço comercial negativo, levou os EUA a “redescobrir” os organismos internacionais.

Quando Kennedy assumiu a presidência, a relação dos EUA com muitas organizações internacionais estava bastante deteriorada. Na segunda metade da década de 50, a Unesco ocupava um lugar decididamente secundário na política externa dos EUA e, em contrapartida, isto tornou-a mais próxima das necessidades dos países pobres e de reduzida industrialização: uma tendência melhor configurada na década de 60. A Conferência de Nova Delhi, por exemplo, destacou como prioridade o ensino primário na América Latina, as pesquisas sobre as terras áridas, hidrologia, oceanografia e sismologia, bem como a respeito das imbricações entre valores culturais do ocidente e do oriente. Também no princípio da década de 60, a Unesco produziu importantes estudos anti-racistas, a despeito dos conflitos raciais internos nos EUA. Além disso, a presença da União Soviética assumiu maior visibilidade (a URSS entrou na Unesco em 1954), notadamente, por seu empenho a favor da descolonização.

Esse processo de identificação da Unesco com os países em desenvolvimento havia passado relativamente despercebido até mesmo dos grupos de direita contrários à Unesco. Po-

rém, a ação destes grupos hiperconservadores, muito vigorosa e agressiva na primeira metade dos anos 50, deixara sementes³ que, na década de 70, viriam configurar a Sociedade Heritage que estaria no centro do movimento anti-Unesco que resultou na saída dos EUA, em 1984.

No final do governo Eisenhower, este quadro geral de desinteresse havia mudado um pouco. Mas foi Kennedy quem incluiu a efetiva retomada da liderança dos EUA nos organismos internacionais entre os objetivos estratégicos do governo. A mudança pode ser compreendida no escopo do deslocamento da guerra fria para os países em desenvolvimento. A entrada dos ex-países coloniais na Unesco e o fortalecimento relativo da URSS, na entidade, levaram os EUA a optar por uma orientação mais internacionalista, incluindo uma presença mais ativa nos organismos internacionais das Nações Unidas. Ilustrativo dessa tendência foi o retorno de William Benton como embaixador junto à Unesco.

Algumas ações da Unesco interessaram diretamente os EUA (o programa de educação de base na América Latina (1956) e a aproximação com os países das antigas colônias africanas) tanto por questões geopolíticas, quanto por motivos políticos domésticos, como o fortalecimento do movimento negro interno e os vínculos deste com os movimentos de libertação da África: “há, para além das fronteiras, uma outra força poderosa que tem inspirado o negro americano. É o movimento de descolonização e de liberação que se desenvolve desde a Segunda Guerra mundial” (Martin Luther King, apud, Archibald, op.cit.,p.264).

O programa de ajuda ao desenvolvimento da educação na América Latina e na África, 1960, está inscri-

to neste movimento. O crescimento acentuado do número de países na Unesco (1958: 83; 1960: 101) acirrou as tensões da guerra fria. A supremacia americana na Unesco estava ameaçada pelo princípio “uma nação, um voto”, bem como pelo significativo número de países que seguiam mais ou menos de perto a liderança soviética. Um modo de garantir a orientação adequada aos interesses dos EUA foi a ampliação de verbas extra-orçamentárias, cuja finalidade já estaria previamente definida em instâncias em que a supremacia americana era inquestionável, como a UNICEF, IDA, BIRD e BID. Assim, entre 1961 e 1963, o orçamento formal cresceu 21,66%, enquanto o extra-orçamentário, que escapava ao controle do Conselho Geral, aumentou 67%. A Unesco foi reduzida, cada vez mais, a um órgão de assessoria a projetos concebidos por outros organismos internacionais ou por fundações privadas. Comprova o enfraquecimento da Unesco a imposição de Kennedy em favor de projetos que somente podem ser compreendidos no escopo da guerra fria. Em 1961, a Unesco destinou US\$ 640 mil de seus magros recursos para um projeto no Vale do Mékong (Vietnã) que consistia na elaboração de um modelo matemático à escala do Vale para, a partir de parâmetros climáticos, proteger e desenvolver as florestas, a pesca e a navegação. A coincidência cronológica (com envio de tropas) e a utilidade geográfica do projeto são, de fato, gritantes.

Os principais conselheiros de Kennedy, como McGeorge Bundy e W.W Rostow, adotavam a idéia central de que “a pobreza é a mãe do comunismo que destrói as liberdades e a democracia e, por isso, é preciso que os EUA participem muito

ativamente no combate à miséria para melhorar o futuro dos pobres e favorecer o estabelecimento de regimes próximos do seu” (Archibald, op.cit.,p.285). Esta orientação teve reflexos na Unesco, que foi incitada a participar do “Decênio do Desenvolvimento da ONU”. Como desdobramento, na Conferência de Paris, 1962, a educação foi ressignificada como “educação dos recursos humanos enquanto fator de desenvolvimento econômico e social equilibrado” (Archibald, op.cit.,p.291).

A análise do período JFK permite constatar um esforço de reorganização do campo das relações culturais exteriores, demasiadamente fragmentadas no período Eisenhower. O Departamento de Estado já manifestara a preocupação com a imagem dos EUA, ao promover o estudo “Como os outros nos vêem” (1959). O estudo de Charles Frenkel “The neglected aspect in international education and cultural policy abroad” fez sérias críticas à atuação dos EUA no plano educativo-cultural. A Unesco foi considerada, por este último, como o melhor meio de difusão do estilo americano de produzir e viver, pois poderia remover a suspeição de imperialismo. Neste contexto, Kennedy criou o posto de Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Educacionais e Culturais, 1961, indicando o representante da Fundação Ford, P. H. Coombs e nomeou J. H. Marrow, um negro, como representante dos EUA na Unesco, “um ministro a título pessoal”, conforme Kennedy. Esta nomeação foi significativa tendo em vista os conflitos ditos raciais nos EUA e a importância crescente dos países africanos na guerra fria.

A reaproximação com a Unesco não pode ser lida, entretanto, como uma mudança de fundo na avalia-

A escalada da Guerra no Vietnã fortaleceu a opção dos falcões pela força, pela propaganda e pelas ações de desestabilização, em detrimento da política de desenvolvimento e de combate à pobreza.

ção do Departamento de Estado. Este prosseguia, na sua crença de que as ações bilaterais de propaganda eram mais eficazes, como se desprende da prioridade conferida à (US)AID, à Aliança para o Progresso e aos Corpos da Paz. A preocupação esteve centrada mais na presumida influência soviética na Unesco e menos no avanço da Educação dos países ditos em desenvolvimento. Com efeito, a década do desenvolvimento, para a qual a Unesco foi incitada a dedicar as suas energias, foi, sobretudo, a década da intervenção americana com a agressão a Cuba, 1961 (JFK), e a invasão à República Dominicana, 1965 (LBJ).

Conforme balanço de Archibald (op.cit.,p.239), a presença dos EUA foi marcante no ato de fundação da Unesco, quando “homens de boa vontade”, como o Senador Fulbright, Archibald McLeish e William Benton, estiveram empenhados na sua construção, ainda que à semelhança dos EUA. O acirramento da guerra fria e o aprofundamento da intervenção americana no Vietnã deslocaram o interesse do Departamento de Estado para a propaganda e para as ações bilaterais, muitas delas, como as do Comitê de Coordenação de Ação Psicológica, em comum com a CIA. A criação da USIA é um forte indicador da orientação predominante no Departamento de

Estado, assim como a Aliança para o Progresso.

É inegável que Kennedy recrudescer os esforços para assegurar a supremacia americana diante dos países em desenvolvimento. As ações da (US)AID, da Aliança para o Progresso e a maior presença nos organismos internacionais apontam nesta direção. Mas a escalada da Guerra no Vietnã fortaleceu a opção dos falcões pela força, pela propaganda e pelas ações de desestabilização, em detrimento da política de desenvolvimento e de combate à pobreza.

O governo de Johnson iniciou com um liberal, Charles Frenkel, como Secretário de Estado Assistente para Assuntos Educacionais e Culturais, o setor do Departamento de Estado responsável pela relação EUA - Unesco. Embora tal nomeação possa parecer inusitada, tendo em vista a orientação externa conservadora, ela é coerente com o contexto do período. O movimento pelos direitos civis assumira grandes proporções e o bom senso político indicava que algumas reformas seriam necessárias. Uma boa relação com a Unesco era um modo de sinalizar o interesse dos EUA pela sorte dos novos países africanos e, deste modo, era uma via indireta para atenuar os confrontos com o movimento negro interno. Em sua gestão, Frenkel defendeu a necessidade de mudanças na orientação da política de educação e cultura do Departamento de Estado, deslocando-a da guerra psicológica para a política de desenvolvimento, solicitando formalmente ao Secretário de Estado Dean Rusk que retirasse a educação e a cultura da esfera da propaganda. Advogou a favor do “entendimento mútuo” entre os países em desenvolvimento e os EUA e, para isto,

defendeu a necessidade da reeducação dos EUA sobre a sua posição no mundo, com o objetivo de tornar o povo americano menos ignorante de si mesmo. Porém, o caráter beligerante da política externa levou Frenkel a pedir demissão do governo dois anos após assumir.

O Senador Fulbright, em 1966, captou o sentido das mudanças em curso no governo Johnson e os seus efeitos na política cultural. Fulbright previu um futuro sombrio para as relações culturais e educacionais, caso a guerra do Vietnã prosseguisse. Em virtude da opção de Johnson e de seus estrategistas, como Rostow, de ampliar a presença americana na guerra, todo o aparato do Estado ficou subordinado à lógica da guerra. A USIA, que seria descentralizada, ficando a cargo das embaixadas, permaneceu sob o controle do Departamento de Estado, enquanto a (US)AID reconhecia que a educação estava sem futuro em suas atividades (Preston, Jr., op.cit.,p. 109). Esse ambiente revigorou a extrema-direita que tornou cada vez mais áspers as suas críticas às Nações Unidas e à Unesco; em particular. O caráter deletério de sua manifestação foi amplificado quando várias entidades uniram seus esforços para “mudar a mente americana” em favor do livre mercado e do anticomunismo, entre as quais se destacam: American Legion, American Enterprise Institute, The Young American for Freedom e The John Birch Society (Preston Jr., op.cit.,p.111).

O Comitê Interno de Segurança do Senado identificou o propósito da Unesco da “defesa da paz nas mentes dos homens”, como propaganda soviética. Este anticomunismo ressurgente tomou conta da cabeça de muitos intelectuais. Em 1967,

Rampart Magazine constatou que as operações culturais da CIA evidenciavam a subordinação de intelectuais representativos aos desígnios da guerra fria.

A “doutrina Johnson” tinha o propósito de exportar os “valores culturais” representantes da nova ordem diplomática mundial. Proclamava o direito da ajuda aos países amigos contra ideologias exógenas. Nesse período, como sempre, a guerra nada tinha de fria. O afastamento dos EUA da Unesco passou a ser cada vez mais radical. O discurso de seu governo assinalava o sentimento de perda de confiança neste tipo de instituição, daí a recorrência aos outros “meios”, muito mais contundentes e unilaterais.

O avanço das concepções conservadoras, seja na forma da teoria do capital humano, seja na da sociedade do conhecimento, reforçava as posições do Banco Mundial, em detrimento das da Unesco. O enfraquecimento deste órgão das Nações Unidas, na segunda metade da década de 70, só não foi maior porque a coalização conservadora que o atacava sofrera um significativo golpe com o escândalo de Watergate. A presidência de Carter arrefeceu o progresso dos conservadores e manteve uma abordagem mais liberal e flexível para as questões que eclodiam na Unesco.

Carter havia incorporado o desejo do grande capital, expresso nas posições da Comissão Trilateral, em favor de uma maior proximidade com o Terceiro Mundo e em prol da abertura política destes países. O Departamento de Estado constatou a existência de tensões que estavam levando a velha ordem a ruir, por isso, o seu empenho de renovação plena do sistema internacional. Esse comportamento adaptativo visava a

melhorar a segurança e a economia dos EUA e de seus aliados. Com efeito, a substituição progressiva das ditaduras por democracias parlamentares pode ser interpretada como evidência da falta de habilidade do poder coercitivo de manter indefinidamente sob controle as contradições do desenvolvimento semiperiférico pró-sistêmico (Arrighi, 1997:237). Esse processo de redemocratização, conduzido em grande parte pelos Estados Unidos, foi bem sucedido, posto que a “semiperiferia latino-americana se movimentou, com uma determinação sem precedentes, em direção a democracias parlamentares, sem qualquer mudança perceptível na orientação pró-sistêmica de seus governos” (Idem, p.244).

Embora durante o período Carter a situação da Unesco não tivesse mudado de forma significativa, ao menos a sua equipe não a compreendia como a “expressão do mal”, nem os EUA como a sua vítima, como apregoavam os conservadores. Os representantes dos EUA do período, Esteban Torres, um Congressista democrata, e Barbara Newell, uma proeminente educadora, avaliaram o período como de reaproximação com o Terceiro Mundo e de reafirmação da liderança dos EUA na Unesco.

Os ventos conservadores voltaram a soprar para a direita de sempre. Com a invasão do Afeganistão pela URSS, a crise com o Irã e, sobretudo, a eleição de Reagan, os setores ultraconservadores do Departamento de Estado voltaram ao centro das decisões, muitos deles vindos da Fundação Heritage, o principal think-tanks de apoio a Reagan. Conforme Preston, et.al (1989), a ofensiva anti-Unesco foi avassaladora. A coligação Departamento de Es-

A separação do mercado de trabalho/conhecimento dos países periféricos em relação ao mercado dos países centrais, a chamada “adaptação da educação às demandas do livre mercado” tem-se configurado como um verdadeiro apartheid educacional planetário

tado, Heritage e grande imprensa preparou o caminho para a transformação da Unesco numa ameaça aos EUA. A direita a acusava de ser contra o mundo livre, de propagar o comunismo, doutrinar as crianças e jovens e, além destas “más” qualidades, de ser um órgão perdulário. Em suma, a opinião pública foi convencida de que a Unesco acobertava inimigos poderosos e colocava a segurança dos EUA em risco. O governo Reagan deu um ultimato: caso não houvesse modificação de objetivos e de formas de funcionamento no prazo de um ano, os Estados Unidos sairiam da Unesco. É preciso destacar que as modificações exigidas eram demasiadamente ambíguas e genéricas; inexecutáveis, em suma. Comissões de estudo independentes atestaram que as acusações de Reagan e de seus aliados da Heritage eram fantasiosas. Contudo, a decisão política já fora tomada, os EUA abandonaram a Unesco em 1984, debilitando-a gravemente, tendo em vista que este país se constituía em sua maior fonte de renda.

A saída dos EUA, de Singapura e da Inglaterra da Unesco presta-se a muitas interpretações. Este estudo a situa no bojo do abandono da ideologia do desenvolvimento em favor da ideologia da globalização. A ação de Reagan contra a Unesco não foi algo isolado. O establishment político que Reagan representava encontrava-se em guerra contra todos os organismos e instâncias da ONU que

ainda sustentavam a idéia do “direito ao desenvolvimento” como a Unesco, PNUD, Assembléia Geral da ONU, OIT etc. Os EUA empreenderam duros golpes contra todas elas; porém, no período, a Unesco representava o elo mais fraco das Nações Unidas. Mais tarde, Reagan obteve importantes concessões da Assembléia Geral e Clinton vetou a reeleição de Boutros-Ghali (um partidário do desenvolvimento) para o cargo de Secretário Geral da ONU, em conformidade com os desejos da ultradireitista Fundação Heritage (Belanger, 1997:23-24).

- 4) Supremacia do Banco Mundial e as reformas neoliberais da educação dos países periféricos

Embora o Banco Mundial estivesse financiando o setor de pesquisas e projetos da Unesco desde a década de 60 e, seguramente, tivesse ampliado a sua influência no conteúdo dos projetos, somente com a saída dos EUA da Unesco é que a sua supremacia, em matéria educativa torna-se inquestionável. Com efeito, a década de 80 pode ser caracterizada como um período excepcional para as políticas do Banco. Com a crise da dívida de 1982, os países latino-americanos tornam-se reféns do aval do FMI e do Banco Mundial e este aval somente poderia ser obtido com a adesão incondicional às “reformas de ajuste estrutural” que abriram o

subcontinente para as políticas neoliberais de “livre-mercado”.

Desde então, está em curso uma política de uniformização dos sistemas de ensino dos países da região, centrada nos eixos: ensino elementar, reforma curricular, avaliação centralizada, uso intensivo de tecnologias educacionais, dissociação do ensino profissional do ensino propedêutico e diferenciação das instituições de ensino superior, em favor da ruptura com o que o Banco denomina de “modelo europeu de educação”. O ensino preconizado é carregado de ideologias do tipo: não existe desemprego para aqueles que se qualificarem conforme as demandas do mercado. Considerando a tese das “vantagens comparativas” adotada pelos países da região e, conseqüentemente, a separação do mercado de trabalho/conhecimento dos países periféricos em relação ao mercado dos países centrais, a chamada “adaptação da educação às demandas do livre mercado” tem-se configurado como um verdadeiro apartheid educacional planetário (Leher, 1999). Subjacente a esta missão institucional, é possível encontrar a persistente preocupação com a segurança e a governabilidade. Daí a emergência de temas nos currículos como “convívio social” e outros que recuperam, em outro contexto, os estudos de moral e cívica característicos do período da ditadura militar.

A Unesco viveu, nos anos 90, um período contraditório. É inegável a importância de suas atividades no campo cultural e dos direitos humanos. Muitos projetos educativos inovadores e críticos em relação ao “pensamento único” contam com subsídios ou com apoio desta entidade. A sua ênfase na educação das meninas e das crianças em situação

de risco, embora compensatória, é importante.

No entanto, a comparação de agendas atesta que o Banco Mundial continua determinando a da Unesco. Como foi visto anteriormente, as condições políticas e econômicas para esse domínio não foram removidas. A rigor, a Unesco funciona como órgão auxiliar do Banco. Não surpreende, pois, que as suas linhas mestras sejam, no fundamental, iguais às do Banco. O vetor da reforma preconizada pela Unesco é a “eficiência”, entendida como: i) uso eficiente dos recursos existentes nas instituições (aumento do número de estudantes sem correspondente aumento das verbas educacionais por meio de tecnologias de ensino) ; ii) mudança estrutural da instituição educacional por meio da combinação da informatização com a avaliação do produto, esta última elevada a parâmetro definidor do financiamento, e iii) mudanças nas relações entre as instituições públicas e a sociedade.

A agenda da Unesco prossegue seguindo a Conferência de Educação para Todos (Jomtien, 1990), quando o Banco Mundial já assumira a condição de ministério mundial da educação dos países periféricos. O foco estabelecido pela Conferência é o ensino elementar, a ser estendido, gradualmente, até o ensino básico, definido como oito anos de escolaridade. O pressuposto implícito em seu discurso é a ideologia do capital humano. Esta assevera que a educação é a arma mais eficaz contra a pobreza e em favor do desenvolvimento sustentável. O fato de que muitos jovens escolarizados não encontram emprego porque este, simplesmente, inexistente, é ocultado. A degradação econômica e social da África subsahariana, por exemplo,

dificilmente será revertida pela educação, visto que, em tais condições, a escolarização é quase que inviável. Em relação ao início da década de 90, as verbas dos organismos internacionais para a educação, após um período de crescimento, estão quase que estagnadas, a despeito da década da Educação (US\$ 1 bilhão em 1990, US\$ 2 bilhões, em 1994 e US\$ 1,3 bilhões, em 1998).

A Unesco aponta que os problemas do desenvolvimento e da dívida externa são entraves à escolarização, porém não torna efetivo este posicionamento. Ao apontar para o problema da pobreza, na ótica da teoria do capital humano, este organismo acabou aderindo ao credo da empregabilidade. Os desdobramentos são o esvaziamento científico e a hipertrofia de valores e disposições ideológicas pró-economia de livre mercado no currículo. O seu discurso sinuoso preconiza a adequação da educação à comunidade. Considerando que todas as suas políticas são focalizadas (geralmente a partir de mapas da pobreza). A adequação às demandas sociais, culturais e tecnológicas locais é uma forma sutil de reproduzir as diferenças sociais presentes no espaço social (daí a equidade e não mais a igualdade).

Na década de 90, a instituição em debate prosseguiu seu viés privatista. A exemplo do Banco Mundial, o Estado e as políticas públicas são vistos como ineficazes, a não ser no caso do ensino primário regular. A saída encontrada para colocar as políticas públicas de escanteio é a localização das organizações não-governamentais como “parceiras preferenciais”. Exemplo desta orientação pode ser encontrado na educação de jovens. Como entre os jovens pouco ou nada escolarizados,

os “pobres” são muitos, a Unesco trabalha com a idéia de que não é possível contar com o Estado para atendê-los: “Como o Estado não consegue proporcionar educação formal, são as organizações não-governamentais que educam as pessoas em situações difíceis” (Notícias Unesco, n. 13, julho de 2000).

O balanço do programa Educação para Todos na América Latina indica o crescimento quantitativo das matrículas no primário, porém a qualidade é fortemente desigual. O hiato que separa os países centrais e periféricos, em matéria de escolarização se ampliou no período. Ademais, conforme aponta estudo da CEPAL, as políticas de descentralização na América Latina - um princípio axial da Unesco e do Banco Mundial - estão aumentando a diferenciação entre as classes sociais.

Quanto ao ensino superior, embora reconheça a importância do Estado em seu desenvolvimento, a Conferência Mundial sobre a Educação Superior da Unesco (1998) apregoa a necessidade da “diversificação das fontes de financiamento”, abrindo caminho para as fontes alternativas de recursos, vindas dos estudantes, das empresas e do mercado e a “diversificação” das instituições de ensino superior e o apoio às instituições privadas, nos mesmos moldes do Banco Mundial (1994). Recente documento do Banco Mundial⁴, citado por Sguissardi (2000), indica mudanças “de ênfase” no discurso deste organismo. Agora, defende que a expansão do ensino superior é necessária aos países em desenvolvimento. Pode parecer contraditório com os documentos anteriores, notadamente com “La Enseñanza Superior - Las lecciones derivadas de la experiencia, 1994”. Entretanto, um exame cuidadoso

desses dois documentos revela que não são antinômicos. De fato, desde o início da década de 90, o Banco vem determinando aos países periféricos reformas que “diferenciam” as instituições e “diversificam” as suas fontes de financiamento. É este ensino superior reconfigurado que o Banco atualmente diz apoiar.

É crucial que as experiências educacionais promovidas pelos organismos internacionais sejam rigorosamente avaliadas. O fracasso do Projeto Nordeste do Banco Mundial é apenas a manifestação mais visível da questão. O problema é muito mais complexo, pois antes de avaliar os projetos específicos é preciso avaliar as diretrizes e os acordos de cooperação com estes organismos. É fato sobejamente conhecido que, na década passada, as instituições multilaterais direcionaram seus recursos no “assessoramento” dos governos na implementação das reformas de ajuste estrutural. Os acordos e suas condicionalidades têm de ser cuidadosamente avaliados à luz do modelo de desenvolvimento que o processo de mundialização do capital está configurando para os países periféricos, entre os quais o Brasil.

5) Considerações finais

A débacle histórica da Unesco significa uma importante lacuna nos esforços empreendidos pelos países periféricos para construir um sistema de ensino capaz de alcançar padrões republicanos. Os países africanos e do sul da Ásia ainda não lograram reconstruir os seus sistemas de ensino deteriorados pelas políticas neocoloniais. Esta situação é agravada pela tempestade neoliberal que tem impedido a própria existência de universidades na África Subsahariana, por exemplo; os países latino-americanos, por sua vez,

também não estão passando incólumes pela mesma tempestade. A política anti-universitária do Banco Mundial para a região, a partir da última Conferência da Unesco (1998) para o Ensino Superior, ganhou maior vigor, pois esta Conferência abriu novos caminhos para a privatização do ensino superior. É importante destacar a perda da autonomia da Assembléia Geral da Unesco. Na primeira versão do Relatório da Conferência de 1998, existe um posicionamento claro a favor do financiamento público das universidades públicas; entretanto, na versão final, elaborada após a Conferência, a tônica desta versão é a “diversificação das fontes de financiamento”, como queriam os representantes do Banco Mundial.

A trajetória da Unesco atesta que a edificação de sistemas de ensino capazes de contribuir para um projeto de desenvolvimento direcionado para as necessidades humanas irá requerer mudanças profundas na condição capitalista dependente dos países periféricos. Somente assim uma entidade internacional voltada para a Educação, a Ciência e a Cultura - a solidariedade internacional será indispensável para a maior parte dos países vitimados pelo colonialismo e pelas reformas estruturais neoliberais - poderá gozar da necessária autonomia para responder aos anseios históricos por educação de primeira qualidade para todos aqueles que possuem um rosto humano.

6) Bibliografia

- AMIN, Samir. Les défis de la mondialisation. France: L'Harmattan, 1996.
- ARCHIBALD, Gail. Les États-Unis et l'Unesco. Paris: Publications de la Sorbonne (Serie Internationale:44), 1993.
- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BÉLANGER, Michel. Institutions Économiques Internationales - la mondialisation écono-

mique et ses limites. Paris: Économica, 1997.

FONTAINE, André. Histoire de la guerre froide (V-2). Paris, Fayard, 1967

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. SP, n.3, 1999.

PRESTON, JR., William, et.al. Hope and Folly: The United States and Unesco, 1945-1985. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

SGUISSARDI, W. O Banco Mundial e a Educação Superior: revisando teses e posições? Universidade e Sociedade. Brasília, n.22, nov. 2000.

UNESCO. Conferência Mundial sobre la Educación Superior, Paris, 1998.

WINKLER, D. Higher Education in Latin America. Issues of efficiency and equity. World Bank Discussion Paper, 77, Wash.:1990.

WORLD BANK. La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia. Wash.: World Bank, 1995.

WORLD BANK. Relatório Anual. Wash.: World Bank, 1999.

Notas

- 1 . O secretário de Estado dos EUA, Dean Acheson, desaconselhou a sua delegação patrocinar uma proposição concernente aos povos “não soberanos” (colonizados), segundo a qual a Unesco deveria ajudá-los a desenvolver sistemas educativos que salvaguardassem suas próprias culturas.
- 2 . Estiveram representados 44 países na Conferência, entre os quais o Brasil. A URSS não compareceu, apesar da insistência dos EUA e da França. Os motivos alegados foram evasivos, mas a diplomacia soviética deixou transparecer que não via com bons olhos ingerências externas em seu sistema educacional.
- 3 . Destaque especial tem que ser feito para a American Legion, bem como para American Flag Committee e para Nationalist Action League.
- 4 . WB: Higher Education in Developing Countries - Peril and Promise. Wash.:WB, 2000.

* Roberto Leher é presidente do ANDES-SN e professor doutor na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Antonio Albino Canelas Rubim *

Eleições e (idade) mídia no Brasil

A mutação eleitoral, derivada da presença da mídia e mais precisamente de uma nova sociabilidade ambientada por ela, aconteceu nas décadas de 50 e 60, principalmente nos Estados Unidos, pois na Europa o processo encontrou maiores dificuldades, tais como: as repercussões da II Guerra Mundial, a tradição partidária/ideológica mais consolidada, a rarefeita expansão da televisão e seu controle quase sempre estatal, dentre outros. A situação americana, ao contrário, potencializa esta mutação. Alguns dados falam por si só: a televisão começa a ser usada em 1948; em 1952, ela tem seu primeiro grande ano; em 1956, 99,6% dos lares assistem às convenções partidárias; em 1960, 20 milhões vêem a publicidade eleitoral paga, enquanto 115 milhões assistem aos debates, sendo que 55% da população adulta acompanharam todos os debates e 80% viram, pelo menos, um deles.¹

Se estas novas configurações políticas e especialmente eleitorais emergiram nos anos 50 e 60, nos EUA, e, posteriormente, na Europa², o mesmo não acontece no Brasil, pois a ditadura militar, imposta em

1964, interditou tal processo, através da repressão e censura políticas. Cabe, entretanto, lembrar que a ditadura não teve apenas esta postura de negação, sempre lembrada devido a sua brutalidade. Ela também, de modo intencional, tomou iniciativas, buscou criar os alicerces sócio-tecnológicos para o desenvolvimento da mídia, em uma lógica de indústria cultural, e, por conseguinte, começou a conformar uma Idade Mídia no país.³ Tais iniciativas, muitas vezes esquecidas, visavam à integração do país, estando obviamente subordinadas à ideologia da segurança nacional. Elas buscavam fortalecer o controle e a dominação ideológica do país, além de desenvolverem uma produção e distribuição de bens culturais, sob a égide do mercado capitalista. Assim o desenvolvimento de um verdadeiro sistema nacional e integrado de comunicações acontece "... a partir do surgimento das redes - networks - de televisão, e isso já no início da década de 1970, portanto, há menos de trinta anos".⁴

O contraste entre o desenvolvimento de uma sociedade ambientada pela mídia no Brasil, incentivado pela ditadura militar, e a interdição de a política transitar em plenitude no país terminam assim por

impedir o florescimento do processo de mutações no âmbito das configurações da política e das eleições e, inclusive, o aparecimento no país de estudos de comunicação e política. Desse modo, a seguinte observação pode ser facilmente formulada e afirmada:

"Este impedimento da política livremente se realizar na sociedade e em seus novos espaços (virtuais) de sociabilidade, engendrados pelas mídias, determinou, por conseguinte, que a eclosão significativa desta temática de estudos guardasse uma íntima conexão com a redemocratização do país e, em especial, com os embates eleitorais, que, neste novo contexto, se realizam em uma sociedade na qual a comunicação se tornou ambiente constitutivo da sociabilidade".⁵

Esta íntima conexão com o retorno a uma situação democrática, por óbvio, também se produz em relação às manifestações dos primeiros experimentos das novas configurações da política e das eleições no Brasil.

A eleição para presidente em 1989 torna-se então emblema destas novas configurações da política. Decerto que, na campanha pelas Diretas Já em 1984, e nas eleições que se seguem ao fim da ditadura



em 1985 e 1986, experimentos começam a ser engendrados, mas a eleição presidencial de 1989 pode ser tomada, para efeito de demarcação de fronteiras, como episódio verdadeiramente inaugurador das novas configurações da política e das eleições no país,⁶ devido à potência proveniente de seu caráter nacional e inovador.

Para uma rápida demonstração das diferenças inscritas e manifestas no processo eleitoral, basta comparar a eleição de 1989 à última eleição livre para presidente acontecida antes da instalação da ditadura militar no país. O contraste, enfatizada a perspectiva comunicacional, entre o Brasil de 1989 e o de 1960, tem contornos brutais. Parecem ser dois Brasis. No país de 1960, apenas 30% da população viviam nas cidades; existiam poucas estradas nacionais, como a Rio-Bahia, recém inaugurada; a precariedade dos transportes e das telecomunicações dificultavam, em muito, a interação entre cidades e regiões do país; os jornais, o rádio (um pouco menos)

e a televisão funcionavam como veículos eminentemente locais; as transmissões televisivas se restringiam a oito capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba), com 18 emissoras e “cerca de 100 mil aparelhos no Rio e São Paulo”.⁷

Vinte anos depois, em 1980, a população já se tornara majoritariamente urbana (67%). A população economicamente ativa tinha quase duplicado (93%), enquanto que o setor secundário da economia cresceu 263% e o terciário 167%, tornando o Brasil um país urbano, industrial e de serviços.⁸ Agora no país existiam 235 emissoras de televisão, 25 milhões de receptores, cinco redes nacionais e 94% da população estavam potencialmente atingida pela televisão.⁹ Pesquisas realizadas em 1989 e 1990, com amostragem nacional, indicavam que 86% e 89% dos entrevistados, respectivamente, tomavam conhecimento dos acontecimentos políticos através da televisão.¹⁰ Além

disto, o país encontra-se conectado através de estradas, da expansão do transporte aéreo e interligado por redes de comunicação e de telecomunicações.

Alguns dados mais podem mostrar a imensa transformação das eleições. Em 1960, votaram cerca de 15 milhões de pessoas, na época 20% dos brasileiros, pois analfabetos, soldados e jovens entre 16 e 18 anos não votavam. Em 1989, cerca de 82 milhões foram às urnas, algo em torno de 60% da população, quase dois terços deles semi-analfabetos ou analfabetos.¹¹

Nestas circunstâncias tão distintas, as campanhas também sofreram mudanças e aconteceram em formatos muito diferenciados. Em 1960, ela se pautou pelos espaços geográficos, apesar das dificuldades e das dimensões continentais do país: comícios, caravanas, contato direto com os eleitores marcaram a campanha presidencial de Jânio e Lott. A disputa eleitoral se fazia centralmente nas ruas e praças. A precária mídia de então, com o rádio,

principalmente, e a imprensa escrita à frente, apenas noticiava e realizava a cobertura jornalística da campanha primordialmente acontecida nos espaços geográficos. Inexistia o horário eleitoral de propaganda gratuita nos meios eletrônicos e a propaganda eleitoral paga era aceita nos meios impressos.

Já em 1989, o horário eleitoral gratuito tornou-se a vedete e o eixo da campanha, associado às pesquisas, ao marketing e aos debates eleitorais. Os comícios, as passeatas, as caravanas, as carreatas e o contato direto com os eleitores também aconteceram, mas agora em outra conjunção de formatos e sentidos. A interação entre a tela e a rua marcou a intensidade deste retorno da escolha direta de presidente da República. Essa interação existente entre tela e rua, no entanto, não impediu que, em razoável medida, os acontecimentos políticos gerados na tela não fossem apenas coberturas e ampliações daqueles acontecidos nas ruas. Em suma: não só a tela ganhou centralidade na campanha em relação à rua, como também passou a ser um espaço social (ainda que eletrônico) de produção de fatos político-eleitorais essenciais para a campanha e autonomizados frente aos acontecimentos da rua. Mais ainda, a eleição presidencial, acontecendo isolada da escolha para outros cargos, certamente potencializou o poder acionado da mídia e ainda mais reduziu a intervenção do campo político, não plenamente envolvido no procedimento eleitoral. Apesar disto, a politização da eleição foi muito significativa.¹²

A Política e a mídia nas recentes eleições presidenciais

Conforme o assinalado anteriormente, a política e os processos eleitorais podem ser estudados em diferentes angulações e pelo acionamento de uma multiplicidade de procedimentos metodológicos. Refletir sobre as iniciativas e atitudes, complementares ou conflituosas, ensejadas pelos campos da política e das mídias nos momentos eleitorais, sem dúvida, aparece como uma das possibilidades analíticas mais interessantes para iluminar as contemporâneas relações existentes entre estes dois campos sociais.¹³

A preocupação de compreender os imbricamentos, as sintonias e os confrontos, entre estes campos, tem relevância evidente quando se quer refletir acerca das novas configurações da política e das eleições, mais especificamente em uma contemporaneidade ambientada pelas mídia. A literatura existente sobre as atuais relações entre comunicação e política, na perspectiva de compreender a interação entre campos sociais, mesmo que muitas vezes não refira explicitamente esta noção, navega em horizontes largos e contrastantes. Alguns autores sugerem uma situação de dominância da política, na qual se amesquinha a comunicação, pelo silenciamento ou através de sua concepção como

puramente instrumental, não se atribuindo a ela nenhuma capacidade de impactar de maneira significativa o campo político.¹⁴ No extremo oposto, fala-se de uma submissão persistente da política à mídia e até do fim da política em uma sociedade transbordante de mídia, algo tão ao gosto dos comunicólogos, em especial daqueles orientados por um olhar pós-moderno.

Em meio a estas posições unilaterais, inúmeras outras possibilidades resultantes do entrelaçamento podem ser vislumbradas. Stefan Reiser, atento a uma questão com certa similitude com esta, ainda que instalada em fronteiras mais circunscritas, propõe a noção de interdependência, ao estudar as interferências da política e da mídia na determinação de agendas e temas em instantes eleitorais, descartando explicitamente o mero predomínio da política ou da mídia.¹⁵ Tal postura coincide com a proposição de premissas e procedimentos já inscrita em textos anteriormente publicados, nos quais se sugere que - ao invés de encarar a dominância permanente da política ou da mídia nesta relação como algo já dado de antemão, predefinido (para) sempre - se busque, através de procedimentos rigorosos e sistemáticos, investigar como esta predominância, em contínua disputa, alterna-se dinamicamente, e locomove-se em

A interação entre a tela e a rua marcou a intensidade deste retorno da escolha direta de presidente da República.

Essa interação existente entre tela e rua, no entanto, não impediu que, em razoável medida, os acontecimentos políticos gerados na tela não fossem apenas coberturas e ampliações daqueles acontecidos nas ruas

um campo de forças sociais, que, ao reunir política e mídia, as insere em uma circunstância histórico-social mais abrangente e lhes dá sentido e poderes a esta tensa conexão, porque sempre simultaneamente conflituosa e complementar.¹⁶

Aceita esta tensão permanente, manifesta ou latente, e a cotidiana disputa pela hegemonia na relação entre os campos, em decorrência da possibilidade sempre presente de alternâncias na predominância, torna-se viável elaborar uma interpretação das recentes eleições presidenciais brasileiras dentro de uma ótica analítica atenta ao comportamento e às atitudes dos campos da política e da mídia, considerando a interdependência, o confronto e a complementariedade dos campos e cotejando as iniciativas empreendidas por seus agentes nos diversos momentos eleitorais em estudo.

A primeira análise diz respeito à conjuntura e aos acontecimentos da eleição de 1989 para escolha isolada do novo presidente brasileiro. Essa eleição caracteriza-se como a primeira eleição pós-ditadura que coloca em disputa o poder e o governo nacionais do país¹⁷. Naquele momento, o campo político ou

mais especificamente os políticos, apesar da recente efervescência da Constituinte e seu desfecho com a elaboração da Constituição “Cidadã” de 1988, encontram-se desgastados pelas promessas não cumpridas da “Nova República” e pelo reiterado fracasso e uso politiquês de planos de combate à inflação e de estabilização (da moeda), a exemplo do que acontece com o Plano Cruzado, aquele que mais galvanizou as esperanças dos brasileiros no instante imediatamente posterior ao final da ditadura militar. O descontentamento com o governo Sarney, com a explosão (hiper) inflacionária, com as mudanças sociais não realizadas, com a sobrevivência das velhas lideranças políticas gestadas pela ditadura, dentre outros motivos, solapavam o campo político.

O panorama eleitoral irá expressar com fidelidade a ausência de alternativas hegemônicas e a fragmentação do campo político. O grande número de candidaturas de centro, esquerda e direita aponta para o momento de transição vivido pela sociedade brasileira. A irrupção eleitoral de Collor e de Lula indica, antes de tudo, o desejo e o signo de mudanças prevalentes na época, o fastio com os políticos profissionais “tradicionais” e uma ansiedade por novidades políticas, ainda que em perspectivas político-ideológicas muito distintas. Enquanto a novidade de Lula implica radicalidade, na superação da ditadura e na busca de um justiça social no país, a outra, representada por Collor, ao se alimentar do ressentimento dos “descamisados” contra a injustiça, inaugura, em nível nacional, uma possibilidade política de privilegiamento do mercado como princípio regulador e motor da sociedade, em detri-

mento do estatal e do público. Collor, em moldes marcantes e inovadores para a política brasileira, introduz, em patamar nacional, uma alternativa neoliberal, bem como uma política configurada pela existência de um padrão midiático no país. Não por acaso, Collor acionou e esbanjou marketing, sondagens de opinião, produção de imagem pública, etc. Hoje parece consenso que tais inovações de Collor - se fracassaram posteriormente em virtude de uma personalidade atabalhoada e de equívocos de seu trânsito na política - persistiram no ambiente nacional, seja contaminando o ideário e o comportamento (neoliberal) de outros políticos, seja alterando e atualizando as configurações e formatos da política, em sintonia com a ambientação midiática da sociedade. A “Rede Povo” de Lula, contraponto político-ideológico-eleitoral das concepções colloridas, em perspectiva diversa, também qualificou e atualizou a formação da política em novas configurações.

Por fim, para esta rápida panorâmica do campo político, cabe assinalar que, apesar da importância indiscutível das decisões a serem tomadas naquele instante, a especificidade de um eleição “solteira”, apenas para presidente, promoveu um acionamento algo limitado do campo político, porque não mobilizado em plenitude para uma disputa mais ampliada, envolvendo simultaneamente outras instâncias de poder, e certamente também porque a potência desse campo encontrava-se deprimido pelo manifesto desgaste dos políticos naquela conjuntura eleitoral.

Em contraste com esta parcial retração do campo político, a intervenção do campo das mídias mani-



festou-se em intensidade nos idos de 1989. A mídia, através de seu noticiário e de outros tipos de programas de forte apelo de audiência, como as telenovelas, agendou temas, que se tornaram centrais na eleição, como aqueles referidos à desqualificação dos políticos, do Estado e dos servidores públicos, emblematicamente simbolizadas na tematização dos “marajás”, onipresente e avassaladora na época. Na trilha dos “marajás”, vem seu caçador, tornando escandalosamente manifesta a produção midiática de imagens públicas e políticas, com formidável incidência na eleições. A hipótese de que este cenário midiático-eleitoral, em algum sentido, funcionou como uma antecipação do olhar neoliberal na sociedade e política brasileiras não parece improvável.

A potencialização do campo das mídias manifesta-se evidente em inúmeros acontecimentos que conformam a eleição de 1989: o caráter de eleição “solteira”; a expectativa de uma experiência inédita de eleição presidencial em uma sociedade ambientada pela mídia; a legislação eleitoral que permite sem restrições a utilização das “gramáticas” midiáticas, desenvolvidas no país em um patamar técnico altamente qualificado; a competente elaboração estratégico-plástica das campanhas, em especial, a de Lula e de Collor e, por fim, as interferências político-eleitorais explícitas, inclusive comprometedoras, de parte da mídia, em episódios como o seqüestro de Abílio Diniz e a edição veiculada do último debate entre Collor e Lula. Todo este conjunto de iniciativas demonstra a significativa atuação, a interferência ativa e o caráter determinante do campo das mídias naquele evento eleitoral.

Realçado o enorme papel da mídia, não dá para aceitar afirmativas que, unilateralmente, a destacam do campo de forças forjado socialmente na interação entre mídia e política

Ainda assim, realçado o enorme papel da mídia, não dá para aceitar afirmativas que, unilateralmente, a destacam do campo de forças forjado socialmente na interação entre mídia e política, o qual incide sobre a disputa eleitoral, nem posições que atribuam à mídia todo poder decisório nas eleições e sobre a política em 1989.

Em verdade, a incidência da mídia nas eleições de 1989 deve ser entendida em dois níveis diferenciados. De um lado, a conformação de uma situação de idade mídia no Brasil altera profundamente o campo de disputa eleitoral, constituindo novas condições e circunstâncias nas quais ocorre o embate eleitoral. Tais condições e circunstância apresentam-se fortemente marcadas pela presença da mídias em rede e, portanto, indicam a primeira modalidade de compreensão do impacto da mídia nas eleições. Por outro lado, a mídia não se caracteriza apenas como um novo e relevante fator que altera as condições de disputa, mas também - e isso torna-se fundamental - age como um ator político, senão novo, mas agora com ampliada potência política, devido ao seu intenso desenvolvimento, a amplitude crescente de seu poder de publicizar e de silenciar e seu intenso impacto em uma sociabilidade

de envolvida pela mídia¹⁸. E esta intervenção como ator no campo da política se vê potencializada ainda mais pelo caráter altamente competitivo das eleições em seu segundo turno, quando Collor e Lula disputaram a presidência de modo bastante acirrado até o momento da votação.

As conclusões primeiras para esta interação entre os dois campos no episódio das eleições de 1989 incluem, em seu elenco, o impacto da novidade do acionamento eleitoral da mídia e de suas novas modalidades de realização; sua potente intervenção, inclusive, por vezes decisiva, como no segundo turno, quando o campo de força eleitoral, composto por inúmeros atores, fatores e tipos de recursos, encontrava-se em situação de igualdade e, portanto, de intensa disputa e, por fim, as debilidades (conjunturais) do campo político. A política realizada em espaços eletrônicos e em televidências se expressa, pela primeira vez no Brasil, de maneira tão contundente, assim como os interesses e o poder de interferência política de algumas das mídias hegemônicas em seu campo. O capital político detido pela mídia e sua não-submissão instrumental e incondicional ao campo político ficaram, em 1989, nitidamente manifestos.¹⁹

A circunstância das eleições de 1994²⁰ mostra modificações, mas preserva ainda, na mudança, o caráter de transição vivido no país, mesmo que já apresentando traços evidentes da possibilidade de se realizar, mais uma vez, uma transição pelo alto, no estilo “modernização conservadora” ou “via prussiana”, tão persistente como cruel tradição na história político-social brasileira. O campo político, ferido e renovado pelo mobilizador “impea-

chment” de Collor, pelo quase letárgico plebiscito e pela inoperante, mas esclarecedora, “reforma constitucional”, assiste entretanto a uma redefinição e uma recomposição relevante de suas forças, inaugurando composições políticas há pouco improváveis.

Esta recomposição, principalmente aquela que acontece sob a égide neoliberal, apesar da aparente derrota desta proposta junto com o monumental e inédito impedimento de um presidente da república, viabiliza, pelo menos, duas intervenções fundamentais do campo político nas eleições de 1994: a draconiana legislação eleitoral que objetiva controlar as “gramáticas” midiáticas, impedindo, em muitos casos, seu acionamento, e aquela que produz o que se demonstrou ser o grande diferencial na competição eleitoral de 1994: o Plano Real, esboçado de maneira explícita com um calendário marcadamente eleitoral. A eleição “casada”; a legislação eleitoral; as novas composições políticas, com destaque para a aliança entre Partido Social Democrata Brasileiro - PSDB e Partido da Frente Liberal - PFL, e o Plano Real, em especial, alteram profundamente o cenário de indefinições e de possibilidades variadas que se havia aberto no período pós-“*impeachment*”, quando estoques neoliberais e de cunho social se entremeavam aleatoriamente na conjuntura, temas como a fome transitavam e repercutiam na sociedade e na mídia e Lula emergia como provável vencedor das eleições. Tais intervenções, anotadas acima, juntamente com outras, forjam a espetacular alteração do cenário político-eleitoral e a vitória de Fernando Henrique Cardoso.

A mídia atuou em todos os epi-

sódios políticos pré-1994, destacando-se com uma participação ativa no impedimento de Collor. Ela igualmente expressou, de alguma maneira, o cenário ambivalente em diversos sentidos do governo Itamar, ainda que, em uma avaliação final, terminasse por prevalecer também na mídia uma posição neoliberal, episódica e confusamente marcada por tintas nacionalistas ou sociais, como também ocorreu com o governo Itamar. Mas esta dinâmica que, em alguma medida, contemplava o diverso, ainda que desigualmente, entrou em colapso como a aceitação pela mídia e com seu apoio incondicional ao Plano Real, que passou a ocupar e ser defendido ferozmente em toda a programação dos espaços eletrônicos: nos eventos esportivos, como a potente Copa do Mundo, que assalta, de modo avassalador, os corações e mentes do país do futebol; nos materiais noticiosos; nas telenovelas; nos shows de variedades; nos musicais etc. Acrescente-se a esse apoio da mídia, a milionária campanha publicitária do Real desenvolvida pelo governo, que, exuberante, preencheu e reforçou a adesão da mídia, implícita ou explícita, à candidatura FHC.

As conclusões segundas sugerem a tentativa das frações dominantes, no campo político, agora mais rearticuladas, de domesticar a mídia em sua intervenção política, seja através de seu controle legislativo externo draconiano, seja pela sua assimilação por um projeto social e ideológico compartilhado, expresso no fim da inflação, na estabilidade, enfim no Plano Real. Aliás, este plano acaba demonstrando a capacidade de intervenção da política sobre a mídia e, em especial, a possibilidade de um reversão

e construção políticas de cenários eleitorais, em prazos bastante exíguos.

Depois das duas experiências eleitorais em uma sociabilidade de ambiente midiático, acontece, em 1998, um terceiro experimento²¹ que, mantendo traços dos anteriores, traz a novidade de se realizar em um momento, no qual a transição parece ter se completado. Isto é, em uma circunstância na qual as ambigüidades e possibilidades de uma transição se afunilam em torno de um projeto dominante cada vez mais hegemônico: a inserção plena do país em lugar secundário em uma globalização, sob a égide neoliberal.

O refinamento e construção desta alternativa dominante derivam da capacidade de aglutinação da aliança PSDB-PFL, em torno de FHC, forjando um poderoso bloco político-ideológico e também fisiológico, que passa a comandar, como um trator, a política na sociedade brasileira, inclusive “ganhando” o dispositivo da possibilidade de reeleição presidencial. Tal intervenção política reconfigura todo o cenário eleitoral e determina suas perspectivas, incluindo a plausível continuidade do governo FHC.



O expediente da reeleição propicia a singular - e inédita no país - situação de se conviver como um partícipe legitimado do processo eleitoral que ocupa dois papéis simultânea e ambigualmente em uma preocupante duplicidade de candidato e governante. Esta dupla exposição certamente introduz uma desigualdade, competitiva e de acionamento de recursos, não desprezível no processo eleitoral. Tal desigualdade torna-se ainda mais gritante, quando uma legislação eleitoral - no Brasil sempre casuística, porque não permanente e deliberada a cada eleição - reduz o tempo do horário eleitoral gratuito de televisão e rádio e reduz ainda mais a campanha nestes espaços, ao "distribuir" - em verdade, diminuir - os dias da semana dedicados à campanha presidencial. Tem-se assim uma exposição rádio-televisiva sumamente restringida e sem ritmo para a disputa presidencial. Ainda outra importante intervenção do campo político que marcou o processo de 1998: a redução deliberada, por intervenção direta das forças políticas dominantes, de candidaturas há apenas duas efetivas, Fernando Henrique e Lula, estando esta última em uma



situação somente minimamente viável.

A intervenção do campo das mídias se fez, antes de tudo, em total sintonia com as forças dominantes do campo político. A adesão da mídia foi indiscutível também nessa eleição. A tradição oficialista e governista da mídia no país outra vez se realizou. Mais que isto, ficou patente uma afinidade ideológica entre setores dominantes na política e boa parcela da mídia em torno do Plano Real e das proposições neoliberais para o Brasil. Esta afinidade eletiva não derivava, entretanto, exclusivamente de uma convicção ou afiliação ideológica, mas de uma crônica dependência da mídia ao Estado (endividamento, financiamento de negócios, etc) e dos interesses das empresas de comunicação na privatização de estatais, especialmente do ramo das telecomunicações, coincidentemente (?) realizada em ano eleitoral. Por fim, outra gritante intervenção da mídia: o quase silenciamento acerca de um episódio tão transcendente para o país - inclusive para seus estados - como as eleições. Em algumas redes, o assunto praticamente não existiu, tendo emissoras se omitido deliberadamente de acompanhar sequer a agenda das candidaturas. Tal atitude denuncia um abandono de uma lógica produtiva jornalística, em detrimento de postura de mera adesão ao sistema político dominante.

As terceiras conclusões que podem ser tiradas da interação entre política e mídia parecem apontar para uma "Santa Aliança" de seus setores dominantes, expressão e resultado de uma transição realizada, outra vez, por cima. Uma "Santa Aliança" que, ao invés de disputar uma eleição, buscou ao máximo impor aos cidadãos uma visão de

eleição já decidida e, portanto, sem "atrações" para ser publicizada. Ao invés de informações, profundo silêncio sobre a eleição e as (graves) questões nacionais. Esta foi a estratégia hegemônica detectada através de diversos dos estudos realizadas: um agendamento e um enquadramento de temas marcadamente favoráveis ao candidato-presidente e um silêncio profundo sobre questões problemáticas e sobre a própria competição eleitoral. A mídia afirma assim a continuidade de FHC como discurso único e única alternativa para o país.

Ao transitar pelos últimos experimentos eleitorais presidenciais, ficaram manifestos possíveis e circunstanciais entrelaçamentos entre o campo da política e o campo das mídias, agora instalados em uma nova circunstância societária vivenciada pelos brasileiros, caracterizada por um intensivo envolvimento em um ambiente midiático. Uma avaliação sintética do conjunto de momentos eleitorais midiáticos (1989, 1994 e 1998) deve reter as seguintes dimensões significantes: 1. A conformação de um bloco político-ideológico dominante que perpassa e articula os setores dominantes nos campos da política e da mídia. A constituição deste bloco aparece, aliás, como uma das melhores modalidades de expressão da fase terminal do processo de transição política vivido pelo país, no período pós-ditadura e da hegemonia conquistada nestes anos pelo ideário neoliberal no Brasil. A existência consolidada deste bloco de poder também define, em razoável medida, a relação que prevalece entre os campos da política e da mídia; 2. A absorção do impacto inicial e da novidade do poder da mídia e sua assimilação como instante

da nova política parece nítida. Tal assimilação acontece através de intervenções, muitas delas legislativas, do campo político, objetivando ter controle sobre a mídia, por via da aceitação e da presença cada vez mais cotidiana de uma gama de procedimentos político-midiáticos que tomam forma e relevância no período e pela modelagem acontecida nas campanhas eleitorais, às quais tenderam à convergir para padrões muito assemelhados e, por conseguinte, com capacidade de intervenção muito aproximados; 3. A preocupante tentativa política da mídia de restringir e até silenciar a temática política, ação que tem expressivo impacto sobre a política realizada publicamente, em ruas ou telas. Assim a atualidade, representada como sem alternativas, parece se tornar uma inexorável realização do dominante.

O processo eleitoral de 2002 novamente coloca em movimento a sociedade brasileira, abrindo novas e interessantes perspectivas político-midiáticas e reatualizando, de modo dramático, a questão da democratização da comunicação e da democracia em nosso país.

1 Ver KRAUS, Sidney e DAVIS, Dennis. *Comunicación masiva: sus efectos en el comportamiento político*. México, Trillas, 1991, p.51-101.

2 Para uma reflexão sobre este impacto de um ponto de vista europeu, ver: SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O estado espetáculo*. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

3 Ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. "Democracia, cultura e comunicação no Brasil". In: *Intercom. Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, (53):51-58, julho a dezembro de 1985.

4 LIMA, Venício. "Os mídia e a política". In

RUA, Maria das Graças e CARVALHO, Maria Isabel V. de (orgs.) *O estudo da política*. Brasília, Paralelo 15 Editores, 1998, p.210.

5 RUBIM, Antonio Albino Canelas e AZEVEDO, Fernando Antonio. "Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa". In: *Lua Nova*. São Paulo, (43): 189-216, sendo a citação da página 189. Neste artigo, encontra-se vasta bibliografia sobre o tema da mídia e política no país.

6 Para uma visão de algumas campanhas eleitorais já reconfiguradas anteriores a 1989, consultar: CARVALHO, Rejane. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas, Pontes/UFC, 1999.

7 FEDERICO, Maria Elvira B. *História da comunicação - rádio e tv no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 85.

8 Dados retirados de: GUIMARÃES, César e VIEIRA, Roberto Amaral A. "Meios de comunicação de massa e eleições (um experimento brasileiro)". In: *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, 2(9):147-158, 1988.

9 RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Mídia e política no Brasil...*p.16.

10 MÓISES, José Álvaro. "Democratização e cultura política de massa no Brasil". In: *Lua Nova*. São Paulo, (26):24, 1992.

11 RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Mídia e política no Brasil...*p. 16.

12 Sobre a comparação entre as eleições de 1960 e 1989, ver RUBIM, Antonio Albino Canelas. "Mídia, dimensão pública e eleições presidenciais". In: _____. *Mídia e política no Brasil...*p.15-36 e LIMA, Venício. ob. cit. p.210-214, especialmente.

13 A noção de campo social, originalmente formulada por Pierre Bourdieu, foi aplicada à comunicação por, dentre outros, Adriano Duarte Rodrigues. Ver: RODRIGUES, Adriano Duarte. *O campo dos média*. Lisboa, Veja, s.d. 189 p. e RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação*. Lisboa, Presença, 1990, 223 p. O texto trabalha com uma formulação livremente diferenciada deste conceito.

14 Tal atitude parece ser ainda a predomi-

nante entre os cientistas políticos brasileiros. Ver: LIMA, Venício. ob. cit.

15 REISER, Stefan. "Política y medios masivos de comunicación en la campaña electoral". In: THESING, Josef e HOFMEISTER, Wilhelm (orgs.) *Medios de comunicación, democracia y poder*. Buenos Aires, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre o Desarrollo Latinoamericano/Fundação Konrad Adenauer, 1995, p.165-187.

16 Ver, por exemplo: RUBIM, Antonio Albino Canelas. "Comunicação, política e sociabilidade contemporâneas". In: ____ (org.) *Idade Mídia*. Salvador, Edufba, 1995, p.107-146.

17 A bibliografia sobre as eleições de 1989 e sua relação com a mídia abrange um número expressivo de títulos. Dentre eles, podem ser destacados: ALBUQUERQUE, Afonso de. "Aqui você vê a verdade na tevê". *A propaganda política na televisão*. Niterói, Mestrado de Comunicação, Imagem e Informação da Universidade Federal Fluminense, 1999; FAUSTO NETO, Antonio. *O presidente na televisão*. In: *Comunicação & Política*, São Paulo, IX (11): 7-27, abril/junho de 1990; GUIMARÃES, César e VIEIRA, Roberto A. Amaral. *Meios de comunicação de massa e eleições. um experimento brasileiro*. In: *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, I (9): 147-158, 1989; KUCINSKI, Bernardo. *O ataque articulado dos barões da imprensa: a mídia na campanha eleitoral de 1989*. In: _____. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998; LIMA, Venício Artur de. *Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989*. In: *Comunicação & Política*, São Paulo, Ano 9, (11): 29-54, abr./jun de 1990; MIGUEL, Luis Felipe. *Mídia e manipulação política no Brasil - a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998*. In: *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, VI(2/3):119-138, maio/dezembro de 1999; RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Medios, política y elecciones brasileñas de 1989 y 1994*. In: *Día-Logos de la Comunicacion*. Lima, (42):18-24, junho de 1995. (Revista publi-

cada pela Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social - FELAFACS); RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa, Editora da UFPb, 1999; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *The brazilian case: manipulation by the media?*. In: SKIDMORE, Thomas (org.) *Television, politics and the transition to democracy in Latin America*, Washington/Baltimore e London, The Woodrow Wilson Center Press e The Johns Hopkins University Press, 1993, p.137-144 e STRAUBHAAR, Joseph; OLSEN, Organ e NUNUS, Maria Conceição. *The brazilian case: influencing the voter*. In: SKIDMORE, Thomas (org.) *Television, politics and the transition to democracy in Latin America*, Washington/Baltimore e London, The Woodrow Wilson Center Press e The Johns Hopkins University Press, 1993, p.118-136.

18 Sobre estas questões analisadas em uma perspectiva mais teórica, ver: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação & Política*. São Paulo, Hacker Editores, 2000.

19 A análise dos momentos eleitorais de 1989, 1994 e 1998 têm, como ponto de partida, a bibliografia, já razoável, existente sobre estes episódios eleitorais, especialmente a que trabalha em um viés das interações então existentes entre comunicação e política. Como se optou por não citar sempre esta bibliografia, sua referência pode ser encontrada principalmente em RUBIM, Antônio Albino Canelas e AZEVEDO, Fernando ob. cit. e, secundariamente, em RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Mídia e política no Brasil*.

20 Para uma análise das interações entre mídia e eleições de 1994, cabe destacar: FAUSTO NETO, Antônio. *A construção do presidente. Estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994*. In: *Pauta Geral*, Salvador, III (3):23-57, janeiro/ dezembro de 1995; FAUSTO NETO, Antônio. *Telejornais e a produção da política: estratégias discursivas e as eleições de 1994*. In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.) *O jornal: da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15, 1997, p.499-523; KUCINSKI, Bernardo. *O príncipe mulato e*

o sapo barbudo: mídia e eleições presidenciais de 1994. In: _____. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998; LIMA, Regina Lúcia Alves de. *A política e seu funcionamento discursivo: estratégias, marcas e contratos*. In: *Comunicação & Sociedade*. São Paulo, (26):41-60, 1996; MIGUEL, Luis Felipe. *Mídia e manipulação política no Brasil - a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998*. In: *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, VI(2/3):119-138, maio/ dezembro de 1999; MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas/São Paulo, Editora da Unicamp /Imprensa Oficial, 2000; PORTO, Mauro Pereira. *Telenovelas e imaginário político no Brasil*. In: *Cultura Vozes*, LXXXVIII (6): 83-93, novembro-dezembro de 1994; PORTO, Mauro. *Telenovelas e política: o CR-P da eleição presidencial de 1994*. In: *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, I(3):55-76, abril-junho de 1995 (nova série); PORTO, Mauro e GUAZINA, Liziane. *A política na TV: o Horário Eleitoral da eleição presidencial de 1994*. In: *Contracampo*, III, janeiro a julho de 1999, p.3-34; RONDELLI, Maria Elizabeth e WEBER, Maria Helena. *Ensaio das eliminatórias: os media e o campeonato eleitoral*. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, (21-22):347-357, dezembro de 1995; RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Medios, política y elecciones brasileñas de 1989 y 1994*. In: *Día-Logos de la Comunicacion*. Lima, (42):18-24, junho de 1995. (Revista publicada pela Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social - FELAFACS); RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Mídia e política no Brasil*. João Pessoa, Editora da UFPb, 1999; VENTURI, Gustavo e MENDES, Antonio Manoel Teixeira. *Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco*. In: *Opinião Pública*, Campinas, II (2):39-48, dezembro de 1994.

21 COLLING, Leandro. *Agendamento, enquadramento e silêncio no Jornal Nacional nas eleições presidenciais de 1998*. Salvador, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, 2000 (mestrado); KUCINSKI, Bernardo. *A sagração de FHC: a mídia no primeiro turno presidencial de 1998*. In: _____. *A síndrome da antena parabólica*.

São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998; LIMA, Venício e GUAZINA, Liziane. *Política eleitoral na tv: um estudo comparado do Jornal Nacional e do Jornal da Record em 1998*. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caixambu, 27 - 31 de outubro de 1998, 21p.; MIGUEL, Luis Felipe. *Mídia e manipulação política no Brasil - a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998*. In: *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, VI(2/3):119-138, maio/ dezembro de 1999; RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.) *Mídia e eleições de 1998*. João Pessoa/ Salvador, Editora da UFPB /Edições Facom, 2000.

** Antonio Albino Canelas Rubim é professor e diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Ex-diretor da Associação dos Professores Universitários da Bahia - APUB e ex-presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS. Pesquisador do CNPq.*

Bernardo Kucinski

Notas sobre política, jornalismo e corrupção

“Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei.”¹

1 Introdução: o lugar da corrupção na sociedade brasileira

A corrupção está no cerne de nossa estrutura política, na qual o Estado se coloca a serviço de interesses privados e não públicos. Daí seu caráter fundador, a começar pela formulação das leis, sempre restritivas e, principalmente, dos regulamentos. No Brasil, as leis não são feitas para regular relações entre cidadãos iguais em seus direitos e, sim, para regular a corrupção: são feitas para criar dificuldades, de modo que o poder possa vender facilidades. Aos amigos, as facilidades a um preço mutuamente aceitável; aos inimigos, a lei.. Nesse sistema, as comissões e propinas fazem a arbitragem da alocação dos favores do Estado entre os diversos grupos privados que disputam os mesmos recursos com base no favoritismo e na corrupção.

A corrupção também é intrínseca às relações de dominação entre a nossa economia e os grandes capitais internacionais; de início, a metrópole portuguesa, depois, os sucessivos impérios econômicos: Inglaterra e Estados Unidos. Nessas relações, a burguesia nacional, co-nhecedora profunda dos caminhos

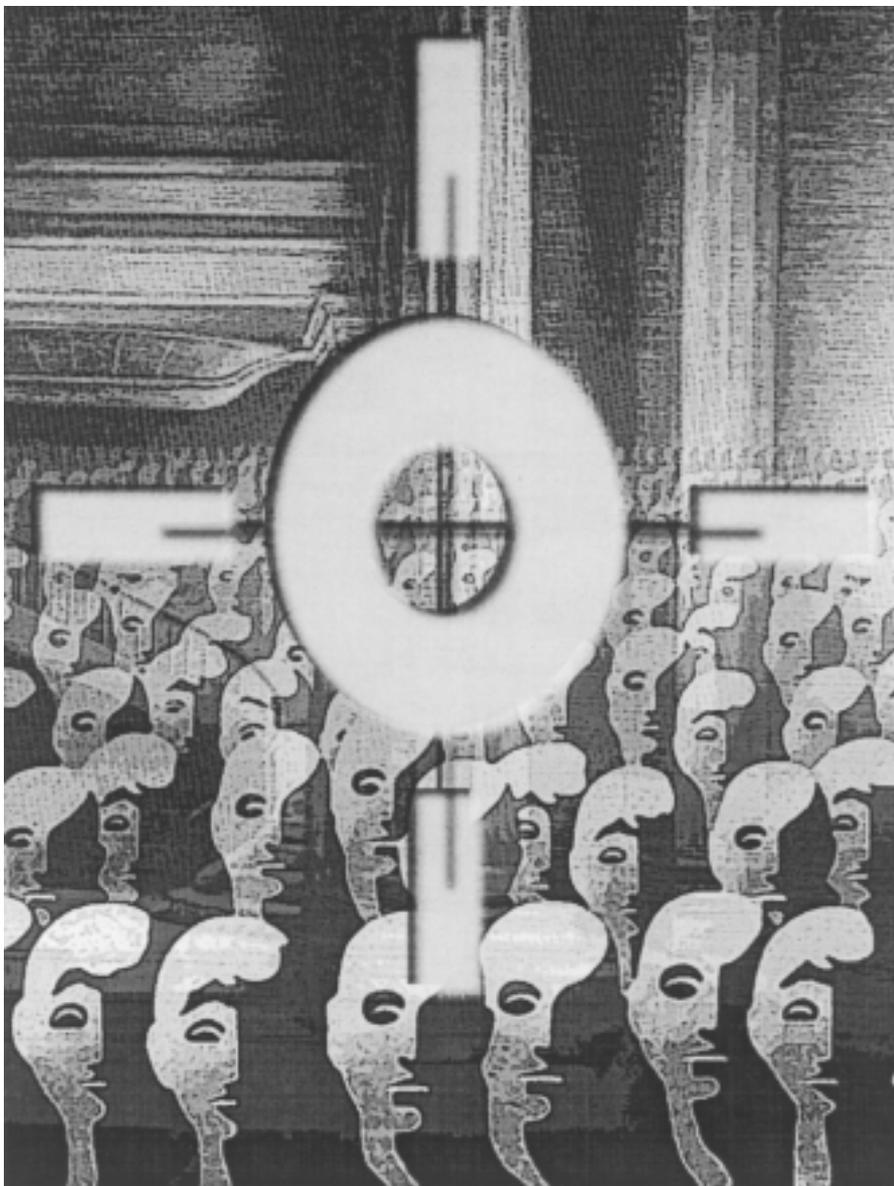
ao poder, funciona como “testa-de-ferro” dos grandes grupos internacionais, fazendo para eles a correção dos favores do Estado, em troca de uma participação, em geral minoritária, nos grandes projetos empresariais. Antes, eram as concessões de mineração ou ferrovias. Hoje, são os lances pelas privatizações ou concessões de serviços públicos.² Por isso, a corrupção permaneceu como parte essencial de nossa forma de fazer as coisas; um traço demarcador de nossa cultura política, atravessando as diversas fases da história desta economia dependente.

A corrupção também está presente na repressão fundada no terror, necessária primeiro à manutenção da escravidão e do monopólio da terra pelas grandes famílias, depois à supressão das revoltas camponesas e separatistas e, finalmente, à exclusão social aguda dos dias atuais, sucedânea da escravatura. Somente policiais embrutecidos e corruptos podem exercer o terror. Por isso, são selecionados às avessas, entre os mais ignorantes e mal pagos. As polícias têm sido historicamente os núcleos mais permanentes da corrupção cotidiana, média e pequena, as primeiras máquinas completas de extorsão de co-

merciantes, motoristas autônomos e bandidos que deveriam prender mas preferem extorquir.

Finalmente, o clientelismo político, associado ao populismo, forma tipicamente latino-americana de fazer política, vive da corrupção. O político favorece o eleitor em troca de seu voto, e financia sua campanha com dinheiro de construtoras e fornecedoras, que, por sua vez, repassam esse custo nos contratos com o poder público. Assim se fecha o circuito da corrupção política, fazendo dela um sistema completo que atravessa todas as dimensões da vida em sociedade. Essa é a corrupção que chamamos sistêmica, em contraste com episódios isolados de corrupção. Ela é estrutural, permanente e constitutiva de nossa matriz cultural.³

Dado o papel central e permanente da corrupção na vida política brasileira, não é de se admirar que o tema do combate à corrupção também tenha se tornado recorrente no nosso discurso político brasileiro. A União Democrática Nacional (UDN), partido político da oligarquia conservadora e classes médias urbanas, desenvolveu, nos anos 50, uma doutrina fundada principalmente na moralidade política. Jânio Quadros, eleito presidente da Re-



pública por uma coligação de centro-direita liderada pela União Democrática Nacional (UDN), fez toda sua carreira, de vereador a presidente da República, passando pela prefeitura de São Paulo e governo do Estado, exclusivamente com base na bandeira de combate à corrupção - que ele levantou hipocritamente, pois, ao final, foi um dos mais corruptos governantes do país.

O próprio golpe militar de 1964 usou, como pretexto, combater “a corrupção e a subversão.” De fato, durante a ditadura militar, a corrupção deixou de ser fator preponderante da política e da administração,

principalmente porque foi institucionalizada e, portanto, neutralizada como fator de favoritismo. Uma ditadura é, por definição, a corrupção institucionalizada. A ditadura militar instituída em 1964 consagrou o papel da burguesia nacional como testa-de-ferro dos interesses estrangeiros, criando o modelo do “tripé”, que associava o Estado, como provedor de infra-estrutura, às multinacionais como fornecedoras de know-how e à burguesia nacional, como a corretora dos acordos.

Também as altas taxas de crescimento econômico do período, chamado de “milagre econômico”, tor-

navam menos necessário o favoritismo, já que as oportunidades novas surgiam a todo momento, havendo menos necessidade de competir pelas verbas públicas. Essa expansão era financiada com generosos empréstimos estrangeiros, todos envolvendo comissões polpudas aos funcionários dos bancos públicos e privados, que, no entanto, eram aceitas como parte normal do jogo. Durante a ditadura, deu-se uma espécie de normatização da corrupção, embora em alguns ministérios, como o dos Transportes e o de Minas e Energia, as taxas de corrupção fossem mais pesadas do que a norma geral.

2. Corrupção e advento da ética neoliberal

Se durante a ditadura a corrupção atingia todos os níveis do poder executivo, no período de democratização que se seguiu, em que o legislativo e, principalmente, o judiciário recuperaram seus espaços, a corrupção alastra-se significativamente, atingindo todos os três poderes do Estado. Nos últimos anos da década de 90, já era possível comprar votos de juizes e desembargadores, e até decisões da corte suprema e de agências reguladoras como o CADE.⁴

A falência fraudulenta de grandes bancos, entre os quais o Econômico e o Nacional, e de grandes construtoras, entre as quais a Encol, sem que seus autores fossem punidos, mostrou a corrupção como método dos grandes grupos e não apenas de setores marginais. A corrupção ganhou em escala e amplitude. Sancionada pela impunidade, tornou-se diretriz de conduta quotidiana, refletida na adesão das pessoas comuns a uma nova escala de valores centrada na chamada “Lei

de Gérson”, segundo a qual “tirar vantagem” é o que importa.⁵

Foram muitos os mecanismos alimentadores da corrupção. Primeiro, o projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, ou seja, sempre controlado de cima, deflagrado a partir de 1975, valia-se da troca de votos por favores; a crise da dívida externa e a estagnação econômica, iniciadas em 1982, forçaram empresas a corromper mais para disputar recursos públicos escassos, e pequenos funcionários públicos a cobrar propinas para poder sustentar suas famílias. Nos últimos anos, o narcotráfico corrompeu juizes, delegados de polícia e deputados federais.

A Constituição de 1988, chamada “constituição cidadã”, aplicou golpes severos contra a corrupção, definindo rigorosamente o conceito da coisa pública,⁶ e ampliando os direitos dos cidadãos em várias esferas. Mas essa constituição foi fruto de uma correlação efêmera, logo suplantada pelo projeto neoliberal, que se pôs a desmontar muitos desses preceitos.

A abertura democrática no Brasil

A corrupção ganhou em escala e amplitude.

Sancionada pela impunidade, tornou-se diretriz de conduta quotidiana, refletida na adesão das pessoas comuns a uma nova escala de valores centrada na chamada “Lei de Gérson”, segundo a qual “tirar vantagem” é o que importa.

coincidiu e foi mesmo instrumental para uma política de ampla desestatização, dando início ao ciclo do neoliberalismo em nosso país. O projeto neoliberal implantou-se desmontando a constituição, comprando votos no Congresso e vendendo grandes empresas públicas a consórcios privados formados, na maioria das vezes, através de acordos corruptos, e consagrou a corrupção como padrão de negócios e da política. A própria ideologia neoliberal, fundada no individualismo exacerbado, na sua versão latino-americana, alimentou a corrupção. Nesse contexto surgiu, naturalmente, a “Lei de Gérson”, versão brasileira de uma ética neoliberal, obviamente fora do lugar numa sociedade autoritária, como tantas outras ideologias e doutrinas importadas pelas elites brasileiras.

Na versão norte-americana, o liberalismo se funda na idéia do “*fair-play*”, oportunidades iguais para todos segundo regras conhecidas e comuns. É uma ideologia justificadora das desigualdades, pois seu objetivo é exatamente o de garantir que o mais forte vença e não que o mais fraco seja amparado. Seu objetivo é garantir a competição. Trata-se de uma ética para o individualismo, numa sociedade razoavelmente organizada em torno de valores comunitários. Mas na versão meramente copiada pelo Brasil, usada apenas para quebrar resistências ao avanço do capital norte-americano nas economias latino-americanas, essa ética reduziu-se tão somente ao abandono dos valores como solidariedade e equidade. O neoliberalismo, na América Latina, tornou-se a mãe das novas modalidades de corrupção desenvolvidas em torno do assalto dos capitais privados às valiosas e estratégicas empresas estatais.

O neoliberalismo, na América Latina, tornou-se a mãe das novas modalidades de corrupção desenvolvidas em torno do assalto dos capitais privados às valiosas e estratégicas empresas estatais.

3- Corrupção no jornalismo

O jornalismo brasileiro não poderia estar imune à cultura da corrupção, nem os jornalistas como membros da elite intelectual nem as empresas jornalísticas como unidades econômicas numa economia mercantil marcada pelo favoritismo, pela propensão à monopolização dos mercados e pelo desrespeito aos direitos do consumidor. Mas devido ao processo de modernização que o transformou profundamente nesse mesmo período, o jornalismo tornou-se menos corrupto, nos últimas três décadas, do que era nos anos pré-ditadura militar.

A cooptação de jornalistas por políticos, através de privilégios, chegou a ser institucionalizada na Constituição de 1946, que, em seu artigo 206, isentou jornalistas de pagarem imposto de renda.⁷ Jornalistas também podiam comprar passagens aéreas pela metade do preço, entre outros mecanismos de corrupção. Muitos eram nomeados para cargos públicos por políticos amigos, e acumulavam esses cargos com o trabalho jornalístico.⁸ As empresas eram predominantemente familiares, regidas pelo mandonismo e o favoritismo nas redações. Jornalistas recebiam regularmente gratifica-

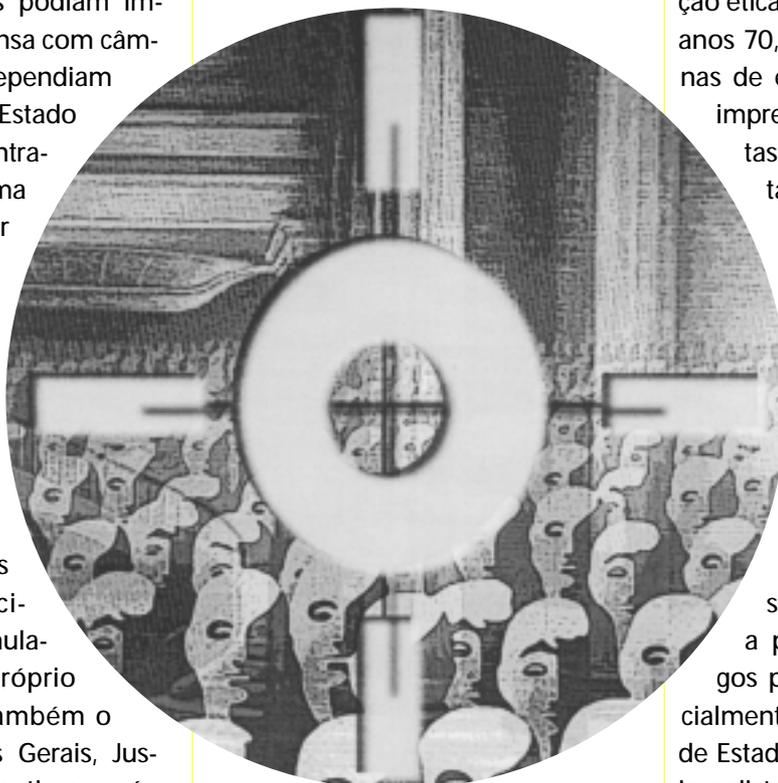
ções de grandes empresas multinacionais, como a canadense Light & Power, que se orgulhava de seu controle sobre a imprensa. Havia críticos sérios e probos na imprensa, mas até mesmo parte da crítica literária e teatral era corrupta.⁹

A maior cadeia jornalística, de Assis Chateaubriand, praticava o jornalismo marron, chantageando empresários, políticos e governantes.¹⁰ Empresas jornalísticas podiam importar papel de imprensa com câmbio favorecido, mas dependiam da benevolência do Estado para conseguir os contratos de câmbio. Última Hora, foi fundado por Samuel Wainer, em 1951, com objetivo deliberado de apoiar o governo de Getúlio Vargas, obtendo financiamentos do Banco do Brasil e de grupos privados, assim como contratos especiais de fornecimento de papel, estimulados por ordem do próprio presidente Vargas. Também o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, garantiu empréstimos a Samuel Wainer.¹¹

Já desde o final dos anos 50, com a fundação da cadeia Última Hora, que aumentou substancialmente os salários de jornalistas, e o projeto de modernização do Jornal do Brasil, o jornalismo se torna mais bem remunerado e eticamente mais demarcado.¹² A partir dos anos 60, dá-se o crescimento da Editora Abril, portadora de um padrão moderno de jornalismo e, paralelamente, o declínio acelerado dos Diários Associados.

Com a regulamentação da profissão, em 1968, tornando obrigató-

rio o diploma de jornalismo para o exercício da profissão, o jornalismo tornou-se ainda mais profissional, menos marcado pelo favoritismo e, portanto, pela corrupção. Surge um mercado profissional, mas sobreviveram práticas institucionalizadas de cooptação pelos políticos. Jornalistas que cobrem o Congresso, por exemplo, podiam comprar aparta-



mentos em Brasília com financiamentos altamente favorecidos.¹³ Restaram práticas isoladas de corrupção, em setores específicos, como no rádio-jornalismo e no jornalismo regional, devido ao uso das concessões de frequências de rádio e TV para barganhas políticas, no período de transição da ditadura para a democracia.¹⁴

Mas as empresas jornalísticas, com a crise econômica iniciada a partir da moratória de 1982, tornaram-se ainda mais dependentes do Estado. Muitas empresas jornalísti-

cas estão na lista dos maiores devedores da Previdência Social, por exemplo. O Estado também exerce influência administrando cerca de US\$ 500 milhões em verbas publicitárias, sem contar as verbas estaduais e municipais.

A partir dos anos 90, dois outros processos passaram a afetar a ética jornalística. Por um lado, o jornalismo começou a perder a demarcação ética que havia conquistado nos anos 70, devido à criação de centenas de empresas de assessoria de imprensa formadas por jornalistas e à contratação de jornalistas pelo setor público, como assessores de imprensa. Isso se deu sem que fossem separadas as duas profissões, criando-se uma promiscuidade de valores no interior do jornalismo. Assim, abriu-se o caminho para uma nova modalidade de corrupção mais ideológica e sutil. Em segundo lugar, permaneceu a prática de oferecer empregos públicos a jornalistas, especialmente em Brasília e em capitais de Estado. No eixo Rio e São Paulo, jornalistas conseguiam um segundo emprego em grandes empresas e bancos¹⁵.

A própria democratização, durante e após a Constituinte de 1988, inaugurou um período de disputas intensas entre grupos de interesses no Congresso e junto à opinião pública, em torno das novas regras e regulações, que se valeram de jornalistas como lobistas. Alguns sindicatos de jornalistas também se aproximaram mais das grandes empresas, buscando patrocínio para certos projetos.¹⁶ Em São Paulo, ainda é hábito jornalistas sindicalizados comprarem carros diretamente

Mais grave do que a prática sistemática da corrupção em jornais do interior ou de capitais de estado, é o silêncio sobre essa prática, por parte dos sindicatos de jornalistas. Esse silêncio equivale à aceitação tácita da corrupção

de algumas montadoras com até 10 por cento de desconto. O próprio sindicato recebe presentes de empresas, para distribuição a seus funcionários. E jornalistas importantes recebem regularmente, no final do ano, caixas de *whisky* e outros presentes, chamados, na gíria profissional, de “jabaculês.”

Também em alguns almoços e coletivas, são distribuídos brindes, como lapiseiras e canetas. É uma pequena sedução que contribui, no entanto, para o ofuscamento dos preceitos éticos.¹⁷ Essa é a função dos pequenos presentes: romper a resistência ética do jornalista através de um gesto aparentemente inócuo. Uma vez rompido, não há caminho de volta. Não por acaso, a palavra “corrupção” origina-se do latim “rompere”, romper ou quebrar¹⁸.

Ocorre ocasionalmente a compra de matérias e capas de revistas por políticos, intermediada, às vezes, pelos próprios jornalistas. Essa prática se torna mais intensa em períodos eleitorais, quando pesquisas de opinião também são vendidas para quem pagar mais. O suborno direto de jornalistas ainda é muito presente nas cidades do interior, mas deixou de ser sistêmi-

co ou determinante nos grandes veículos de referência nacional.¹⁹ Mais grave do que a prática sistemática da corrupção em jornais do interior ou de capitais de estado, é o silêncio sobre essa prática, por parte dos sindicatos de jornalistas. Esse silêncio equivale à aceitação tácita da corrupção.²⁰

4. Corrupção como objeto da denúncia jornalística

O jornalismo brasileiro tem uma tradição de denúncia da corrupção. Carlos Lacerda, o mais famosos jornalista brasileiro dos nos 50, fez sua fama denunciando corrupção. Sua mais forte denúncia, contra a máquina de corrupção comandada por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, levou ao suicídio do presidente, em agosto de 1954. Em torno da pregação de Lacerda, criou-se a ideologia política conservadora que associava corrupção ao populismo. Essa ideologia marcou o discurso do partido político conservador União Democrática Nacional e se constituiu na linha editorial do mais importante diário do país, o Estado de São Paulo.

A denúncia da corrupção é também uma forma de compensar editorialmente o intenso governismo e a adesão acrítica da mídia aos ditames do capital internacional. Há uma aliança estratégica da mídia com os interesses estratégicos do grande capital, em temas como desestatização, abertura econômica, pagamento da dívida externa. Em compensação, dá-se uma exacerbação crítica no plano tático da denúncia da corrupção. Assim, a denúncia da corrupção sempre esteve presente no jornalismo brasileiro e chegou a determinar a linha editorial de alguns jornais em alguns períodos.

Em O Estado de S. Paulo, a co-

brança de padrões éticos tornou-se um traço permanente e uma diretriz editorial. O jornal construiu uma história de combate à corrente política corrupta e clientelista que se estratificou em São Paulo, primeiro sob a liderança do governador Adhemar de Barros, a quem se atribui a frase: “Rouba, mas faz.” Depois, essa corrente política ficou sob a liderança de Paulo Maluf.

Com o advento do governo Collor de Mello, extremamente corrupto, abriu-se um novo ciclo de jornalismo investigativo, na imprensa brasileira, que teve como objeto principal a corrupção. Em 1992, o presidente foi deposto, em decorrência de acusações de corrupção feitas pela imprensa. O esquema de corrupção do assessor de Collor de Mello, P. C. Farias, foi exposto por um intenso esforço de reportagem de duas revistas semanais, VEJA e ISTO É. Esse exercício se repetiu depois com a CPI do orçamento. O caso Collor de Mello é exemplar porque foi conduzido pela imprensa, segundo o modelo Watergate de jornalismo investigativo.

Nos últimos anos da década de 90, com o acirramento das disputas políticas entre oligarquias em declínio, com o surgimento de novas e pesadas disputas pelo controle de empresas estatais privatizadas, e graças às facilidades das novas tecnologias, surgiu, no Brasil, um tipo de jornalismo de denúncia baseado em escutas telefônicas, gravações de conversas e dossiês entregues por políticos e por agentes da polícia e do ministério público. Foi assim que a Folha de S. Paulo descobriu a compra de votos para garantir a aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998.

Nesse jornalismo “denuncista”,

como passou a ser chamado, o jornalista alia-se a um político para obter dossiês que incriminem outro político. Com isso torna-se participante direto da luta política, em geral não por dinheiro ou favores, mas por autopromoção. Cria-se a promiscuidade entre jornalistas e grupos econômicos, especialmente os novos grupos surgidos da disputa por mercados e oportunidades abertas pelas privatizações.²¹

Muitas denúncias são publicadas sem a devida comprovação. Mesmo com esses defeitos de qualidade, o jornalismo “denuncista” tornou-se fator importante, ao aliar-se a procuradores do Estado engajados na luta anti-corrupção. Dessa aliança entre jornalistas e alguns procuradores da República, surgiu o desvendamento de casos importantes de corrupção, no INSS e na construção do TRT de São Paulo, assim como a corrupção generalizada que grassou nas bases de sustentação do governo Fernando Henrique, especialmente nas suas agências de desenvolvimento regional, Sudam e Sudene, que acabaram fechadas por excesso de corrupção.

Notas

- 1 Máxima consagrada por Getúlio, mas formulada, pela primeira vez, pelo presidente da Província de Minas Gerais, em 1930, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade.
- 2 É exemplar, nesse sentido, o papel de empresários jovens e ambiciosos, como Nelson Tanure (grupo Sade) e Paulo Dantas (grupo Opportunity), na articulação dos consórcios com empresas estrangeiras que abocanharam as concessões da telefonia brasileira, no final dos anos 90. Ver a propósito: “Os bastidores de uma guerra.” VEJA n. 1706, de 27/06/2001. pp 38-44.
- 3 Numa contagem em que zero significa corrupção total e 10 a inexistência da corrupção, o Brasil tirou nota 3,9 no inquérito anual de corrupção no mundo, realizado em 2000 pelo Instituto Transparência In-

ternacional. Os estudos do instituto mostram que a corrupção em países como Brasil vai muito além da ética política, afetando negativamente os temas econômicos e sociais. Mostram também que quem paga a conta da corrupção é a população mais pobre. In: teoria da corrupção. César Maia, Folha de S. Paulo, 11/03/01, p. 3.

- 4 Entrevista do autor com advogados da praça de São Paulo.
- 5 Oriunda de uma propaganda de cigarros na qual o jogador Gérson mostra a grande vantagem de fumar aquela marca, do ponto de vista do preço.
- 6 O artigo 175 da Constituição determina que todo serviço público deve ser outorgado através de licitação pública e regido por contratos públicos. Posteriormente, foram aprovadas pelo Congresso as leis que obrigam a licitação de todas as compras públicas acima de determinado valor.
- 7 E o artigo 27 das disposições transitórias também isentou jornalistas de pagarem imposto de transmissão e imposto predial sobre seu imóvel residencial, durante 15 anos.
- 8 Inclusive jornalistas famosos, de grande prestígio, como Carlos Castello Branco.
- 9 Conf. MOURA. Jorge. A crítica teatral de Paulo Francis no Diário Carioca (1957-1963). Dissertação de Mestrado, Eca/USP, 1994.
- 10 Conf. Moraes, Fernando. Chatô - O rei do Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- 11 Para detalhes sobre o financiamento de Vargas a Wainer ver: DULLES, John. W.F. Carlos Lacerda, Brazilian Crusader. Vol. 1. pp. 121-123. University of Texas Press. Austin, 1991. Ver também. WAINER, Samuel. Minha razão de viver. p. 131. Rio de Janeiro, Record, 1987.
- 12 Mesmo Última Hora só foi fundado com financiamentos favorecidos do Banco do Brasil, por ordem direta de Getúlio Vargas.
- 13 Ver: “troquei um apartamento por um furo”. In: BARDAWILL, José Carlos. O repórter e o poder., p. 81, São paulo, Alegro, 1999.
- 14 Quase todas as 1.500 novas frequências de rádio e TV autorizadas entre 1980 e 1990 foram concedidas pelos presidentes Figueiredo e Sarney a políticos e seus familiares e amigos, em troca de votos favoráveis a seus projetos no Congresso nacional.
- 15 Estima-se que no ano 2000, 40% dos filiados do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo trabalhavam basicamente como assessores de imprensa e não como jornalistas. Em Brasília, estima-se que um terço dos jornalistas traba-

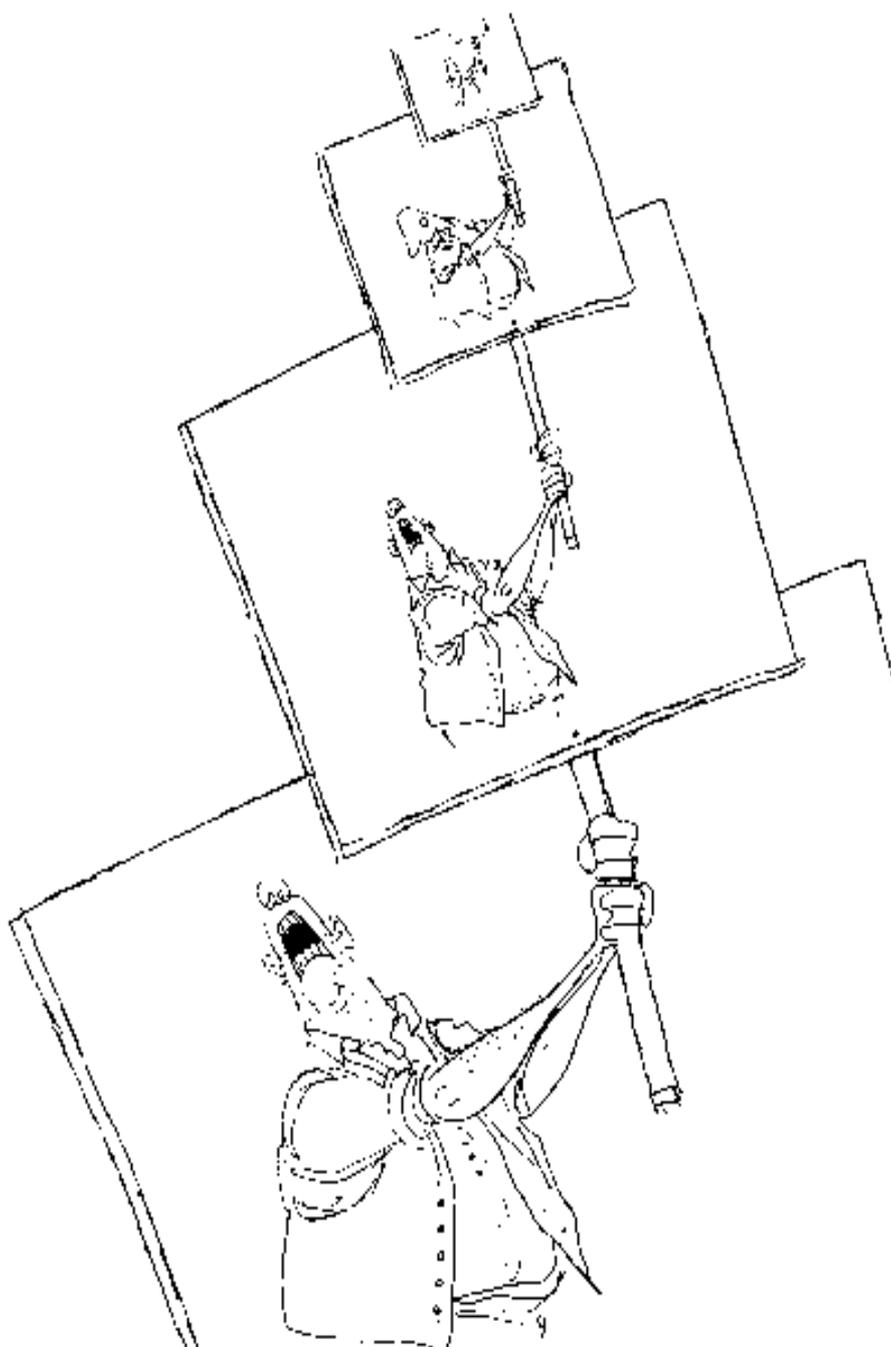
lhavam para o serviço público ou para políticos, acumulando ou não outra atividade jornalística *strictu-senso*.

- 16 Ver, entre outros, o Guia Brasileiro de Comunicação Empresarial, publicado pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de S. Paulo, ed. 1996. Esse guia é também um bom mapa das assessorias de imprensa.
- 17 A corrupção no sindicato dos jornalistas em São Paulo acabou sendo fartamente documentada na imprensa convencional e na sindical, em 1994, porque foi usada como arma de uma disputa interna.
- 18 Conf. Veríssimo. Dossiê, escândalos, etc. In: O Estado de S. Paulo, 04/03/01.
- 19 Sobre a corrupção nos anos 90, ver CONTI, Mário. Notícias do Planalto. São Paulo, Cia das Letras, 1999.
- 20 Uma das raras ocasiões em que um sindicato denunciou essa prática, deu-se em Londrina., quando o sindicato local denunciou o comprometedor silêncio da imprensa frente às denúncias de corrupção do prefeito Antonio Belinati. Ver. Jornal da casa, Londrina, setembro 2000, pp.11-14.
- 21 Uma das mais emblemáticas denúncias jornalísticas baseada numa escuta telefônica foi a matéria de VEJA, de 26 de junho de 2001, sobre o envolvimento do empresário Nelson Tanure na briga entre o grupo Opportunity e multinacional TIW, em torno dos controles da Telemig Celular e da Telenorte Celular. A reportagem de VEJA é uma peça exemplar do jornalismo de denúncia. A começar pelo fato de ser ela própria fruto de uma fita entregue por um dos contendores. E denuncia que um jornalista de outro veículo, Ricardo Boechat de O Globo, escreveu matérias em conluio direto com o outro contendor, Nelson Tanure, inclusive lendo para ele suas matérias para O Globo, antes de as publicar.

Bernardo Kucinski é professor doutor no Departamento de Jornalismo da Universidade de São Paulo.

Marina Maciel Abreu

Assistência Social e conquista dos direitos sociais: elementos para uma problematização.*



Este estudo¹ sobre a questão da assistência social, considerando sua inscrição no campo dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, parte de inquietações frente ao redimensionamento dessa política, na atualidade na sociedade brasileira, que tende para um pseudo superdimensionamento, na medida em que a assistência aparece, no discurso oficial, como política estratégica no enfrentamento da pobreza, como política de inclusão social.

Tal tendência traduz um paradoxo em relação ao sentido histórico da assistência social, na sociedade capitalista, posto que a sua institucionalização integrada às estratégias de controle social do capital sobre o trabalho tem como fundamento a necessidade inerente ao desenvolvimento capitalista de reprodução das desigualdades sociais e de controle sobre a pobreza. Ao mesmo tempo, apresenta sérios desdobramentos nas lutas sociais, pois concorre para mistificação da assistência como um direito, colocada como via de garantia das condições de vida de vastos segmentos da classe trabalhadora, em detrimento do direito ao trabalho² - o trabalho que é a alternativa primeira das condições de satisfação das necessidades humanas.

Avançando nesta discussão, cabe considerar dois movimentos como mediações fundamentais da referida tendência. Um decorrente das lutas sociais da classe trabalhadora que marcaram os anos 80, culmina com as conquistas constitucionais de 1988, em que a assistência social passa a compor com as políticas de saúde e de previdência, o sistema de seguridade social, supondo a primazia do Estado na sua operacionalização³. Esta redefinição significa um avanço no campo teórico-político e apresenta-se sob uma retórica que apregoa a assistência como um direito, respaldado em princípios de universalização dos atendimentos e democratização da gestão estatal na esfera das políticas sociais, sinalizando para o fortalecimento da participação da sociedade civil - com possibilidade de intervenção dos segmentos subalternizados da sociedade - no exercício do controle social sobre a utilização do fundo público. O outro movimento refere-se ao redimensionamento prático das políticas sociais estatais e privadas integrado às estratégias capitalistas de enfrentamento da atual crise do capital sob a orientação neoliberal, que passa *“invariavelmente, por estruturas de base produtiva, pela desvalorização da força de trabalho e pelos mecanismos de regulação estatal”* (MOTA, 1995, p.42), apontando para a penalização dos trabalhadores e redução dos gastos públicos com os atendimentos das suas necessidades básicas, isto é, traduz a negação das conquistas acima mencionadas.

Frente a estas considerações, coloca-se a necessidade de avanço e aprofundamento do debate sobre a assistência social na atualidade, com vistas à sua desmistificação e reconstrução, a partir de seus fundamentos e sentido na dinâmica da sociedade, procurando ressitua-la em seu devido lugar histórico, face às lutas para

garantia de condições plenas de vida e trabalho da classe trabalhadora, no contexto dos processos emancipatórios e de superação da ordem capital.

Daí decorre a motivação deste estudo que privilegia um recorte constituído por aspectos histórico-conceituais da temática, com base na referência histórica do *Welfare State*, ordenamento societário consolidado no pós segunda guerra mundial nos países avançados, que é, aqui, entendido como um marco da reconfiguração da assistência como parte dos direitos sociais, integrada aos sistemas de seguridade social nos citados países; aponta, ainda, indicações concernentes ao perfil diferenciado das iniciativas no campo da seguridade social, com destaque para a área da assistência social, em países periféricos, em que a experiência brasileira é exemplar, bem como inflexões nessa área a partir das medidas neoliberais de enfrentamento da crise mundial do capital na atualidade.

Um pressuposto básico deste estudo é que a assistência social redefine-se a partir do compromisso fordista/keynesiano estabelecido entre o movimento operário e a burguesia industrial, no enfrentamento da crise dos anos 30⁴, demarcando avanços substanciais em relação a velhas formas de atendimento aos pobres⁵, na medida em que é inscrita no campo dos direitos sociais⁶ conquistados pela classe trabalhadora, através dos sistemas de seguridade social que se expandem e se consolidam a partir de então, nos países centrais. Estes sistemas passam a representar garantia das condições de reprodução da classe trabalhadora a partir do estatuto do direito ao serviço público estatal, em contraposição a velhas práticas fundadas no assistencialismo, isto é, na caridade e filantropia, embora, mantendo ainda essas condições deslocadas da relação salarial.

O compromisso fordista/Keyne-

siano constitui a base material e ideológica sobre a qual instaura-se o *Welfare State* nos países centrais do desenvolvimento capitalista mundial. O *Welfare State* configura-se como um amplo reordenamento econômico, político e social consolidado a partir de 1945, mantendo-se por três décadas (a denominada *“era dourada”*), até a primeira metade da década de 70, quando entra em crise, em termos mundiais, a capacidade desse padrão econômico, político e social de conter as contradições inerentes ao capitalismo e esgotam-se as bases materiais do compromisso fordista/keynesiano.

Vale considerar que, neste período, as lutas do operariado europeu contra a exploração econômica e a opressão política, na perspectiva de emancipação, constituem fator decisivo na formação do *Welfare State*⁷, através da conquista e expansão dos chamados direitos democráticos nos países desenvolvidos. Esta influência é entendida a partir das tendências do movimento operário social - democrático no mundo capitalista desenvolvido, ou seja, de suas variantes: a reformista e a revolucionária. Para PRZEWORSKI (1991), a social-democracia tem sido a forma predominante de organização dos trabalhadores sob o chamado capitalismo democrático.

Tais tendências emergem no processo de luta e enfrentamento desenvolvido pela classe trabalhadora face à intensificação da exploração da força de trabalho e controle político pela burguesia industrial em ascensão, constituindo, então, variantes das estratégias de um mesmo projeto. A idéia central do movimento operário social-democrático era *“emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo.”* (BIHR, 1998, p.20). Apesar de suas diferenciações internas em termos estratégicos e nacionais,

esse projeto se baseava no pressuposto “de que o proletariado pode se libertar de sua exploração e de sua dominação pelo capital (ou pode, pelo menos, em um primeiro momento, aliviar consideravelmente seu peso) conquistando e exercendo (por representantes políticos intermediários) o poder do Estado, tomando esse poder da burguesia e de seus aliados políticos. Ele apresentará sempre e por toda parte o Estado como a via obrigatória e inevitável da emancipação do proletariado. E a sociedade supostamente resultante dessa revolução política (o socialismo) é então assimilada a um processo mais ou menos radicalizado de estatização do capitalismo”. (BIHR,1998,p.20).

O referido movimento alcança elevado grau de organização e combatividade, no final século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, em que se sobressaem como principais determinações desse processo: o avanço do capitalismo industrial com o progresso tecnológico, implicando maior concentração espacial da massa operária (nas fábricas e meio urbano); e, sobretudo, o impulso dos movimentos revolucionários na perspectiva da conquista do socialismo, em que a vitória da revolução russa, em outubro de 1917, é a principal expressão.

A tendência reformista do referido movimento colocou-se como hegemônica no estabelecimento do chamado compromisso fordista/keynesiano, pacto que se estabelece entre classes, traduzindo-se no consenso garantidor da socialização dos custos da produção, mantendo a apropriação privada da riqueza social, eixo central do novo equilíbrio de forças que consubstanciou o *Welfare State*. A variante reformista propugna reformas estruturais, conciliando interesses da burguesia e do proletariado, com vista ao estabeleci-

O envolvimento do operariado no estabelecimento do compromisso fordista/keynesiano revela-se como uma expressão da prevalência dos seus interesses imediatos em detrimento dos seus interesses históricos

mento de um compromisso possível entre classes. Entre tais reformas, encontram-se a “organização da assistência social pelo Estado, nacionalizações de monopólios industriais chaves, controle mais ou menos direto de grandes grupos financeiros, municipalização do solo; legislação do trabalho visando regulamentar as condições de exploração capitalista e contratualizar as relações entre capital e trabalho; redução das desigualdades sociais por meio da democratização do sistema fiscal e do ensino etc.” (BIHR,1998,p.21)⁸.

A variante revolucionária do movimento operário contrapõe-se ao ideário e programáticas dessa perspectiva de luta, passando a rejeitar o termo social-democracia para sua identificação. Assim, dela se desvincula para criar a Terceira Internacional, em 1918. Suas estratégias e horizonte histórico referem-se, fundamentalmente, à “expropriação da burguesia e de seus aliados (as outras classes proprietárias) pela estatização do conjunto dos meios de produção, destinada a lançar as bases de um desenvolvimento autocentrado, planejado pelo aparelho de Estado. Nestas condições, a conquista do poder de Estado supõe uma ruptura violenta com as formas institucionais da democracia parlamentar e na maior parte das vezes, só pode ser efetuada pela via insurre-

cional, por meio de uma mobilização e de um enquadramento político-militar das massas populares (principalmente o proletariado e o campesinato”. [...] “o leninismo - mais, exatamente o bolchevismo - constitui a forma mais acabada” (BIHR, 1998, p. 21-22).

Assim, a experiência do *Welfare State* passa a ser considerada como concretização da proposta social-democrática⁹ (CLARKE,1991) de uma sociedade mediante combinação do dinamismo econômico do capitalismo com valores políticos do socialismo.

De fato, o compromisso fordista/keynesiano implicou, por um lado, o consentimento da classe trabalhadora ao novo padrão de acumulação, subordinado, de acordo com MATOSO (1995), “aos incentivos de mercado e ao princípio do lucro em troca de um sistema de welfare, elevação salarial e políticas macroeconômicas orientadas ao pleno emprego”; e, por outro lado, a aceitação por parte do empresariado da “instituição de políticas regulatórias e maior controle social do mercado e do Estado”. (MATOSO,1995, p.166-167). Assim, sob o ponto de vista da classe trabalhadora, significou a garantia de sua seguridade social, representando o atendimento de necessidades situadas no âmbito das relações de trabalho e da previdência, bem como em relação à habitação, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer etc. Para a burguesia, constituiu não só estratégia para enfrentar a crise orgânica dos anos 30 como também para neutralizar o duplo perigo imposto pelo fascismo e bolchevismo.

Sob este ângulo, o envolvimento do operariado no estabelecimento do compromisso fordista/keynesiano revela-se como uma expressão da prevalência dos seus interesses imediatos em detrimento dos seus interesses históricos. Segundo BIHR,

(1998,p.37) *“do ponto de vista do proletariado esse compromisso pode ser comparado a uma espécie de imensa barganha, pela qual o proletariado renunciou à ‘aventura histórica’, em troca da garantia de sua ‘seguridade social.’* Todavia, o mesmo autor chama a atenção para as ambivalências do referido compromisso, principalmente no que se refere à questão da seguridade social, tanto sob o ponto de vista da classe trabalhadora quanto das classes dominantes. Assim, na luta pela seguridade social, o proletariado ocidental perde sua *negatividade* ao afirmar-se *“positivamente,”* no limite dos seus interesses e direitos assumidos de forma particular. A *negatividade*, tal como assinalada por MARX (1968) em sua *“Crítica da filosofia do Estado em Hegel”*, refere-se ao caráter universal da perspectiva de luta dessa classe, porque, movida por seus sofrimentos universais, não reivindica um direito particular. Portanto, tem a missão histórica de libertação de toda a humanidade ao se libertar de sua própria opressão. Ao afirmar-se na legalidade do compromisso fordista, a referida classe renuncia a essa missão, permitindo ao capital, através da mediação estatal, apropriar-se das suas lutas e integrá-lo à sua ordem, na exata medida do seu próprio controle; ao mesmo tempo em que legitima o deslocamento da satisfação das suas necessidades essenciais de subsistência para a esfera da política fora das relações de trabalho.

Por outro lado, a organização do trabalhador e a conquista dos direitos sociais denunciam as relações de exploração e dominação do sistema capitalista e implicam *“que essa dominação não seja absoluta, que ela reconheça aos dominados, em certa medida, o direito de negociar as condições de sua dominação.”* (BIHR,1998,p.38-39). E, conseqüentemente, o consentimento a essa do-

minação está na dependência direta da satisfação dos interesses imediatos dos dominados.

Para algumas análises, e concordando com as mesmas, os direitos sociais instituídos nos termos do pacto fordista/keynesiano não representam mera concessão do capital ao trabalho organizado, mas, uma conquista da classe trabalhadora, trazendo mudanças substanciais nas condições de reprodução dessa classe (LOSURDO, 1999)¹⁰, ainda que nos limites da ordem do capital. Ou ainda, como considera LOPES (1999), o Welfare State, embora não tenha alcançado a construção de suas plenas possibilidades, nem sido mundializado, referenciou a experiência da social-democracia - a chamada terceira via - a partir da qual ganhou espaço e logrou constituir em relação às necessidades de reprodução da força de trabalho *“uma referência progressista entre as alternativas postas pela crítica ao filantropismo e ao assistencialismo paternalista”* (LOPES,1999,p.18), posto que significou o deslocamento do atendimento dessas necessidades para a esfera do direito ao serviço público estatal.

Deste modo, a conquista da seguridade social, ao mesmo tempo em que se converte num dos principais mecanismos para a obtenção da adesão e do consentimento das classes subalternas à ordem capitalista, constituindo componente indispensável para o equilíbrio de forças de acordo com os interesses do novo padrão de acumulação do capital, traduz-se, também, como possibilidade de acesso a bens e serviços às classes subalternas, atendendo a in-

teresses imediatos. O direito à assistência coloca-se, pois, como um mecanismo de barganha desta classe, representando, antes, mais um instrumento de luta pelo atendimento de necessidades imediatas, desde que integrado ao movimento mais amplo de luta da classe trabalhadora por condições plenas de satisfação de suas necessidades básicas. A conquista de tais condições coloca-se, obviamente, para além da esfera da assistência, supondo o avanço da luta por mudanças estruturais, numa perspectiva emancipatória. Tal indicação funda-se na noção de que na necessidade histórica que determinou a constituição da seguridade social no âmbito das estratégias de controle social do capital, encontram-se as condições de contestação e superação dessa mesma necessidade, isto é, a luta das classes subalternas na perspectiva da superação da ordem do capital e da emancipação humana.

Isto posto, importa ter presente que a seguridade social revela-se como um redimensionamento da questão da assistência pública (em sentido amplo), na medida em que, reafirmando o anteriormente assinalado, as possibilidades de subsistência do trabalhador permanecem fora da relação salarial, deslocando-se para a esfera dos direitos sociais, mediatizados pelas políticas sociais estatais. Trata-se da assistência pública tal como foi colocada na crítica marxiana sobre o processo da institucionalização desta modalidade de enfrentamento da questão social num determinado momento da organização da sociedade burguesa.

A assistência social é entendida na sociedade capitalista num campo contraditório de negação e afirmação de direitos. Nesse contexto, o direito à assistência pública afirma-se na medida exata da negação do direito ao trabalho.

Seguindo esta perspectiva, a assistência social é entendida na sociedade capitalista num campo contraditório de negação e afirmação de direitos. Nesse contexto, o direito à assistência pública afirma-se na medida exata da negação do direito ao trabalho. Nos termos de MARX, (1989,p.p. 259-260) *“o direito ao trabalho, primeira fórmula acanhada em que se resumem as reivindicações revolucionárias do proletariado”* constante do primeiro projeto da constituição republicana francesa é *“metamorfoseado no direito à assistência pública”*, no projeto final da referida constituição. Com isso, é reforçada uma das funções ideológicas do Estado moderno (necessária à sua legitimação): o de alimentar, de um modo ou de outro, os seus pobres, ao mesmo tempo em que impõe o anátema sobre o direito ao trabalho. Isto por que *“o direito ao trabalho é, no sentido burguês, um contra senso, um desejo mísero, piedoso, mas por trás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, e por trás do poder sobre o capital, a apropriação dos meios de produção, sua subordinação à classe operária, associada, portanto, à superação dialética do trabalho assalariado, do capital e de suas correlações. Por trás do direito ao trabalho estava a insurreição de junho”* (MARX, 1989, p.260).¹¹

Deste modo, é possível inferir das assertivas marxianas supracitadas que a assistência pública na sociedade capitalista, incorporada às lutas da classe trabalhadora como um direito, embora constitua-se na contramão da perspectiva de emancipação das referidas classes, na medida em que o seu fundamento ontológico está na contradição presente na necessidade de reprodução das condições de desigualdade inerentes a essa organização social e de neutralizar o desenvolvimento das condições de contestação e superação das citadas

desigualdades, a conquista deste direito representa também a imposição de limites à exploração do capital sobre a força de trabalho, podendo, como já foi mencionado, avançar no quadro da correlação de força como mais um espaço de luta da classe trabalhadora face às suas necessidades imediatas. Entretanto, com base na discussão desenvolvida neste trabalho, fica reafirmado que este não é o espaço mais importante nem estratégico em relação à conquista das condições plenas de subsistência dessas classes, muito menos da perspectiva de superação do sistema de controle dominante.

Avançando nesta discussão sobre o fundamento histórico da assistência no contexto dos sistemas de seguridade social, no bojo do *Welfare State*, é importante destacar que esses sistemas consubstanciam-se no equilíbrio das forças que se instaura nesse ordenamento entre trabalho organizado, grande capital e Estado-Nação, o qual se expressou, de forma particular, no plano interno de cada país, traduzindo sempre um pacto entre classes sob a égide do grande capital. Com o *Welfare State*, instaura-se uma nova regulamentação econômica, política e social regida pelo capital, combinando crescimento econômico e sistema de bem-estar, solo em que se estrutura um novo consenso entre classes, considerando as diferentes posturas encontradas no padrão dos gastos públicos, na organização dos sistemas de bem-estar social, no grau de envolvimento do Estado e no poder de barganha do movimento sindical e das pressões dos demais movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora em seu conjunto, nos diversos domínios do mundo capitalista¹².

O movimento do proletariado, embora, expressando-se e legitimando-se no marco da institucionalidade do Estado burguês, ofereceu, ao

mesmo tempo, os principais veículos de legitimação do Estado “benfeitor”, pois os seus órgãos representativos viabilizavam *“retorno em forma de consenso em troca de uma crescente influência sobre a destinação dos gastos públicos, sobre a redistribuição da renda em geral e sobre a utilização dos recursos nacionais”* (VACCA, 1991, p.154).

O Estado reforça seu caráter classista, ainda que tenha procurado ocultar a nova dominação social que se instaura através do padrão regulacionista do *Welfare State*, forjando o mito da “cidadania” e da “democracia” para todos. Não resta dúvida quanto aos avanços sociais e políticos que se processam nas relações entre as classes, decorrentes das formas e condições de participação dos sujeitos sociais na utilização dos recursos públicos. Todavia, importa recolocar que essas não esgotam a perspectiva histórica de emancipação da classe trabalhadora, mas representam conquistas significativas, ainda que nos limites impostos pelos interesses do capital.

Além disso, as lutas das classes subalternas, suas conquistas sociais e políticas, nos limites do compromisso fordista/keynesiano, constituíram a base da nova dominação do capital, mediante a qual a burguesia procura ocultar as diferenças entre os sujeitos na aparente submissão de todos às mesmas regras, numa tentativa de incorporar tudo e todos à lógica estatal. Assim, a experiência do *Welfare State* teve seu efeito despolitizante e desmobilizador das lutas das classes subalternas, evidenciado no refluxo dos movimentos sindical e popular para o campo das lutas corporativas em detrimento da socialização da política. No entanto, vale ressaltar que é no espaço do mercado - cuja racionalidade também é dada pela intervenção estatal - que a igualdade aparente se desfaz,

No enfrentamento da questão social prevalecem estratégias de dominação e controle social sobre a classe trabalhadora a partir de modalidades interventivas centradas no indivíduo, direcionadas para integração e reforma moral, em detrimento das conquistas sociais dos trabalhadores traduzidas em direitos sociais.

denunciando as desigualdades entre os indivíduos pelas formas diferenciadas de acesso à riqueza, ao poder, ao saber, etc. Essa racionalidade é ocultada no arcabouço político-institucional do *Welfare State*, ao despir os homens de suas determinações históricas, igualando-os sob o rótulo de "cidadão".

A seguridade social reflete, assim, em suas configurações, a correlação de força de um determinado momento histórico. Significa dizer que a dinâmica do processo de constituição das políticas de seguridade social condensa características particulares das relações entre classes, em decorrência do *"estágio de desenvolvimento das forças produtivas, do grau de socialização da política e das formas históricas assumidas pelo confronto entre as classes"* (MOTA, 1995, p.123). Trata-se, pois, da existência de uma gama variada de sistemas de seguridade, observando-se que, como assinala MOTA (1995), *"enquanto na Europa Ocidental foram criados amplos e universais sistemas públicos de proteção social, como é o caso da Inglaterra, a tradição norte americana privilegiou um sistema misto entre o setor público e privado (GALPER, 1986, p.106) e os países periféricos, de que é exemplo o Brasil, estruturam a proteção social mediante assistência aos pobres e previdência para os assalariados (MÉDICE, 1989, p.17)".* (MOTA, 1995, p.128).

Na discussão sobre a questão da assistência social no Brasil, considerando os marcos históricos em que se estabelece o compromisso fordista/keynesiano, é mister levar em con-

sideração que a referência do *Welfare State*, em relação aos países periféricos, particularmente, os latino-americanos, de um modo geral, é mediada, por um lado, pelas relações imperialista norte-americanas no continente, e, por outro lado, pelo próprio grau de desenvolvimento do capitalismo, da organização política dos trabalhadores e dos estados nacionais, configurando uma situação em que é possível afirmar que a experiência do *Welfare State* sequer chegou a ser implementada nesses países.

No bojo da expansão do imperialismo econômico norte-americano na América Latina, difunde-se e consolida-se um padrão de política assistencial que reflete os interesses da acumulação do capital de subsumir ao seu domínio o redirecionamento da economia no continente. Deste modo, no enfrentamento da questão social prevalecem estratégias de dominação e controle social sobre a classe trabalhadora a partir de modalidades interventivas centradas no indivíduo, direcionadas para integração e reforma moral, em detrimento das conquistas sociais dos trabalhadores traduzidas em direitos sociais.

Deste modo, nos países periféricos, onde as desigualdades sociais são mais acentuadas e perversas do que nos países que lograram implementar a experiência do chamado *Welfare State*, as conquistas sociais restringiram-se a iniciativas de cunho populista, objetivadas a partir de políticas clientelistas, paternalistas e, por isso mesmo, pontuais, residuais, fragmentadas, configuradoras de um padrão assistencial identificado por

OLIVEIRA (1998a), como filantropia estatal. Com base nessa análise, é possível afirmar que, no Brasil, este padrão ainda não foi superado, em que pesem os avanços políticos e sociais das lutas sociais incorporados à Constituição Federal de 1988 como direitos posto que estas conquistas são usurpadas com a implementação das políticas neoliberais a partir do governo Collor/Itamar - políticas estas pautadas no Consenso de Washington que tem como principais gestores o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Tal padrão como uma expressão do modo como o capitalismo realizou-se na periferia do sistema, conforme assinala OLIVEIRA (1998b), apresenta-se, assim, como mero simulacro de modelos de seguridade social, objetivados nos países centrais¹³, numa decorrência lógica do que acontece quando os processos sócio-políticos de regulação social, implementados nesses centros, se deslocam para a periferia. É o que bem traduz a expressão Estado de mal-estar cunhada pelo citado autor para retratar as deformações, que nos países periféricos, caracterizam as experiências sob a hegemonia regulacionista mundial do *Welfare State*. Para o mesmo autor, tais experiências, demonstram a maneira casuística como o fundo público, em suas diversas formas, constitui-se pressuposto do financiamento da economia.

No Brasil, segundo OLIVEIRA (1990), verifica-se a existência de uma regulação *ad-hoc* na utilização do fundo público para o financiamento da reprodução do capital, em detrimento da reprodução da força de trabalho. Sob esta regulação, as políticas assistenciais, como as demais políticas sociais, direcionadas para o atendimento, ainda que parcial e precário, das necessidades de subsistência das classes subalternas, estruturam-se ao sabor das conjunturas, verifi-

A pobreza aprofunda-se e expande-se em todo o mundo, tendo a política econômica destrutiva neoliberal como principal determinação, na medida em que essa política diminui empregos e salários e reconcentra renda.

cando-se, em relação a estas, um trânsito do assistencialismo caritativo à filantropia estatal, parametradas pela chamada sociabilidade do favor - moeda de troca das relações sociais, principalmente, entre dominantes e dominados (OLIVEIRA, 1998a).

Registra-se, nos anos 90, sob a hegemonia do pensamento e programáticas neoliberais, na conformação da reorientação do padrão econômico-político-social, o recrudescimento e atualização das práticas assistencialistas associadas à intensificação das medidas de mercantilização das políticas sociais, sobretudo da saúde, previdência e educação. Tais tendências são repostas pela reestruturação do capitalismo sob a ideologia neoliberal em que a crise estatal é colocada como principal causa da crise econômica, impondo a redução dos gastos públicos com atendimento das demandas sociais e a intensificação das medidas de controle sobre a força de trabalho.

Deste modo, o retrocesso à filantropia e ao assistencialismo significa, de acordo com o que analisa LOPES (1999), que estas práticas “ [na verdade, efetivamente, nunca desapareceram, nem podem desaparecer no capitalismo]” na medida em que se colocam “entre as alternativas do capitalismo no enfrentamento da pobreza, agora em expansão nos países ricos, segundo a perversa e velha forma conhecida pelos países pobres de capitalismo dependente. E como há muito esse tipo de pobreza havia sido varrido daqueles países que lograram viver a experiência do Welfare State, vários estudiosos, a partir

desses centros, vêm chamando de ‘nova pobreza’” (LOPES, 1999,p.19).

A pobreza aprofunda-se e expande-se em todo o mundo, tendo a política econômica destrutiva neoliberal como principal determinação, na medida em que essa política diminui empregos e salários e reconcentra renda; restringe os gastos públicos no atendimento das necessidades sociais da classe trabalhadora e desloca para a sociedade (mercado e comunidade) a responsabilidade desses atendimentos. Todavia, governos neoliberais, ao mesmo tempo que reduzem as políticas sociais, como uma expressão do chamado “Estado mínimo”, paradoxalmente, apregoam, como modalidades de erradicação da pobreza, medidas de política social, em que se inscreve a política de assistência social. Deste modo, a assistência social é reafirmada como uma mediação importante na reprodução e controle da pobreza, a partir dos limites impostos pelos interesses da reestruturação do capital em crise.

Trata-se, de acordo com o acima assinalado, da assistência social assumida pelo Estado e pela sociedade via solidariedade, como ação residual, focalizada nos segmentos mais vulnerabilizados por esse padrão de desenvolvimento econômico, exatamente aqueles impossibilitados materialmente de adquirir no mercado as condições mínimas para sua reprodução, num flagrante desrespeito ao estatuto do direito ao serviço público estatal de qualidade. Tem-se, então, uma política social pobre para os pobres - assistência social pública

- e outra política para os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal - a seguridade privada oferecida pelas empresas ou adquirida no mercado.

Frente a este quadro, na sociedade brasileira, a assistência pública sob a responsabilidade do Estado recoloca-se como um espaço de confronto e luta da classe trabalhadora; luta esta que se apresenta com limitações históricas, mas é significativa, na medida em que as políticas sociais como respostas à questão social traduzem espaços de confronto entre os distintos projetos sociais presentes na dinâmica da sociedade.

Assim, o direito à assistência social no país, contraditoriamente, vem constituindo um espaço de luta assumida por vastos segmentos da classe trabalhadora e outros setores da sociedade civil, na relação com o Estado, face às necessidades de subsistência de grandes contingentes da população brasileira; luta esta assinalada como “*parte do movimento mais amplo de luta pela afirmação e expansão dos direitos sociais*” (RAICHELIS,1998,p.160).

Para a classe trabalhadora, em que pese a histórica precariedade dos serviços assistenciais prestados pelo Estado e sociedade, estes têm se revelado, cabe reafirmar, uma modalidade de acesso a bens e serviços para o atendimento de suas necessidades imediatas.

Portanto, vale assinalar a pertinência da luta no campo da assistência social e demais políticas de seguridade social (saúde e previdência) frente à usurpação dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, a partir das estratégias de flexibilização econômica e privatização neoliberais - embora, contraditoriamente, tenham sido mantidos e implementados mecanismos e instrumentos democratizantes das relações Estado/Sociedade formulados para a

concretização dos mesmos.

Tal luta impõe a resistência e o enfrentamento das políticas econômico-sociais de cunho neoliberal e a desmistificação, seja da retórica dominante que incorpora as conquistas constitucionais para implementar medidas contrárias à perspectiva histórica das lutas sociais das classes subalternas, seja do sentido histórico da própria assistência, no contexto dessas lutas, reafirmando-a como política complementar, necessária face o agravamento da pobreza no país, mas essencialmente transitória e limitada em relação à conquista de condições ao atendimento das necessidades imediatas de subsistência da classe trabalhadora bem como de enfrentamento e superação das condições de dominação e exploração existentes.

Bibliografia

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura**: um estudo sobre a função pedagógica do assistente social. 2001.229p.Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC, São Paulo.
- A relação entre o Estado e a sociedade civil: a questão dos conselhos de direitos e a participação do Serviço Social. *Serviço Social & Movimento Social*, São Luís, v.1, n.1, p. 61-76, jul./dez,1999.
- ALTVATER, Elmar, A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBBSBAWM, E (Org.). **História do marxismo**. São Paulo:Paz e Terra,1987. v.8.
- BRASIL. Lei n.º 8.742 de 07 de dezembro de 1993. (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS). Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 10.ª Região. **Coletânea de leis**. 2.ed. Porto Alegre, [199 -] p. 49-68.
- _____. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília,1995.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/coleção/plandi.htm>.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, n. 24, p.117-164, set. 1991.
- HABERMAS, Juergen. A crise do estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 18, p.103 -114, set. 1987.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.
- KING, Desmond. As estruturas do Welfare State: o Estado e as estruturas sociais do bem estar em democracias Industriais avançadas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 22, p.53-75, out. 1988
- LOPES. Josefa Batista. A relação Serviço Social - movimento social: indicações para um estudo. **Serviço Social & Movimento Social**, São Luís, v.1, n. 1, p. 7-20,jul./dez.1999.
- _____. **O Serviço Social na América Latina**: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade. 1998. 162p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, PUC , São Paulo.
- LOSURDO, Domenico. Anotações das aulas ministradas no Curso sobre “Gramsci, Marx e Hegel: classes sociais, hegemonia, estado e revolução”, em São Luís/MA, outubro de 1999.
- MARX, Karl. **Crítica de la Filosofia del Estado de Hegel**. México: Editorial Grijalbo,1968.
- _____. O 13 de junho de 1849: as lutas de classes na França de 1848 a 1850.In: FERNANDES, Florestan (Org.). **K. Marx , F. Engels**. São Paulo: Ática, 1989. p.146-181. (Grandes cientistas sociais, n. 36 ; História).
- MATOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.
- MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social Brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
- OLIVEIRA. Francisco de. Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRAS, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998a.
- _____. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In: _____. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998b. pt.1, p. 49-61.
- _____.Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p.55-82.
- PEREIRA, Potyara A P. A Política Social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 56, p. 60-76, março, 1998.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SCHONS, Selma Maria. Assistência social na perspectiva do neoliberalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 16, n. 49, p. 5-19, nov. 1995.
- VACCA, Giuseppe. Estado e mercado, público e privado. **Lua Nova**, n. 24, set. 1991.
- * Neste estudo, está sintetizada e reorganizada parte das idéias desenvolvidas sobre a temática na tese de doutorado intitulada “Serviço Social e a Organização da Cultura- um estudo sobre a função pedagógica do assistente social”, defendida pela autora junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.
- * Assistente Social, doutora em Serviço Social, professora vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

1 Este artigo é o primeiro de uma trilogia sobre a questão da assistência social.

2 O direito ao trabalho, segundo MARX (1989), “primeira fórmula acanhada em que se resumem as reivindicações revolucionárias do proletariado” (MARX,1989,p.259), manifesta em 1848, na França, desde essa época, vem sendo metamorfoseado no direito à assistência pública, apesar dos avanços alcançados através das conquistas sociais no pós segunda guerra mundial com a instauração do Estado de Bem-Estar (Welfare State) nos países centrais

3 ALOAS, em seu artigo 5º, Inciso III, contraria esta proposição, na medida em que preceitua como uma diretriz: “Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera do governo” (BRASIL...Presidência , 1993), o que não significa garantia da implementação dessa política sob a responsabilidade do Estado. Seguindo a citada diretriz, o Estado

conduz a política de assistência transferindo para a sociedade a responsabilidade pela implementação da mesma, assumindo função de comando e controle.

- 4 A crise dos anos 30, considerada por ALTIVATER (1987) a primeira grande crise do sistema capitalista no século XX, pode ser entendida como resultante das contradições do desenvolvimento inicial do regime de acumulação intensiva do capital, com base na primeira onda de taylorização e mecanização fordista nas duas primeiras décadas deste século (BIHR, 1998), em que este sistema *"tende a desenvolver as forças produtivas da sociedade sem levar em conta as proporções a serem respeitadas entre os diferentes ramos da produção social, nem tampouco a capacidade total de consumo da sociedade: demanda solvente."*(BIHR, 1998, p.41). A principal consequência é o risco de desembocar em uma crise de superprodução, considerando o desequilíbrio entre a elevação da produção e redução das condições de consumo. Foi o que ocorreu nos anos 20, como assegura BIHR (1998). Período em que se registra um extraordinário crescimento da produtividade, numa média de 6% ao ano em países capitalistas ocidentais, onde esta média era de 2%, sem uma equivalente elevação dos salários que se mantiveram com uma média de crescimento em 2%, conservando a tendência iniciada na segunda metade do século XIX. Ainda seguindo este raciocínio, essas condições favoreceram à elevação dos lucros da ordem de 30% a 35%, provocando *"um 'boom' especulativo sem precedentes entre 1926 e 1929. Esses 'anos loucos' iriam desembocar, entretanto, inevitavelmente no 'crash' de 1929-1930, expressão direta no plano financeiro da crescente distorção entre capacidades de produção acumuladas e a demanda solvente, que essa primeira tentativa de um regime com característica dominante intensiva não soubera desenvolver proporcionalmente"*(BIHR,1998,p.41).
- 5 Concordando com as referências de SHONS (1995), trata-se das formas de atendimento aos pobres desde a *Lei Elizabetiana* de Assistência de 1601, alterada em 1834 (*Poor Law Reform*) com a denominação de Nova lei dos Pobres. Pela Lei Elizabetiana (1601), a Assistência cabia às paróquias e almas generosas; pela Nova *Poor Law* (1834) embora pública, continuava marginal, atendendo somente àqueles que renunciavam suas liberdades individuais, pois passavam a ser confinados nas *works houses*, nos albergues e nos asilos. (SHONS,1995,p.6).
- 6 É importante lembrar, como bem assinala PEREIRA (1998), que no final dos anos 40, através da *"contribuição trifacetada de T.H.*

MARSHAL", os serviços sociais são incorporados na categoria de direitos sociais ao lado dos direitos civis e políticos, cabendo ao Estado a primazia pela garantia dos mesmos, compondo os sistemas de seguridade social. Antes porém, destaca-se como principal iniciativa no campo da seguridade pública como direito do cidadão e obrigação do Estado, *"o 'plano Beveridge elaborado sob a coordenação de sir William Beveridge em plena Segunda Guerra Mundial (1942)"; na Inglaterra, incluindo "no sistema de seguridade todos os cidadãos e todas as necessidades sociais importantes da vida moderna"*. (PEREIRA, 1998, p.61-62).

- 7 São destacadas, neste estudo, as ponderações de KING (1988) e HABERMAS (1987) que situam a importância do movimento da classe trabalhadora na instauração e crescimento do *Welfare State*. KING assinala o protagonismo da classe trabalhadora nesta direção nos quatro grupos principais de fatores causais mais sistemáticos associados à expansão do Estado de Bem-Estar: *"primeiro, aqueles que enfatizam as consequências da industrialização, segundo às quais o desenvolvimento econômico ou industrialização tem certos resultados lógicos, incluindo a necessidade de bem-estar social; segundo, a difusão de valores liberais favoráveis a um estado de bem-estar complementa à industrialização em alguns casos, especialmente nos Estados Unidos; um terceiro conjunto de argumentos situa a causa primária do crescimento do estado de bem-estar no sucesso da mobilização da força da classe trabalhadora para articular demandas por bem-estar; e, quarto, inovações introduzidas por funcionários públicos, o argumento mais recente"* (KING,1988,p.58). Para HABERMAS, o Estado de Bem-Estar constituiu expressão de um dos programas gestados pelo movimento dos trabalhadores europeus, inspirado na utopia de uma sociedade do trabalho. Trata-se de três programas bem diferenciados: *"o comunismo soviético na Rússia, o corporativismo autoritário na Itália fascista, na Alemanha nacional-socialista e na Espanha falangista e o reformismo social-democrata nas democracias de massa do ocidente"*(HABERMAS,1987,p.18).
- 8 Por essa via, é possível entender que a conquista do socialismo reduz-se progressivamente a uma simples democratização da sociedade capitalista, à democratização na sociedade civil, dos direitos e ideais de democracia política (liberdade, igualdade, fraternidade). Daí decorrem as características da prática política circunscritas ao *"legalismo, juridicidade, parlamentarismo para o partido"* e, à *"busca de contratos coletivos para os sindicatos"* (BIHR,1998,p.21), dando margem a três tipos hierarquizados de organizações: partidos políticos, sindicatos e organizações mu-

tualistas e cooperativistas, como formas de mobilização e organização da classe. Nesses limites político-organizacionais, a luta das classes subalternas transitaria entre os *"seus interesses imediatos (econômicos ou políticos) e sua luta por seus interesses históricos."* (BIHR,1998,p.23).

- 9 Esta mesma linha de interpretação parece ser adotada por PZEMWORSKI (1991), na medida em que considera essa experiência como a forma mais acabada do chamado capitalismo democrático e, talvez, a expressão de que a social-democracia, bem ou mal, representa a única força de esquerda capaz de enumerar um elenco de reformas em favor dos trabalhadores, sendo também reveladora, para outros estudiosos, da introdução do modo de produção social-democrático no contexto da sociedade capitalista (OLIVEIRA,1998). Portanto, como concretização da vertente reformista do projeto social-democrático, nos países desenvolvidos, constituiu-se um ordenamento societário sob o controle do capital, configurando o que se convencionou como a chamada terceira via, frente ao fascismo e ao bolchevismo.
- 10 Anotações do Curso sobre "Gramsci, Marx e Hegel: Classes Sociais, Hegemonia, Estado e Revolução", ministrado pelo Professor DOMENICO LOSURDO, doutor em Filosofia, Professor da Universidade de Urbino na Itália, em São Luis/MA, outubro de 1999.
- 11 Tal linha analítica é ampliada no debate acadêmico do Serviço Social com as contribuições de LOPES (1998), a partir das quais se constitui, com base na perspectiva marxista, um caminho fecundo de problematização sobre o direito à assistência.
- 12 É importante assinalar, de acordo com HARVEY (1994,p.130), que *"governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas - gaulista na França, trabalhista, na Grã-Bretanha, democrata-cristão, na Alemanha Ocidental etc. - criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado de bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário."*
- 13 Merece considerar nesta reflexão que nos países periféricos, além de se verificar os agravantes substantivos da questão social, considerando as relações exploração e dominação a que estão submetidos, ainda se registra, como sustenta MÉSZÁROS (1996), que a contínua super exploração das massas populares, nos referidos países, traduz também uma pré-condição das melhorias das condições de vida das suas equivalentes nos países centrais, ao mesmo tempo em que estas melhorias revelam-se, por sua vez, altamente seletivas e conjunturais.

**Entrevista:
Aziz Ab'Sáber**





Aziz Nacib Ab'Sáber

Universidade e Sociedade traz, para este espaço, a fala do Professor Aziz Ab'Sáber, traduzida de uma conversa informal, sem perguntas específicas, concedida aos Diretores do ANDES-SN, professores José Domingues de Godoi Filho (UFMAT) e Antônio Luiz de Andrade (UNESP), na qual o eminente geógrafo brasileiro discorre sobre temas como fome, cidadania, energia, estruturas arcaicas no país, globalização, a base de Alcântara, o Projeto Avança Brasil, Universidade e pesquisa e SBPC.

Se tivesse que, muito rapidamente, escolher temas para falar abordaria a fome e a desnutrição no nosso país, pelo menos, desde os anos 40/50. Depois, falaria sobre a energia, sobre as estruturas arcaicas dominantes nas relações políticas, a questão do autoritarismo - o poder excessivo de uns e zero de outros (os intelectuais estão na área do zero). E aqui vem o problema da relação entre o poder e o conhecimento. Esse é o assunto que mais tenho me dedicado nos últimos tempos. Por fim, abordaria a globalização, depois a conquista da cidadania.

Penso muito nos grandes problemas que incidem sobre a conquista da cidadania e a tremenda luta que a direita faz, através de suas lideranças, para que não haja cidadania. Inclusive, uma dessas lideranças, Vanderlei Reis (de Minas Gerais), recebeu recentemente o Prêmio Santista. Quero dizer com isso que essas pessoas se acoplam para depois lançarem uma espécie de alerta, uma atitude prévia da direita, desancando as pessoas do Partido Socialista, fazendo uma campanha grosseira mesmo, contra o Lula, inclusive. É aquela velha história: se Lula começa a subir nas pesquisas eleitorais, eles afirmam que isso é prejudicial para a governabilidade, vinculando tudo ao problema da cidadania.

Pergunto, está havendo governabilidade agora? As pessoas estão com medo do futuro? É preciso ter clareza. Nós estamos numa crise de governabilidade em vários níveis. Assistimos à crise do Senado, à corrupção, ao sistema econômico extremamente mal sucedido. Crise de governabilidade é isso.

Fome

Mas, vamos voltar ao primeiro assunto, a fome. Penso que o que coloca os países em uma posição de 3º Mundo não é apenas a sua produção científica, o número de seus mestres e doutores no exterior e/ou a produção intelectual anual. Mas é, certamente, a existência dessa pobreza difícil de ser erradicada, com milhões de excluídos, que não têm chances de subir na escala da sociedade, na pirâmide social, sócio-econômica e cultural. O que faz com que os outros países - os chamados de primeiro mundo - nos critiquem é a existência de 50 milhões de pobres, e a base da classe média vivendo quase na pobreza. Esses milhões têm dificuldade de alimentação e a desinformação é total quando o assunto é nutrição, de tal maneira que mesmo os que comem, na verdade, biologicamente são esfomeados. É preciso que os homens do topo da sociedade e da alta burguesia, e mesmo da classe média, tivessem melhor noção do que significa ter compatriotas e patrícios, para usar termos antigos, ter seres humanos iguais a nós numa pobreza quase absoluta, humilhados pela impossibilidade de se integrar dentro do plano da chamada ocidentalização. Tenho para mim que as pessoas não escolhem lugar para nascer, nem condição sócio-econômica, nem a família cultural. Elas nascem onde o acaso determina.

Sobre tudo isso, chamo a atenção para um artigo de Josué de Castro, publicado no dia 11 de agosto de 2001, no jornal Folha de São Paulo, com o título "Homens e Caranguejos". Gilberto Vasconcelos faz o seguinte comentário: "A verdade é que a história dos homens do Nordeste, lendo muito mais pelos olhos que pelos ouvidos, o autor sublinha que compreendeu a angústia da fome não na Sorbonne parisiense, mas nas margens e bairros inóspitos do Recife. Pobres coitados, alimentados com caranguejo e farinha de mandioca. Ali aparece a grande loucura da sociedade brasileira. Uma loucura que nos persegue ainda hoje. Um povo faminto que não sabe de onde vem a fome e quer ocultá-la ou senão disfarçá-la. E mais, os alimentos não entendem os famintos e vice-versa. E mais, o chamado público letrado não aprecia os intelectuais e artistas que denunciam a irracionalidade da fome popular brasileira".

No texto, Josué de Castro fala muito sobre o contato com a realidade da população pobre da sua cidade, da sua juventude e como sentiu o problema da fome, meditou e fez uma crítica às elites brasileiras. A minha crítica às elites brasileiras, em termos de seu comportamento perante a pobreza e à fome dos povos, é muito grande. Eu acho que o Brasil possui as piores elites do mundo, em função dessas desigualdades fantásticas que eles não sabem sentir e para a qual elas não sabem propor soluções. Às vezes, vejo grandes políticos falando da pobreza "demagogicamente" e fico pensando que eles não sabem nada sobre a geografia da fome, a mesma geografia abordada por Josué de Castro. Outras pessoas de outras partes do mundo escreveram sobre a fome e, ao mesmo tempo, denegriram o Brasil de um modo estupefaciente.



Penso que é possível receber o que eles dizem do nosso país como uma bofetada cultural, em função do de generalidades que eles conhecem sobre a fome. Na realidade, eles conhecem menos que deveriam conhecer. O trabalho do Josué de Castro, ainda hoje, é reeditado no Brasil e no exterior. Foi o começo de tudo, mas com uma generosidade humana que falta aos outros. Nos meus contatos sociais com as periferias de São Paulo, venho sentido muito diretamente a questão da fome e da desnutrição, sobretudo. Um dia fizemos um sopão e as crianças entraram em fila, de cinco e seis anos até 11 e 12, depois adolescentes e depois alguns adultos, muitos poucos. E as crianças vinham com um pratinho, recebiam a comida e voltavam para o início da fila repetir o prato. Depois de todo esse movimento, uma criança chegou perto de mim e disse: “professor, hoje não vai ser preciso fazer comida lá em casa, já comemos bem aqui”. O pior é que na casa dela não tem

nada para fazer. Penso que, ao longo do tempo, mudou muito a paisagem, mas não mudou tanto a desigualdade. Continuamos tendo fome nos arredores de uma cidade agigantada, poderosa, considerada diferenciada em relação a muitas outras do mundo. Não a fome do tipo que muita gente pensa, como buscar alimentos no lixo, mas de ter uma comida insatisfatória como nutrição para o crescimento biológico e, no caso das crianças, para o desenvolvimento biológico e mental. As crianças brasileiras das áreas pobres talvez sejam das mais inteligentes do mundo, no meu modo de ver, e, no entanto, vai crescendo dentro de enormes dificuldades em matéria de desnutrição. Isso é gravíssimo e deveria ser pensado pelas autoridades e pelas elites. Essas que eu considero as piores elites do mundo.

Energia

A crise de energia atesta a falta de informação e a falta de conheci-

mento dos governantes, que ultimamente têm estado no poder. Não é uma crise climática, é uma crise de ignorância. E a pior coisa que aconteceu foi a tentativa de justificar esse estado de coisas apenas pelo clima. Claro que existem anos mais secos, anos mais chuvosos, mas não se pode dizer no momento que serão adotadas medidas administrativas, governamentais, autoritárias, não se pode dizer que o clima foi o responsável pela crise energética. Primeiro, porque nunca poderiam ter privatizado as hidrelétricas, nunca. Foi o ato mais criminoso da história econômica, social e tecnológica do Brasil. O processo de cons-

trução de uma hidrelétrica é tremendo. Há uma série de exigências e de fatores que devem ser levados em consideração, principalmente os relacionados ao meio ambiente. Pois bem, quando a hidrelétrica já está pronta, alguém ou algum grupo chega com o dinheiro, compra e garante sua renda. Só que utiliza a água acima do normal porque não precisa gerenciar o nível, já que sabe que o governo não tem ninguém para fazer a fiscalização. Depois de privatizar, fica praticamente impossível exigir certos comportamentos dos novos donos.

Voltando à questão da estiagem, é absolutamente certo falar que as próximas chuvas serão insuficientes para repor aquilo que se gastou demais, mas dizer que seriam seis meses secos foi um erro de conhecimento sem precedentes.

Eu dizia que o rol de coisas críticas sobre o país, dentro de uma visão política social e não partidária, é tão grande, que temos de tratar da fome, da energia, dos arcaísmos, da estrutura, que não são preocupação de ninguém e quando tentam melhorar as estruturas arcaicas, melhoram pontualmente alguma coisa. É preciso entender que está havendo uma guerra contra a conquista da cidadania, com "autoridades" dizendo as coisas mais absurdas possíveis. E na medida que a pessoa comum ampliar o seu conhecimento e tiver forças para exigir coisas como cidadão, o Brasil se tornará "ingovernável" - na ótica governamental.

Uns dizem que a governabilidade existe agora, que está nas mãos da direita. Acho que não existe governabilidade nenhuma. Não atingimos a base da pirâmide social, a economia, entre outras coisas.

Penso que esse problema da conquista da cidadania tem ficado com a direita como se fosse um pe-

A classe média não discute os problemas nacionais, nem tem opinião firme sobre o que está certo ou errado no governo.

rigo, significando conservar os pobres da classe média dentro de um padrão absurdo. Como dizia Milton Santos, "não querem que pobre tenha cidadania, bloqueiam tudo, então só lideranças pequeninas tendem a ter cidadania", lideranças de bairro e outras coisas mais. E a classe média? A classe média não discute os problemas nacionais, nem tem opinião firme sobre o que está certo ou errado no governo. Tem medo de criticar o governo e, sobretudo, ainda nos dizeres de Milton Santos, "a classe média só quer privilégios". Quem quer privilégios não lutou pela cidadania social. Isso é um ponto importante.

Vemos agora a campanha da direita sobre a possibilidade da esquerda conquistar o poder. Mas quais são as pessoas que estão liderando isso? Infelizmente, até alguns pensadores estão com a direita, formando a defesa do atual governo. Uns dizem, para perolar, que política não tem moral nenhuma, que ela é amoral. Eu nunca vi um filósofo falar uma bobagem tão grande. Não posso aceitar idéias como essas. Nós temos que defender uma política ética.

(São as três classes que podem fazer alguma coisa pelo Brasil. Primeiro os órgãos acadêmicos, depois os promotores públicos, que têm mostrado muita força e vontade, e por fim, os intelectuais, os professores mais esclarecidos)

Estruturas arcaicas

O principal arcaísmo no país é que o poder continua, desde o Brasil colonial, desde os latifúndios e das tradições das casas grandes e da vida social que assimilou o escravismo, tendo um caráter de poder monolítico. É um poder que não precisa ouvir o conhecimento. Essa dicotomia entre poder e conhecimento é a coisa mais séria da estrutura arcaica do Brasil. Alguém poderá dizer que nos outros países também é assim. Não é verdade. A Alemanha não teria saído da Segunda Grande Guerra e rapidamente ter reconquistado um lugar no mundo se o poder e o conhecimento não tivessem troca de informações e debates. No Brasil, continuamos, de um lado, com o poder totalitário, absoluto, e, do outro lado, com o conhecimento, muito fragmentado e sem capacidade de se colocar como ajuda ao poder. Em parte, porque o poder não quer, em parte porque o elitismo dos que aparentemente detêm o poder é tão grande que não provoca o trânsito para o poder geral político. Surge então um problema de ética. O poder, no Brasil, é o mais antiético do mundo. Não é a questão de ser amoral, como diz Genod, é antiético mesmo. E os tempos do conhecimento estão ficando com uma certa falta de ética social, o que é gravíssimo. Então, não se auxilia o poder para reorganizar certas posturas, cer-

tos projetos e, ao mesmo tempo, não se trabalha para a base pobre agigantada do país. É “feio” para um cientista se preocupar com a base pobre. Sou testemunha disso, porque trabalho no topo e na base e, quando estou trabalhando na base, querem esquecer que trabalho no topo e aí me criticam porque o professor Aziz está fazendo incursões às periferias para entendê-las melhor. Como se isso não fosse social, como se isso não fosse um dever ético de todo cidadão. Esse assunto do arcaísmo é muito sério. Existe a necessidade de Reforma Agrária, existe a necessidade de não se abandonar certas infra-estruturas, mas melhorá-las, se possível, e continuamente. Até hoje, o idealismo foi deixado de lado, a Reforma Agrária inexistente. O que vemos são assentamentos rurais mal feitos e mal respaldados tecnicamente, apesar de a Universidade ter feito o Projeto FLORAN, que é exatamente uma concepção de socioflora, de florestas sociais, acoplada com a continuidade da vida agrária.

Outro problema, além do ferroviário esquecido, descartado, é o da circulação nas grandes cidades. É incrível que não haja, por parte dos governantes, nenhuma atenção por alguma coisa que eles deixaram acontecer. Veja o caos nas grandes cidades. E não é uma tarefa do Município, nem do Estado apenas. É um trabalho do Estado Federal. Essa situação é geral. Comparando a Bahia com o conjunto dos sertões, dos agrestes e outras matas, a cidade de Salvador é um grande núcleo urbano de dimensões metropolitanas, apesar de não ter o mesmo sentido de metrópole comunitária, especialmente falando, como Recife, Fortaleza ou São Paulo. Então esse problema de circulação interna exige que o Governo Federal, Estadual e o Município se integrem na formula-

ção de um planejamento para atender à circulação, minimizar o uso do veículo e evitar que a circulação externa passe por dentro das grandes áreas urbanas, metropolitanas. E não há nenhum anúncio de que se vá fazer isso. Resultado: a própria cidade de São Paulo, depois de um tempo imenso, começou a pensar em metrô e instalou algumas linhas. Na época da instalação, o que se previa e o que se pensava é que devia evitar sobrepor o projeto do metrô ao projeto dos corredores viários pré-existentes, ou seja, o metrô não deveria consolidar o caráter centralizador dos corredores. Os corredores já existiam, na direção da zona leste, do oeste, do norte, sudoeste, sul, e a rede de metrô deveria criar condições para que o usuário tentasse uma estação, fizesse o transbordo noutra, chegasse lá ou fizesse um transbordo periférico, terminal intermediário, para depois pegar a circulação na parte dos corredores extensivos. Surge aí um problema de conhecimento. Falta ao governo a idéia de que uma metrópole precisa ser estudada na sua estrutura, na sua composição social e urbanística, na sua funcionalidade de circulação e de emprego. Duas funcionalidades sem as quais a população morre.

Repetimos hoje o que aconteceu no ciclo do café, mão-de-obra pobre, desempregada, ganhando pouco e pensando no emprego como solução. Isso fala muito bem do brasileiro pobre.

Quanto à estrutura, por exemplo, se observarmos as palavras dos candidatos a governantes da cidade ou do estado, nunca eles sabem nada sobre a estrutura de São Paulo. Ela é uma estrutura radial, complexa, derivada de fragmentações das propostas mais antigas e de extensões desmesuradas dos corredores. De repente os corredores se projetam em rodovias: Raposo Tavares, Imigrantes, Anchieta, Dutra, Bandeirantes e Castelo Branco. E na medida que uma estrutura radial concêntrica se agiganta entre os vãos dos corredores, formam-se loteamentos de todos os tipos, cada um sem concatenação, sem integração, sem harmonia com o outro. Esses loteamentos são, em geral, especulativos, alguns até clandestinos e outros, agora mais recentemente, derivados de um construtivismo exagerado na base de uma-mão-de-obra muito pobre. Repetimos hoje o que aconteceu no ciclo do café, mão-de-obra pobre, desempregada, ganhando pouco e pensando no emprego como solução. Isso fala muito bem do brasileiro pobre. Ele sempre quer trabalhar, não quer esmola. Penso que estamos retornando a isso e vou dar alguns exemplos: houve uma tendência especulativa para construção civil se tornar dona do processo. Mas a construção civil quer ser livre, neoliberalmente livre. Ela quer vencer a neoliberalidade com plena possibilidade de fazer o que quer. O resultado: começaram a querer fazer edificações de 12, 15 andares, nas mais diversas áreas de bairros tradicionais de São Paulo, no corpo urbano da chamada metrópole central expandida. E de repente, se deram conta de que os cidadãos de alguns desses bairros de classe média associada com a pequena burguesia iriam reagir. Houve reação no Pacaembu, no Alto da Lapa, no sudeste da cidade, em vários

pontos. O que foi feito para ultrapassar essas reações cidadãs dos que estavam lá nos seus bairros, com suas famílias, com suas crianças, com relativo conforto ambiental? Resolveram comprar espaços cada vez menores na margem da metrópole central expandida, e até mesmo entre núcleos do município principal com os municípios que têm um pouquinho mais de progresso em função do industrialismo e começaram a levantar edifícios de 35 a 40 andares. Espaço pequeno, comprado por preço baixo, usado até onde for possível. Falou-se até na construção de uma torre de cento e poucos andares no Pari, o que mostra que o especialista, seja ele em engenharia ou arquitetura, não tem conhecimento de ciências sociais, não pensa no futuro, não sabe fazer previsão de impacto e não passa de um grande mentecapto. É perigoso e criminoso para o futuro e para o social. Agora imagine, com a crise de energia, morar no 33º andar de um prédio, sendo que alguns dos moradores, com certeza, são idosos e outros são crianças. O prédio será um espaço tão opressor quanto o espaço opressor mais simples, que esteja num bairro carente, sem conotação de falar no espaço opressor principal que é a favela. No fundo, é uma tragédia. Um país que deixa isso acontecer sem tomar providências é um país sem sensibilidade humana. Mas o problema e a desinformação não são só do governo. Vemos várias ONGs que estão desatualizadas, precisando estudar mais. Eu as admiro, mas lamento que sejam colocadas pelo governo no lugar da Universidade, demagogicamente para ter votos e simpatia. Nós, os professores, não somos chamados a dizer nada, pelo menos no governo FHC. Isso porque há o peso de que é partidário. O governo não sabe separar o conhecimento verdadeiro do partidarismo.

Globalização

A cultura ocidental tendeu a fazer uma globalização. Entraram processos, conhecimentos de todas as partes do mundo, no sistema educacional das mais diversas áreas. Alguns países tiveram que adotar até ideários políticos de outros para poderem sobreviver. Portanto, é hoje um esforço de globalização. No passado, a globalização imposta dependeu do colonialismo, desde a história da Grécia antiga, de Roma, o mundo da época. Mas hoje o mundo inteiro está sujeito a obter dados que não dependem de fronteiras. Mas daí a dizer que os países não precisam mais cuidar de seu Estado Nacional e tenham que entrar num processo, num sistema econômico neoliberal total, é um abismo, porque os grandes países que dirigem o mundo, em termos da economia, em termos de produção de tecnologias, continuam sendo absolutamente coerentes com seu Estado Nacional. Isso é muito grave. Na realidade, querem enquadrar o país em todas as suas esferas sociais e administrativas para ter o domínio do espaço, o domínio da economia, o domínio da cultura, impondo o novo nível cultural, quebrando fronteiras em relação ao tradicional da região. Caso clássico foi a Índia. Superpovoada, com uma tradição cultural milenar, e de repente enquadrada bélica e burocraticamente. Não foi preciso

transportar grande número de ingleses para lá, porque o enquadramento bélico num país que tinha tecnologia muito simples, muito fraca, foi suficiente para dominar uma população imensa. E a burocracia fazia estratégias de dominações complementares. Mas o exemplo de Gandhi, reagindo a isso pessoalmente e incitando uma população inteira a reagir contra essa dominação burocrática e bélica, é um exemplo que mostra que, às vezes, de onde menos se espera a força é maior.

O que está acontecendo agora com a pressão globalizadora do primeiro mundo sobre o terceiro é a mesma coisa. Enquadramento. O ministro Malan é o líder do enquadramento, da recepção do processo de enquadramento, sem tomar consciência disso. E o presidente FHC se exime de discutir esse problema que o país vem sofrendo nos últimos dez anos. O interessante é que, nos dias de hoje, o enquadramento não é mais bélico e nem burocrático. É exclusivamente financeiro e privatizante. Duas coisas que eliminam fronteiras e que possibilitam o enquadramento de um país. No Brasil, venderam Carajás, venderam a Vale do Rio Doce - uma das coisas mais criminosas nesses últimos tempos. Depois disso, podem vender o que quiser. Segue-se então o roteiro: hidrelétricas, talvez privatização das penitenciárias, olha que a penitenciária já é um inferno. O dia que for privatizada, ficará à mercê do capitalismo e dos prepostos que o capitalismo colocar lá. É uma desumanidade maior que o crime que aquelas pessoas cometeram. Agora, pare e pense: o Brasil tem em seus 8.500.000 Km², no mínimo, 7.900.000 Km² de áreas úmidas, chuvosas, rios perenes. O restante, mais ou menos 600.000 Km², que é o domínio das caatingas, possui rios

intermitentes sazonais e uma porção mais perene. Chuvosa, perene e são recursos fundamentais para o futuro. Inclusive, o caso da Amazônia me deixa muito preocupado porque tem água...

O problema econômico passa, então, a ser o próximo por aqui. Pensar que as privatizações resolveriam o problema econômico do Brasil, ou da Argentina, ou de qualquer parte foi trágico. Isso porque não conseguiram resolver nada. Não seria melhor aproveitar (sem vender) essas riquezas e infra-estruturas e, com isso, ter um cartão de visitas? A pressão existe sempre, mas o "cartão de visitas" ergue essas coisas, esses fatos. Nesse ponto, não consigo explicar como o governo tomou o rumo das privatizações, dá continuidade a esse projeto e faz tudo cada vez que se descobre uma coisa que possa ser privatizada e dê um pouquinho de dinheiro. E aí fica em aberto também o problema de que, numa crise qualquer, até em função da energia, o governo vai recorrer a níveis de empréstimos muitas vezes maiores do que eles ganharam com privatizações. É o que está acontecendo agora. E continuamos na roda viva dos empréstimos e cada vez pagando juros maiores e podendo investir menos em outras infra-estruturas, o que me desagrada consideravelmente. A política econômica do governo é deplorável e o ministro Malan disse recentemente que qualquer pessoa que assumo o governo do Brasil terá que se enquadrar ao sistema econômico que está implantado.

Isso tudo já é uma crítica indireta à possibilidade de Luís Inácio Lula da Silva ser presidente, não tenham dúvida. O grande problema é a desconfiança popular que foi engendrada em função dos erros do governo atual. FHC e seus comandados dizem que não haverá govern-

abilidade caso não permaneçam no poder. O pior é que eles não falam nada do social, pois na sua visão o social não é para ser melhorado.

Base de Alcântara

O Exército brasileiro foi o único da América do Sul que não se deixou infiltrar de um modo mais visível por militares estrangeiros, mantendo, de um modo geral da Amazônia até o Sul, as Forças Armadas na segurança do Estado. Isso deveria ser sempre destacado pelo governo com uma cultividade cultural. Não basta colocar os destacamentos militares em São Gabriel da Cachoeira e dizer que eles estavam defendendo parte da Amazônia. Pelo contrário, se houvesse um senso cultural nessa presença com disfunções sobre planejamento, sobre economia ecologicamente auto-sustentada, o Brasil estaria numa situ-

Estados Unidos ficaram "chateados" e a brilhante solução surgiu: vamos doar para os americanos a base iniciada.

ação muito boa. Na realidade, é só militar a chegada e a permanência desses grupos que estão em posições muito distantes. Isso me preocupa profundamente, porque se não houver dentro das Forças Armadas um movimento cultural mais amplo em função das conjunturas complexas deste fim de século e do começo do novo milênio, nós não vamos ter força para podermos opor a queda de soberania que querem nos impor. No caso do processo militar, era preciso que as chefias sentissem a necessidade de debater com a Universidade, mas são duas coisas aparentemente incompatíveis. A Universidade fica de um lado, as Forças Armadas, do outro.

No caso de Alcântara, por exemplo, o Brasil tentou fazer uma mini NASA na Barreira do Inferno, nas proximidades da cidade. O governo projetou planos de uns 6 ou 7 anos e interrompeu o fornecimento de recursos lá. Por outro lado, a mini NASA tentou fazer lançamento de satélite e não foi feliz. Então, a saída era fazer parcerias com países que estavam mais adiantados no processo. Foi quando os Estados Unidos ficaram "chateados" e a brilhante solução surgiu: vamos doar para os americanos a base iniciada. O problema é que nada garante que eles vão usar todos esses recursos em parceria com os brasileiros. Sem falar em todo investimento que foi feito por brasileiros para lançar um satélite além da troposfera, na estratosfera, corremos o risco de perder a soberania nesse lugar. Em uma tacada só, resolvem entregar tudo. Eu preferia que aquelas instalações fossem transformadas em um centro de climatologia dinâmica a favor da Amazônia e da transição Amazônica com o Maranhão e o Nordeste.

Projeto Avança Brasil

Vamos considerar o projeto Avança Brasil, que transforma a geografia do país em nove eixos de ocupação e reprodução do capital, como eles dizem. Como geógrafo, isso me preocupou profundamente, porque foram eixos escolhidos por pessoas que não conheciam o espaço, aquilo que era essencial. Então, o conceito fundamental de hoje, em termos da visão de um país num certo momento, é o conhecimento de fragmentos de seu espaço total, entendendo-se por espaço total o mosaico de fatos, de ecossistemas naturais remanescentes, primários ou semiprimários, ou semidegradados. Depois é usado o ecossistema que forma o pano de fundo de muitas regiões e também o sistema urbano, em rede ou em bacia, e que pontilha o espaço dos usados ecossistemas. Só que o Brasil, além desse esquema de ecossistemas naturais pequenos, tem a Floresta Amazônica.

Isso significa dizer que o problema de fazer um Avança Brasil não podia ser demagógico. Não podiam escolher eixos lineares, mas, sim, conhecer os diferentes modelos de espaço total dentro do território macro total. Não chegando a esses detalhes, não se resolve nada. São eixos lineares inventados, aleatórios, sem estudo das realidades regionais espaciais que estão dentro do espaço, o espaço social e a comunidade. O projeto deveria chamar-se Permanece Brasil e não Avança Brasil.

Universidade e pesquisa

Não existe na universidade brasileira, de um modo mais geral, as chamadas pesquisas holísticas, os entendimentos holísticos. E isso faz com que cada um fique no seu compartimento e pensando apenas no seu universo, na sua condição pessoal perante as comunidades e as vantagens da burocracia. Forçar o debate é a base da democracia e no caso do conhecimento, conhecimento científico especializado sozinho não basta, não soluciona. Um exemplo? Biologia é fundamental. Mas acontece que o homem também é Biologia, temos gênero, existe a mulher, existe o homem, os gêneros geram outros homens, que precisam entender o mundo. Então, as Ciências Humanas não fogem do problema da Biologia, porque o homem tem uma mente capaz de ter reagentes. E é graças à Universidade gratuita que um menino filho de imigrantes libaneses pobres, que andou muito na carroceria, no lombo do burro para poder estudar, hoje em dia pode falar com autoridades com poder, que nunca tiveram problemas para estudar. Falar em engajamento também é difícil, porque os engajados são perseguidos.

SBPC

Há também o elitismo da Universidade. Vemos o caso da cisão da Ciência Hoje e de todos os órgãos vinculados a ela, como a SBPC. Agora, vão criar o Instituto da Ciência Hoje. Só que, ao fazer isso, fizeram um Conselho de doze pessoas, das quais oito seriam da SBPC, nomeados pela própria entidade, e, outros quatro, por eles. Isso aconteceu porque têm medo de que, de repente, fiquem isolados até na relação com a SBPC, que foi básica para terem prestígio. Acontece que, na hora da votação, o Conselho votou oito membros da SBPC, dos quais seis são da própria Ciência Hoje. Portanto, todos da mesma origem. Eles vão ao Conselho emitir opiniões sobre eles próprios, como se fosse um conselho autônomo. Esses acontecimentos são de uma gravidade como eu nunca vi na história da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Texto transcrito e editado por Luiz André Barreto, jornalista do ANDES-SN, com revisão e apresentação do Diretor do ANDES-SN, Professor Antônio Ponciano Bezerra (UFS)

Universidade, Educação e Trabalho



Edmundo Fernandes Dias

A mistificação como “virtude”, a virtude como necessidade

O embate de projetos hegemônicos, mais do que nunca, está colocado na ordem do dia. Para os dominantes, a mistificação é uma necessidade real para a sua existência e das relações sociais que os sustentam, é, portanto, uma virtude. Para os antagonistas do Capital, a construção do seu projeto classista requer, necessariamente, o combate à mistificação e coloca-se como uma virtude, no sentido definido por Maquiavel. É uma necessidade.

Sobre o uso político da noção de corrupção

Esta é uma das noções mais ambíguas do momento político e, por isso mesmo, tem sido uma das chaves na prática e na linguagem atual. Da violação do painel do Senado aos grandes escândalos dos órgãos governamentais, passando pelas chamadas políticas públicas (verdadeiro paraíso do saque ao erário nacional pelos grupos privados), tudo tem sido alvo da corrupção. Chega-se mesmo a falar na necessidade de votar um “pacote ético” para que o Congresso, minimamente, se liberte da monótona repetição dos escândalos. Um sociólogo, eventualmente presidente e grande promotor da liquidação do patrimônio nacional, fraudava até mesmo a inteli-

gência nacional, ao afirmar que o responsável pela crise energética é São Pedro!

A corrupção é um elemento fundante da política brasileira ainda que aparentemente isso possa parecer paradoxal, pois corrupção é quase sempre vista como desvio de normas éticas. Quando de desvio passa a ser padrão, normalidade, isso indica que a corrupção é decisiva na construção do capitalismo no Brasil, definidor de práticas usuais na política e na sociedade.

Uma ampla gama de posições reivindicam a ética como modo de fazer política hoje. Normalmente para negar a corrupção abstratamente. Falamos em negação abstrata porque não se constroem, concretamente, formas de superação dessa prática. A corrupção e sua negação discursivas, colocadas no centro do debate, permitem reduzir a política à ética na política. Isso é muito significativo. Desliza-se, passo a passo, do campo da luta social, do conflito, para o das almas boas e da busca do diálogo, do consenso. O problema, dizem, não é a forma social dominante, o modo de produção capitalista, mas a forma pelo qual esse modo é implementado.

Esse deslocamento de campo requer um outro. A cidadania - entendida como manifestação da

virtude política, e negação, por definição da corrupção - passa a ser, automaticamente, o elemento central de intervenção. Vários exemplos demonstram os alcances e os limites dessa formulação. O mais gritante foi, sem dúvida alguma, o do *impeachment* de Collor. Todo o campo político nacional viveu intensamente essa questão. Da maioria dos partidos de esquerda, passando pelas centrais sindicais, igrejas, ONGs, sociedades científicas até os éticos de resultados (malufistas e pefelistas, entre outros), quase todos combateram a corrupção deixando intocado o modelo econômico que levava o país a uma das suas mais espetaculares crises. Para os capitalistas, a solução de sua crise exigia que a sociedade fosse inteiramente reestruturada. De cima a baixo. Para tal era, e é, necessário tornar clandestinos os direitos sociais, como afirmou Negri, em relação ao trabalho, retirá-los do campo do Direito e não apenas desconstitucionalizá-los.

Os partidos e as organizações da classe dominante buscaram reduzir a corrupção à sua forma liberal, como desonestidade pessoal. O problema não radicava, pensavam, insisto, no padrão capitalista de acumulação e nas relações sociais daí decorrentes. Os responsáveis eram os corruptos. Logo, bastaria

eliminar o gerente corrupto para que se pudesse reconstituir o reino da ética, do mercado, etc. A formulação de FHC, no seu discurso de posse, foi exemplar: o problema não estava no modelo mas nos insensatos que malbarataram uma boa proposta. Com ele e com sua trupe - ética por definição - estariam salvos o país e o capitalismo. Reduziu-se tudo e todos ao fetichismo da estabilidade econômica. A estabilidade do real (a moeda) encobriu a profunda desigualdade do real (da vida social). A crise, artificialmente congelada, rapidamente recuperaria seus direitos destrutivos quando o real mostrou que era um mero fetiche que não garantia nada. E nem o poderia. Embora muitos acreditassem, e ainda "acreditem", na sua eficácia.

O problema estava na corrupção ou na forma capitalista de tentar escapar aos efeitos das leis tendenciais que regem nossa sociedade? De acordo com a resposta que oferecermos a essa pergunta, projetos políticos ganharão força ou serão reprimidos. Pode o Capitalismo viver e sobreviver sem corrupção? Esta é, para nós, uma proposição absolutamente incapaz de comprovação! Os que, transformisticamente, passaram da denúncia da ditadura a salvadores da pátria, têm necessariamente que concordar com a afirmação. Uma afirmação, tão clara e contundente, sobre a relação umbilical entre capitalismo e corrupção como a que apresentamos pode parecer à manifestação do mais puro sectarismo ideológico. Será? No plano das ideologias liberais, tudo é possível, veja-se, por exemplo, a tese de Friedmam segundo a qual o sindicato é o maior inimigo do trabalhador! E da sociedade. O preço desse reducionismo é o da naturali-



zação da política e da supressão dos antagonismos. A corrupção, forma clássica da apropriação dos recursos públicos, expressa a correção de forças dominantes.

O capitalismo como materialização ideológica

O pressuposto do capitalismo é de que as relações mercantis - o mercado, entendido como regulador perfeito e acabado das diferenças - são eternas e auto-suficientes na regulação da vida das sociedades². Esse pressuposto é inteiramente inverídico. As relações mer-

O capitalismo é produto de uma violência histórica que expropriou, e continua expropriando, os trabalhadores e que foi imposto ideológica e politicamente ao conjunto das sociedades.

cantis não são "naturais" como pretendem os intelectuais orgânicos do capital, de Adam Smith a Milton Friedmam. Elas tiveram um começo e poderão ter um fim, visto que as relações sociais são historicamente datadas e requerem sempre uma ideologia que lhes dê a aparência da neutralidade³ e, portanto, garante sua legitimidade.

O segundo ponto essencial desta formulação ideológica, do ponto de vista das classes subalternas, está no fato de que o capitalismo é produto de uma violência histórica que expropriou, e continua expropriando, os trabalhadores e que foi imposto ideológica e politicamente ao conjunto das sociedades. Na ideologia burguesa, o Estado deve ser pensado como guardião dos contratos, pura e simplesmente. Esse é o discurso, não a prática. Ao colocar-se como estado nacional-popular, como igual para todos pelo menos jurídica e politicamente - a violência desaparece na totalidade discursiva, embora esteja viva e forte no conjunto da prática social. O capitalismo, sob a forma neoliberal, longe de poder considerar o Estado desnecessário requer mais e

mais a sua presença. A desigualdade é reafirmada não como elemento do processo mas por capacidade ou não de os indivíduos de colocarem-se na rede social.⁴ Mesmo no seu momento original, a separação entre Estado e Sociedade era apenas um elemento discursivo imposto à totalidade social. Invariavelmente ele atuou como garantidor da capacidade de acumulação e de formação dos capitais privados e mediou as contradições entre os capitalistas e subordinou o conjunto da sociedade àqueles.

O terceiro argumento se expressa no fato de que a postulada igualdade de todos nada mais é do que uma ideologia, no sentido mais vulgar do termo. Mas uma ideologia muito particular porque constituída do real. Insistimos: para que possa haver a acumulação capitalista é necessária a expropriação da capacidade de trabalho, forma combinada de exploração e opressão. A forma contratual do trabalho foi produto da luta de classes, embora o Capital tenha visto sempre qualquer regulamentação como uma violência contra os sagrados direitos da propriedade.⁵ A igualdade formal busca tornar invisível a opressão e a exploração. O cotidiano aparece como uma legalidade industrial em que parceiros realizam uma obra em comum.

A luta entre as forças do Trabalho e do Capital determinou sempre os limites da intervenção estatal. Forças desiguais na capacidade de interferir na formatação econômica, política e jurídica, movimentos contratendências onde os trabalhadores buscavam de forma a mais variada possível exercer seu antagonismo e impor limites ao Capital. Da Revolução russa à ocupação das fábricas italianas, esse antagonismo

criou a chamada reestruturação produtiva permanente, ou seja, da subsunção real do trabalho ao capital. Como em um jogo de xadrez, o movimento dos antagonistas forçava o dos outros.

A cidadania passou a ser um território privilegiado de luta onde os trabalhadores buscaram sedimentar seus avanços e os capitalistas procuravam envolver aqueles, comprometendo-os com a ordem burguesa, ao mesmo tempo em que tratavam de reduzir-lhe o avanço⁶. O que está (estava) em jogo era a própria natureza de classe do Estado que a Ordem do Capital ao construir a noção e a prática do Estado nacional-popular, busca ocultar.

Ao centralizar sua ação no conceito - e na prática - da cidadania, os trabalhadores não conquistaram o adversário mas foram conquistados por aqueles. A história pareceu dar razão a Weber. No início do século XX, quando o avanço dos socialistas parecia ser contínuo e inexorável, muitos afirmavam que eles dominariam a administração estatal. Weber, com muita clareza, afirmava o contrário: a administração incorporaria os socialistas. O *Welfare state* atualizou a lição weberiana. Claus Offe mostrou, em um artigo brilhante, como a social democracia alemã administrou o estado vivendo todas as suas contradições: "Não há projeto sócio-político (...) sequer definível programaticamente (...). Em vez disso existem metas formais: a estratégia eleitoral-política de apelar a todos os grupos, estratos e forças sociais; a premissa metodológica de promover diversidade, mobilidade e inovação; e o princípio de opções não 'limitantes' e de 'mantê-las abertas'"⁷. Os antigos revolucionários eram agora administradores do Capital.⁸

As promessas do bem estar social, a partir da regulação pelo mercado sequer passaram de uma hipótese de massa. Restrita aos limites dos países chamados avançados⁹, ela se revelou uma condição necessária para garantir aquilo que os ideólogos capitalistas chamam de "Anos de Ouro", "os gloriosos trinta anos"¹⁰, etc. É um postulado que dispensa qualquer comprovação e que tem o valor de credo. E disso se trata. Mais de duzentos anos, pelo menos, já se passaram e essa "hipótese" não se confirma. E nem poderia confirmar-se. As tentativas de explicação da naturalidade do capitalismo e da sua ação benéfica e de liberdade para todos nunca se prenderam a análises empíricas mas à afirmação de dogmas filosóficos. A mão invisível de Adam Smith decorre da sua teoria dos sentimentos morais. A legitimação pelo trabalho que Locke desenvolve se baseia, como já mencionamos, nas Sagradas Escrituras.

A contradição é insanável, do ponto de vista capitalista, pois a simples generalização dos direitos sociais implica a diminuição da capacidade de acumulação. Na palavra dos intelectuais das escolas austríaca e de Chicago, a regulação do trabalho, por mecanismos políticos, engessa o Capital. Quebrar todas as formas de organização político-sindical dos trabalhadores é, para eles, condição de construção da liberdade. De uma liberdade centrada na monopolização das forças produtivas. O velho mito do átomo social é mais oportuno e necessário do que nunca. Reabilita-se a Lei Le Chapelier, da época da Revolução Francesa: toda e qualquer coalizão que limite o mercado é não apenas subversiva mas antinatural.

Capitalismo e “natureza humana”

O lance é exatamente este. A formulação clássica é a dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa: *Egalité, Liberté, Propriété*. O chamado contrato social original nos coloca diante do fato de que, sem a igualdade, dos homens livres e proprietários, não poderiam existir nem o capitalismo nem a moderna sociedade burguesa. Capitalismo, liberdade, felicidade, natureza humana são formas que se referem e se comprovam uma a outra, sem qualquer necessidade de verificação. Com a vantagem extra de colocar fora do campo da legitimidade social todos os seus antagonistas. O mercado é o locus e a condição máxima da liberdade, o Estado, guardião dos contratos, o seu instrumento. Mercado e Estado são pensados e praticados como abstrações indeterminadas, posto que esvaziados da historicidade dos antagonismos.¹¹

Mas o que é mercado? Nada mais, nada menos que o conjunto das relações sociais capitalistas, entendidas aí as leis de tendência, a constituição das classes, as formas de exercício da dominação que, como Marx clarifica exemplarmente, têm seu segredo na forma da extração do mais-valor. Mercado e capitalismo são sinônimos? Não, de forma alguma. Na realidade o mercado capitalista é apenas uma forma histórica. Tal como na idéia de uma idade de ouro anterior à história, o capitalismo se metamorfoseia em produto único da história porque é apresentado como natural. De hipótese de trabalho na constituição de um modo de produção, ele se transformou em natureza.

Toda e qualquer forma diferenciada de mercado, toda e qualquer

O próprio dessa identidade maniqueísta é o reforço do individualismo, que quase nunca coincide com individualidade. Esta deve ser proclamada mas quase nunca levada a sério.

possibilidade de nova sociabilidade, tem que ser negada como contrária à história, à “natureza humana”. Se tudo o que foi dito e teorizado sobre capitalismo e natureza humana pelos intelectuais orgânicos do capital fosse verdadeiro, o socialismo, além de impensável seria, inexoravelmente, a pura barbárie. Aliás, essa é a posição dos chamados neoliberais¹².

A cidadania e a democracia são privilégios de poucos. Na prática, a cidadania é a tradução laica e contemporânea da idéia de natureza humana. Exemplar nesse sentido é a própria vida política norte-americana que se, por um lado, garantia aos proprietários, inicialmente, o direito de revolução (ver a Declaração de Independência), por outro, reduzia negros, indígenas e pobres em geral (identificados com as crianças e, portanto, incapazes do discernimento político necessário à vida cidadã) à condição de povos sem cultura. O tão decantado Schumpeter compartilhava plenamente dessa ideologia segregacionista. Mesmo os liberais como Locke recusavam a cidadania como direito universal. Para os pobres, a lei, o castigo, a disciplina. Era (e é, até hoje) necessária essa hierarquização para que se pudesse criar a força de trabalho disciplinada para o Capital.

O homem capitalista como verdade superior

A felicidade decorre da relação com a naturalidade capitalista na qual e pela qual todos os homens são identificados com o homem capitalista. Fora daí só existe a desordem, o caos, a subversão. O próprio dessa identidade maniqueísta é o reforço do individualismo, que quase nunca coincide com individualidade. Esta deve ser proclamada mas quase nunca levada a sério. Da produção material à simbólica, tudo ganha caráter de massa. Pelo menos quando se dirige ao contingente da sociedade. Já para os dominantes acentua-se sempre a necessidade do “original”, do “específico”. Para a massa, a quantidade, para os dominantes, a qualidade. Lembremos que essa é a pedra de toque do moderno mito do toyotismo: contra a produção em massa se oferece o produto que o cliente deseja. Chega-se mesmo a afirmar, contrariamente à análise científica do capitalismo, que é o consumo que determina a produção. Ao invés de determinação do consumo pela produção (lei tendencial), temos a afirmação, pura e simples, do cidadão consumidor, forma única da cidadania possível à imensa maioria da população. Direito a ter direitos? Isso é coisa jurássica. Direito a reclamar da qualidade do produto parece ser o limite máximo permitido a esse tipo de cidadania festejada pela mídia. O PROCOM é o instrumento dessa “cidadania”.

Essa formulação, por si só, já indica o caráter de privilégio de uma pequena parte da sociedade. Para os demais resta uma perversidade extra: participar simbolicamente do consumo sem de fato vivê-lo. Os Sem-Terra, Sem-Teto, Sem-Emprego, pelo efeito mágico da mídia te-

levisiva, têm sua exclusão reforçada: o maravilhoso mundo das compras não é para o seu bico. No plano das representações, contudo, o contrário ganha foros de realidade. Os subalternos participam da história como claque de programas televisivos. Tal é o projeto dos dominantes. Até porque esse indivíduo-massa continua a sonhar com os produtos anunciados. E devem continuar a fazê-lo. Na dialética desejo-necessidade, afirma-se o primeiro termo, recalca-se o segundo. Este projeto, contudo, tem limitações e frequentemente esses pseudopassivos se revoltam.

Mas existem outros mecanismos de "inclusão" para essa massa potencialmente perigosa ao sistema. É fundamental proclamar a universalidade de uma cidadania que de fato não existe. Se eles acreditarem que são iguais aos dominantes, uma boa parte dos problemas estará resolvida. Mas quem, em sua consciência, pode acreditar que um ultramilionário e um favelado tenham os mesmos direitos? Quem pode acreditar nesse conto da carochinha quando a chamada equipe econômica "adverte" a sociedade contra o perigo da oposição de ganhar as eleições? A cidadania passa a ser a fonte mágica da obtenção do pacto social, de um "consenso" pré-fabricado. Tudo e todos somos reduzidos a essa cidadania. Para os liberais mais lúcidos está claro que essa noção permite reduzir as diferenças e integrar os diferentes. Se a democracia é procedimental, se a obediência às regras do jogo e a constituição do consenso fazem-se pela aceitação do atual, do vigente, tudo aquilo que se opõe a isso passa ao campo do não democrático. Cidadania é, portanto, a forma da legalidade de uma dada correlação de

forças em uma dada formação social. Legalidade que se quer, a um só tempo, legitimidade. Com a vantagem extra de ser, como o capitalismo, supra-histórica: de mito fundador de uma sociabilidade, ela passa à categoria de único horizonte possível. É a concreção do possível, de um possível que é único e se basta. Os dominados estão, deste modo, subsumidos à ordem. Aceitar as regras da cidadania é, para as classes subalternas, abrir mão da sua possibilidade de identidade histórica, da construção de uma nova forma social.

direitos sociais aos trabalhistas, passando pela chamada Reforma do Estado. Esse processo modifica a composição orgânica do capital, criando e recriando as classes sociais e não apenas alterando as forças e formas produtivas. Essa recriação que libera o capital dos constrangimentos impostos pelos seus antagonistas requer uma adequação entre governo das massas (forma política da dominação) e governo da economia. Processo que ocorre(u) em todo o mundo capitalista.

Os dominantes buscam criar as condições de maior interpenetrabi-



Reconstruir a política capitalista

A crise do capital requer a chamada reestruturação produtiva permanente. Trocado em miúdos: era (e é), do ponto de vista capitalista, necessário alterar as formas que o antagonismo dos trabalhadores tinha imposto. Para impedir que os trabalhadores pudessem continuar a operar a limitação da ordem capitalista, era necessário desequilibrar a balança das forças e que uma série de reformas fossem implementadas: dos

lidade entre Estado e Mercado, obter as condições de homogeneidade necessárias para alavancar a eficácia do capitalismo. Se o compreendermos não como modo de produção, na sua forma redutiva (o "econômico"), mas o perceberemos como modo de vida fica claro que estamos assistindo ao predomínio das forças privatistas sobre a dinâmica do interesse coletivo. Ao colocar-se o Mercado como único horizonte possível, estamos identificando sociedade e capitalismo. O velho

Os direitos sociais perdem qualquer possibilidade de universalismo e, ao contrário, são impostas políticas focalizadas, fragmentárias que permitam recriar as classes, ao redefinir o território do Capital.

projeto liberal de controlar o Estado e pô-lo a seu serviço se atualiza. As reformas constitucionais e institucionais visam, acima de tudo, criar as formas de legitimação do poder o mais arbitrário e, para tal, atuam no sentido da obtenção da lealdade das massas. O pensamento único, decisivo nesse processo, é uma das parterais da financeirização do capital e não sua consequência.

Reconstruir uma normalidade que a política e a luta das classes, dos segmentos, dos interesses antagonistas, tinham rompido e liberar a acumulação capitalista são as respostas a necessidades burguesas reais e concretas que os governos tinham de obter. Para os intelectuais do capital, o Estado de Bem-Estar Social criara formas de corrupção e impusera "privilégios". Em outras palavras: limitara a liberdade do Capital. Romper esses "grilhões" seria permitir que a liberdade do mercado, a famosa mão invisível de Adam Smith, possa seguir o seu curso. O cidadão deve ser adequado aos novos tempos. Mais importante que seus direitos, está o resgate da autonomia financeira do Estado. Os direitos sociais perdem qualquer possibilidade de universalismo e, ao

contrário, são impostas políticas focalizadas, fragmentárias que permitam recriar as classes, ao redefinir o território do Capital. Embora ainda se fale em sociedade civil ela é tratada como rede de organizações sociais e ONGs. O próprio movimento sindical acaba por assumir tarefas antes desempenháveis pelo Estado. Planos de saúde, de pensões, vão no sentido da desoneração do Estado. O mesmo ocorre com a questão da "qualificação". As políticas universalistas são desestabilizadas exatamente por aqueles que deveriam lutar por elas. O famoso terceiro setor passa(rá) a realizar tarefas antes desempenhadas pelo Estado, visto agora como administrador ineficiente.¹³ Na prática, o movimento sindical corre o risco de mudar sua natureza e passar a atuar como ONG.

Ilustrativo desse redesenho político, dessa recriação do espaço para o capital, encontra-se explicitado nas palavras do próprio governo brasileiro. O documento é o Plano Plurianual/PPA 2000-2003 - Avança Brasil. Aí se afirma com todas as letras que as políticas econômicas resolvem o problema. Elas devem "estar cada vez mais ligadas à consolidação do novo padrão de crescimento, com ênfase no aumento da produtividade, das exportações e do investimento. Com as reformas de ordem econômica, o Governo abriu espaço para o capital privado na modernização da infra-estrutura básica do País. São essenciais, nessa nova etapa, as ações de regulação e fiscalização da participação privada, de modo a garantir o atendimento das demandas do consumidor e assegurar as condições de competitividade do setor produtivo."

Mais precisamente: o Governo busca "simplificar o sistema tributário e desonerar a produção, o inves-

timento e a exportação; criar condições para que o sistema de crédito se oriente para operações de longo prazo com vistas à reestruturação produtiva, crescimento das exportações e do investimento; reforçar a regulação e fiscalização da atuação privada e dar continuidade ao programa de privatização" (D.O.U. de 24.07.2000/Suplementos).

A educação também terá que ser alterada. "A educação e a qualificação profissional tornaram-se fundamentais para a redução das desigualdades sociais e o aumento da competitividade da economia nacional. Face à expansão crescente do conhecimento e da inovação presentes na produção de bens e serviços, cada vez mais se tornam imprescindível profissionais de maior nível educacional, capacitados de forma permanente para atender às transformações e exigências do mercado de trabalho." Essa é a nova forma de integração ativa à ordem.

Será mesmo sectária a afirmação de Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista de 1848, segundo a qual o governo do estado moderno é o gerente da propriedade capitalista? Intelectual orgânico do coletivo capitalista, diríamos hoje.

Racionalidade de classe, negação da historicidade dos subalternos

O Estado foi enxugado ou permanece intocado? É verdade que ele deixou de atender às necessidades elementares da população e tentou, ao máximo, jogar na lata do lixo da história os direitos sociais, os direitos dos "outros", dos pobres. Faz (ou pretende fazer) reformas variadas: da administrativa à da seguridade, da legislação trabalhista à da educação. De reforma em reforma, o estado capitalista brasileiro vai

buscando libertar-se das amarras que o movimento social obteve ao longo de décadas de luta. Eliminar direitos é a forma superior da quebra da identidade classista dos "outros". Esse estado nos "ensinou" afinal que não existe desemprego. Os trabalhadores é que são inempregáveis. Fala em qualificação e reduz os recursos para a educação e, ao mesmo tempo, pune os trabalhadores da educação que lutam para sobreviver. Essa "qualificação" nada mais é do que a criação de uma "nova" classe trabalhadora da qual se tenta eliminar a tendência antagonista para reduzi-la a peça da engrenagem capitalista. O dinheiro do FAT, legalmente destinada à proteção dos desempregados, é deslocado para a privatização das estatais, para uma formação profissional adestrante mas, fundamentalmente, para a subordinação do movimento sindical. Os recursos do FAT representam um *aggiornamento* do velho imposto sindical.

Como as relações sociais capitalistas produzem e reproduzem as classes sociais, elas dão origem a uma "nova" classe trabalhadora mas também a uma burguesia mais e mais internacionalizada que requer e necessita do Estado como um dos seus parceiros e garantidores. Esse governo, ao mesmo tempo em que fala na liquidação dos recursos para a saúde, caminha, lado a lado com a imposição do CPMF, teoricamente para enfrentar a questão da saúde, mas que é usada para pagar os juros da dívida externa. A legislação trabalhista de Dorneles propõe "acordos" entre patrões e empregados (em uma época de recessão e desemprego) acima da lei. Trata-se da enésima edição de um debate franco e aberto entre a guilhotina do patronato e o pescoço

dos trabalhadores.

Os recursos das estatais, a capacidade de elaboração de estratégias sociais, tudo isso é eliminado com um sentimento classista de alegria sado-masoquista. Como falar em projetos nacionais se os dominantes locais se associaram com os "globalizadores", com os neocolonialistas de último tipo. As privatizações garantem gordas receitas, os bancos registram lucros para além do aceitável em qualquer país dito avançado. Uma das formas mais avançadas desse processo, no plano internacional, é a transformação da carcomida burocracia-nomenclatura, nos territórios ditos socialistas, em uma nova burguesia. O mercado seguramente não tem mãos invisíveis mas armas e poderes ostensivamente visíveis.

Somos hoje um território colonial. Os governos dos nossos países abriram mão de tudo. Ainda hoje FHC, ao falar da legitimidade de sua reeleição cita as de Menem e Fujimori. Os governos latino-americanos que vinham de uma oposição, como De la Rúa, implementam os programas dos seus ex-adversários. Oscar Wilde dizia que os Estados Unidos passaram da barbárie à decadência sem passarem pela civilização. Palavras proféticas que retratam nosso país dirigido por um Príncipe da Sociologia (?) agora promovido a Imperador das Trevas. Como não admitir que esse capitalismo é uma pura corrupção? Não falamos dos ACM, dos Jader, etc. etc. A escuridão da modernidade cardosiana é seguramente a negação radical do Iluminismo. Os burgueses da Revolução Francesa estavam inventando a Modernidade que implicava, em boa medida, uma ruptura com o passado. FHC fala de modernização, ou seja, atualização do pro-

jeto de corrupção tetra-secular vivido neste território. O apagão não é uma questão técnica. É apenas um capítulo a mais da corrupção impune. Mas será que isso não decorre de estarmos falando do Brasil? Seguramente há um tempero tucanopefelista tupiniquim. Mas a mistificação política é internacional.

A mistificação e a virtude

Lampedusa, no imortal *Il Gattopardo*, transcreve um debate do Príncipe de Salinas com Tancredi, seu sobrinho. O Príncipe questiona o republicanismo de Tancredi sem saber que esse era um republicanismo de fachada. O sobrinho lhe responde "sabiamente", reafirmando a crença na monarquia: "para que tudo permaneça é preciso que tudo mude". O gatopardismo lampedusiano, típico da política capitalista, apesar de parecer mera formulação italiana, demonstra que, para manter a dominação, é preciso exorcizar o fantasma da liberdade. Pronunciar a palavra cidadania para obter o consenso, falar em ética para preservar a corrupção.

Contrariamente à crença popular, é necessário que a violência apareça como coisa dos "outros", dos proletários, dos sem terra, dos sem-emprego. A violência é um espetáculo levada à cena na televisão. As obras públicas inacabadas, a fome, o desemprego aparecem como "fenômenos naturais" que serão resolvidos com uma boa eleição, de homens honestos.

A corrupção não é violência, nesse discurso, é apenas um desvio da justa conduta. E pode ser conser-tada. Nada tem a ver com as condições de vida e de trabalho, muito menos com o capitalismo. Basta apenas que deixemos a caravana passar sem incomodá-la com as re-

gulamentações, os direitos. Em tudo isso se nota uma nostalgia de uma idade do ouro onde existia público e não massa, onde eleitores e elegíveis permanecessem no restrito círculo dos proprietários. A chamada cidadania inflama o imaginário popular, faz crer à massa que ela tem direitos e não apenas deveres. Com as devidas diferenças e especificidades, o desejo dos intelectuais orgânicos da reestruturação produtiva permanente é de conter as massas na esfera da legalidade e, ao mesmo tempo, libertar a burguesia internacionalizada dos grilhões das limitações estatais. O Estado deve voltar a ser o criador das condições da acumulação e o gendarme contra as hordas trabalhadoras. Esse sonho mítico de uma idade de ouro, uma espécie de quarto reich, dependerá dos antagonismos existentes e da capacidade das classes trabalhadoras de decifrar a mistificação dos dominantes e colocar a sua virtude como projeto atual. Reconstruir hoje a idéia de sujeito revolucionário implica a articulação das diversidades entre os trabalhadores (dos manuais aos intelectuais) e da construção de um projeto de sociedade socialista real e concreta, liberada dos mitos de um herói civilizador (ainda que coletivo) fora da história e acima das lutas reais.

1 Para Maquiavel, em *Il Principe*, as ações humanas movem-se no círculo da *fortuna e da virtù*. Fortuna compreendida como campo do imponderável, mas de um imponderável que pode ser transformado pela *virtù*, pela capacidade humana de equacionar o real e transformá-lo pela ação racional que articula o que chamamos hoje de estratégia e tática.

2 Marx afirmara, contra Proudhon, em *A Miséria da Filosofia*, que os economistas capitalistas pensam sempre a economia como sendo ou natural ou artificial. O capita-

lismo estaria na primeira dessas classificações e todas as demais formas na outra.

3 Estaremos trabalhando a ideologia na perspectiva gramsciana. Aqui ideologia é sempre, salvo as chamadas ideologias arbitrárias muito comum entre intelectuais universitários, “desenraizados”, uma forma de intervenção classista. Sobre essa perspectiva trabalhamos em “Hegemonia: Racionalidade que se faz história”, publicada em *O Outro Gramsci*, Xamã Editores, São Paulo, 1996.

4 Como veremos mais adiante com a ideologia da inempregabilidade. Esta postura pode ser encontrada no Segundo Tratado sobre o *Governo de Locke* onde ele localiza a origem da desigualdade social na obediência ou não da lei de Deus.

5 Na Itália, ainda no início do século passado, ocorreram *serrate*, isto é, movimentos patronais de fechamento das fábricas para protestar contra aumento de impostos.

6 No Brasil, essa perspectiva de intervenção acentuou-se a partir da luta contra a ditadura e, em especial, da elaboração da Constituição. Anteriormente Francisco Weffort, *Porque Democracia?*, já acentuara esse movimento, ao citar a pergunta de um diplomata americano que perguntara porque a esquerda brasileira falava de democracia e não mais de revolução.

7 Clauss Offe, “Cultura política y administración socialdemócrata”, in *Contradicciones en el Estado del bienestar*, Alianza Editorial, México, p. 218,

8 Essa política foi exposta por Karl Kautsky que formulou a tese segundo a qual o Estado Moderno já criara as condições da passagem ao socialismo. Não se tratava de destruir o Estado mas de ter maioria no Parlamento e, assim, comandar a nação. Uma boa análise dessa tese pode ser vista em Lucio Colletti - ainda marxista - “O Estado e a Revolução de Lênin”, in *Ideologia e società*, Laterza, 1975.

9 No Brasil, como na maioria dos países capitalistas subalternos, nunca houve o Estado de Bem Estar Social mas, sim, o de Mal Estar. Mesmo nos países ditos centrais, o famoso *Welfare state* implicou um aprofundamento das desigualdades. A burocracia estatal e uma parte dos chamados operários “qualificados” foram realmente beneficiados por essa forma de gestão dos fundos públicos. Isto não valeu da mesma forma para a maioria das classes trabalhadoras. O mesmo vale para o

chamado toyotismo que também vê essa cisão/fragmentação das classes trabalhadoras. O benefício real foi do Capital que viu sua necessidade de construir as condições de reprodução dos trabalhadores serem realizadas pelo Estado. *Não foi, portanto, nenhuma benemerência.*

10 A linguagem exerce aqui sua função neutralizadora. Aos afirmarmos a idéia dos “anos gloriosos” - e isso é feito por boa parte da chamada “esquerda” - afirmamos, com um grau de maior ou menor consciência, a idéia de virtuosidade do capitalismo.

11 Isto remete para um campo de reflexões que não cabe no contexto deste ensaio, entre ciência e relações de classe.

12 Esquecendo Hitler, Mussolini, os impérios coloniais, os teóricos do Capital, eles condenam o socialismo, ao identificá-lo com a barbárie estalinista. Obviamente não se trata de aceitar esta última. O problema reside em que, dentro dessa leitura ideológica, barbárie é tudo aquilo que se opõe ao dominante. Lembremos que, na segunda guerra mundial os países capitalistas aliam-se a Stalin contra a barbárie nazista. Vencida a guerra os antigos inimigos foram reconstruídos para fazer frente à barbárie russa (ex-aliada). A barbárie e a civilização são noções construídas, evolucionisticamente, a partir da correlação de forças entre os países capitalistas dominantes e os demais.

13 A burguesia estrategicamente recusa o arcabouço de instituições e redes que garantiram três décadas de relativo controle sobre as ações dos trabalhadoras. Estatizar ou privatizar não é, do ponto de vista burguês, mais do que meras formulações táticas para implementar seu projeto estratégico. Não são contraditórias e pode-se passar de uma a outra facilmente. Quem determina isso é a correlação de força no interior da totalidade social.

James Petras - Especial para Rebelión
(tradução para o português da versão em castelhano: Aluizio Lins Leal*)

Construção do Império na América Latina: a estratégia militar dos EUA.

Introdução

A construção de um império, em particular um império capitalista em princípios do século XXI, requer uma elaborada arquitetura militar para poder expandir, proteger e consolidar os grandes interesses econômicos, essenciais para os impérios modernos.

Enquanto que os “teóricos globalistas” escrevem sobre as “classes dominantes mundiais” e “o fim do estado-nação”, o aparato militar do estado imperial, e em concreto o dos EE. UU, cresceu enormemente durante a última década, e tem uma importância fundamental em promover e proteger as corporações, bancos e empresas de importação-exportação baseadas nos EUA. O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o alcance, a profundidade e a estratégia do aparato militar dos Estados Unidos na América Latina - destacar seus múltiplos enlances e controles sobre os militares e como esses controles se destinam a aumentar o poder do estado imperial norte-americano. As vastas operações militares dos



EUA e o êxito alcançado em forjar instituições militares dependentes mediante uma complexa rede de programas e atividades conjuntas refutam a retórica sem sentido sobre o “governo das corporações globais” Para demonstrar a importância do militar, este informe se concentrará no Império Norte-americano na América Latina.

A primeira parte deste trabalho tratará sobre os interesses econômicos estratégicos dos EUA e a justificativa ideológica da expansão militar norte-americana na América Latina. Na segunda parte, o informe se centrará na arquitetura do império militar, especialmente no estabelecimento de relações de dependência ou mercenárias. A terceira parte tratará sobre os objetivos operativos e a propaganda projetada para legitimar a militarização da política latino-americana sob a tutela dos EUA. Na conclusão se discutirá o fenômeno dual da expansão do controle militar dos Estados Unidos e o fortalecimento do papel dos militares nas decisões sobre as prioridades da política latino-americana; o impacto sobre a substância e as estruturas do sistema político e o papel do império norte-americano em delinear a política inter-americana.

As instituições militares estratégicas, assim como as políticas dirigidas à América Latina, foram detalhadas sucintamente pelo General Peter Pace, da Infantaria de Marinha dos Estados Unidos, Comandante-em-Chefe do Comando Sul dos EUA (Comando SUL). A área de respon-

sabilidade do Comando SUL abarca toda a América Central e América do Sul, o Caribe e as águas que a rodeiam, totalizando mais de 15, 6 milhões de milhas quadradas e mais de 404 milhões de pessoas. Este informe se baseia no testemunho do General Pace perante o Comitê dos Serviços das Forças Armadas do Senado dos EUA, de 27 de março de 2001.

Bases econômicas do império militar

Os arquitetos da estratégia militar norte-americana na América Latina estão perfeitamente conscientes da importância central que têm os interesses empresariais dos EUA na hora de formular políticas. A elaboração da estratégia militar e os programas estruturados para incrementar o poder militar dos Estados Unidos dentro dos exércitos latino-americanos estão legitimados pelos interesses econômicos norte-americanos: lucros, mercados e acesso a matérias primas estratégicas, em particular a fontes energéticas. O general Pace, na sua introdução ao Senado, enuncia claramente as bases econômicas em seu discurso sobre a estratégia militar norte-americana: “Mais de 39 por cento do nosso comércio se realiza dentro do hemisfério ocidental. Ademais, 49 centavos de cada dólar gasto na América Latina se usam em bens e serviços importados dos EUA. América Latina e Caribe suprem aos Estados Unidos mais petróleo que todos os países do Oriente Médio” (o

General Pace é bastante engenhoso no tratamento dos dados. O “Hemisfério Ocidental” a que se refere aqui inclui o Canadá, que, obviamente, não faz parte da América Latina e é o principal sócio comercial dos EUA, no Hemisfério. Em segundo lugar, quando diz que 49 centavos de cada dólar se gastam na importação de bens e serviços é duvidoso, já que a maioria da América do Sul, Argentina, Brasil e Chile têm importantes relações comerciais com a Europa e com a Ásia. Pode ser que as suas cifras se tenham inflado ao incluir o “serviço da dívida” como “serviços norte-americanos”. Devido ao aumento dos movimentos anti-imperialistas e anticoloniais em todo o mundo, os poderes imperiais contemporâneos, ainda que contidos nas formas mais flagrantes e evidentes de dominação, envolvem suas políticas e instituições imperiais em uma retórica democrática.

As “ameaças” ao poder imperial se expressam em termos moralistas. O expansionismo militar imperial se justifica em termos da luta conjunta contra a atividade criminosa internacional, que afeta adversamente tanto o centro imperial como aos países latino-americanos envolvidos. Na prática, a ameaça real são as forças militares nacionalistas e os sistemas democráticos participativos que desafiam a dominação dos EUA. Os *problemas de princípio*, como são definidos pelos estrategistas militares norte-americanos, têm a ver com o controle das consequências sociais derivadas das políticas neoliberais e da exploração econômica da América Latina. A expansão militar dos Estados Unidos e o fortalecimento dos exércitos latino-americanos são a principal ameaça para o surgimento da democra-

O expansionismo militar imperial se justifica em termos da luta conjunta contra a atividade criminosa internacional, que afeta adversamente tanto o centro imperial como os países latino-americanos envolvidos

cia e a estabilidade regional. Os militares, contudo, vêem as consequências - a oposição popular- produzidas pelo domínio e a exploração norte-americana como "a ameaça" para a América Latina.

Por conseguinte, o General Pace argumenta que "a maior ameaça para a democracia (sic), a estabilidade e a prosperidade regional (?) da América Latina são a imigração ilegal, o tráfico de armas, o crime, a corrupção e o tráfico de drogas ilegais" (os comentários em parênteses são do Autor), A imigração ilegal está diretamente relacionada com a militarização norte-americana da Colômbia, e o empobrecimento do Peru, América Central e México se devem à aplicação de políticas neoliberais. O que o Chefe do Comando SUL descreve como "ameaças" na realidade são as práticas dos seus aliados militares. Os Contras respaldados pelos EUA na América Central; Montesinos, um recurso da CIA no Peru; Noriega, o ex-homem forte do Panamá(velho empregado da CIA) e muitos outros militares têm estado envolvidos no tráfico de armas, com o conhecimento e apoio do Comando SUL. O incremento da imigração ilegal, um antigo problema no México, está diretamente relacionado com as enormes transferências de lucros, juros e pagamentos de royalties desde o México a bancos e corporações norte-americanas. O crescente problema da imigração ilegal desde a Colômbia aos países vizinhos é o resultado da estratégia, ajuda militar e assessoramento do Comando SUL. O equipamento e treinamento dos esquadrões da morte colombianos (as chamadas "unidades paramilitares") é parte de uma estratégia geral para militarizar a Colômbia e absolver os militares colombianos

dos massacres generalizados de dirigentes civis e dos movimentos sociais. A verdadeira preocupação do Comando SUL é que países vizinhos da Colômbia (Equador, Venezuela, Panamá, Brasil), que estão sofrendo os mesmos efeitos adversos das políticas neoliberais, se mobilizem politicamente contra a dominação militar e os interesses econômicos dos EUA. Como indica o General Pace, "Muitos dos países que compartilham fronteiras permeáveis com a Colômbia continuarão sendo vulneráveis à imigração ilegal



e às incursões de insurgentes armados". A militarização da Colômbia por parte dos EUA e os seus efeitos de desbordamento aos países vizinhos significa que o Comando SUL está se mobilizando para militarizar toda a região, incrementando os envios de armamento e o controle das forças armadas de toda essa zona. A militarização regional se denomina agora como "*Iniciativa Andina*".

Tráfico de armas

O maior traficante de armas da região é o Comando SUL e não os cartéis da droga. Os segundos maio-

res traficantes são os aliados militares de Washington, com o equipamento em particular dos grupos paramilitares. Os terceiros maiores traficantes são cartéis da droga que trabalham com o exército e a polícia. As guerrilhas na Colômbia carecem do armamento pesado que têm as forças armadas, não têm sequer sistemas portáteis de armas para defesa aérea. O tráfico de armas que realizam os insurgentes é uma atividade mínima, em comparação com a que realizam o Comando SUL e os seus aliados militares. Ademais, os

fins e a utilização da compra de armas são radicalmente distintas: os EUA e o exército traficam com armas para proteger a ordem socioeconômica existente e aterrorizar a população, enquanto que os insurgentes, suas armas leves e seus mísseis "caseiros" estão projetados para derrubar essa ordem e defender o campesinato.

O delito e a corrupção são outros dos "perigos", segundo o General Pace, para a democracia e a prosperidade. A corrupção da política e dos políticos é predominante entre os que têm o poder governamental e os altos cargos do exército

com os quais o Comando SUL colabora ativamente, aos que assessora e dirige. Cada grande escândalo de corrupção que teve lugar na América Latina na década passada envolveu políticos e oficiais que levavam adiante os delineamentos norte-americanos de política econômica neoliberal e a “defesa do hemisfério” (leia-se a hegemonia dos Estados Unidos). Enquanto os guerrilheiros seqüestram milionários para financiar suas atividades, os maiores bancos norte-americanos, incluídos o Citibank, o Banco de América e os principais bancos de Miami e outras cidades, alvejam entre U\$250 e 500 bilhões ao ano, segundo as audiências no Senado norte-americano. E quanto ao tráfico de drogas, a maioria dos lucros é branqueada nos bancos norte-americanos. O camponês recebe uma fração do preço final. A erradicação da coca, que coaduna a penetração profunda dos EUA em todos os níveis da polícia, forças armadas e o sistema político latino-americano é um pretexto para o controle a longo prazo e em grande escala pelo Comando SUL de todo o Aparelho de Estado latino-americano.

A arquitetura da esfera militar

O Comando SUL se localiza em Miami, com uma subsele em Porto Rico. É responsável pela planificação, coordenação e condução da atividade militar dos EUA em toda a América Latina e no Caribe. Instalou bases militares com aeroportos em Aruba-Curaçao, nas Antilhas Holandesas; em Manta, no Equador, e em Comalapa, El Salvador. Estas bases permitem aos EUA introduzir-se na maior parte dos países da América Latina, tanto no espaço aéreo quanto por mar e por terra. Ade-

mais, os Estados Unidos têm uma base operacional militar em Soto Cono, Honduras, que dá apoio a helicópteros nas missões intervencionistas norte-americanas na América Latina e no Caribe. A facilidade com que os militares norte-americanos puderam construir essa rede de bases a serviço do império se deveu principalmente ao apoio e treinamento a longo prazo de oficiais militares dependentes realizados pelo Comando SUL na América Latina. Assim o manifesta o General Pace: “As excelentes relações entre os Estados Unidos e El Salvador, fortalecidas durante anos de sólido contacto entre os militares de ambos os exércitos, ajudou a alcançar negociações favoráveis sobre o acordo FOL”(Locação Operativa de Avanço, em inglês *Forward Operating Locations*, base aérea). Os anos de sólida colaboração entre os exércitos incluem a década de 1980, em que 75.000 salvadorenses foram assassinados pelos militares. A vitória militar sobre as guerrilhas foi seguida pela consolidação do poder dos EUA sobre os seus lacaios salvadorenses e a utilização das instalações salvadorenses como base de avanço para a expansão militar norte-americana em toda a região. Em El Salvador a década de colaboração com os militares e os esquadrões da morte valeu a pena: El Salvador é agora um lugar-chave para expansão do controle do Comando SUL na zona. Atualmente, ele embarcou em um projeto similar com o exército colombiano e seus subordinados, os esquadrões da morte, as chamadas forças “paramilitares”.

Da mesma forma, a intervenção política norte-americana no Equador para derrubar a junta popular em janeiro de 2000 e a consolidação do regime de Noboa facilitou

grandemente a que o Comando SUL pudesse assegurar a base militar de Manta.

A intervenção militar norte-americana, ao impor seus clientes em um país proporciona um trampolim para um controle regional mais geral; dispara uma espécie de efeito imperial multiplicador. A construção de forças militares dependentes requer uma multiplicidade de atividades. Assim o descreve o General Pace: “Nosso enfoque se centra em operações combinadas, exercícios, treinamento e educação, ajuda em termos de segurança e programas de assistência humanitária”.

Tanto na forma como na organização e conteúdos, os oficiais latino-americanos são treinados diretamente para servir aos interesses estratégicos, econômicos e militares do império. Com estes programas, os EUA exigem o fortalecimento dos militares e o aumento de sua capacidade para reprimir os adversários - segundo estes sejam definidos por eles, EUA. Em cada região: Caribe, América Central e no resto da América Latina, o Comando SUL esteve armando, treinando e doutrinando os exércitos nacionais para servir aos interesses dos Estados Unidos, sob sua liderança. A finalidade é evitar a utilização de tropas norte-americanas, e desta forma reduzir a oposição política nos Estados Unidos. O modelo consiste em que Washington dirige e treina os exércitos latino-americanos mediante “programas conjuntos” extensivos e intensivos, e subcontrata companhias privadas de mercenários que fornecem militares especializados, todos eles oficiais “retirados” do exército norte-americano. A construção desta rede imperial é descrita com o sardônico linguajar eufemístico comum a todas as sangren-

tas tentativas militares contemporâneas. Por exemplo, o General Pace descreve a construção de Estados-clientes no Caribe como “assistir a Nação Associada no treinamento de suas forças de segurança com novo equipamento defensivo”, Conseqüentemente, os lacaios caribenhos “acolheram o TRADE WINDS 2000, um exercício multinacional que promove a cooperação de forças de mar e terra em resposta às crises regionais...”. O alcance da participação militar dos EUA no Caribe aumentou enormemente nos últimos dois anos. A Guarda Costeira norte-americana dirige operações e treinamento, e aumenta o fluxo de armas aos militares caribenhos. Nestas operações, grande quantidade de agências norte-americanas participam por terra, mar e ar nos países do Caribe. Segundo o Comando SUL, essas agências incluem: DEA (Agência Antidrogas, em inglês Drug Enforcement Agency), o Departamento de Defesa, o Serviço de Aduanas dos EUA, a Guarda Costeira dos EUA e várias outras agências.

Na América Central, o Comando SUL pretende aumentar o tamanho e a eficiência dos exércitos para que sirvam aos interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Sob a retórica eufemística de “manter a paz”, o Comando SUL organiza seminários e operações para promover a subordinação aos militares norte-americanos e seus objetivos estratégicos. Neste contexto, “manter a paz” se refere à organização de exércitos com militares de vários Estados dependentes sob a direção do Comando SUL para assegurar as zonas conflitivas e manter ou reinstaurar regimes favoráveis aos Estados Unidos. Os exercícios conjuntos são considerados por

Aparentemente para campanhas antidrogas, são exercícios com finalidades múltiplas, projetados para consolidar o controle dos EUA, incrementar a vigilância aérea contra potenciais rebeldias antiimperialistas, assim como campanhas antidrogas seletivas.

ele como uma excelente oportunidade para “treinar pessoal multinacional das nações do Caribe e América Central para operações de manutenção da paz”. O Comando SUL também treina e doutrina tropas de terra e do ar da América Central em um programa chamado “Céus Centrais”. Aparentemente para campanhas antidrogas, são exercícios com finalidades múltiplas, projetados para consolidar o controle dos EUA, incrementar a vigilância aérea contra potenciais rebeldias antiimperialistas, assim como campanhas antidrogas seletivas.

A terceira região sobre a qual o império militar estendeu seu alcance é o “Cone Sul”, que inclui o Chile, Argentina, Brasil, Urugúy e Paraguá. Os últimos anos foram testemunhas de programas intensivos de doutrinação (“diálogo”), maior colaboração militar sob a tutela do Comando SUL (“cooperação em defesa”) e “exercícios multilaterais de treinamento” sob direção norte-americana. Com um forte respaldo de Washington, os regimes chileno e brasileiro estão modernizando seus exércitos mediante um aumento dos gastos militares, especialmente compras a fabricantes de armas norte-americanos (o Chile está negociando com a Lockheed Martin a compra de aviões F-16). Dada a

grande queda do nível de vida e os fortes cortes orçamentários para financiar as dívidas externas com os bancos norte-americanos, o resto dos países latino-americanos tem limitações nos fundos disponíveis para comprar armas dos EUA para defender o Império.

O Comando SUL dirigiu exercícios militares “conjuntos” com os países do Cone Sul, chamados CABANAS, que se realizaram em 2000, na Argentina, ao arripio da Constituição do país, sem conhecimento da opinião pública em geral, e sem aprovação legislativa. Uma vez mais, esses exercícios foram organizados para combater os inimigos internos, não os invasores estrangeiros. Foram arquitetados para integrar os exércitos latino-americanos sob o comando dos EUA na repressão às rebeldias internas, caso alguns dos regimes neoliberais envolvidos na crise econômica venham a desabar. A contrapartida marítima dos exercícios CABANAS são os exercícios UNITAS, o maior exercício naval multinacional dirigido pelos Estados Unidos no hemisfério ocidental. O Comando SUL projetou esses exercícios para organizar a estrutura de mando, aprofundar sua influência sobre o pessoal dos exércitos latino-americanos, e formar os oficiais em procedimentos e táticas do exército norte-americano para colocar em prática de forma mais eficiente as prioridades políticas do Comando SUL.

A quarta região listada por ele é o “Sistema Andino”, que inclui a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Em meio às revoltas populares do Equador em janeiro, de 2000, os militares norte-americanos, junto com o embaixador dos EUA, desempenharam um papel relevante instigando os quadros superiores do exército a derrotar a

junta popular e apoiar o novo presidente (Noboa). Assim descreve o General Pace o papel dos EUA: “no Equador, o Comando SUL trabalhou em estreita colaboração com o embaixador norte-americano e o governo do Presidente Noboa, proporcionando ajuda ao exército equatoriano, especialmente na gestão da crise nacional”. Ao apoiar o regime de Noboa, o Comando SUL pôde assegurar a Base Aérea de Manta na costa noroeste, uma plataforma de lançamento chave para estender a vigilância aérea norte-americana por toda região andina e, mais especificamente, para proporcionar espionagem aérea para o exército colombiano (e aos esquadrões da morte), treinados e dirigidos pelos EUA, envolvidos em atividades de repressão aos rebeldes. Desde Manta, o império militar norte-americano estendeu seu controle aéreo sobre toda a América do Sul. Como indica o General Pace, “Manta... é a chave para reajustar nossa zona de responsabilidade (AOR), nossa arquitetura(o aparato militar) e para estender o alcance de nossa cobertura aérea de DM&T (Detecção, Controle e Seguimento, em inglês *Detection, Monitoring and Tracking*) nas Zonas-Fontes (zonas de produção de droga)”.

O novo império militar se estendeu controlando não só terra, mar e ar, mas também os rios da Colômbia e do Peru. O Comando SUL treinou e equipou militares com base nos rios de ambos os países. Em Iquitos, no Peru, as forças especiais da marinha norte-americana, SEALs, são uma grande força operacional que o General Pace descreve como “a melhor instalação deste tipo na AOR(Zona de Nossa Responsabilidade, em inglês *Area of Our Responsibility*)”. Na Colômbia, com

U\$ 1, 3 bilhões de ajuda militar norte-americana destinadas ao Plano Colômbia, o USSOUTHCOM está envolvido em todos os níveis das operações militares colombianas. Treinou três “batalhões antidrogas” de elite para operações de combate à guerrilha. Está formando as tripulações dos helicópteros equipados com mísseis e metralhadoras que trabalham com os mercenários norte-americanos subcontratados pelo Pentágono. Os quadros superiores e as Forças Especiais do Comando SUL participam ativamente nos campos de batalha, dirigindo operações de combate e coordenando a colaboração militar com os esquadrões da morte, tal qual se viu em El Salvador, Guatemala e anteriormente no Vietnã. Na Bolívia, as Forças Especiais e a DEA (*Drug Enforcement Agency*) atuam no Chapare, treinando pessoal e construindo novas bases militares.

As atividades do Comando SUL estão inter-relacionadas. Os exercícios militares multilaterais são o prelúdio dos programas de formação doutrinária. O General Pace declara: “O programa de exercícios do Comando SUL é o motor do nosso Plano de Campo de Batalha”. Os programas de treinamento doutrinário se dirigem particularmente àqueles militares latino-americanos que demonstrem maior disposição em servir na rede militar imperial. Os oficiais latino-americanos que completam os programas de treinamento são elementos valiosos para o império militar, já que muitos continuam na carreira até atingirem postos superiores.

O General Pace identifica claramente o papel dos programas de treinamento dos EUA e dos benefícios que proporciona ao Império: “A formação e o treinamento militar in-

ternacional (INMET, em inglês *International Military Education And Training*) e o seu complemento, o INMET Expandido, proporcionam oportunidades de formação profissional para militares e candidatos civis selecionados cuidadosamente. Esses programas são a coluna vertebral da nossa combinação de formação e profissionalização militar. Garantem bolsas aos militares e ao pessoal civil de nossas Nações Associadas para assistir aos cursos de desenvolvimento profissional nas instituições militares dos Estados Unidos. A um custo modesto, esses programas são investimentos valiosos, já que muitos dos estudantes continuam as carreiras até chegarem a ser altos quadros dirigentes em suas respectivas instituições militares e governamentais”.

No exercício 2000, o Comando SUL recebeu U\$ 9, 8 milhões para o INMET e treinou 2. 684 estudantes, aí incluídos 474 civis. O processo de construção de um império militar é, portanto, um processo integrado e inter-relacionado que começa por exercícios militares com os Estados-clientes (as “Nações Associadas”), nos quais se selecionam e treinam os militares promissores. Esses oficiais alcançam, depois, os postos mais altos e se convertem em quadros valiosos para o Império, fornecendo as bases militares para que as Forças Armadas norte-americanas ocupem o espaço aéreo, terrestre, marítimo e fluvial do país. A expansão do Estado imperial dos Estados Unidos e a integração dos militares laicos nas suas redes destacam a importância do Estado no mundo contemporâneo.

A expansão do império militar proporcionada pelo Comando SUL também inclui o fortalecimento da infra-estrutura de comando, contro-

le, comunicações e inteligência para operações fixas e móveis em toda a América Latina. Ao construir essa infra-estrutura, o Estado dependente latino-americano supre o Comando SUL, nas palavras do General Pace, de “comunicações via satélite [que] são de vital importância para nossas forças deslocadas em tempos de crise”. O Comando SUL começou vários programas para aumentar a efetividade do Império no controle do rebelde povo latino-americano. Segundo o General Pae, o controle e as operações que ele realiza com os aparelhos de inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR) nos Estados dependentes são “prioritárias” para dominar a América Latina. Os ISR proporcionam aos militares norte-americanos e aos oficiais latino-americanos de todos os níveis indicações e advertências, conhecimento situacional e avaliação dos danos produzidos nas batalhas. Esses sofisticados sistemas de reconhecimento são necessários para proteger os militares norte-americanos que dirigem em combate as forças armadas dependentes. Em termos mais eufemísticos, o General Pace declara: “Os sistemas de reconhecimento sofisticados são necessários para melhorar a proteção da nossa limitada quantidade de pessoal deslocado em zonas de alto risco”. O General Pace admite que as forças militares norte-americanas participam de situações de combate real, dirigindo as forças militares contra a insurgência popular na América Latina. O alcance e profundidade da participação do Comando SUL demonstra, por um lado, a recolonização dos aparelhos militares dos Estados-clientes mediante sua absorção, e, por outro, a presença militar direta e o controle das rotas aéreas, terrestres, marítimas e fluviais.

Conclusão

O império militar norte-americano, dirigido pelo Comando SUL, construiu e estendeu múltiplas organizações regionais, coordenadas pelo comando dos EUA de Miami e Porto Rico. O Império tem controle e influência sobre o espaço aéreo, as águas costeiras, as rotas fluviais e terrestres através dos aeroportos, instalações navais e bases militares. O império está construído e sustentado pelo suprimento de equipamento militar, treinamento e serviço aos clientes latino-americanos e caribenhos. O Comando SUL executa um grande número de programas (178, em 2000), combinando operações e exercícios de treinamento, cursos de formação, equipamento móvel de treinamento, intercâmbio de unidades e financiamento e vendas militares. Sobretudo usou consciente e sistematicamente o treinamento e operações “antidroga” para recrutar oficiais latino-americanos e integrá-los ao Império. Na atualidade, o império militar norte-americano nos faz recordar os impérios coloniais: comandantes brancos do Comando SUL e oficiais mestiços que dirigem os soldados de pele escura das tropas de primeira linha de combate. Isto inclui as Forças Especiais e os mercenários subcontratados, esquadrões da morte e conscritos, detecção eletrônica aérea e forças paramilitares que empunham terçados sobre o terreno. O Império se estende na direção do Sul desde Miami através do Caribe, América Central, países andinos, até o Cone Sul. É um império difícil de dirigir, aberto a desafios e mesmo “deserções”, como demonstram os levantes militares nacionalistas da Venezuela e Equador. Enquanto os EUA investem bilhões em armas e enviam milhares de assessores para re-

crutar e doutrinar os militares latino-americanos, os oficiais subalternos e soldados rasos estão pressionados pelas lutas sociais massivas e os cada vez mais deteriorados níveis de vida de seus países. Têm aparecido fissuras, ainda que o Império tenha preparado forças multinacionais. O papel do Comando SUL é intervir constantemente para prevenir deserções maiores e maximizar a participação militar latino-americana. O apoio aéreo e operativo está projetado para minimizar a utilização das forças terrestres norte-americanas em combate.

A pergunta é se tudo isso será suficiente. Se as crises atuais induzidas pela pilhagem econômica levam a levantes populares em grande escala, que solidez têm os militares latino-americanos dependentes? Poderão se contrapor às forças da nação dirigidas contra o Império? A lição do Irã de 1979 é clara: um grande exército moderno, fortemente equipado e treinado pelos Estados Unidos e seus assessores militares pode ser vencido. O que está absolutamente claro é que o Estado - o Estado imperial - mediante seu aparato militar, é essencial para assegurar os mercados e os investimentos das corporações multinacionais baseadas nos EUA. A total ausência de qualquer referência a este crescente papel do império militar norte-americano nos compêndios das “teorias da globalização” é outro exemplo do vazio e da irrelevância dos seus argumentos.

James Petras - Especial para Rebelión - A Página de Petras - 5 de maio de 2001

Franci Gomes Cardoso*

Desenvolvimento e crises do padrão fordista-taylorista e os desafios contemporâneos

O fordismo como padrão de produção em massa, através da utilização de tecnologia rígida de linha de montagem, tem inspiração nos princípios tayloristas, ao incorporar os traços essenciais da lógica da gerência científica, desenvolvendo e aprofundando o controle do capital sobre o trabalho operário. Emerge e consolida-se nos Estados Unidos, entre 1914 e 1945, pelas vantagens histórico-culturais encontradas pelo capital em se dinamizar num meio propício à acumulação, estimulado pela ausência de combatividade das massas. Segundo Dias (1997), a experiência americana taylorista - fordista, no início do século XX, tenta a extinção, no território americano, dos sindicatos de ofício que ainda controlavam o processo produtivo. Diferentemente da Europa, onde as lutas de classe já tinham "integrado" os trabalhadores, na América, as massas encontravam-se em estado bruto, eram virgens em relação àquelas lutas. "A racionalização

da produção passava, portanto, pela luta contra a "propriedade do ofício", pelo que a ideologia capitalista chamou de liberdade industrial" (Dias, 1997:88).

O fordismo incorpora a forma de organização científica do trabalho idealizada por Frederick Taylor, no final do século XIX, nos Estados Unidos, justificada pela necessidade do capitalismo, já em sua fase monopolista, de iniciar um novo padrão de acumulação que potencializasse a intensificação do trabalho para elevar a reprodução do capital. A administração científica, de acordo com a formulação de Taylor, "em sua essência consiste em certa filosofia que resulta (...) em quatro grandes princípios fundamentais da administração: primeiro - desenvolvimento de uma verdadeira ciência; segundo - seleção científica do trabalhador; terceiro - sua instrução e treinamento científico" (Taylor, 1958: 118). Taylor acreditava e queria demonstrar em seu estudo, que os princípios e leis da administração científica eram aplicáveis a todas as atividades humanas e que da sua correta utilização, dependiam resultados

surpreendentes. Neste sentido, o objetivo principal dos sistemas de administração é colocado por Taylor como "o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado" (Taylor, 1985: 29). O que significa, do ponto de vista taylorista, máxima produtividade com grandes dividendos para os empregados, com baixo custo de produção ao empregador. A administração científica taylorista tem por fundamentos a certeza "de que a prosperidade do empregador não pode existir, por muitos anos, se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa, e de que é preciso dar ao trabalhador o que ele mais deseja - altos salários, e ao empregador também o que ele mais almeja baixos custos de produção" (Taylor, 1985: 30). A partir desses fundamentos, tem-se o máximo de exploração da força de trabalho, no limite estabelecido pelo processo de acumulação do capital, em troca da garantia de algumas condições à subsistência do trabalhador.

Os princípios tayloristas supõem a aceitação do aumento de tempo e



de ritmo de trabalho, por parte do trabalhador, como única via possível para a melhoria de suas condições de vida, pois, de acordo com Taylor, "como certos indivíduos nascem preguiçosos e ineficientes e outros ambiciosos e grosseiros, como há vícios e crimes, também sempre haverá pobreza, miséria e infelicidade. Nenhum sistema de administração, nenhum expediente sob controle de um homem ou grupo de homens pode assegurar prosperidade permanente a trabalhadores e patrões. (...) Sustentamos, entretanto, que sob administração científica, fases intermediárias serão muito mais próspera, felizes e livres de discórdias ou dissensões (Taylor, 1985:43-44).

Mais do que um conjunto de rotinas padronizadas de trabalho, o taylorismo constitui-se numa filosofia que interfere no modo de pensar e de agir do trabalhador, no sentido

de obter sua adesão a um determinado tipo de racionalidade produtiva. Ao mesmo tempo, expropria os conhecimentos acumulados pelo trabalhador que, como operário "métier", detinha o controle relativo sobre as técnicas de produção e condições de trabalho e, com a introdução dessa nova modalidade de organização do trabalho e gestão fabril, teve subtraída essa capacidade, então incorporada ao processo de produção.

O taylorismo, como um instrumento de racionalidade e difusão de métodos de estudo e treinamento no controle de tempos e movimentos do operário, para obter maior produtividade do trabalho, operou grandes modificações no processo de trabalho, que se expressaram no maior controle do trabalho pelo capital. A supervisão reveste-se de grande importância nesse controle, realizando o nexo

entre a esfera do planejamento e execução das tarefas, sustentada no pressuposto de que a racionalização científica do processo de trabalho requer uma divisão de responsabilidades entre direção e o trabalhador e, ao mesmo tempo, uma cooperação entre os mesmos. A separação entre o trabalho intelectual de elaboração e do trabalho manual de execução justifica-se como base desse novo sistema organizacional das relações de trabalho, pela tese taylorista de que qualquer trabalhador, mesmo o mais habilitado, é incapaz de entender toda a complexidade da ciência que rege o processo de trabalho.

A apropriação dos conhecimentos de base técnica pela administração taylorista, consubstanciada na noção de tarefa, impunha ao trabalhador o que deveria ser realizado, o modo de realizar e o tempo a ser gasto em sua realização. Isto signifi-

cou uma profunda redução da autonomia do operário no espaço das unidades produtivas, uma vez que a ele coube somente a execução de um trabalho parcializado, repetitivo e monótono, definido antecipadamente pela gerência. Em consequência há uma desqualificação dos coletivos operários de ofício, ocorrendo uma considerável mudança na composição da classe operária, tanto do ponto de vista da qualificação quanto da organização. Segundo Bihr (1998), "para o capital, (...) trata-se de se apropriar do aspecto intelectual do trabalho operário, do saber e da habilidade até então requeridas pela manipulação da ferramenta ou mesmo da máquina, que o operário de ofício possuía e assumia com orgulho e nos quais ele se apoiava para contestar o comando capitalista sobre o processo de trabalho" (Bihr Alain, 1998: 39). Era importante, do ponto de vista do capital, destruir a produção baseada no trabalhador de ofício, não só por concentrar o saber operário, mas pela sua forma de organização em sindicatos, os quais detinham controle do recrutamento e da formação de novos operários. Portanto, essa forma de organizar o trabalho se constituía um entrave para a produção em série e para a expansão do capitalismo. No padrão de produção fordista - taylorista, o saber e a habilidade operários tendem a ser monopolizados pelas gerências ou até mesmo incorporadas à objetividade do capital, "provocando a expropriação dos operários em relação ao domínio do processo de trabalho e uma maior dependência em relação à organização capitalista do trabalho" (Bihr, Alain: 40).

A consolidação da dominação do capital sobre o processo de tra-

balho vai permitir a intensificação da exploração da força de trabalho operária, pois, diferentemente do taylorismo que se assentava, fundamentalmente, na extração da mais valia absoluta - extração do trabalho excedente, pelo prolongamento da jornada de trabalho, além do tempo de trabalho necessário e pelo aumento de sua intensidade, o fordismo possibilitou o desenvolvimento do regime de acumulação intensiva, pelo expressivo crescimento da produtividade, portanto, na extração da mais valia relativa - aumento do trabalho excedente pela diminuição do tempo de trabalho necessário e aumento contínuo da produtividade média do trabalho social. Embora o fordismo não tenha introduzido grandes inovações tecnológicas, introduziu um padrão de produção em massa através de linha de montagem e implantou uma nova política de gestão da força de trabalho.

A linha de montagem propiciou maior integração do processo produtivo, ao limitar o deslocamento do operário, no interior da empresa, fixando os mesmos em espaços de trabalho rigidamente definidos, de acordo com o sistema de disposição das máquinas. A medida que os tempos de trabalho passaram a ser ditados pelo ritmo de funcionamento das esteiras mecânicas, houve um aperfeiçoamento do controle do tempo de trabalho pelo capital, pois o tempo de execução de cada operação, antes determinado pela gerência taylorista, passou a ser regulado pelo movimento das máquinas que ditava a operação exigida para a obtenção incessante de maior produtividade.

Esse regime de acumulação orientado, prioritariamente, para a formação da mais valia relativa logo

se depara com alguns obstáculos: 1) tendências de "conversão de uma massa crescente de mais valia em capital constante (...) adicional, único meio para aumentar a produtividade do trabalho; 2) tendências da limitação da "demanda de meios de consumo (especialmente meios de consumo essenciais) em relação à capacidade de produção que se acumula nesse setor" (Bihr Alain, 1998:41).

Tais tendências se concretizam nos anos 20: com base no padrão fordista - taylorista, a produtividade cresce, extraordinariamente, (em média de 6%) nos países capitalistas ocidentais, sobretudo nos Estados Unidos, enquanto salários operários crescem, em média, apenas 2%. Essas condições de acumulação vão desembocar na crise de 1929 -1930, expressando distorções entre as capacidades de produção acumuladas e a capacidade de consumo da sociedade.

A crise dos anos 30 marca, portanto, os limites do modo de acumulação intensiva dos anos 20, a qual, segundo Bihr (1998), foi "bloqueada pela taxa de exploração demasiadamente elevada que a tornara possível: por um crescimento dos salários reais insuficientes para equilibrar a acumulação do capital possibilitada pelo crescimento abusivo dos lucros" (Bihr Alain, 1998: 42).

Essa crise, que vai se estender até logo após a segunda guerra mundial, explicitava claramente que era impossível garantir um regime de acumulação, com aquelas características, sem que os lucros obtidos pelo aumento da produtividade fossem acompanhados por crescimento dos salários reais. "Crise orgânica do capital, ela viabilizou, tornou necessário um conjunto de medidas de contratendência que tratou

de conduzir/reconduzir as classes trabalhadoras ao leito econômico-corporativo. Para fazer face a essa crise, o capitalismo (seus intelectuais orgânicos, seus práticos) construíram uma experiência combinada de Keynesianismo e Welfare State, “único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da colonização capitalista, com direitos políticos e sociais mínimos. Gestaram-se formas combinadas de liberalismo e de social-democracia” (Dias, 1996:30). Essas formas combinadas de direção do Estado tinham como horizontes a reconstrução do capitalismo, incorporando à sua lógica o conjunto das classes subalternas.

Essa tarefa não foi difícil, considerando que a maioria dos trabalhadores vivia, naquele momento, um sindicalismo de resultados, movimento típico da ordem do capital. Assim, os imperativos econômicos e sociais da reconstrução do período pós-guerra, acompanhada de lutas operários, se constituíram, dentre outros fatores, em elementos de pressão sobre a classe dominante, no sentido de implementar medidas institucionais que garantissem a divisão dos ganhos de produtividade entre salários e lucros, bem como transformação das condições econômicas, sociais, políticas e jurídicas das relações no processo de trabalho e da reprodução da força de trabalho, fora desse processo.

Para sancionar determinado estado de relação de forças entre as duas classes, em seus processos de enfrentamento, emergiu o compromisso fordista, pacto social em escala internacional, o qual se efetivou através das organizações sindi-

cais e políticas do movimento operário, de um lado, organizações do patronato, de outro, e o Estado. A este coube a responsabilidade de garantir o cumprimento do pacto, visando ao “interesse geral” do capital, por meio das organizações representantes de cada uma das classes - a burguesia e a subalterna “A resposta social-democrática consolidada pelo Welfare State, acabou por fortalecer as lutas corporativas em detrimento da socialização da política, criando assim um pacto despolitizante” (Dias, 1996:32).

Com esse pacto, os trabalhadores querem garantir seus empregos, melhores salários e condições de vida, acabando por “aceitar” os lucros do capital.

Bihl (1998) entende que referido “compromisso” pode ser comparado a uma espécie de imensa barganha, pela qual o proletariado renunciou à “aventura histórica”, em troca da garantia de sua seguridade social” (Bihl, 1998:37). Tal renúncia significa, para este autor, abandonar a luta pela transformação comunista da sociedade e aceitar, ao mesmo tempo, novas formas de domi-



nação que se desenvolvem no pós-guerra, através das transformações das condições de trabalho e de existência que o capitalismo impõe ao proletariado, nesse período. Em contrapartida, o proletariado obtinha a garantia de sua seguridade social, a qual não se limitava à assistência social, mas abrangia a satisfação de seus interesses imediatos e mais vitais: relativa estabilidade de emprego, redução de tempo de trabalho e satisfação de algumas necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação, lazer etc.). A satisfação dessas necessidades fundamentais do proletariado, a partir do compromisso fordista, torna-se fonte de legitimidade da burguesia e, ao mesmo tempo, o próprio motor do regime de acumulação do capital que transformou profundamente a condição proletária, criando o operário massa, “nova figura hegemônica, no seio do proletariado ocidental” (Bihl, 1998: 56).

As transformações da condição operária provocadas pelo compromisso fordista evidenciam-se em diferentes aspectos: no que se refere à parcelização e à mecanização do processo de trabalho, houve uma mudança na composição sócio-profissional do proletariado ocidental, na medida em que “a antiga dupla formada pelo contramestre e seu operário não especializado é substituída por uma nova, formada pelo engenheiro ou técnico (...) e pelo operário especializado, operário desqualificado, cuja competência foi reduzida pela taylorização, ao domínio de alguns gestos elementares que definiam um “posto de trabalho” (Bihl, 1998: 52).

Essa nova forma de composição tem um impacto sobre o operário com qualificação técnica reduzida, o

qual não subsiste, a não ser que se mantenha nas indústrias fordistas, para manutenção ou reparo do sistema de máquinas, ou em setores que produzem esses sistemas de máquinas absorvidas por essas indústrias, ou em outros setores onde os métodos fordistas não foram introduzidos.

Mais do que as implicações referentes à forma de composição sócio-profissional, o período fordista provocou uma divisão no interior da antiga classe operária: “de um lado os operários qualificados, herdeiros dos operários de ofício, constituindo uma “aristocracia operária” por ser o principal benefício do compromisso fordista; (...) de outro, o contingente crescente dos operários desqualificados, que suportam toda a carga do fordismo na fábrica, beneficiam-se muito pouco de suas vantagens fora da fábrica” (Bihar, 1998:52).

Além dessas implicações, o fordismo extrapola a classe operária, estendendo as fronteiras desta além dos seus limites tradicionais: incorpora à mesma empregado de comércio e de escritório, proletarizados pela submissão de uma parte do setor de serviços, ao domínio do capital ou pela introdução de métodos capitalistas de trabalho (parcelização e mecanização) nesse setor.

Todo esse processo tendia a dissolver elos de socialização e de solidariedade de classe que se constituíam suporte da organização e combatividade do conjunto da classe trabalhadora, em sua fase anterior. Fase em que a identidade ideológica se constituía em torno da ética do trabalho e do amor ao ofício e que o trabalho poderia constituir-se a maior referência e o maior valor, em torno dos quais o operário construía sua própria individualidade, resultante de suas relações com

Esse novo homem fordiano não é o homem que pode controlar seus atos, que pode criar a sua própria vida. É um homem moldado pelo tecnicismo e não mais pelo primado da natureza humana.

os outros e com o mundo social. Como operário especializado, “o trabalho era simplesmente um “ganha pão”, “um inferno”, de onde o melhor era mesmo fugir na primeira oportunidade” (Bihar, 1998:53).

Para Gramsci (1976), “os americanos industriais tipo Ford (...) não se preocupam com a “humanidade” e a espiritualidade do trabalhador, que são imediatamente esmagados. Esta “humanidade e espiritualidade” só podem existir no mundo da produção e do trabalho, na criação produtiva; (...) quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando era ainda forte o laço entre a arte e trabalho. Mas é contra este “humanismo” que luta o novo industrialismo” (Gramsci, 1976:397).

Portanto, esse novo homem fordiano não é o homem que pode controlar seus atos, que pode criar a sua própria vida. É um homem moldado pelo tecnicismo e não mais pelo primado da natureza humana; é um tipo psicofisicamente ajustado à produção fordista, membro de um corpo de um “trabalhador coletivo” melhor adaptado à lógica de uma subordinação real do trabalho ao capital.

Mas as transformações que vão constituindo o perfil do operário

massa, afetam também, além do processo de trabalho, o processo de consumo, modificando a condição proletária no período fordista, pela integração do processo de consumo do proletariado à relação salarial. Essa integração determinou inúmeras conseqüências, destacando-se, dentre elas, o desaparecimento da produção doméstica, transformando a família de unidade produtiva para unidade de consumo; imposição média de consumo em torno de mercadorias, também impostas (automóvel e eletrodoméstico), subordinando o consumo do proletariado às relações mercantis; acesso a crédito para consumo de massa, implicando a interferência na própria forma de existência do trabalhador e a sua integração ideológica; a socialização do salário com o desenvolvimento do salário indireto, elemento essencial do pacto fordista, permitindo ao proletariado escapar à instabilidade própria de sua condição.

A respeito dessas transformações que atingem o modo de vida e a subjetividade do operário, diz Gramsci: “os novos métodos de trabalho estão indissolúvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo, sem obter resultados tangíveis no outro” (Gramsci, 1976:396).

A relativa privatização do modo de vida do proletariado, decorrente dessas transformações, parece ter exercido, de acordo com Bihar (1998), influência profundamente negativa em sua luta e em sua consciência de classe, além de ter servido de condição e suporte à sua moralização.

Sobre esta questão, a análise de Gramsci vincula-se ao seu ponto de vista quanto à relação orgânica entre os métodos de trabalho e o

modo de vida. Assim, reafirma a ligação entre racionalização do trabalho e o proibicionismo, existente na América, onde “os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método de trabalho” (Gramsci, 1976:396). Ainda na análise gramsciana sobre a moralidade, é destacada como uma das questões “ético-civis” mais importantes a questão sexual, a qual está ligada ao álcool. Nesse quadro de puritanismo e proibicionismo, o abuso das funções sexuais, após o alcoolismo, constitui-se o grande inimigo das energias nervosas. Neste sentido, Gramsci (1976) destaca, em sua análise, a preocupação do industrial americano com manter a eficiência física do trabalhador e a sua eficiência muscular nervosa; é importante para a empresa ter um quadro de trabalhadores estável, já que o complexo humano é considerado, pela empresa, como uma máquina que não deve ser desmontada com frequência. Daí, o chamado alto salário ser um elemento fundamental no processo de seleção dos trabalhadores aptos para o sistema de produção e para manter a sua estabilidade, embora seja uma arma de dois gumes: a integração entre o processo de consumo e a relação salarial impõe a necessidade de que o trabalhador gaste a maior quantidade de dinheiro, de forma racional, para manter, renovar ou mesmo aumentar a sua eficiência muscular nervosa, lutando contra o álcool, considerado o agente mais perigoso de destruição das forças de trabalho. Essa luta contra o álcool se torna função do Estado, do mesmo modo que outras lutas puri-

tanias podem se tornar, à medida que a iniciativa privada dos industriais pareça insuficiente ou que seja desencadeada uma crise profunda de moralidade entre as massas trabalhadoras, em decorrência de uma ampla crise de desemprego.

Esse conjunto de mecanismos para controlar a “moralidade” dos operários, como necessidade do novo método de trabalho, no quadro do fordismo americano, é portador de um significado histórico particular, que é o de constituir-se no “maior esforço coletivo realizado até então para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem” (Gramsci, 1976:396). Gramsci chamava a atenção para a expressão “consciência do fim” que, segundo o teórico militante, pode parecer espirituosa para os que recordam a frase de Taylor sobre o “gorila domesticado”. “Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver, ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador e reduzia as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e indubi-

tavelmente superior. Verificar-se-á, inevitavelmente, uma seleção forçada, uma parte da classe trabalhadora será impietosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo tout court” (Gramsci, 1976: 397).

A tematização de Gramsci sobre o fordismo ultrapassa a importância do momento técnico da racionalização do trabalho alcançando elementos mais permanentes que tendem a impregnar todo o sistema internacional e realizar uma nova etapa do movimento histórico global, uma nova civilta. Desse modo, o sentido do americanismo/fordismo, para Gramsci, não está centrado nas transformações das condições de produção stricto sensu, mas significa um momento do processo civilizatório mais geral, envolvendo a constituição de um novo tipo de trabalhador - o trabalhador coletivo - criado no espaço da fábrica. Neste caso, a FORD, considerada não apenas unidade produtiva mas materialização de um padrão cultural (o americanismo), o qual não se restringe à experiência americana, que é um momento processual, “mas potencializa e desenvolve progressivamente o próprio sistema capitalista mundializado, conformando-o em novos patamares de sociabilidade (normatividade/institucionalidade), de racionalidade; é reelaboração cultural da ordem societária do capital, de subsunção real do trabalho, de redefinição da subjetividade humana, que se desenvolve numa velocidade e dinamismo cada vez mais frenéticos e de incidência alargada sobre o mundo” (Mello. A. F, 1996:99).

O operário massa criado laboratorialmente no contexto de uma fábrica, figura hegemônica correspondente ao período fordista, acu-

mula um conjunto de tradições do qual, de acordo com Bihr (1998, p. 56), podemos destacar: a concentração no espaço social tira o proletariado de sua dispersão geográfica, cultural e social, anterior, provocando efeitos de desenraizamento e perda de identidade; ao mesmo tempo, cria condições favoráveis ao seu agrupamento, à sua organização e à sua luta de classe. Com a homogeneização do proletariado, ao ser designado para as tarefas repetitivas da produção em massa fordista e reduzido à força de trabalho simples, há uma negação de qualquer identidade profissional própria; ao mesmo tempo, constitui a massa dos consumidores anônimos, composta de indivíduos isolados pelo universo das relações mercantis. O proletariado é homogeneizado pela perda de antigas identidades individuais e coletivas baseadas nas particularidades que caracterizavam os operários de ofício e garantiam sua solidariedade e sua força coletiva; mas é, também, o proletariado que pode ampliar laços de solidariedade de classe. O operário pré-fordista possuía ainda uma grande autonomia em relação ao capital, seja no trabalho ou fora dele; o operário massa tornou-se uma simples engrenagem, não passando de um apêndice do sistema de produção; no processo de reprodução de sua força de trabalho, é inteiramente dependente de seu salário e do mercado capitalista, o que é agravado pelo desenvolvi-

mento do crédito ao consumo e do salário indireto. Através do acesso ao consumo e à seguridade social, o operário vai reivindicando e conquistando uma autonomia e consciência enquanto indivíduo privado, o que pode se tornar contraditório à massificação pelo trabalho taylorizado e pelo consumo mercantil.

Em síntese, esse conjunto de contradições materializado pelo confronto entre os dois universos do operário - sua cultura anterior e a cultura fordista - só poderia levá-lo, com o tempo, a explodir. Assim, ao adquirir compreensão crítica desses dois universos, o operário reage sob a forma de uma onda de lutas proletárias, que se realiza no final da década de 60 e no início dos anos 70, em formações capitalistas desenvolvidas. Essas lutas contra os métodos tayloristas e fordistas de produção "anunciavam os limites históricos do compromisso fordista" (Bihr, 1998:59).

A reação do operário - massa, crise e desafios contemporâneos

Na verdade, o operário massa não mais suportava a perda do domínio do processo de trabalho, do qual continuava a ser o agente direto, mas participava, apenas, por meio de gestos repetidos e destituídos de sentido. A organização do processo de trabalho era concebida pela direção e pelo staff administrativo, aos quais o produtor direto devia submeter-se.

O operário massa não mais suportava a perda do domínio do processo de trabalho, do qual continuava a ser o agente direto, mas participava, apenas, por meio de gestos repetidos e destituídos de sentido.

Com base no estudo de Bihr (1998), pode-se afirmar que as contradições existentes no universo da produção fordista, não apenas aquelas entre heteronomia e autonomia interna no processo de trabalho, poderiam ser suportáveis para a primeira geração do operário-massa, para a qual as vantagens do fordismo compensavam. Entretanto, a segunda geração, formada no quadro do fordismo, "não estava mais disposta a "perder sua vida para ganhá-la": a trocar um trabalho e uma existência desprovidos de sentido pelo simples crescimento de seu "poder de compra", a privação de ser por um excedente em ter" (Bihr, 1998:60).

A insatisfação do operário massa, expressa em sua revolta contra o padrão de produção fordista-taylorista, provocou a denominada "crise do trabalho", alterando tanto a natureza do trabalho fordizado quanto o lugar do trabalho na existência do operário.

Para o operário-massa, as alternativas de luta que então se colocam são as seguintes: lutas fundamentalmente defensivas e individuais, no sentido de "exacerbar a "lógica" de sua expropriação no processo de trabalho" (Bihr, 1998:60) ou lutas coletivas no sentido da "reconquista de um poder sobre o processo de trabalho e, conseqüentemente, pela transformação desse processo" (Bihr, 1998:61).

No primeiro caso, essas lutas se manifestam pela fuga do trabalho e de produção, através do absentismo, busca de "pequenos trabalhos" ocasionais, ou mesmo ruptura com a condição de assalariamento e retorno às formas pré-capitalistas de produção.

Na segunda forma, as manifestações da luta operária se dão via gre-

ves parciais, operação-tartaruga, ataques ao staff administrativo, formação de conselhos de oficina e de fábrica, difusão de palavras de ordem de autogestão, de controle e até mesmo de poder o operário.

Em contraposição à ofensiva operária, os capitalistas procedem à reorganização dos métodos tayloristas, diversificando as tarefas e propondo-se delegar a responsabilidade de um segmento do processo de trabalho a pequenos grupos de operários. A introdução dessas mudanças, pelos capitalistas, não passou de um estágio experimental, pois, se essas mudanças restabeleciam a produtividade, ao mesmo tempo, constituíam-se em ameaças à estrutura hierárquica da empresa. A responsabilidade delegada ao proletariado, por mínima que fosse, o incitava a reivindicar um controle maior no processo decisório da empresa. Um outro problema com o qual o capital se chocava, na reorganização das formas tayloristas do processo de trabalho, era “o aumento de sua composição (técnica e orgânica) ligado ao tipo de tecnologia utilizada pelo fordismo, ou seja: uma reorganização do processo de trabalho não podia se dar sem redefinição da base tecnológica do capital” (Bihl, 1998:61).

Mas a revolta do operário-massa, expressão das aspirações de autonomia individual e coletiva nascidas na dinâmica contraditória do desenvolvimento do fordismo, não se restringia às formas de organização do processo de trabalho. Re-colocava também em questão a postura social-democrata do movimento operário, incompatível com aquelas aspirações. As organizações sindicais e políticas constitutivas do modelo social democrata eram incapazes de dirigir algum movimen-

to proveniente da base, pois limitavam-se ao compromisso fordista, além de se comportarem como perfeitas guardiãs do capital.

Desse modo, segundo Bihl (1998), foi “basicamente sem e até mesmo contra as organizações sindicais e políticas constitutivas desse modelo social-democrata do movimento operário que as lutas proletárias da época se desenvolveram” (Bihl, 1998:62).

Essas lutas eram frontalmente contra a perspectiva estalinista e legalista da estratégia social-democrata de subordinação da ação autônoma da classe às organizações políticas. Colocavam a auto-organização do conjunto dos trabalhadores contra o poder no interior da empresa, desenvolvendo uma organização contra o processo de trabalho, multiplicando ações de ocupação da empresa, opondo-se às demissões coletivas com tentativa de retomada de empresa com autogestão.

Em síntese, a revolta do operário massa evidenciava que a questão em jogo para o proletariado ocidental nas décadas ulteriores seria criar novas estratégias de luta para sua emancipação, pois, embora no final da década de 60 e início de 70 suas lutas apresentassem características de racionalidade, tiveram curta duração. Uma das razões do processo dessas lutas foi o papel contra-revolucionário desempenhado pelas organizações com perspectiva social-democrata do movimento operário.

É importante ressaltar, ainda, que durante esse ciclo de lutas a conflitualidade proletária ultrapassou, raramente, os limites da empresa, não sendo estendida a contestação do poder do capital sobre o trabalho ao seu poder sobre toda a vida social.

O isolamento das lutas do prole-

tariado das que se desenvolveram, na mesma época, fora do trabalho, por iniciativa dos “novos movimentos sociais”, demonstra a impregnação do quadro ideológico do compromisso fordista no seio do proletariado, ainda que este se encontrasse em ruptura com esse quadro.

As diferentes práticas de auto-organização conquistadas em relação ao período fordista permaneceram, na maioria das vezes, limitadas a uma oficina, a uma empresa, a um bairro, e as nascidas de lutas com conteúdos e objetivos específicos, raramente, sobreviviam.

A não superação do seu isolamento e do seu limite quanto à capacidade de criar e manter formas de organização permanentes e alternativas aos sindicatos e partidos políticos, levava o movimento, segundo a análise de Bihl, “a se enfraquecer e a refluir, apesar de sua radicalidade. Na verdade, esse refluxo teve início antes mesmo que a presente crise do capitalismo ocidental se abrisse oficialmente” (Bihl, 1998:65).

No quadro da crise da contemporaneidade, observavam-se nos países de capitalismo avançado, ao longo das últimas décadas deste século, profundas transformações no mundo do trabalho, tanto no que tange às formas de organização da produção, quanto nas formas de organização política e sindical. A intensidade dessas transformações atingiu a materialidade e subjetividade da classe trabalhadora que vive na mais aguda crise deste século.

Atribui-se à tecnologia as transformações em curso e anuncia-se a perda de significado do trabalho no seu sentido clássico. A este respeito, Dias (1997, p. 8) questiona se, de fato, “é a sociedade do trabalho que perece ou se trata de quebrar o trabalhador coletivo e/ou coletivos de

O mito é a desconstrução do operário desqualificado e a construção do trabalhador polivalente. Este seria autônomo e criativo e aboliria o mero repetidor de gestos sem sentido.

trabalho e, com eles, as suas sociabilidades?" (Dias, 1997:9). Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se anuncia a morte do trabalho, é exaltada a possibilidade de um trabalho criador, que não requer mais a concentração fabril, ou seja, o trabalhador fabril estaria em extinção e a parceria passa a constituir a nova relação capital/trabalho. O mito é a desconstrução do operário desqualificado e a construção do trabalhador polivalente. Este seria autônomo e criativo e aboliria o mero repetidor de gestos sem sentido.

Entende-se inaceitável a atribuição de um caráter de determinação histórica ao progresso técnico-determinismo tecnológico - por aqueles que concebem o conjunto de transformações da sociedade capitalista como decorrência de uma revolução técnico-científica. Isto se verifica no interior da problematização de uma suposta "revolução" da microeletrônica, cibernética, informática.

Na verdade, "a chamada III Revolução Industrial nada mais é do que a subsunção atual do trabalho ao capital" (Dias, 1997:12). Assim, a superação desse modo determinista de pensar, passa pelo "entendimento de que o progresso técnico testemunha e subordina-se ao caráter antagonico das contradições sociais classistas" (Braga, 1996:7). Esse antagonismo se expressa pelo confronto entre racionalidades que devem definir a direção da intervenção política na realidade.

No mundo contemporâneo da produção, não há como negar as novas formas de gestão que comandam os processos produtivos, bem como a potencialidade de crescimento desses processos: o padrão fordista-taylorista não é mais o único, mas mescla-se com outros processos produtivos - o neofordismo, neotaylorismo, pós-modernismo. Em algumas realidades, como é o caso do Japão, está sendo substituído pelo taylorismo.

Desse modo, novos processos de trabalho estão emergindo, "onde o cronômetro e a produção em série e de massa são "substituídos" pela flexibilização da produção, pela "especialização flexível", por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado" (Antunes, 1995:16). No que tange às novas formas de gestão da força de trabalho, destacam-se, não apenas no Japão, mas em vários países de capitalismo avançado e do terceiro mundo: os currículos de controle e qualidade (CCQ), a "gestão participativa" e a "busca de qualidade total".

As formas mescladas de padrão de produção, de caráter transitório, têm seus desdobramentos, também, no que se refere aos direitos dos trabalhadores. Há uma desregulamentação e flexibilização no sentido de prover o capital de condições necessárias para adequar-se a cada nova fase, além de perdas de conquistas históricas. O despotismo taylorista é um elemento ainda pre-

sente neste momento histórico, ora diminuto ora intenso, no sentido de obter a participação dentro da ordem e do universo da empresa.

Esse processo de transformação em curso, no capitalismo contemporâneo, tem sido objeto de reflexão de inúmeros pesquisadores e militantes políticos que assumem diferentes perspectivas de classe. Assumindo a perspectiva das classes subalternas, Dias (1997) entende que "os que falam em fim da sociedade do trabalho vêem na ciência e na tecnologia uma possibilidade superior de resolução das contradições sociais; como uma correlação ascensional, progressiva, da racionalidade independente do confronto entre classes, projetos e concepções de mundo" (Dias, 1997:11-12).

Essa concepção exalta a neutralidade da técnica, além de encobrir ou reforçar, proposital ou ingenuamente, que ao capitalismo é de fundamental importância, limitar a possibilidade histórica dos seus antagonistas. Isto se dá, pela repressão aberta, em especial, sobre os países mais periféricos e pobres. "Para liberar o máximo de sua capacidade produtiva, o capitalismo tem que negar o direito de existência autônoma a qualquer forma antagonica. (...) O neoliberalismo - momento atual do capitalismo - é, assim, a combinação da contra-revolução com a reforma da gestão e da produção, maximizadas, uma e outra, pela aparente desaparecimento temporária - é necessário reafirmá-lo - do antagonismo" (Dias, 1997:13).

Para Mandel (1986), o discurso sobre o fim da sociedade do trabalho é mais uma arma ideológica dos capitalistas em sua luta contra a classe trabalhadora para garantir a crescente exploração do trabalho e a ampliação da acumulação do ca-

pital. Do ponto de vista do autor, com o qual concordamos, numa sociedade que se nutre da exploração do trabalho, o “adeus ao proletariado” significa tanto o adeus a todo projeto de emancipação humana quanto o adeus à economia de mercado e ao próprio capital. Desse modo, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto ameaça não apenas o futuro do trabalhador e do socialismo, como também a sobrevivência da economia capitalista de mercado, que se torna cada vez mais impossível.

No que se refere à aparente desapropriação do antagonismo, apontada por Dias (1997, p. 13), é sustentado por Mezzáros (1999) o irreconciliável antagonismo entre capital e trabalho na base da crise estrutural do capitalismo atual, na medida em que essa crise, ao mesmo tempo em que está articulada à tendência modernizadora, que submete o trabalho e a tecnologia aos estreitos limites do capitalismo, também acirra a confrontação da força de trabalho com o capital, trazendo profundas conseqüências à materialidade e subjetividade da classe trabalhadora.

Dentre as teses defendidas por Antunes (1995, p. 75) quanto à crise da sociedade do trabalho, o autor entende que, ao tematizá-la, é indispensável recuperar a distinção, feita por Marx, entre trabalho concreto e trabalho abstrato: “todo trabalho humano é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso”

(Antunes, Apud Marx, 1971:54). Tem-se, portanto, o trabalho concreto como dimensão qualitativa do trabalho, pelo seu caráter de utilidade e condição para produzir coisas socialmente necessárias; e o trabalho abstrato, enquanto dispêndio de força humana produtiva, necessária à produção de valores de uso, dos quais, abstraindo-se o seu caráter de utilidade, resta apenas o resíduo dos produtos do trabalho, que vai configurar-se em valores de troca.

Feita essa distinção, não há como desconsiderar, segundo Antunes (1995), a dupla dimensão do trabalho na sociedade capitalista, sob pena de cometer o equívoco no entendimento da crise da sociedade do trabalho abstrato, como a crise da sociedade do trabalho concreto.

A vertente analítica que vê a crise da sociedade do trabalho, também, em sua dimensão concreta, tem como tese central o fim da sociedade do trabalho.

É possível admitir, a partir das transformações do processo de trabalho, o fim da sociedade do trabalho? Quais os fundamentos dessa concepção?

A discussão e os questionamentos sobre a existência ou não da sociedade do trabalho surgem na Alemanha, nos anos 70, no bojo da crise da social-democracia e dos impasses do Estado de Bem-Estar-Social, cujos limites se evidenciam através do não cumprimento da meta do pleno emprego e não atendimento das crescentes demandas resultantes do desemprego e subemprego.

Mais recentemente, duas correntes se colocam no pensamento alemão, com relação à importância da categoria trabalho, na determinação da estrutura e do desenvolvi-

mento sociais: uma representada por Claus Offe e Jürgen Habermans, que formula a concepção do fim da sociedade do trabalho e outra constituída por autores como Baethge, Walter Heinz e outros, que apontam para a crise e não para o fim dessa sociedade.

Claus Offe nega o espaço da fábrica com locus privilegiado do conflito de classes, como o argumento de que existem outros parâmetros norteadores da vida social, que escapam ao mundo do trabalho. Diz ele: “as suposições de que a fábrica não é o centro de relações de dominação nem o lugar dos mais importantes conflitos sociais, de que os parâmetros-metas sociais (por exemplo, econômico) do desenvolvimento social foram substituídos por uma autoprogramação da sociedade e de que, pelo menos para as sociedades ocidentais, tornou-se altamente ilusório equipar o desenvolvimento das forças produtivas à emancipação humana, todas essas hipóteses e convicções (...) penetram tão profundamente em nosso pensamento que a ortodoxia marxista não tem mais muita respeitabilidade científico-social” (Offe, 1989:195).

Em apoio a essas suposições que descentralizam o trabalho como fator social estruturador da sociedade, Claus Offe utiliza uma série de argumentos oriundos de recentes pesquisas sociológicas, sobre a questão do processo de trabalho. Um primeiro argumento refere-se às subdivisões ocorridas na esfera do trabalho, como a expansão do setor serviços, cuja lógica, segundo ele, é bastante diferente daquela que prevalece no setor produtivo. Para ele, o setor serviços aparece como corpo estranho dentro do trabalho e expõe as razões desse

entendimento: “primeiro devido à heterogeneidade dos casos processados nos serviços e altos níveis de incerteza a respeito de onde e quando eles ocorrem (...). Segundo, o trabalho em serviço diferenciava-se do trabalho produtivo pela falta de um critério de eficiência econômica claro e indiscutível, do qual se poderia deduzir estrategicamente o tipo, a qualidade, o lugar e o tempo do trabalho conveniente” (Offe, 1991:119).

Em síntese, as atividades de serviços escapam ao controle do capital, ou seja, para Claus Offe, o capital não conseguiria impor sua vontade nesses setores.

Um outro argumento usado por Offe para fortalecer as suas suposições é o declínio do que ele chama ética do trabalho. Segundo ele, “a força obrigatória da ética do trabalho pode ter sido enfraquecida também pelo fato de que ela geralmente só pode funcionar em condições que (...) permitam aos trabalhadores participarem de seu trabalho como pessoas reconhecidas que atuam moralmente” (Offe, 1991:198). A esse discurso se contrapõe o fato de que, no capitalismo, o único motivo de o trabalhador poder trabalhar é o interesse material, ou seja, se o trabalhador não vender a sua força de trabalho não terá acesso aos meios de consumo. Para o trabalhador, o trabalho é unicamente um meio de sobrevivência, uma vez que uma característica básica do capitalismo é justamente o trabalhador não ter direito ao produto do seu trabalho.

Partindo das pesquisas de Offe, Habermas conclui que “a utopia de uma sociedade do trabalho perdeu a sua força persuasiva e isso não apenas porque as forças produtivas perderam sua inocência ou porque

a abolição da propriedade privada dos meios de produção, manifestamente, não resulta por si só no governo autônomo dos trabalhadores. Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Claus Offe compilou convincentes indicadores da força objetivamente decrescente de fatores como o trabalho, produção e lucro na determinação da constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral” (Habermas, 1987:107).

Essa postura do fim da sociedade do trabalho resulta em espaços para concepções que se contrapõem à possibilidade de uma compreensão da sociedade em sua totalidade, pois rejeitam a possibilidade de uma teoria capaz de pensar as inter-relações entre diferentes fenômenos, com o argumento de que a sociedade se diferenciou internamente e essas diferenças não podem ser pensadas em sua unidade.

Para esses teóricos do fim da sociedade do trabalho, não é mais possível se pensar numa transfor-

Essa crise da razão moderna expressa numa veemente crítica aos padrões de racionalidade ate então vigentes, tem repercussões diretas na ciência e na tecnologia e, de modo especial, nas ciências sociais, como crise de explicitação da sociedade.

mação radical da sociedade, como na época em que prevalecia uma força de trabalho homogênea. Hoje, segundo eles, o trabalhador de massas cedeu lugar a uma força de trabalho com identidades, articuladas em novos estilos de vida e novos padrões culturais. Essa postura expressa uma visão de realidade com multiplicidade de fenômenos fragmentados, sem nenhuma articulação interna.

Essa crise da razão moderna, expressa numa veemente crítica aos padrões de racionalidade ate então vigentes, tem repercussões diretas na ciência e na tecnologia e, de modo especial, nas ciências sociais, como crise de explicitação da sociedade.

É questionada, hoje, a pertinência das grandes teorias sociais unificadoras e globalizantes e, dentre as matrizes em questão, a mais atacada por uma parcela significativa de analistas é o marxismo, dado o seu peso na contemporaneidade, com o agravamento do chamado socialismo real.

É verdade que há uma crise de uma vertente marxista, mas não há uma crise histórico-terminal da tradição marxista. Daí, as críticas formuladas e até mesmo a suposição da falência do socialismo, não podem ser imputadas ao marxismo em geral. “O socialismo real vive uma profunda crise, mas não sugere que o método marxista de análise da sociedade e a teoria social de Marx estejam superados e não possam continuar sendo instrumentos válidos para compreensão de tais fenômenos que se dão em sociedades humanas” (Netto, 1989).

A teoria social de Marx não é suficiente para explicar tudo o que está ocorrendo, porque o que Marx pensou, há 100 anos, não é o que

se passa hoje. Entretanto, o seu referencial continua sendo o que nos permite dar conta dos processos estruturais da ordem burguesa.

Esse contexto de crise tem sérias implicações na vida organizativa dos trabalhadores, pois, ao se romper, no plano de análise, com os paradigmas unificadores e globalizantes, esse rompimento, obviamente, é com os referenciais de práticas políticas. Neste sentido, "os estudiosos do movimento dos trabalhadores em diversos países, especialmente no primeiro mundo, têm alertado para a diminuição do espírito de militância, para dificuldades de mobilização dos trabalhadores e de articulação da solidariedade de classes" (ADUFC,1992:6).

Essa visão pode-se estender, também, ao Terceiro Mundo, considerando que a crise do socialismo real e suas implicações teóricas e políticas repercutiram, fortemente, no contexto mundial, constituindo-se em mais um agravante para o fortalecimento ou para a emergência de diferentes correntes de pensamento e referências de práticas sociais que se revelam inconsistentes em relação à perspectiva teórico-metodológica marxiana.

Contrapondo-se à corrente que não considera mais a categoria trabalho com fundamental para explicar a estrutura da sociedade e as relações sociais, um conjunto de intelectuais alemães, já mencionados anteriormente, argumentam contrariamente a essa posição e indicam novas possibilidades de atuação do trabalhador no espaço do trabalho, de forma criativa e participativa.

Baethge entende que, apesar do aumento do tempo livre, a posição social do indivíduo permanece, ainda essencialmente determinada por sua posição no sistema produti-

O perfil do trabalhador se transformará, gradativamente, para um novo tipo de trabalho: planejamento, controle, direção e acompanhamento, para o que será exigida competência a nível do conhecimento sobre o produto e o processo de trabalho.

vo. Entretanto, reconhece que esse sistema produtivo já dá sinais de transformar sua estrutura e sua dinâmica organizacionais.

As transformações que se delineiam na organização do trabalho de formas tayloristas de racionalização a formas de trabalho mais integradas e totais - é hoje uma tendência, sobretudo nas grandes e médias empresas industriais e de prestação de serviços. Mas essa tendência não está completamente implantada, pois subsistem, ainda, utilização de técnicas orientadas pela organização taylorista. Mesmo assim, observa o autor, "há uma série de indícios de que o novo esquema de racionalização se voltará para as qualidades específicas do trabalho humano e para a qualificação e especificação como importantes forças produtivas" (Baethge, 1989:13).

Partindo dessa premissa, o perfil do trabalhador se transformará, gradativamente, para um novo tipo de trabalho: planejamento, controle, direção e acompanhamento, para o que será exigida competência a nível do conhecimento sobre o produto e o processo de trabalho, além de um saber empírico proveniente

de sua experiência direta com a máquina.

No setor terciário, segundo Baethge (1989:15), "as qualificações principais abrangem a capacidade para seleção de dados, para o trato estratégico com investigações que se baseiam em capacidades analíticas bem definidas para interpretar informações, alta flexibilidade intelectual para dominar situações variáveis bem como competência para comunicação social".

Outro intelectual alemão, Walter Heinz, citado por Neise Deluiz e Eunice S. Trein, discute as várias concepções sobre o fim da sociedade do trabalho e contrapõe-se, principalmente, às teses de Claus Offe. Para Heinz, o fim da sociedade do trabalho seria um mito. Os jovens mudaram sua maneira de encarar o mundo do trabalho: não mais vivem para trabalho, mas querem trabalhar para viver. Principalmente os jovens das classes subalternas que permanecem tendo, no trabalho, um valor fundamental.

Heinz ressalta, ainda, que a insegurança nos postos de trabalho, a discriminação, a seleção e a concorrência levam os jovens a terem uma relação dúbia com o mundo do trabalho. Se, por um lado, ele é importante para a auto-realização, independência da família e subsistência, por outro, o trabalho é ameaçador.

O nosso ponto de vista aproxima-se da corrente que reconhece apenas a crise e não o fim da sociedade do trabalho. Considera que é ainda a posição do indivíduo no mundo da produção material que determina a sua situação social; reafirma a existência das classes trabalhadoras subalternas com todos os problemas inerentes ao capitalismo tardio, como: o individualismo, a necessidade de status via qualifi-

cação e a competição por um posto no mercado de trabalho, mas com possibilidade de superação desses problemas, através do espaço da própria fábrica ou no setor de serviços e outras atividades.

Reafirmamos, portanto, o papel histórico do trabalho humano na superação do sistema produtor de mercadorias e construção de uma nova sociabilidade.

BIBLIOGRAFICA CONSULTADA

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ___. (Org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos:** reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998. p.71-84.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ (ADUFC). **A crise dos paradigmas e a questão do fim da sociedade do trabalho.** Texto elaborado para discussão em congresso de docentes, 1991.

BAETHGE, Martins. **Novas tecnologias, perspectivas profissionais e outra compreensão cultural: desafios à formação.** In: Revista Educação e Sociedade, dez 1989.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise. São Paulo. Boitempo, 1998.

BRAGA, Ruy. **A reestruturação do capital:** um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1997.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes sociais:** um desafio para o Serviço Social. São Paulo. Cortez, São Luís. EDUFMA, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson et al. **Gramsci** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson et al. Mesa-redonda: a estratégia da revolução brasileira. In: ANDERSON, Perry et al. **A estratégia revo-**

lucionária na atualidade. São Paulo. Jorúes, 1986. P.131-156 (Crítica marxista).

DIAS, Edmundo Fernandes. **Capital e trabalho.** A nova dominação. In. DIAS. Edmundo Fernandes et al. **A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes.** Brasília: Sindicato dos Eletricários, 1996. p.7-54.

_____. **A liberdade (im)possível na ordem do capital:** reestruturação produtiva e passivização. Campinas: UNICAMP, IFCH, Departamento de sociologia, 1997. (Textos didáticos, n.29).

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. In. **Lua Nova - Revista de Cultura e política**, n.35, p. 73-111, 1995.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1982.

_____. **Trabalho necessário e racionalidade econômica:** França, 1990). Novos Rumos, [199 -].

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HABERMAS, Juergen. A crise do estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 18, p.103-114, set. 1987.

HARVEY, David. **Condições pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1994.

HOBBSAWM, Eric. O marxismo hoje: um balanço aberto. In: _____. (Org.). História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991. v.11.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Ensaio e pesquisas no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **Produção científica e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1993. Pt.2, p.101-116. (Cadernos ABESS, N.6).

LIPIETZ, Alain. **"As crise do marxismo. Da teoria social ao princípio da esperança.** Tradução de otacílio F. Nunas jr. In: Novos estudos CEBRAP, 30: 99-110, 1991.

KATZ, Cláudio. Evolução e crise do processo de trabalho. In: KATZ, Cláudio et al. **Novas tecnologias:** crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã. 1995.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo da caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1993.

MANDEL, Ernest. **Marx, la crise actuelle et l'avenir du travail humain, Quantième**

Internationale, n.20, maio 1986.

MARX, Karl. **O capital:** Crítica à Economia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. Livro 1, v.1.

_____. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro I, vol. I, 1971.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital:** Resultado do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes s/d, 169p.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo, 1995.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista.** São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **Filosofia, ideologia e Ciência Social:** ensaios de negação e afirmação. São Paulo. Ensaio. 1993.

_____. **A necessidade do controle social.** São Paulo. Ensaio, 1987.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo. Ensaio, 1996.

_____. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: MÉSZÁROS, István et al. **Ensaio ad Hominem:** tomo 1: Marximo. São Paulo. Estudos e Edições Ad Hominem, 1999. P.83-124.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: _____. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade de trabalho.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. V.1, p.14-42. (Biblioteca tempo universitário, n.85. Estudos alemães).

SOUZA, Angela Tude de. Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci. Campinas: UNICAMP, FCH, Departamento de Sociologia, 1992. (Textos didáticos, n.5).

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica.** São Paulo: Atlas, 1985.

**Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC - São Paulo. Pesquisadora do CNPQ. 1º Vice-Presidente Regional Nordeste I do ANDES/SN - Gestão 2000/2002.*

Luiz Umberto Ferraz Pinheiro^(*)

Projeto de emprego público e a reforma neoliberal das instituições federais de ensino superior

O começo acelerado do fim

1. Este trabalho, originalmente publicado em TEXTOS APUB nº. 7, de novembro de 2000, foi, para fins desta publicação, atualizado em razão das subseqüentes versões do anteprojeto de lei do Emprego Público das Instituições Federais de Ensino, promovidas pelo Ministério da Educação (MEC).

2. A discussão, ora proposta, é provocada pela lei 9.962/2000, de 22/02/2000, que regulamenta modificação efetivada pela Emenda Constitucional nº 19, da Reforma Administrativa, autorizando a União a contratar pessoal, também, na forma do emprego público, regido pela CLT. Tal legislação estabelece parâmetros gerais e "disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autarquia e fundacional". Mais recentemente, em 19/04/2001, o Ministério da Educação divulgou mais uma versão do anteprojeto que, como desdobramento da lei 9962/2000 - semelhante às outras ver-

sões de 20/07/2000, 16/09/2000, 22/01/2001 e 10/04/2001

-, cria e especifica o emprego público, regido pela CLT, nas Instituições Federais de Ensino vinculadas ao próprio Ministério. A atual versão, como as demais, estabelece diretrizes para os respectivos Quadros de Pessoal, para as Carreiras de Pessoal Docente e para os Planos de Empregos de Pessoal Técnico-Administrativo, além de determinar outras providências.

O anteprojeto, nas diferentes versões, altera profundamente as

relações de trabalho.

As versões do an-

teprojeto de emprego público que se sucedem, apresentam sempre alguma modificação em relação às anteriores, porém mantêm inalterados os elementos centrais.

Na Universidade, haverá, pelo anteprojeto de emprego público, duas categorias de professores: o acadêmico com direito ao regime de dedicação exclusiva, progressão na carreira e atividades de ensino, pesquisa e extensão; e aquele outro professor, secundarizado e precarizado em seu trabalho, com di-



reito a exercer apenas atividade de ensino, possivelmente rotineira e profissionalizante, com carreira específica e limitada, carga horária reduzida a doze horas e com cinco classes - como é o caso do professor associado.

A nova versão do anteprojeto, de 19/04/2001, como as anteriores, intensifica a fragmentação da carreira docente, ao propor quatro diferentes carreiras, independentes entre si, agora, com as seguintes denominações: Docente de Educação Superior, Docente de Ensino Fundamental e Médio, Docente de Educação Profissional e Professor Associado.

A carreira de Docente de Educação Superior compreenderá as classes de Assistente de Ensino (em caráter excepcional) com um único nível e exigência do diploma de mestre; a classe de Professor Adjunto com oito níveis; e a classe de Professor Titular com três níveis. Para estas duas últimas classes, será exigido o diploma de doutor ou o reconhecimento de notório saber e a carga horária de quarenta horas com dedicação exclusiva e excepcionalmente o regime de apenas quarenta horas.

Tais classes e níveis são bastante diferentes da carreira de Professor Associado e da atual carreira docente regida pelo Regime Jurídico Único. A atual carreira, pelo propósito do MEC e pela lógica prevalente, será provavelmente congelada e colocada em extinção. Permanece, ainda, na carreira Docente de Educação Superior, regida pela CLT, a possibilidade de contratar Professores Substitutos e Professores Visitantes.

3. Tal processo, em curso no plano jurídico - formal, contém significados e propósitos que, se ma-

terializados, repercutirão destrutiva e violentamente, não apenas nas relações de trabalho, mas também na própria substância, sentido e organização institucional do ensino superior no país.

Este processo é muito grave e incita, com urgência, a reflexão, discussão e organização da luta dos que trabalham e estudam nas Instituições Públicas de Ensino Superior, para o devido enfrentamento. Não há mais como adiar o firme posicionamento dos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, nem de se fazer "vistas grossas", achando que este processo não atinge todos. Ele impulsiona a desestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), aponta para destruição da esfera pública no ensino superior e desfaz direitos historicamente conquistados, ao substituir servidores por empregados.

Inicialmente, duas questões se colocam de forma central:

a) a nova relação de trabalho proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso é parte, desdobramento, e, ao mesmo tempo, objetiva impulsionar a reforma neoliberal do Estado e das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e, parti-

cularmente, das Universidades Públicas.

b) a proposta de emprego público do governo, especialmente a especificação elaborada pelo MEC, atinge violentamente todos os docentes e as instituições federais de ensino. Limita ou destrói direitos ou possibilidades de trabalho acadêmico e propicia a implantação das últimas fases da reforma neoliberal, que destruirão o caráter público e gratuito, a autonomia e a unidade das Instituições Federais de Ensino Superior.

Portanto, a gravidade do problema não se localiza nos que vão ingressar futuramente nas Instituições Federais de Ensino - atinge todos os que já trabalham e estudam em tais instituições. E mais, de acordo com a tendência observada, as reformas e iniciativas de caráter estratégico do projeto dominante implantado no país, operado pelo governo federal, são reproduzidas por governos estaduais dirigidos por políticos de partidos da aliança conservadora, que dá sustentação ao governo Fernando Henrique. Assim, é de se esperar a irradiação das novas relações de trabalho para as instituições de ensino da esfera estadual.

As duas questões centrais, anteriormente colocadas, propiciam a compreensão do impacto do projeto governamental, mas, principalmente, tentam contribuir para a definição das lutas e encaminhamentos dos docentes no sentido do enfrentamento, profundo e determinado, tal como se faz necessário, diante dos ataques contidos no projeto e, mais diretamente, do curso da reforma neoliberal ou conservadora das Instituições Federais de Ensino Superior, que o



poder pretende acelerar.

O projeto de emprego público, ao instituir nova relação de trabalho, tem como alvos centrais e imediatos:

a) reduzir os custos com os aposentados e pensionistas, acabando com a aposentadoria integral ou a paridade de vencimentos entre ativos e inativos para os contratados nos novos empregos públicos sob o regime da CLT, pois serão filiados à Previdência Social comum aos trabalhadores da iniciativa privada, cujo teto é de dez salários referência (hoje, R\$ 1.250,00).

Entretanto, diante da obstinada disposição do governo Fernando Henrique Cardoso de instituir contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas, além de quebrar a paridade de vencimentos entre ativos e inativos para reduzir custos, é possível que o mesmo governo tente congelar os vencimentos dos atuais professores e servidores da atual carreira de efetivos, então definida como em extinção pelo novo projeto, criando incentivos para opção pelo novo regime da CLT. Com isto, deixaria os atuais aposentados e pensionistas com vencimentos congelados. Vale lembrar, também, que a paridade entre ativos e inativos já vem sendo quebrada com a instituição de gratificações, bolsas, pró-labores e ganhos monetários extras à base da produtividade e do processo de privatização interna como estratégias para a subordinação das IFES à lógica de mercado e da intensificação da diferenciação entre os servidores.

b) destruir definitivamente a estabilidade no trabalho - tão

necessária para a liberdade intelectual e o exercício da crítica nas universidades -, a paridade e a isonomia salarial nas IFES, não apenas do ponto de vista legal e prático, mas também na perspectiva simbólica e cultural. A estabilidade, paridade e isonomia são noções enraizadas no movimento sindical docente e vinculadas às noções de direitos iguais, igualdade e segurança no exercício do trabalho público. Além do mais, tal perspectiva destrutiva facilitará a redução do quadro de pessoal via demissão em massa e criará diferentes formas de contratação com salários diversificados. Resultado: segmentação, diferenciação, fragmentação e insegurança entre os docentes e servidores em geral;

c) anular parâmetros objetivos e subjetivos da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e fragilizar vínculos dos docentes com a instituição pública;

d) ampliar, à exaustão, as divisões, fragmentações, diferenciações, segmentações entre os docentes da Universidade com a dualidade de regulamentação do trabalho (CLT e RJU), coexistência de três carreiras (a atual, a nova denominada Docente de Ensino Superior e a de Professor Associado) e diferentes modalidades de contratação (Assistente de Ensino, Professor Adjunto, Professor Titular, Professor visitante, Professor substituto e os diferentes níveis, além dos atuais ocupantes dos cargos de Professor auxiliar, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, com diferentes níveis);

Merece registro em separado a carreira de Professor Associado para realizar atividades somente de ensino, com regime de trabalho de 12 horas, exigido diploma de graduação e experiência profissional.

Abrem-se, então, as possibilidades de preenchimento do emprego público nas Instituições Federais de Ensino Superior por profissionais exclusivamente com atividades de ensino, sem exigência de qualificação docente, com carreira específica e diferente da carreira de Docente de Educação Superior. Tal diferenciação e precarização, indiscutivelmente, para além da quebra de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, tem outro sentido ou objetivo. Vale lembrar o propósito do governo em dividir as Instituições Federais de Ensino Superior em, de um lado, alguns poucos "Centros de Excelência", preservando a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão e a pós-graduação, e, de outro lado, os muitos "escolões do 3º grau", apenas profissionalizantes e meros espaços de treinamento para o mercado de trabalho;

e) aprofundar e disseminar a precarização e flexibilização das relações de trabalho. Assim, promove a insegurança, o descompromisso e, também, a insatisfação. Desqualifica práticas acadêmicas e destrói direitos conquistados. Eis, depois da asfixia financeira, outro caminho estratégico fundamental para a desestruturação das IFES, a fragilização das Instituições Universitárias públicas e o estímulo aos processos privatizantes;

f) expandir a individualização dos vencimentos que, de algum modo, já ocorre pela diferença existente quando se combinam Gratificação de Estímulo à Docência, bolsas, pró-labore, consultorias, ganhos monetários extras na venda de serviços e demais procedimentos da privatização interna;

g) quebrar, mais profundamente, a resistência dos professores e servidores, fragilizar o movimento sindical na Universidade através da insegurança no trabalho, precarização e flexibilização nas relações de trabalho, individualização dos vencimentos, maior diferenciação e fragmentação entre os docentes.

4. Em síntese, trata-se de um projeto autoritário, nefasto à vida acadêmica pública e violento quanto aos direitos dos professores. É autoritário no processo de elaboração e tramitação, no conteúdo e na perspectiva prática. Centraliza as decisões sobre criação do emprego no MEC, impõe alterações profundas nas relações de trabalho, intensificando a precarização, insegurança e desqualificação. Desconhece totalmente as reivindicações históricas e o projeto de carreira única do movimento social dos docentes. Destroí conquistas efetivadas por lutas dos universitários. Objetiva desfazer estruturas coletivas, principalmente quebrar o movimento sindical dos professores.

Para ilustrar, destaco a seguinte “pérola” de idiotice autoritária, contida em versões anteriores do ante-projeto:

“Art.4 - Sem prejuízo do disposto na legislação traba-

lista, ao servidor é proibido”:

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; “

Insisto, tal projeto de emprego público é totalmente nefasto às Instituições Federais de Ensino Superior, particularmente à Universidade enquanto Instituição Social e aos universitários enquanto trabalhadores intelectuais. Pois, além de tudo, impulsiona a reforma neoliberal da universidade nas suas dimensões privatista, produtivista e elitista, propicia a implantação das últimas etapas desta reforma, as mais perversas e destrutivas: ensino pago, divisão das IFES, contrato de gestão ou organização social.

Desta forma, o projeto se contrapõe às perspectivas de autonomia universitária, ao caráter público e à unidade das IFES. Com a precarização e flexibilização das relações de trabalho, a quebra da estabilidade, a destruição da paridade entre ativos e inativos, a corrosão da isonomia entre os próprios professores e servidores, o projeto fornece condições e possibilidades para a implantação do contrato de gestão e do que tem sido cingentemente chamado de organização social, de caráter privatizante. Assim, ele impulsiona maior subordinação das IFES às leis e forças econômicas do mercado. Além do mais, amplia a discriminação e exclusão dos docentes do 1º e 2º grau e aponta para a desqualificação e destruturação do CEFET.

O projeto opera claramente a transmutação da noção de servidor público para empregado público, e ainda mais, de forma camuflada,

desfigura a noção do público, confundindo-a com a do privado.

Tal ação do governo Fernando Henrique, particularmente do Ministro da Educação, Paulo Renato, incita-nos, também, outro tipo de reflexão. É necessário perceber o processo que configura o emprego público com muita agudeza e responsabilidade política, para que sejamos capazes de enfrentá-lo com determinação.

Pensemos. Nada disto é estranho ou inesperado. O projeto de emprego público é desdobramento e parte inseparável da reforma neoliberal da universidade e demais Instituições Federais de Ensino Superior, já em curso lento e gradual, etapa por etapa, em andamento mais definido e estruturado na década de 90, especialmente com o governo Fernando Henrique Cardoso. O pior é que, como vimos anteriormente, tal projeto de reestruturação das relações de trabalho viabiliza propósitos já anunciados pelo poder conservador e possibilita ao governo impulsionar a própria reforma neoliberal do Estado e das IFES para seus momentos de finalização ou conclusão.

Exatamente com o projeto de emprego público, o governo pretende facilitar, e mesmo possibilitar, a implementação das últimas etapas da reforma das IFES, que foram deixadas para o final, não apenas por requererem mudanças prévias, mas por se constituírem em mecanismos mais profundos da desestruturação da Universidade Pública e do Sistema das Instituições Federais de Ensino Superior e que, por isso mesmo, despertam maior resistência dos três segmentos (estudantes, professores e servidores técnico-administrativos) da Universidade, do CEFET e demais Instituições, além

de amplos segmentos da opinião pública.

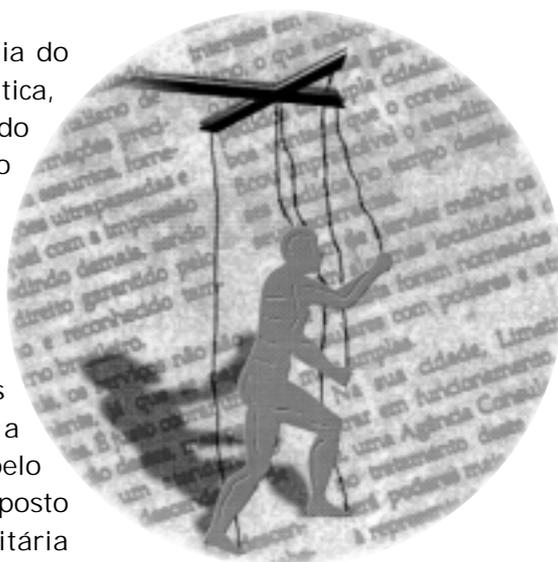
Refiro-me, principalmente, com a necessária ênfase e repetição: a divisão das IFES em poucos “Centros de Excelência”, situados, preferencialmente, no Centro-Sul do País, mantendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, concentrando os programas de pós-graduação, aperfeiçoamento de pessoal e financiamento, e os chamados “escolões de 3º grau” em número bem maior, massificados, meramente para treinamento de profissionais para a imediata necessidade ou interesse do mercado tal como se apresenta; à instituição do ensino pago e dos contratos de gestão ou organizações sociais, propiciando, também, maior subordinação às forças econômicas do mercado, captação de recursos externos, intensificação da privatização interna com a venda de serviços e mercantilização das práticas acadêmicas, então facilitados pela precarização e flexibilização das relações de trabalho, atingindo-se, assim, o limite extremo da desresponsabilização do Estado com o financiamento das IFES.

Nesta linha de discussão, devemos, também, destacar que a reestruturação das relações de trabalho proposta pelo governo facilita a concretização do projeto de autonomia pretendido pelo poder conservador que propositalmente confunde autonomia, conceito político contra o poder de Estado, com livre iniciativa, conceito econômico-capitalista no sentido do livre-mercado, da “liberdade” para captação de recursos no mercado, “liberdade” para venda de serviços, “liberdade” para mercantilização das práticas acadêmicas (então transfor-

madas em mercadorias).

A noção de autonomia do governo significa, na prática, descompromisso do Estado quanto ao financiamento das IFES, controle excessivamente centralizado no MEC e subordinação das Instituições Federais de Ensino Superior às leis e forças econômicas do mercado. Em resumo, a “autonomia” proposta pelo poder conservador é o oposto da autonomia universitária pretendida pelos universitários, pois cria maior dependência, subordinação e controle externo por forças econômicas e políticas. Ao economizar a vida universitária, cerceia a liberdade intelectual, a capacidade de auto-gerir-se da instituição e restringe a democracia interna.

5. Para a devida apreensão da dimensão do projeto de emprego público do governo Fernando Henrique e o anteprojeto do MEC, que cria e especifica o emprego público nas Instituições Federais de Ensino, como também da necessária definição dos caminhos pelos sujeitos sociais que trabalham nas IFES, para o enfrentamento e construção das lutas, visando à reversão da problemática e superação das contradições, é fundamental compreender a lógica e os desdobramentos da reforma neoliberal ou conservadora da Universidade brasileira e do conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior. Pois, além de tudo o mais, repito, o projeto de emprego público é parte e, ao mesmo tempo, impulsor da referida reforma. Ou seja, a luta fica fragilizada e limitada se for circunscrita apenas à lei 9962/2000 e ao anteprojeto do

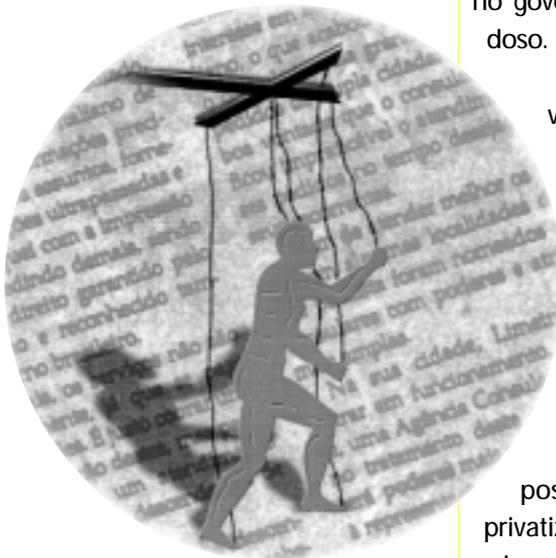


MEC sobre emprego público.

Para o necessário enfrentamento às novas relações de trabalho que o governo Fernando Henrique quer impor às IFES, torna-se fundamental que os movimentos sociais não dissociem tais relações de trabalho da reforma neoliberal em curso na universidade e demais Instituições Federais de Ensino.

De forma resumida, apresento, em seguida, o que entendo por reforma neoliberal, centrando a análise no processo em curso, principalmente na Universidade Pública Brasileira.

Na minha opinião, a reforma conservadora da universidade tem três componentes básicos: privatista, produtivista e elitista(1), e assenta-se em duas bases históricas estruturadas desde o regime militar. A primeira é constituída pelo longo, permanente e crescente processo de desresponsabilização do Estado com o financiamento das IFES e, particularmente, da universidade pública. Tal processo vem propiciando verdadeira asfixia financeira, que provoca o desenvolvimento da privatização interna (ou por dentro) da institui-



ção, a subordinação às leis e forças econômicas do mercado e a mercantilização das práticas acadêmicas. A segunda base, conseqüência da primeira, foi estruturada pelo privilegiamento e incentivos à expansão das universidades privadas e pela “moratória universitária”, quando as elites brasileiras colocaram a Instituição Pública de Ensino Superior entre parênteses, abandonada à própria sorte na inanição financeira, enquanto construíam, pelo alto, o consenso para implementar a reforma do Estado brasileiro e, conseqüentemente, definir o projeto de reforma da universidade brasileira.

A universidade pública foi propositalmente esvaziada material e culturalmente, fragilizada, preparada para a reestruturação imposta de cima para baixo.

O projeto conservador de reforma universitária em curso é parte e desdobramento da reforma neoliberal do Estado e dos ajustes econômicos. A reforma do Estado, no seu sentido neoliberal, inicia-se, timidamente, com José Sarney, apresenta-se de forma mais determinada com Fernando Collor. Entretanto, ganha corpo, estrutura-se e viabiliza-se

no governo Fernando Henrique Cardoso.

Deste modo, a política governamental para as IFES, especialmente a Universidade Pública Brasileira, privilegiou, no primeiro momento, a asfixia financeira com esvaziamento material e cultural das instituições de ensino, fragilizando-as.

Na inanição financeira imposta, estimulou o processo de privatização interna da instituição universitária. Aí, solapou a cultura pública e gratuita. Concentrou poder acadêmico e econômico nas mãos de uma minoria universitária, frequentemente, através de múltiplos e pequenos feudos. Disseminou micro-poderes dentro da instituição como agentes viabilizadores e executores, no interior da universidade, dos mecanismos da reforma neoliberal, com os seus três componentes: privatista, produtivista e elitista. Ao lado destes pequenos feudos disseminados, foram concentrados poderes em fundações internas como estruturas organizadoras e centralizadoras de práticas privatistas.

Promovidos pela privatização interna, tais poderes, ora concentrados, ora disseminados, têm tido também papel no disciplinamento e domesticação de universitários e nas mudanças culturais necessárias para cimentar a reforma neoliberal na universidade.

A reforma neoliberal desenvolveu, dentro da instituição, a cultura do “salve-se quem puder” e do individualismo. Fragilizou os laços de solidariedade entre os universitários e destes com o povo brasileiro: processo elitista e egoísta da universidade reformada. Obstaculizou a constituição de compromis-

sos sociais e éticos dos universitários, inerentes à condição pública da universidade, com a maioria dos brasileiros brutalmente penalizados pela miséria, pobreza e exclusão em uma sociedade, como a nossa, campeã mundial de injustiças e desigualdades sociais. Desmontou estruturas coletivas e esforços coletivos de cooperação acadêmica na universidade e entre universitários. Propiciou e estimulou a apropriação privada, por uma minoria, de meios ou instrumentos públicos de trabalho universitário (laboratórios, bibliotecas especializadas, equipamentos etc), de financiamentos e de bens materiais e imateriais públicos socialmente construídos, elaborados ou financiados.

Via reforma, o poder conservador no Brasil empurrou as IFES, principalmente as universidades, para a dependência e subordinação à lógica e às forças econômicas do mercado. Foram incorporados, nas universidades, noções e conceitos originários das transações econômicas das empresas privadas e do mercado como um todo, a exemplo de produtividade, eficiência, competitividade, competência. As atividades universitárias tornam-se produtos, mercadorias. A reforma estimula a mercantilização das práticas acadêmicas. Na base deste processo, o fato de a ciência ter se tornado fator de produção.

Em síntese, foi, principalmente, via reforma neoliberal no império do mercado, estruturada a economia da vida universitária.²

As políticas governamentais nos últimos anos, principalmente do governo Fernando Henrique Cardoso, incluindo as políticas para o ensino superior, têm sido subordinadas às determinações do Banco Mundial e do Fundo Monetário In-

ternacional. O governo vendeu a soberania nacional e tenta destruir por completo a autonomia universitária, a liberdade intelectual e a massa crítica acadêmica.

A reforma neoliberal pretende realizar a transmutação da universidade, enquanto instituição social, para organização com sentido operacional, centrada na adequação tecnológica.

A universidade, tornada organização operacional, destitui-se de seus desafios universalizantes e dos compromissos éticos, sociais e culturais com o povo brasileiro. É reduzida aos interesses imediatos do mercado. Abre, cada vez mais, suas portas para o processo de privatização interna, de precarização e flexibilização das relações de trabalho, de destruição da ética e das possibilidades de responder às exigências próprias da esfera de elaboração e difusão do conhecimento. Tais mecanismos corroem, como câncer, a instituição, quebram a resistência sindical e dos universitários, criam redes clientelistas e mercadológicas.

Eis a universidade - empresa, universidade de serviços, universidade da ordem.

A reforma neoliberal da universidade tem promovido, também, profundas alterações das práticas acadêmicas e do trabalho universitário.⁽³⁾ Muitos dos desdobramentos (negativos) previstos quando da aplicação prática da legislação sobre emprego público, já estão, de alguma forma, em curso, nestes últimos anos, com a reforma da universidade.

A universidade, reformada na perspectiva neoliberal e subordinada ao império do mercado, encontra-se amordaçada culturalmente e nas suas possibilidades críticas.

Neste espaço, aquele professor travestido de gerente ou executivo empresarial, ou, ainda, de bajulador do poder conservador, ao praticar o bom mocismo intelectual, tem maior reconhecimento, valor e poder "acadêmico" que os professores que resistem, dignamente, contribuindo para a autonomia universitária, a razão pública, gratuita e democrática das IFES, a liberdade intelectual e a reflexão crítica.

6. O projeto de emprego público do governo Fernando Henrique coloca, presentemente, na agenda dos debates dos movimentos universitários, a problemática da diferenciação, fragmentação, divisão, individualização dos vencimentos entre os que trabalham na universidade e nas diferentes instituições federais de ensino superior; a destruição da paridade entre ativos e inativos, da isonomia salarial e da estabilidade nas instituições de ensino; a precarização e flexibilização das relações de trabalho.

Entretanto, não esqueçamos que tais problemáticas já vinham se desenvolvendo lenta, insidiosa e crescentemente nesta última década, a partir da reforma neoliberal da universidade e do conjunto das IFES. Com a nova legislação, o governo pretende aprofundar, intensificar e disseminar estas problemáticas, agora revestidas de estatuto legal. Portanto, não há como dissociar o projeto de emprego público, e seus nefastos desdobramentos, da reforma neoliberal das Instituições Federais de Ensino Superior. É muito pouco, além de ineficaz, combater o projeto de emprego público isoladamente, deixando livre o processo em curso de reforma neoliberal do ensino superior.

O pior é que, até então, fizemos,

enquanto movimento social, por expressão da maioria dos docentes, "vistas grossas" aos processos insidiosos, anteriormente citados, que, de forma crescente, materializam-se nas IFES. Principalmente, fizemos "vistas grossas" ao "câncer" da privatização interna, que corrói, por dentro, a Universidade Pública Brasileira. Todos, com as devidas exceções, tornaram-se telespectadores individualizados defronte do vídeo da TV ou do computador, cúmplices ativos e passivos ou ainda impotentes para reagir ou mesmo convencer seus pares.

Hoje, todos sabem e conhecem o processo de privatização interna: está no mesmo prédio, ao lado da sala de trabalho, ostensivamente se projetando. Todos também percebem as diferenciações, fragmentações, individualização de vencimentos, precarização, quebra da paridade e isonomia, pois estas batem diretamente em seus corpos. A reforma neoliberal das IFES está em curso crescente há mais ou menos dez anos, mais estruturada e definida no governo Fernando Henrique, nos últimos seis anos. Seus componentes e mecanismos são claros e evidentes. Os ataques do governo contra a universidade pública e os universitários têm sido freqüentes.

Entretanto, a cultura e ideologia neoliberais, movidas pelo poder, temporariamente, revigorado do capital, também, invadiram nosso lado. Solaparam nossa resistência. Fragilizaram os movimentos sociais. Estimularam a vergonhosa debandada de intelectuais, muitos dos quais lideranças acadêmicas, ex-esquerdistas, ex-socialistas e ex-revolucionários, hoje, também, ex-militantes do movimento docente, arre-

pendidos do passado, para a adesão e colaboração com os propósitos do poder conservador nas IFES; sobretudo para justificar, cimentar, reproduzir significados e sentidos para as práticas da reforma neoliberal das Instituições Federais de Ensino Superior.

A implementação dos mecanismos e componentes da reforma neoliberal das IFES exigia, também, para sua ampla efetivação, a participação de agentes universitários, para além de lideranças acadêmicas, e a quebra da resistência dos movimentos sociais nas Instituições.

Para viabilizar a reforma conservadora das IFES, o governo adotou, além da simples cooptação, uma estratégia mais ampla e eficaz. Principalmente nas Universidades Públicas, o poder conservador estabeleceu o acordo ou compromisso reformista neoliberal entre governo (suas políticas educacionais) e segmentos universitários.⁽⁴⁾ Nas pequenas concessões diferenciadas e privilegiadas, em plena inanição financeira das Universidades, eram embutidos os próprios componentes da reforma.

No sucateamento da Universidade, na cultura do “salve-se quem puder”, na incorporação da lógica da competitividade e produtividade própria do mercado, desenvolveu-se nas instituições de ensino superior, totalitária e absurdamente, a idéia de que o trabalho acadêmico só se viabilizaria pela adesão à ordem neoliberal da universidade, especialmente na adoção dos mecanismos de privatização interna.

Por via ideológica, cultural ou das relações econômicas e sociais, o poder estruturou, nas IFES, o compromisso ou acordo reformista, de fundo eminentemente conservador e

de caráter destrutivo. Com a GED, o governo conseguiu expandir e consolidar a incorporação da produtividade como elemento balizador do trabalho acadêmico. Com o estímulo à captação de recursos externos e aos ganhos extras de professores com pró-labore ou complementações salariais obtidos nas vendas de serviços, consultorias, pesquisas encomendadas, indústria de cursos pagos, o poder conservador desenvolveu, nas IFES, o processo de privatização interna e subordinação ao mercado.

Na promovida apropriação privada de financiamentos externos, de meios ou instrumentos públicos de trabalho acadêmico e de bens materiais e imateriais públicos, desenvolveram-se: a concentração de poder interno em minoria de professores, isoladamente ou em pequenos grupos ou feudos, e as diferenciações, divisões, desigualdades e exclusões. A onda de criação de fundações internas ou de apoio, na ilusão de, por si só, captar abundantes recursos no mercado, propiciou, de maneira institucional, a organização, concentração e impulso às práticas de privatização interna, até então dispersas e limitadas. As fundações internas facilitaram a expropriação, movida por interesses privados, de bens materiais e imateriais públicos socialmente constituídos ao longo do tempo.

Juntas, as diferentes formas de ganhos extras complementares ao salário - bolsas, GED, consultorias remuneradas, pró-labores nos procedimentos de venda de serviços na privatização interna e pesquisas encomendadas por empresas ou agências internacionais - promoveram a individualização dos vencimentos. Difícil, hoje, é encontrar, nas universidades, vencimentos iguais entre grupos de docentes.

Todo este processo tem minado a resistência dos professores e fragilizado a luta sindical. E o pior, só “beneficia” uma minoria, assim mesmo, às custas da perda da dignidade no trabalho e dos compromissos éticos e sociais, da “venda da alma”, da destruição de valores ou significados da melhor tradição universitária e da própria sociabilidade acadêmica, além de negar as exigências intrínsecas da formulação e da difusão do conhecimento.

A ofensiva neoliberal, com sua onda conservadora, retoma ou restaura o velho, o superado, o retrógrado - portanto, reacionária - e opera, por diferentes mecanismos, a busca da hegemonia e dominação. Destacamos, para os objetivos deste texto, as seguintes questões:

a) individualização dos processos com a conseqüente responsabilização pessoal.

É, ideologicamente, deslocado para o plano individual o que é estrutural, comum a todos. Promove o retorno ao individualismo e tenta desfigurar a responsabilidade coletiva intransferível, enquanto ação social imprescindível, como conquista do pensamento e da prática social.

Daí, nas IFES, a individualização dos vencimentos, de projetos acadêmicos, de avaliações, de exclusões baseadas na ordem dos “vencedores” e “perdedores” individuais. Por isso, também, o reforço exagerado do discurso que absolutiza o mérito e a competência individuais ou pessoais, além da efetivação prática da produtividade, eficiência e competitividade.

b) processo amplo de destruição das estruturas coletivas, incluindo a organização sindical, identidade coletiva, projetos co-

letivos (socializados e democráticos), solidariedade, cooperação e coesão entre os que vivem do trabalho e promoção do descrédito na ação coletiva;

c) precarização, flexibilização e terceirização, com diferentes modalidades de relações de trabalho e contratação de pessoal.

Por exemplo, na universidade pública, tais procedimentos já vinham ocorrendo, mesmo antes do projeto de emprego público, principalmente, nos espaços dos mecanismos privatizantes, nas fundações internas e de apoio. O projeto de emprego público legaliza e organiza tais relações de trabalho, além de dar novo e definitivo impulso à destruição da isonomia salarial entre servidores, a paridade entre ativos e inativos, a estabilidade etc.;

d) economização da vida social, e especificamente da vida universitária, impulsionando os processos de privatização, enaltecimento do mercado, competitividade e o “salve-se quem puder”.

É a supremacia do econômico, do interesse econômico, sobre todos os seres e todas as coisas, destruindo valores e inibindo a política.

A ofensiva neoliberal, conectada aos desdobramentos da reestruturação produtiva, invade todos os espaços da vida social e individual, na sociedade como nas IFES, atingindo a materialidade e subjetividade dos que vivem do trabalho. Enfim, alarga o espaço privado, reduz o espaço público, despolitiza.

Também, a política neoliberal e a reestruturação do mundo do trabalho, incluindo a redução do Estado e dos programas sociais, a desregulamentação da economia e do mercado de trabalho, o desemprego em massa, a soberania ou império do

mercado, a precarização, flexibilização e fragmentação das relações de trabalho, provocam insegurança, desmobilização e abatimento entre os trabalhadores.

Nas IFES, a insegurança e o abatimento podem crescer com a introdução das novas relações de trabalho contidas no projeto do emprego público, pois elas tendem a aumentar a diferenciação entre as instituições e no interior de cada instituição, aprofundam e ampliam a precarização e flexibilização, intensificam a fragmentação e divisão, criam novas desigualdades.

7. O projeto governamental do emprego público contém, em sua lógica e objetivo na perspectiva político-social, o sentido de promover recuo ao movimento dos que trabalham nas IFES, quebrar a unidade da reivindicação salarial (principal móvel das mobilizações e greves), dividir o conjunto social, ampliar, via concessões diferenciadas, o compromisso ou acordo reformista neoliberal de professores e servidores com as políticas governamentais.

Tal projeto, insisto, cria condições para a futura efetivação da divisão das IFES entre poucos “Cen-



tros de Excelência” e os muitos “escolões de 3º grau”, dos contratos de gestão ou organizações sociais (etapa superior da privatização nas IFES), do ensino pago e do projeto de autonomia do governo Fernando Henrique. Vale lembrar a possibilidade de o governo conceder alguns incentivos, incluindo ganhos monetários, para os que aderirem ao regime celetista do emprego público e, ao mesmo tempo, congelar os vencimentos e benefícios dos professores e servidores do quadro atual de carreira - em extinção, de acordo com os propósitos do próprio governo. Assim, poderia ser estimulada a transferência de uma carreira para outra, reforçando o compromisso reformista e quebrando focos de resistência.

Todos sabem, os de baixo - servidores -, e os de cima - governo Fernando Henrique e sua aliança conservadora -, que, entre os propósitos finais da reforma neoliberal das IFES, particularmente da Universidade Pública Brasileira, incluíse a quebra, mais profunda, da reserva de resistência dos que estudam e trabalham nestas Instituições. O ensino de graduação pago, a divisão do sistema das Instituições Federais de Ensino Superior, as organizações sociais, a autonomia financeira pretendida pelo governo, são os componentes da reforma mais difíceis de aceitação e que tendem a despertar maiores reações e revoltas dos movimentos sociais no interior das IFES e de parcelas da sociedade.

Assim, o projeto de emprego público desempenha, ao mesmo tempo, duplo papel, ambos de fundamental importância para os objetivos e propósitos do poder conservador no Brasil e do Banco Mundial: propiciar o avanço final

da reforma neoliberal das IFES, etapa das mais difíceis, e fragilizar a resistência dos servidores públicos, particularmente do movimento social docente vinculado ao Sindicato ANDES.

A organização sindical dos professores pode ser enfraquecida pela intensificação da insegurança entre os docentes, quebra da estabilidade, ameaça de demissão, rotatividade de docentes no emprego, precarização, fragmentação e individualização de vencimentos, que se aprofundam.

Insisto mais uma vez, o processo neoliberal nas IFES, principalmente agora com o projeto de emprego público, persiste no desmonte das estruturas coletivas, de modo mais determinado. Não devemos subestimar os efeitos da individualização e diferenciação excessiva da relação salarial, em período prolongado de arrocho dos vencimentos, ao lado da precarização, fragmentação, diferenciação e intensificação da insegurança, na geração de um novo modo de dependência, dominação, submissão e aceitação da própria exploração ou do próprio esfacelamento. No caso da Universidade Pública Brasileira, sucateada e submetida a asfixia financeira, tal processo induz determinadas parcelas de docentes à busca do compromisso reformista neoliberal como ilusória tábua de salvação diante da insegurança e precarização.

“A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo cole-

tivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável”.⁽⁵⁾

O projeto de emprego público, ao quebrar a estabilidade, aprofundar a precariedade e flexibilização nas relações de trabalho, criar diferentes modalidades para o ingresso nas IFES e múltiplas formas de contratação, pode dar, aos que trabalham, diante do enorme “exército de reserva”, a impressão que não é insubstituível, que o próprio emprego é, de certa forma, um privilégio, um ganho para não perder, porém cada vez mais ameaçado e inseguro. A insegurança objetiva funda uma insegurança subjetiva generalizada, que contribui para a desmobilização.⁽⁶⁾

Alimentam-se, neste caminho, as incertezas que podem desaguar na submissão ou adequação à ordem e no compromisso reformista neoliberal nas IFES.

8. Para não se desmoronar junto com as Instituições Federais de Ensino Superior, resta aos professores, mais de que em qualquer outro momento anterior, fortalecer as estruturas coletivas no trabalho, no movimento sindical e os espaços públicos nas unidades de ensino e na sociedade, para o necessário enfrentamento à lógica e mecanismos da reforma neoliberal na esfera da educação superior, componente da reforma do Estado brasileiro.

O desafio colocado no momento, como exigência oposta à capitulação, é frear imediatamente o curso da reforma destrutiva das IFES, barrando, ao mesmo tempo, qualquer possibilidade de efetivação do projeto de emprego público pretendido pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Tal ação é inseparável, do ponto

de vista da própria substância e da perspectiva estratégica, da necessidade de se iniciar a reversão dos componentes e procedimentos, já em curso, da reforma conservadora. Pois, como vimos anteriormente, uma coisa depende da outra.

A questão é eminentemente política. Não há para onde fugir. A Universidade respira política. O trabalho acadêmico, mais do que antes, tende a contrair alianças em razão do papel do conhecimento no mundo moderno, de a ciência ter se tornado fator de produção e, no nosso caso específico, da intervenção direta do centro de poder do Estado nas IFES. Cabe aos professores, dentro de determinados limites, a escolha de suas alianças, na resistência ou capitulação. Mesmo na despolitização de segmentos universitários, a Universidade respira política que entra, na Instituição, pela porta da frente e dos fundos, por todas as janelas e frestas.

Principalmente agora, devemos lembrar que a insatisfação, indignação e inquietação de muitos professores não são movidas apenas pela problemática salarial, embora o salário esteja tão intensamente aviltado e seja o sinal do valor que o governo e as elites brasileiras atribuem ao trabalho e aos que trabalham nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Por tudo que se processa no Brasil, no conjunto das IFES, particularmente na Universidade Pública, vivemos tempos de definições profundas, de escolhas radicais, como se estivéssemos numa encruzilhada, de caminhos opostos, configuradores do futuro próximo. Não há meio termo. Na sociedade brasileira e

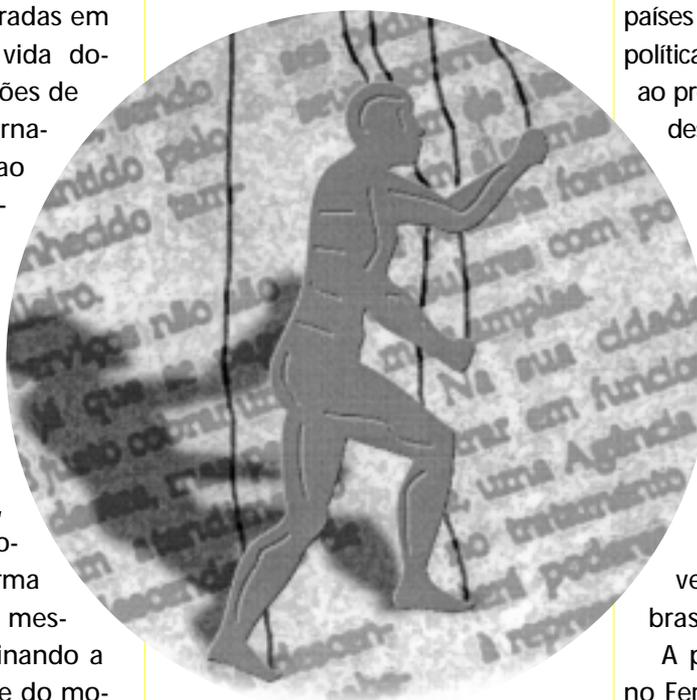
nas IFES, dois projetos, em construção, confrontam-se. Um pela direita, outro pela esquerda. Na atual dinâmica da educação superior, não há possibilidade vitoriosa significativa de lutas parciais. A problemática é estrutural, atingiu o centro da vida acadêmica, necessita de reversão profunda e imediata, ao nível dos próprios fundamentos e estruturas, antes do desmoronamento final.

Durante muitos anos, de batalhas em batalhas parciais, de lutas em lutas esporádicas centradas em questões localizadas da vida docente, não tivemos condições de reverter as políticas governamentais, seja em relação ao salário e o trabalho universitário, seja em relação à reforma neoliberal das Instituições de Ensino.

O governo Fernando Henrique e as elites brasileiras, submissas às determinações do Banco Mundial e do FMI, estão, nos últimos anos, promovendo o avanço da reforma neoliberal das IFES e, ao mesmo tempo, solapando, minando a base social da resistência e do movimento sindical nestas Instituições, apesar das muitas lutas organizadas, esporádicas e periódicas e, também, da persistente resistência cotidiana, individualizada e despolitizada, no microespaço do trabalho docente.

As condições gerais na sociedade (e, em particular, nas IFES), até bem pouco tempo, eram extremamente desfavoráveis para o conjunto dos trabalhadores (incluindo os professores), então em recuo defensivo, fragilizados diante do poder temporariamente revigorado do capital, da ofensiva político-

ideológica neoliberal que, como onda, varreu o mundo, invadindo todos os espaços, do processo de reestruturação produtiva do capitalismo, das mudanças profundas no mundo do trabalho e do desemprego estrutural. Tais questões abalaram, em todo o mundo, o movimento sindical dos trabalhadores, alteraram a correlação de forças desfavoravelmente para o proletariado e impuseram, aos que vivem do trabalho, a perda de direitos so-



ciais, fragmentação, insegurança, desconstrução de identidade coletiva, o individualismo e competitividade, enfim, a desmobilização.

Entretanto, nos últimos anos, a realidade política e social no Brasil, e, anteriormente, em vários países do mundo, vem progressivamente mudando. Os movimentos populares e dos trabalhadores estão em processo de reativação, reconstruindo suas lutas, suas identidades coletivas e de classe, a solidariedade e estruturas coletivas.

O projeto neoliberal e da globalização financeira e de mercados, até então inteiramente hegemônico, vem apresentando, no Brasil e em todo o mundo, contradições insuperáveis ao interior do próprio modelo. A insegurança e oscilações econômicas, a terrível crise social, o aumento do desemprego, da miséria e da pobreza, a intensificação das desigualdades e exclusões sociais, têm, no Brasil e em vários países, produzido massas crescentes de opositores. Em muitos países do primeiro mundo, as forças políticas conservadoras relacionadas ao projeto neoliberal sofreram grandes derrotas eleitorais.

No Brasil, o projeto então hegemônico evidencia sinais de esgotamento. O que necessariamente não quer dizer que vá se desmoronar imediatamente, pois as forças dominantes têm ainda espaços para reciclagens e manobras. Entretanto, a crise social chega a limites insuportáveis para a maioria do povo brasileiro.

A política econômica do governo Fernando Henrique e das elites brasileiras, centrada no monetarismo, teve, por algum tempo, sua força e sustentação social na estabilidade da moeda, o Real, verdadeiro caldo de cultura para a hegemonia política e as vitórias eleitorais. Porém, as crises sociais e econômicas, os sinais de fragilidades da política adotada, as oscilações inflacionárias, os problemas não resolvidos, a dívida pública (interna e externa) que se avoluma, a dependência extrema ao capital financeiro externo, especulativo e volátil, os juros elevados para atrair capitais, o baixo crescimento da

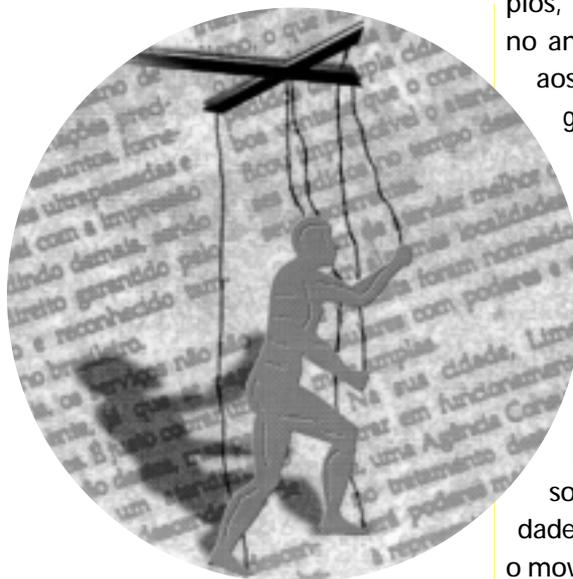
economia, entre tantas outras contradições, evidenciam os limites do modelo. As elites brasileiras, ao optarem por tal modelo, tornaram o país submisso e dependente das grandes corporações financeiras transnacionais, a exemplo do FMI e Banco Mundial, e dos interesses do grande capital e dos países líderes do primeiro mundo.

As elites, ao destruírem a soberania nacional, estreitaram as próprias possibilidades de superação dos problemas. Elas não têm encontrado saídas consistentes.

Tais questões têm promovido crises políticas e conflitos diversos, inclusive na própria base de sustentação do governo, e algumas fissuras na unidade da classe dominante.

Crescem os opositores e a consciência da necessidade de outro modelo de desenvolvimento econômico e social para o país. A insatisfação popular com o governo Fernando Henrique cresceu muito nestes últimos anos. A queda de popularidade e credibilidade social do governo é espantosa e evidencia sinais claros da reação do povo brasileiro.

No início de 2000, com os pequenos e ainda superficiais sinais de crescimento da economia e uma certa calma no caminho recente de turbulência e inquietude quanto aos próprios rumos da economia, o governo Fernando Henrique tentou, com o apoio da mídia "chapa branca", criar um clima de otimismo e recuperar parte do apoio social que teve no passado e conter os conflitos na sua base de sustentação. Tal clima otimista, artificialmente produzido, por sua fragilidade, não conseguiu esconder os graves problemas e, muito menos, favorecer a superação das contradições fundamentais.



Recentemente, a crise econômica na Argentina e o baixo crescimento da economia dos Estados Unidos intensificam a insegurança e evidenciam as fragilidades da política econômica no Brasil. As denúncias de corrupção envolvendo a base política governista e o próprio governo, a fraude do painel eletrônico do Senado e o envolvimento direto do presidente Fernando Henrique e seus ministros na troca de favores para impedir a criação da CPI da corrupção no Congresso Nacional aprofundaram a crise política e moral nas hostes governistas e ampliaram a insatisfação popular. A crise do setor energético é mais um grave sinal da maléfica política econômica do governo, que tem privilegiado o pagamento dos juros ao grande capital financeiro internacional, secundarizando os investimentos em infraestrutura.

Diante do persistente crescimento dos movimentos sociais, o governo Fernando Henrique intensificou o autoritarismo, impondo forte repressão para tentar conter o novo ciclo de ascensão das lutas sociais e políticas das classes trabalhadoras. Entre os muitos exem-

plos, destacamos alguns ocorridos no ano 2000: a violenta repressão aos movimentos dos índios e negros em Porto Seguro, nas comemorações dos 500 anos do chamado descobrimento; a utilização do exército para reprimir e amedrontar o Movimento dos Sem-Terra; a intensificação de ameaças e de iniciativas judiciais para punir as lideranças dos movimentos sociais; o descaso, a insensibilidade e a falta total de diálogo com o movimento grevista dos servidores públicos federais; e, recentemente, a mais hipócrita ofensiva midiática, administrativa e judicial contra lideranças do MST, então propositalmente confundidas com quadrilhas.

Mas o tiro - da intensificação do autoritarismo - saiu pela culatra. O MST evidenciou sua determinação. A opinião pública nacional e internacional reagiu, condenando as violências em Porto Seguro. Os servidores públicos, especialmente das IFES, adquiriram consciência da necessidade de maior organização, combatividade e coesão em suas lutas.

As eleições municipais de 1º de outubro de 2000 sinalizaram claramente o crescimento das oposições, especialmente do Partido dos Trabalhadores e demais partidos do campo da esquerda. A expansão eleitoral da frente democrático-popular liderada pelo PT, especialmente nas cidades de grande e médio portes, é mais um sinal de busca popular por um novo projeto político, social e econômico para o país, oposto ao que aí está instituído. Tal questão nos lança enormes desafios e nos cobra a reconstrução social das responsabilidades coletivas na renovação da vida em sociedade, da vida no trabalho, da vida nas Ins-

tuições Federais de Ensino Superior, da vida em nossas próprias estruturas coletivas, a exemplo do sindicato e do movimento social.

Atravessamos, no Brasil, um período histórico de duração indeterminada, em que dois projetos políticos em construção se insinuam para o confronto; um de direita, outro de esquerda. O rumo, como sempre, será dado pela dinâmica social, sempre imprevisível, no contexto das lutas de classe. A atual conjuntura sinaliza favoravelmente às forças populares. Processam-se mudanças na correlação de forças, antes, inteiramente, favorável às classes dominantes, ao capital.

9. Seja no Estado brasileiro, seja nas Instituições Federais de Ensino Superior, a reforma é, hoje, atributo conservador.

No caso específico da Universidade Pública Brasileira, não há possibilidade consistente da reforma da reforma já instituída. A destruição produzida por políticas governamentais na estruturação pública, gratuita, democrática e autônoma da Universidade - pelo crescimento interno dos mecanismos privatistas e mercantilização das práticas acadêmicas, por alterações do trabalho universitário, pela fragilização dos compromissos sociais e éticos da Instituição, pelo sucateamento da infra-estrutura, pela transmutação da Universidade de Instituição social em organização operacional voltada para os interesses imediatos do mercado - transformou a crônica e prolongada crise da Universidade em tragédia.

Para superar os graves problemas e as contradições nas IFES, torna-se necessário percorrer um caminho oposto e antagô-

nico ao que está instituído: é preciso um processo de reconstrução. Isto significa rupturas, reviravolta. A reconstrução da Universidade Pública e do conjunto das IFES exige o desafio de se ir fundo, às raízes, revolucionar as estruturas da problemática: desafio da radicalidade como elaboração do pensamento e da prática sociais.

Não há como reconstruir a Universidade Pública, gratuita, autônoma e democrática, com qualidade socialmente referenciada, apenas procedendo algumas emendas, controles e correções no processo de privatização interna que permanecerá corroendo, por dentro, a Instituição e promovendo desigualdades, exclusões, injustiças e subordinação aos interesses do mercado. Para os objetivos de reconstrução, torna-se necessário extirpar o processo de privatização interna, definir socialmente novos mecanismos de financiamento público, que garantam a autonomia, a razão democrática e gratuita e o próprio caráter público de Instituição social.

O mesmo acontece com o projeto do emprego público. Aí, também, conciliar significa abandonar os propósitos da reconstrução das IFES.

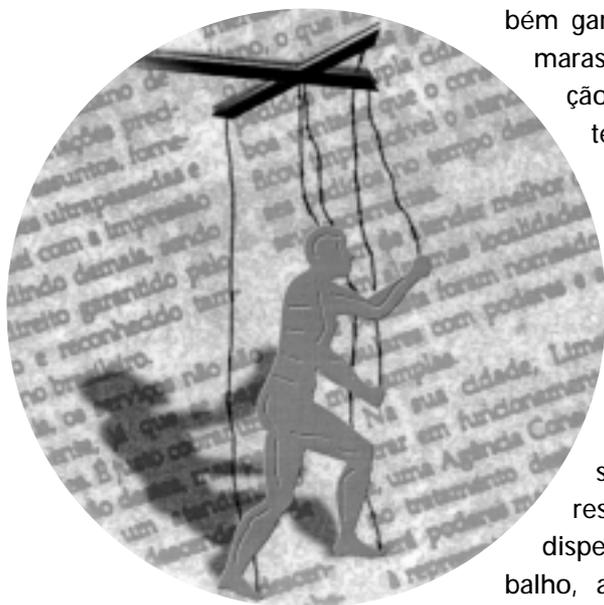
Permaneço insistindo, o projeto de emprego público é, ao mesmo tempo, parte, desdobramento da reforma neoliberal das IFES e elemento viabilizador fundamental das últimas etapas da reforma conservadora pretendida pelo governo Fernando Henrique e o Banco Mundial. Ceder no emprego público significa facilitar a implementação das últimas e piores etapas da reforma neoliberal. Porém, a esta altura, combater apenas e isoladamente o projeto de emprego público significa conciliar

com a reforma conservadora, que continuará avançando, corroendo a Instituição e o conjunto social dos professores e, inevitavelmente, requererá outros projetos de emprego público. É como apenas cuidar da dor de cabeça produzida pelo câncer, que corrói o organismo humano, e voltará, adiante, a produzir dores de cabeça ainda piores.

Por isso, considero também necessário, para combater o projeto de emprego público, refazer os caminhos que dividiram, fragmentaram, diferenciaram e acuraram os universitários, geraram insegurança, individualismo, fragilização da solidariedade, cultura do "salve-se quem puder", submissão e desmobilização entre os que trabalham e estudam nas IFES. Caminhos que também corroeram referências éticas, públicas e democráticas, compromissos sociais e culturais e os desafios universalizantes. Caminhos que destroem as possibilidades de liberdade intelectual, de autonomia, de realização humana com gratificação individual e promovem desigualdades, injustiças e exclusões.

Nosso desafio atual, especialmente diante deste novo ataque do governo (projeto de emprego público) é, imediatamente, reconstruir e reforçar nossas estruturas coletivas, e termos coragem de "botar a boca no mundo", tirarmos as mordidas impostas e consentidas. Com determinação e sabedoria reconstruirmos, desde já, os caminhos da reversão do instituído e da construção do novo. Para revolver o lixo instituído e criar novos caminhos, é necessário ir fundo no enfrentamento.

É - no espaço do conhecimento, da cultura, da criação e da crítica - tempo de rupturas, de agitação cultural. Tempo de recusa ao compro-



misso ou acordo reformista neoliberal nas IFES com seus componentes privatistas, produtivistas e elitistas. É tempo de lutas centrais, lutas globais. Tempo que exige urgência e contém grandes desafios.

10. Resistimos e resistimos muito. Lutamos e lutamos muito. Porém a reforma neoliberal prosseguiu, por dentro das IFES, lenta e gradual. Atingiu prédios, espaços físicos, laboratórios, salas de aula, local de trabalho e, também, corações, mentes e consciências. Tornamo-nos fracos. Sentimo-nos acudados e inseguros. Reconheçamos nossa impotência. Perdemos diferentes batalhas. Estamos prestes a perder a guerra. Eis porque tiramos a força da nossa própria fraqueza e revirar as Instituições Federais de Ensino Superior de cabeça para baixo, sacudi-las, agitá-las cultural e socialmente.

Temos um trunfo e um ponto de partida maravilhosos: os longos anos de resistência e lutas dos movimentos sociais dentro das Instituições. É um patrimônio nosso e muito valioso. Erramos, mas aprendemos muito. Perdemos, mas tam-

bém ganhamos. Sabemos que há marasmo, apatia e desmobilização. Mas há grande e crescente insatisfação. Há também importantes ilhas de resistência organizada, politizada e consciente da necessidade da luta de enfrentamento. E mais, há, além disto, ampla e difusa resistência da maioria dos universitários (professores, estudantes e servidores técnico-administrativos), dispersa no microespaço do trabalho, ainda que individualizada, desorganizada e despolitizada. Esta é a resistência da dignidade, do compromisso ético com a universidade pública, gratuita, democrática e autônoma.

Fundamental para o salto qualitativo do movimento social na universidade e em todas as Instituições Federais de Ensino Superior, o diálogo e interação das duas resistências: a organizada no movimento social e a dispersa e individualizada no microespaço do trabalho, na sala de aula, no espaço da pesquisa e da extensão.

Apenas uma minoria incluída no processo privatista, produtivista e elitista sente-se "satisfeita", porém alienada, desumanizada, "vendendo a própria alma".

O movimento social dos professores apontou, nas últimas eleições sindicais da ANDES, no ano de 2000, o caminho da politização organizada por local de trabalho e do enfrentamento às políticas do governo Fernando Henrique para o país e para as IFES.

A partir do interior das instituições de ensino, torna-se prioritária a construção, tão almejada por todos, da unidade de ação de professores, estudantes e servidores téc-

nico-administrativos, para balançar as arcaicas estruturas das IFES e construir novas. Entretanto, sem perder - por necessidade objetiva de enfrentamento antagônico à reforma do Estado e às políticas neoliberais - o horizonte de construção da unidade com os demais servidores públicos e o conjunto da classe trabalhadora e movimentos populares.

Enfrentar as políticas governamentais torna mais complexa e difícil a luta. Entretanto, não esqueçamos que a destruição das IFES é parte e desdobramento da reforma do Estado e das políticas de ajustes econômicos. A tarefa é grandiosa. Os desafios são enormes. Porém não perdemos nossa reserva de resistência e a capacidade de indignação, revolta e luta.

Por tudo isto, considero necessário, desde já, estabelecer um processo de diálogo crítico com a Central Única dos Trabalhadores e partidos políticos de oposição, especialmente do campo da esquerda. Pois é preciso chamar às responsabilidades, com os movimentos sociais da esfera pública, os partidos de esquerda e a CUT. Na greve do primeiro semestre de 2000, construída pelo conjunto dos servidores públicos federais, quando estava em jogo não apenas a luta em torno de interesses corporativos salariais dos servidores - o que é legítimo -, mas, também, a defesa dos serviços públicos de interesse da nação brasileira, principalmente da maioria do seu povo, a CUT e os partidos políticos de esquerda não participaram com a devida efetividade, salvo esforço individual de algumas lideranças e parlamentares.

Agora, a perda de mais esta batalha pode significar o começo acelerado do fim. Não se trata de

mais uma batalha, entre as muitas que travamos nos últimos 10 a 15 anos. Trata-se da própria guerra. Daí, a centralidade desta luta, que não pode ser pensada e especificada apenas contra o projeto de emprego público. Não há para onde fugir. O projeto de emprego público do governo Fernando Henrique é parte fundamental do processo de finalização do desmonte do público, gratuito, autônomo, democrático, nas IFES. Ele nasce como exigência da própria reforma neoliberal no sentido da sua conclusão: ensino pago, divisão e diferenciação das Instituições Federais de Ensino Superior, autonomia financeira e contratos de gestão ou organizações sociais.

É mera ingenuidade ou capitulação adaptativa à ordem, a simples negociação interna com o MEC, pensando em apenas melhorar partes do projeto de emprego público. A conciliação aí, por tudo o que foi discutido, significa suicídio. Impossível não se confrontar - no sentido da defesa do caráter público, gratuito, autônomo, democrático e do compromisso ético das IFES - com o projeto de emprego público e a própria reforma conservadora destas Instituições. O caminho se constitui na mobilização das forças sociais e políticas para a reversão das práticas e dos propósitos governamentais.

Deixo para reflexão e os debates do movimento social as seguintes questões:

É possível, no presente, barrar a finalização da reforma neoliberal das IFES?

Existem condições objetivas e subjetivas para se organizar e construir a reviravolta?

Há, de fato, desejo, vontade e

determinação dos sujeitos universitários de incorporar, nas lutas do presente, incluindo esta contra o projeto de emprego público do governo, os desafios discutidos neste texto?

Parece claro, para todos, que vivemos tempos adversos. Mas não tão claro, para muitos, que também são tempos de incontidos desafios. Pois trata-se de tempos, também, de reativação das lutas do proletariado e dos movimentos sociais.

O movimento social, não esqueçamos, é, sempre, imprevisível. Façamos, desde já, nossa parte.

Concluo, recorrendo à síntese dos poetas e ao conceito do filósofo para superar esta minha compulsão de escrever e escrever.

Diz o poeta Caetano Veloso:

"É incrível a força que as coisas parecem ter quando elas precisam acontecer".

Ensina a todos nós o filósofo Jean Paul Sartre:

"O papel do intelectual é o de viver as próprias contradições e o de superá-las através do radicalismo".

E, finalmente, pela minha condição atual de inserção social nas IFES como professor aposentado da Universidade, em processo de despedida, diria para os universitários, como Carlos Drummond de Andrade:

"...Lutar com palavras parece sem fruto.

*Não tem carne e sangue
Entretanto eu luto..."*

Envelheço, mas contenho, dentro de mim, a busca que parece não ter final. Assim é o texto. É preciso, em todos os espaços, recriar nossas responsabilidades coletivas

e sociais intransferíveis.

Continuo homenageando, e compartilhando, em todos os espaços sociais dos que vivem do trabalho, os que, no império do mercado, não venderam a alma.

Bahia, 16 de maio de 2001⁽⁷⁾.

Notas:

- (1) Tal discussão encontra-se desenvolvida no livro de minha autoria que deve ser lançado no segundo semestre de 2001. O Título ainda provisório é: A reforma neoliberal da universidade: crise ou tragédia.
- (2) Ver a discussão sobre economização da vida universitária e privatização interna em LUIZ UMBERTO PINHEIRO: Alterações das práticas acadêmicas e do trabalho na universidade pública brasileira - Revista Universidade e Sociedade. Ano VII, Nº 13 - junho 1997, pg. 13-22.
- (3) Ver LUIZ UMBERTO PINHEIRO: Alterações das práticas acadêmicas e do trabalho na universidade pública brasileira, op.cit.
- (4) A discussão sobre o compromisso reformista na Universidade está mais aprofundada no livro A reforma neoliberal da Universidade: crise ou tragédia? (título provisório), em fase de finalização.
- (5) Pierre Bourdieu - A precariedade está hoje em toda parte, em Contrafogos - táticas para enfrentar a invasão neoliberal - Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1998, pág. 120.
- (6) Pierre Bourdieu, op. cit.
- (7) No dia da conclusão da atualização deste texto, o campus da Universidade Federal da Bahia foi invadido pela tropa de choque da polícia militar, obedecendo ordens do governador do Estado, totalmente subjugado ao senador Antônio Carlos Magalhães. Os estudantes, em passeata, exigindo a cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, foram violentamente agredidos pela polícia estadual e perseguidos até dentro das unidades da UFBA. Os universitários baianos reagiram com altivez e muita firmeza. A mobilização estudantil ganhou nova dimensão, conquistando as ruas de Salvador.

**Luiz Umberto Ferraz Pinheiro é Professor aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.*

César Augusto Minto*

Maria Aparecida Segatto Muranaka**

Políticas públicas atuais para a formação de profissionais em educação no Brasil

A formação de profissionais em educação na LDB e na legislação correlata

No Título VI - "DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO" - a LDB (Lei nº 9.394/96) define os fundamentos, delimita os níveis e o locus da formação docente e apresenta os requisitos para a valorização do magistério (Arts. 61 ao 67).

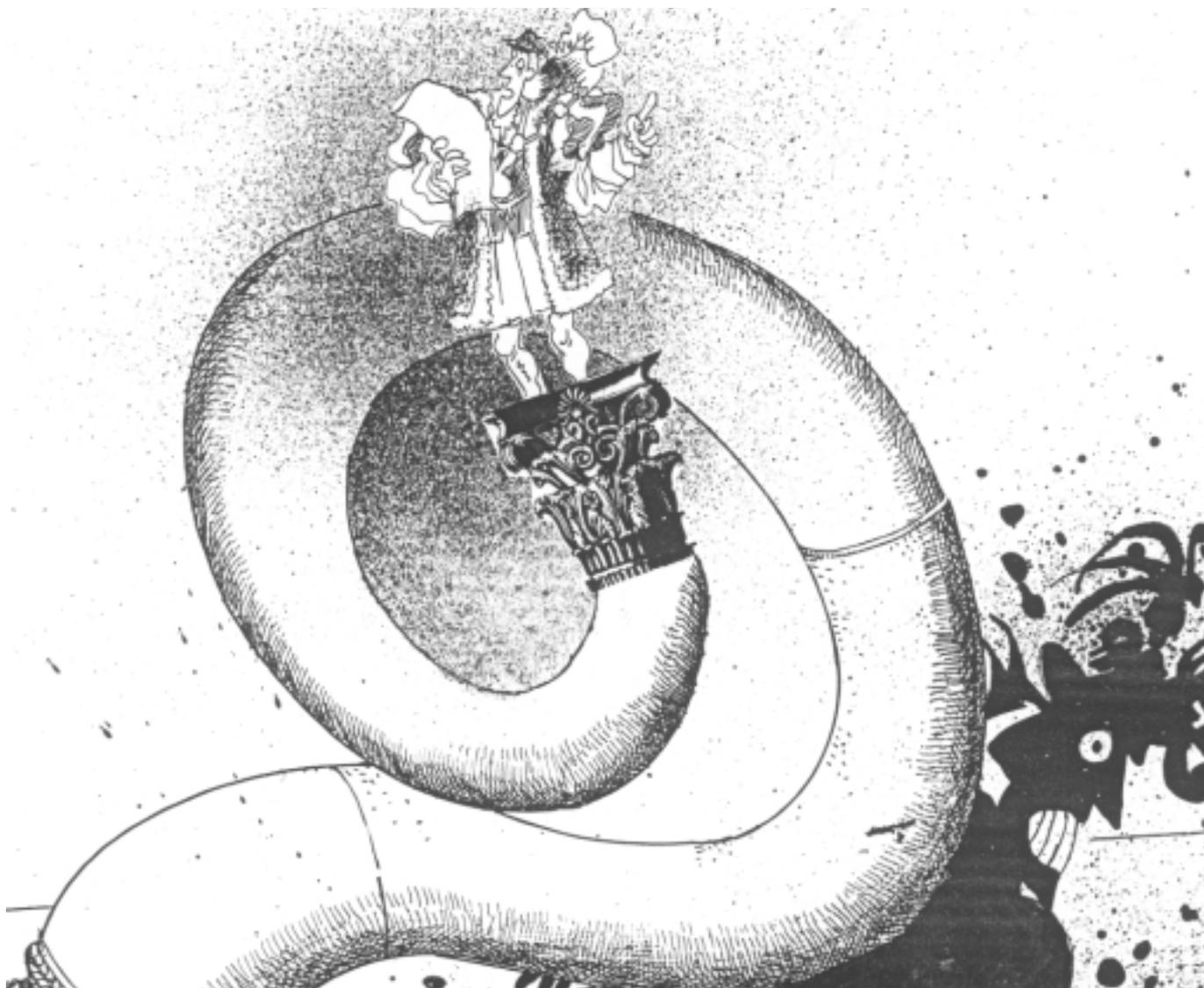
O Art. 61 da LDB menciona a "formação de profissionais da educação", sugerindo uma preocupação com a formação de todos os profissionais que trabalham na área educacional - referimo-nos especificamente aos porteiros, faxineiras, merendeiras, funcionários técnico-administrativos, entre outros, além dos próprios professores, claro - o que seria bastante oportuno, mas não é o que acontece. Seria querer demais? De fato, a preocupação fica restrita à formação de professores e dos profissionais ligados às atividades de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional. Assim, declara-se

que tal formação deve "(...) atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando (...)", tendo como fundamentos: "a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;" (inciso I, grifo nosso) e "aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades." (inciso II). Afora a restrição mencionada, vemos aí alguns aspectos positivos, outros nem tanto. É desejável que se reconheça a importância da associação teoria-prática, da capacitação em serviço e do aproveitamento de experiências anteriores, mas não é lícito desconhecer que estes quesitos são, sobretudo, desejáveis na formação inicial, que, curiosamente, não é mencionada, embora a palavra inclusive possa já dar conta de incluir tal formação; mesmo assim, a ênfase do legislador pare-

ce recair sobre a capacitação em serviço.

O Art. 62 da LDB determina que a formação de docentes para a educação básica se dê no nível superior, por meio de licenciatura plena, em universidades ou institutos superiores de educação, mas admite que "(...) o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (...)" seja precedido da formação mínima de nível médio, na modalidade Normal. Se o caráter dessa determinação fosse o da transitoriedade, por considerar as disparidades sócio-econômico-culturais constatadas nas diferentes regiões do país, a rigor, tal dispositivo deveria constar do Título IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

No Brasil tem sido recorrente a prática política de transformar o provisório e emergencial em definitivo; há décadas, educadores têm defendido a formação superior para todos



os docentes, independente do nível de ensino em que desenvolvam seu trabalho. Também não faltou essa referência em documentos oficiais como, por exemplo, no início da década de 60, quando no Parecer nº 251/62, do Conselho Federal de Educação (CFE) - que normatizou o Curso de Pedagogia - o relator previa que, antes de 1970, nas regiões mais desenvolvidas, o professor primário deveria ser formado em nível superior.¹ Observe-se, ainda, que é neste artigo que a LDB faz sua primeira referência aos Institutos Superiores de Educação (ISEs), o novo locus previsto para a formação de profissionais em educação.

Ora, para além da velha discussão sobre a conveniência ou não de a educação inicial ocorrer sob a responsabilidade de profissionais não formados em nível superior (sem pressupor que o nível médio propicie, necessariamente, uma má-formação), o que importa é garantir uma formação de boa qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino. Nossa preocupação volta-se, sobretudo, para o fato de que, num país continental como o Brasil, assegure-se a melhor formação possível, o que pressupõe a adoção de políticas afinadas com este objetivo - e isto não tem acontecido, apesar de a educação sempre ter

sido utilizada como moeda eleitoral.

O Art. 63 da LDB, sem defini-los, vai referir-se aos “institutos superiores de educação”, figura “nova” no nosso cenário educacional, prevenido que tais institutos mantenham “cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diver-

No Brasil tem sido recorrente a prática política de transformar o provisório e emergencial em definitivo; há décadas, educadores têm defendido a formação superior para todos os docentes, independente do nível de ensino em que desenvolvam seu trabalho.

sos níveis” (incisos I a III, respectivamente).

Este artigo preocupa-nos por várias razões. A primeira diz respeito ao fato de não vermos necessidade de existirem outras instituições, ou modalidades (exemplo: curso normal superior) para propiciar a formação educacional desejada, esta pode ocorrer nas instituições superiores já existentes, universidades ou não, o problema é garantir a boa qualidade dessa formação. A segunda refere-se à qualidade dos programas para egressos de cursos que não as licenciaturas plenas: ora, é no mínimo desfaçatez imaginar a criação de programas mais condizentes, em termos de adequação pedagógica, quando isto não é propiciado nem mesmo às licenciaturas existentes; ademais, cabe lembrar o péssimo tratamento dispensado aos profissionais já formados, seja quanto às condições de remuneração, seja quanto às condições de trabalho. A terceira preocupação tem a ver com o fato de sequer garantir-se a pesquisa nas universidades, função esta que, ao criar novos saberes, aumenta a probabilidade de propiciar uma formação crítica e atualizada para os profissionais das várias áreas de conhecimento.

Ao introduzir os ISEs a LDB manteve-se coerente com as orientações do Banco Mundial que, entre outras três, recomenda uma reforma do ensino superior que deve “fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvi-

mento das instituições privadas”, pois o incremento de instituições não-universitárias são mais eficazes para os países em desenvolvimento, e o fomento dos estabelecimentos privados contribui para satisfazer a demanda social, por serem instituições menos onerosas, portanto mais atrativas para os estudantes e mais fáceis de serem criadas, além de contribuir para a melhor adequação dos sistemas de ensino ao mercado de trabalho (cf. Banco Mundial, 1995: 4). Por sua vez, a essa orientação-chave do Banco Mundial o MEC fez corresponder três linhas de atuação:

1. transformar as relações do poder público com as instituições de ensino (...);
2. expandir o sistema de ensino superior público através da otimização dos recursos disponíveis e da diversificação do atendimento, valorizando alternativas institucionais aos modelos existentes;
3. reconhecer a diversidade e heterogeneidade do sistema, formulando políticas diversificadas que atendam às peculiaridades dos diferentes setores do ensino público e privado (MEC. Planejamento Político Estratégico:1995/1998, 1995: 26).

Nesse mesmo documento, o MEC explicita que atuará no sentido de “substituir controles meramente burocráticos por processos de avaliação da qualidade dos serviços

prestados e da relação custo-benefício” e, ao delinear a política para o setor privado, inclui: “simplificar as exigências burocráticas para o reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições e reorganizar o sistema de credenciamento com base em avaliação da qualidade” (MEC, 1995:26 e 31). Ao estabelecer as “Políticas para o sistema como um todo”, esse documento aponta, entre outras, para a “valorização dos modelos institucionais alternativos de formação para o mercado de trabalho, especialmente a formação de professores para o ensino básico” e, ainda, para “promover a consolidação dos centros de excelência em pesquisa e pós-graduação” (MEC, 1995:27, grifo nosso). Também o Plano Nacional de Educação do governo manteve a coerência com essas metas, ao considerar que as universidades públicas são muito onerosas, não devendo constituir-se no modelo único para todo o sistema. Estabelece, então, como objetivo:

diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientela com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para o exercício do magistério ou de formação geral (MEC/INEP. Plano Nacional de Educação: Proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília/DF, 1998, p 53).

Observe-se que os modelos institucionais alternativos, principalmente no que tange à formação de professores, estão sendo implementados pelos programas da UniRede (Universidade Virtual), e disciplinados por instrumentos legais que, ao

normatizarem a LDB, recuperam dispositivos que constavam do projeto “A Lei da Educação” apresentado ao Senado por Darcy Ribeiro, em 1992, mas que não foram nela incorporados. Não é sem razão que o Projeto de LDB oriundo da Câmara dos Deputados não contemplava esse novo locus de formação docente (o ISE), isto só veio a ocorrer quando da apresentação do projeto “A Lei da Educação”. Ao tratar da organização das instituições de ensino superior, este projeto previa as seguintes formas: universidades, centros de ensino superior e outras formas de organização (Art. 44, incisos I, II e III, respectivamente). Se, por um lado, nesse dispositivo ainda ficavam indefinidas as “outras formas de organização”, por outro, ao tratar da formação docente, aparece explicitamente a nova entidade - os Institutos Superiores de Educação.

O projeto “A Lei da Educação” assim determinava:

Art. 68. A formação de docentes para atuar no ensino fundamental e médio se faz preferentemente em Institutos Superiores de Educação, em regime de tempo integral. (grifo nosso).

Parágrafo único. Os institutos superiores de educação são instituições de nível superior, integrados ou não a universidades e federações de escolas superiores, e mantêm:

- a) curso normal superior para formação de docentes para a educação infantil, o ensino fundamental e médio (grifo nosso);
- b) programas de formação em serviço para educadores, sobretudo recém-formados;
- c) programas de educação continuada para os docentes dos diversos níveis;
- d) centros de demonstração,

com cursos regulares, experimentais ou não, de todos os níveis de ensino, para assegurar pesquisa e formação em serviço aos seus alunos nas práticas da arte de educar.

Por meio desse artigo, o legislador tenta caracterizar e definir as funções dos ISEs. Assim, é lícito supor que tais instituições integrariam as “outras formas de organização” mencionadas no inciso III, do artigo 44, de “A Lei da Educação”, tanto que nas diferentes versões de Substitutivos ao Projeto de LDB da Câmara apresentadas por Darcy Ribeiro os “institutos” passaram a ser mencionados juntamente com universidades, centros de ensino superior e outras formas de organização (cf. Parecer nº 691, de 1995, Art. 40).

Quanto à formação docente, cotejando “A Lei da Educação” (principalmente o art. 68, mencionado anteriormente), com as versões dos Substitutivos Darcy Ribeiro, algumas modificações foram introduzidas, a saber: não consta mais a determinação de que a formação docente para a educação básica deveria ocorrer em regime de tempo integral e, preferentemente, nos institutos superiores de educação - sem deixar de citá-los, o dispositivo coloca-os como alternativa à formação nas universidades; na caracterização dos ISEs, a expressão “federações de escolas superiores” foi substituída por “centros de ensino superior”; os dispositivos que fazem alusão aos cursos e programas a serem mantidos pelos ISEs apresentam-se, agora, mais “enxutos”, omite-se a alínea “d” e nova redação é dada à alínea “b” - “programas de adaptação e de formação em serviço para portadores de diplomas de ensino superior que queiram se dedicar à

educação básica” -, as alíneas “a” e “c” não sofrem alterações, mantendo também a formação do professor de ensino médio no curso normal superior.

Já o Substitutivo ao Projeto de LDB aprovado pelo Senado Federal - Parecer nº 30/962 - substituiu a expressão “outras formas de organização” por faculdades e escolas superiores (Art. 43, incisos IV e V, respectivamente). Quanto às exigências de formação docente, mantém-se a possibilidade de ela ocorrer em universidades ou institutos superiores de educação, embora haja uma mudança significativa, uma vez que o curso normal superior destina-se à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental, retirando-lhe a possibilidade de oferecer cursos de formação docente para ensino médio (cf. Art. 62, Parágrafo único, inciso I, do Parecer nº 30/96).

Essa breve incursão no processo de tramitação da LDB permitiu-nos verificar o momento em que surge a proposta dos ISEs e as alterações na formação docente impostas pelas diferentes versões do projeto de LDB. Verificamos, ainda, que a lei aprovada manteve para os ISEs os cursos e programas constantes na formulação aprovada no Senado (cf. Art. 63, inciso I da Lei nº 9.394/96).

Interessante atentar para o fato de que a LDB não incorporou, do Substitutivo aprovado no Senado, o artigo que determinava a organização das instituições de ensino superior. De forma bastante genérica, a LDB determinou que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (Art. 45). Entretanto, o Decreto nº 2.306 (19/08/1997) resgata aquela con-

cepção, ao classificar as instituições de ensino superior do sistema federal de ensino em: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores de educação ou escolas superiores (Art. 8º). Curiosamente, tal Decreto reitera o preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades (Art. 9º), além disso, define os centros universitários como “instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar (...)” (Art. 12). As demais formas de organização acadêmica não são definidas.

Os Institutos Superiores de Educação foram posteriormente normatizados pelo CNE - Resolução nº 1 do Conselho Pleno (CP, 30/09/1999), anexa ao Parecer CNE/CP nº 115/99, aprovado pelo CP em 10/08/99. Segundo este Parecer, “os Institutos Superiores de Educação deverão ser centros formadores, disseminadores, sistematizadores e produtores do conhecimento referente ao processo de ensino e de aprendizagem e à educação escolar como um todo, destinados a promover a educação geral do futuro professor da educação básica” (grifo nosso) Se a pesquisa não integra o cotidiano desses institutos, cabe questionar como cumprirão os quesitos que os definem, particularmente no que diz respeito à produção de conhecimento? como articular a formação docente com esse processo de produção de conhecimento, ou seja, como formar profissionais capazes de investigar sua própria ação docente.

Ainda de acordo com a Resolução acima citada, os ISEs podem incluir os seguintes cursos e programas: 1. Curso Normal Superior, para licenciatura de profissionais em educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; 2. Cursos de licenciatura, destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio; 3. Programa de formação continuada, para a atualização de profissionais da educação básica; 4. Programas especiais de formação pedagógica, nos termos da Resolução CNE/CP nº 2/97 (Art. 1º). Constituem-se as seguintes exigências para o corpo docente dos ISEs: 10% com titulação de mestre ou doutor; 1/3 em regime de tempo integral; metade com comprovada experiência na educação básica; professores contratados pelo instituto ou nele lotados (Art. 4º). A duração do curso normal superior é de 3.200 horas, sendo que os concluintes do curso normal de nível médio, com pelo menos 3.200 horas, terão assegurado o aproveitamento de estudos até o limite de 800 horas (Art. 6º, § 5º) e os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão incorporar, nas 800 horas exigidas da parte prática de formação, as horas comprovadamente a ela dedicadas (Art. 9º).

Salientamos o caráter discriminatório dessa regulamentação, comparada à dos demais cursos de graduação. Além de ser uma instituição onde a pesquisa não tem presença necessária, as exigências em relação ao corpo docente dos ISEs contrastam com aquelas feitas às universidades. Ademais, fica patente o aligeiramento na formação de professores, uma vez que, a depender da formação (concluintes do ensino normal de nível médio) e da expe-

riência profissional (alunos-docentes na educação básica) anteriores, o curso reduz-se a 1.600 horas. Destarte, o curso normal superior não viria a substituir as antigas “licenciaturas curtas”?

Também o inciso II, do artigo 63, da LDB, foi objeto de regulamentação. Segundo a Resolução CNE/CP nº 2/97, os programas especiais de formação pedagógica de docentes destinam-se a portadores de diploma de nível superior, em cursos relacionados à habilitação pretendida, ficando a cargo da instituição que oferece o programa verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a disciplina na qual busca habilitação (Art. 2º). É prevista uma duração de, pelo menos, 540 horas, incluindo as 300 horas mínimas de prática de ensino, com ênfase na metodologia de ensino específica da habilitação pretendida (Art. 4º). Nessas trezentas horas de prática de ensino, os participantes do programa que estejam ministrando aulas da disciplina para a qual pretendem habilitar-se, poderão incorporar o trabalho em realização como capacitação em serviço, desde que esta prática se integre ao plano curricular do programa e a supervisão seja de responsabilidade da instituição que ministra a habilitação (Art. 5º e 6º). A parte teórica do programa poderá ser semipresencial, na modalidade de ensino a distância (Art. 8º). O concluinte receberá certificado e registro profissional equivalentes à licenciatura plena (Art. 10). Saliente-se, ainda, que tais programas podem ser feitos nos ISEs.

Diante dessa norma legal, percebe-se que imperou a lógica da improvisação, salutar em algumas atividades, mas não quando se trata de formar educadores. O inconcebível em outras áreas ganha status de legalida-

de nessa “formação docente”, pois permite-se que bacharéis egressos de diversas áreas de formação, em exercício no magistério, possam transformar-se em educadores num curso semipresencial, na modalidade de ensino à distância, de 240 horas!

O Art. 64, da LDB trata da “(...) formação de profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica (...)”, prevendo que esta seja realizada nos cursos de Pedagogia ou de Pós-graduação, “(...) a critério da instituição de ensino (...)”, desde que garantida a base comum nacional. O que chama a atenção neste artigo é sua tônica não-inovadora, aqui expressa, sobretudo, na manutenção do inspetor da escola ou do ensino, pelo seu caráter anacrônico. Ressalte-se ainda a brecha introduzida pela expressão *a critério da instituição de ensino*, em especial devido à postura empresarial que grande parte das instituições educacionais assume, inclusive com a conivência do Poder Público (Estado). Afora essas questões, cabe lembrar, novamente, a indefinição do que seja a “Base Comum Nacional” que se pretende preservar. A interpretação deste artigo será, posteriormente, motivo de grandes polêmicas, que ainda se desenrolam, quanto à função dos atuais cursos de Pedagogia (tratadas no próximo segmento deste texto).

O Art. 65, da LDB impõe que a formação docente, “exceto para a educação superior”, inclua a “(...) prática de ensino, de no mínimo, trezentas horas.” Embora possamos argumentar que a intenção do legislador talvez traduza uma preocupação de que a formação de caráter teórico fosse acompanhada da devida ênfase prática, não é oportuno

esquecer que tal prática de ensino não está expressamente definida na LDB. E por que ela não é prevista também para a formação de docentes para a educação superior? Ademais, isto não possibilitaria, por exemplo, a utilização de mão-de-obra barata nas atividades docentes no nível superior (alunos ainda em formação substituindo professores)? Por certo, tudo isto sem esquecer que o magistério não se resume à sala de aula, conforme interpretação contumaz de muitos governantes, não é?

O Art. 66, da LDB define que a preparação para o magistério supe-



rior aconteça no nível de pós-graduação, “(...) prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.” Uma leitura menos atenta deste artigo pode levar o leitor a concluir pela sua adequação, entretanto, cabe lembrar que ele favorece (repare na palavra prioritariamente) a exigência, apenas e tão somente, da especialização para o magistério de nível superior. Como se isto não bastasse, é oportuno lembrar que tal redação se deve à interferência direta de representantes dos setores sociais mais conservadores do país, defensores do ensino privado, no final da tramitação da LDB no Congresso Nacional, entre eles, o Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA) e o proprietário dos Cur-

sos “Objetivo”, João Carlos Di Gênio. Seria difícil imaginar suas reais intenções?

Ainda no Art. 66, Parágrafo único, a LDB expõe um segmento de viés deveras particular: “o notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico”, para exercer o magistério superior. Por certo não é o caso de questionar a eventual necessidade de atribuir títulos para contemplar a notoriedade de quem quer que seja, embora não seja lícito desconhecer que tal expediente tem servido a bajulações de toda espécie, o que se questiona aqui é sua expressão numa LDB de apregoada consistência “enxuta e objetiva”. Não seria esta uma evidência clara de utilização de diferentes pesos e medidas?

O Art. 67, da LDB prevê que os sistemas de ensino valorizem os profissionais da educação, assegurando-lhes estatutos e planos de carreira: “ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; piso salarial profissional; progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; condições adequadas de trabalho” (incisos I a VI, respectivamente). Seu Parágrafo único estipula que a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional das funções de magistério, “(...) nos termos das normas de cada sistema de ensino.” É inegável que aqui se contemplam reivindicações históricas dos profissionais da educação, mas não podemos esquecer que



elas se restringem ao magistério público. Ademais, este artigo apenas repete a CF/88.

O Art. 87 (Título IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS) da LDB institui a “Década da Educação” (1997-2006), e diz que até o fim dela “(...) somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. Assim, tal artigo suscita duas dúvidas. A primeira diz respeito a uma possível contradição com o Art. 62 (do corpo da lei): para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, admite-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal, mas será que, ao mesmo tempo, não se admitirá mais, por exemplo, que tais profissionais prestem concursos públicos? A segunda dúvida na verdade constitui-se num questionamento: Treino forma? Por certo ele pode adestrar, mas formar é outra coisa, não é?

A formação de professores, o Decreto nº 3.276/99 e outros dispositivos legais

Desde a década de 80, o curso de Pedagogia tem sido o único responsável pela formação, em nível superior, do docente da educação infantil e das séries iniciais do ensi-

no fundamental. Muitas das instituições elegeram a docência como base de formação sobre a qual se assentam outras possíveis habilitações, que objetivam formar os profissionais ligados às tarefas de suporte pedagógico: administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação.

Porém, a depender das novas determinações, retrocederemos ao modelo anterior (quando os chamados “especialistas” eram formados sem ter a docência como referencial), com um agravante: altera-se o locus de formação de professores para a educação infantil e para as séries iniciais do ensino fundamental. Ao possibilitar que o ISE inclua o Curso Normal Superior, visando à licenciatura de profissionais em educação infantil e de professores para os anos iniciais do ensino fundamental, a Resolução CNE/CP nº 1/99 abriu espaço para que a formação desses docentes fosse deslocada dos cursos de Pedagogia para essa “nova” instituição.

Nesse sentido, o Parecer CNE/CES nº 970/99, relatado pelos conselheiros Eunice Ribeiro Durham, Yugo Okida e Abílio Afonso Baeta Neves, considera que o Curso Normal Superior é o único que pode oferecer as habilitações para magistério na educação infantil (EI) e nas séries iniciais do ensino fundamental (SIEF). Ao curso de Pedagogia restaria a formação dos profissionais incumbidos do suporte pedagógico, configurando-se como um bacharelado, ou melhor, a rigor como formação profissional.

Contra o teor desse Parecer manifestaram-se, antes e depois de sua aprovação, entidades, associações, conselhos de cursos e educadores em geral. Também os mem-

bros da “Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia”² foram signatários de um documento enviado à Câmara do Ensino Superior (CES) conclamando o Conselho Pleno a rever, a reformular e a refletir sobre o curso de Pedagogia. A referida comissão, desde maio de 1999, havia entregue à Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC) o texto de “Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia”. As diretrizes contidas no texto referido confrontam-se com aquelas do Parecer nº 970/99, dado que considera o pedagogo como *“profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissionais”* (Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia, 1999:1). Ao aprovar o Parecer nº 970/99, a CES do CNE desrespeitou não só a Comissão de Especialistas, nomeada pelo próprio MEC, como o processo histórico de construção coletiva, pautado em pesquisas e experiências, no campo da formação docente.

A Câmara de Educação Básica (CEB), ao discordar das orientações contidas no Parecer nº 970/99, requereu sua discussão no Conselho Pleno. A questão mais polêmica era a exclusividade atribuída aos Cursos Normais Superiores na preparação dos docentes da EI e das SIEF. A discussão constava da pauta da reunião do Conselho Pleno, que seria realizada no dia 7 de dezembro de 1999, contando com a presença de várias entidades representativas da área de educação, a convite da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para uma audiência pública. Porém, na noite do dia 6 de

dezembro, o governo intervém de forma açodada e intempestiva, por meio do Decreto Presidencial nº 3.276/99, que traz as mesmas orientações do Parecer CNE/CES nº 970/99. Contra o teor do Decreto e a forma autoritária de interromper o diálogo, desencadeou-se um amplo movimento nacional no âmbito das instituições de ensino e associações representativas dos educadores, que pressionou pela sua revogação. Também se manifestaram, contra seu conteúdo e sua forma, alguns membros do CNE5 surpreendidos que foram com a notícia do Decreto nº 3.276/99. Assinale-se, ainda, a apresentação do Projeto de Decreto Lei nº 385, de autoria dos deputados Pedro Wilson, Djalma Paes e outros, que “susta a aplicação do disposto no Decreto nº 3.276/99”, até hoje não discutido na Câmara Federal.

O governo fez ouvidos de mercador, mesmo diante de tantas manifestações contrárias, e o Decreto não foi revogado, apenas teve alterado em seu § 2º, artigo 3º, por meio de um outro Decreto - o de nº 3.554 (07/08/2000) - que substituiu a expressão “exclusivamente” por “preferencialmente”⁶. Ressalte-se que esta alteração havia sido sugerida pelo Conselho Pleno do CNE, uma vez que fora decidido, em seu âmbito, constituir uma comissão bicameral para examinar e oferecer sugestões ao Decreto nº 3.276/99 (Parecer CNE/CP nº 10/2000, aprovado em 09/05/2000). Observa-se que, entre outros, a conselheira Eunice Ribeiro Durham votou contra essa alteração. Sem a luta política das diversas instâncias representativas dos educadores, nem mesmo essa alteração teria ocorrido. Entretanto, ao assim estabelecer, a legislação acaba por determinar o Curso Normal Superior como locus privilegia-

do da formação dos professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Destarte, transfere-se a formação desses docentes, “preferencialmente”, para uma “nova” instituição (o ISE), na estrutura organizacional do ensino brasileiro, criando-se um sistema dual de formação e desconsiderando que os cursos de Pedagogia já cumprem tal tarefa.

No que tange à formação docente, a leitura da LDB não enseja a interpretação que é dada tanto pelo Decreto nº 3.276/99, quanto pelo Decreto nº 3.554/00. Sequer, na única vez que a LDB refere-se ao curso de Pedagogia (Art. 64), tal restrição lhe é imposta. Portanto, como bem analisa o Conselheiro Jacques Velloso, do CNE, “(...) o Art. 64 não determina que os cursos de Pedagogia formem somente profissionais para a Administração, o Planejamento, a Inspeção, a Supervisão, a Orientação Educacional voltados para a educação básica. Logo, a formação desses profissionais é uma, e apenas uma das tarefas dos cursos de Pedagogia ministrados em universidade.” (VELLOSO, Declaração de voto ao Parecer CNE/CES nº 970/99).

Cabe observar, como já apontamos, que é em “A Lei da Educação”, de 1992 (Art. 68, *caput*, *Parágrafo único* e alínea “a”), que encontramos a origem do Parecer CNE/CES nº 970/99 e de seus irmãos univitelinos: os Decretos nº 3.276/99 e nº 3.554/00. Vale lembrar que “A Lei da Educação” teve como colaboradora a Profª Eunice Ribeiro Durham, para a qual Darcy Ribeiro faz agradecimento explícito em sua “Exposição de Motivos”, exatamente uma das autoras do Parecer nº 970/99.

Afora os argumentos já mencionados, cabe acrescentar que o De-

creto nº 3.276/99:

Insinua que a formação de professores para a educação básica tenha como referencial as diretrizes curriculares nacionais (Art. 5º, § 1º), sem considerar as especificidades das áreas de conhecimento e a diversidade (pluralidade essenciais a essa formação. (...) Não deixa claro o que ocorrerá com os professores sem formação de nível superior que atuam na educação infantil e nos quatro anos iniciais do ensino fundamental (cuja formação mínima realizada no ensino médio, modalidade Normal, é garantida pela LDB, em seu Art. 62) (...) Sequer menciona o tempo de duração do curso normal superior (um ano? dois? três? quatro? (Art. 3º, §§ 2º e 3º), (...) Ao não mencionar o caráter dos cursos de licenciatura (curta ou plena (Art. 3º, § 4º), abre a possibilidade de reforçar a inadequada ‘licenciatura curta’, amplamente rejeitada desde o início de sua instituição e implantação. (...) Ao caracterizar o instituto superior de educação como unidade acadêmica específica para a formação de professores (Art. 4º, I), não deixa claro como ficariam as atuais licenciaturas (nas universidades) que garantem uma formação básica (específica e pedagógica (realizada em conjunto por institutos, faculdades ou departamentos. (...) Abre um flanco ainda maior para segmentos do ensino superior privado que exploram os serviços educacionais enquanto prerrogativa mercadológica” (Dez argumentos contra o Decreto nº 3.276/99, assinado por Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato Souza, FEUSP-EDA, 09

de dezembro de 1999, mimeo).

Até o presente momento (novembro de 2000), os setores organizados da sociedade civil, em especial a comunidade acadêmica, lutam para que o teor dos Decretos nº 3.276/99 e nº 3.554/00 seja execrado, na verdade esta é uma luta que faz parte da tentativa de barrar um processo mais amplo que tem a ver com a concepção de educação e, portanto, de formação de professores, que tem sido contemplada na legislação e nas políticas de governo para a educação.

Considerações Finais

Mesmo breve, a análise aqui empreendida permite-nos afirmar que, ao possibilitar a implantação dos Institutos Superiores de Educação (ISEs), a LDB e a legislação dela decorrente mantiveram fidelidade e coerência com as orientações do Banco Mundial e com os princípios que norteiam a educação superior, postos claramente nos documentos oficiais elaborados pelo MEC, que diversificam as instituições de ensino, “favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários, especialmente a formação de professores para o ensino básico.”

A política do MEC reforça o aligeiramento da formação de professores quando, por exemplo, valoriza modelos institucionais alternativos de formação de professores para a educação básica; possibilita a criação dos institutos superiores de educação; regulamenta a formação de docentes para a educação básica num corpo de complementação; estabelece consórcios com instituições de ensino para certificar docentes por meio da universidade virtual.

Nessa perspectiva, o MEC menciona, em documento, que institui-

ções de ensino superior enviaram projetos para ministrarem cursos de formação de professores a distância ao CNE, incluindo algumas universidades federais que já foram credenciadas para ministrar, nessa modalidade, Matemática, Ciências Biológicas, Química e Física. Segundo o mesmo documento, a UniRede, projeto de universidade virtual, já conta com a adesão de quarenta e cinco (45) instituições que se propõem a oferecer em 2001 cerca de cem mil vagas para professores da educação básica, e acrescenta que “o grande desafio é formar, em sete anos, cerca de 600 mil docentes” (MEC, 2000), ou seja, para dar conta de cumprir o dispositivo do Art. 87 da LDB e também para “melhorar” outros indicadores educacionais, o MEC vem trabalhando por meio de políticas de certificação em massa (e a formação docente não fugiria a esta regra.

Convém lembrar que, para o Banco Mundial, a formação inicial, além de mais dispendiosa, não se constitui em condição necessária para o melhor desempenho dos alunos, sendo a capacitação em serviço mais determinante nesse aspecto. Daí a recomendação de que as políticas educacionais dos países em desenvolvimento priorizem a capacitação em serviço, e que tanto nesta como na formação inicial sejam enfatizadas a modalidade da educação a distância, menos onerosa que a presencial, mais eficaz para aumentar o acesso dos grupos desfavorecidos, para promover a educação permanente e para melhorar os conhecimentos, como por exemplo, na formação dos professores em serviço (cf. TORRES, 1996: 125-193).

Não é lícito ignorar a existência de cursos de Pedagogia que apresentam qualidade questionável, mas deslocar a formação docente para o curso nor-

mal superior não garante a solução dos problemas. E será que teria sido essa a intenção: melhorar a formação de docentes para a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental em cursos especialmente planejados para tal? Não podemos desconhecer o interesse do setor privado em instituições de ensino menos onerosas, porque mais “flexíveis”, tanto em termos de formação de seus docentes como de exigências legais quanto ao contrato de trabalho de seus professores.

Tampouco podemos ignorar a colaboração e o empenho do governo para que fosse aprovado o projeto de LDB urdido no Senado, por melhor adequar-se à política educacional que interessa aos setores dominantes, e que, aos poucos, vai sendo oficialmente implementada. Assim, “o processo de ‘conciliação aberta’ que permitiu a construção de um projeto comprometido com a defesa da escola pública foi, aos poucos, sendo solapado pelos que a ele se opunham, que não pouparam esforços para fazer prevalecer os seus fins. Em resumo, os setores hegemônicos representados no/pelo governo tentaram ‘matar dois coelhos de uma só vez’: aniquilar a metodologia democrática de elaboração da LDB e, ao mesmo tempo, impor-lhe um conteúdo lacunar e socialmente excludente” (MURANAKA e MINTO, 1998: 74).

A formação aligeirada de docentes, especialmente da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, pairava há muito tempo no horizonte do governo. O famigerado Decreto nº 3.276/99 (e seu irmão univitelino, o Decreto nº 3.554/00) faz parte de uma seqüência de documentos legais que normatizam a LDB e, com eles, ajuda a compor um todo coerente e harmonioso em relação à política pública para o setor educa-

cional. Assim, aprovações pontuais de legislações complementares conformam um modelo de educação e de formação docente que abrange todos os níveis e modalidades de ensino, fazendo parte de um articulado plano governo.

Referências Bibliográficas

- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCIÓN Y FOMENTO / BANCO MUNDIAL. (1995). La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, D.C.
- BRASIL. Lei nº 9.394. (20 de dezembro de 1996). Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília/DF: Gráfica do Senado, nº 248, p.27833/41, 23/12/1996.
- _____. Decreto nº 2.306. (19 de agosto de 1997). Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, disposições da Lei nº 9.394/96. Diário Oficial da União. Brasília/DF: Gráfica do Senado, seção I, p. 17.991, 20/08/1997.
- _____. Decreto nº 3.276. (06 de dezembro de 1999). Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília/DF: Gráfica do Senado, 07/12/1999.
- _____. Decreto nº 3.554. (07 de agosto de 2000). Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto nº 3.276/99. Diário Oficial da União. Brasília/DF: Gráfica do Senado, Seção I, p. 1, 08/08/2000.
- _____/CFE. Parecer nº 251. (1962). Fixa o currículo mínimo para o curso de Pedagogia. Documenta, 11:95-101, dezembro/1962.
- _____. MEC/CNE/CP. Resolução nº1. (30 de setembro de 1999). Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação Diário Oficial da União, Brasília/DF: Gráfica do Senado, seção 1, p.50, 01/10/1999.
- _____. MEC/CNE/CP. Resolução nº 2. (26 de junho de 1997). Dispõe sobre programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 26/06/1997 (mimeo).
- _____. MEC/CNE/CES. Parecer nº 970. (09 de novembro de 1999). Curso Normal Superior e da Habilitação para Magistério em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental nos cursos de Pedagogia. Brasília/DF, 09/11/1999 (mimeo).
- _____. MEC/CNE/CP. Parecer nº 10. (09 de maio de 2000). Proposta de Revisão do Decreto nº 3.276/99. Brasília/DF, 09/05/2000 (mimeo).
- _____. MEC/INEP. 1998. Plano Nacional de

- Educação: Proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília/DF, (mimeo).
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. (Maio de 1995). Planejamento Político-Estratégico: 1995/1998. Brasília/DF.
- _____/MEC/SESu. (Abril de 2000). Enfrentar e Vencer Desafios. Brasília/DF.
- _____/MEC/SESu. (Maio de 1999). Proposta de Diretrizes Curriculares, Curso de Pedagogia. Brasília/DF (mimeo).
- COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE PEDAGOGIA. (11 de novembro de 1999). À Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação. Brasília/DF (mimeo).
- CURY, Carlos Roberto Jamil et. al. (Dezembro de 1999). "As universidades, sociedades científicas e entidades profissionais relacionadas à Educação", datado de 8 de dezembro de 1999. Revista Educação e Sociedade, nº68, p.342/3.
- FEUSP-EDA. (09 de dezembro de 1999). Dez argumentos contra o Decreto nº 3.276/99, assinado por Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato Souza. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação. São Paulo/SP (mimeo).
- MURANAKA, Maria Aparecida Segatto e MINTO, César Augusto. 1998. O capítulo "DA EDUCAÇÃO SUPERIOR" na LDB: uma análise. Revista Universidade e Sociedade, nº 15, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), p. 65-75.
- SENADO FEDERAL. (1992). Projeto de Lei nº 67/92. Estabelece as diretrizes e fixa as bases da educação nacional - "A Lei da Educação". Senador Darcy Ribeiro e outros. Brasília/DF, (mimeo).
- _____. Comissão de Educação. (1996). Parecer 691/95. Sobre os Projetos de lei da Câmara 101/93, que "fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional". Diário do Senado Federal, p.692/715, 26/jan./1996 (retificação).
- _____. Comissão Diretora. (1996). Parecer 30/96. Redação Final do Substitutivo do Senado ao PLC 101/93. Diário do Senado Federal, p. 1797, 14/fev./1996.
- TORRES, Rosa Maria. (1996). "Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial". DE TOMMASI, Livia et. al. In: O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez-/PUC-SP/Ação Educativa.

Notas

- 1 Pareceres ou congêneres são documentos de distribuição da justiça mediante aplicação da equidade, tentando garantir a adoção de medidas apropriadas às diversas realidades.
- 2 Segundo o Art. 43 do Substitutivo, as instituições de ensino superior podem se organizar na forma de: universidades, centros de educação superior, institutos, faculdades ou escolas superiores.
- 3 Produção de conhecimento é muito mais amplo do que pesquisa, uma vez que esta é apenas um dos instrumentos daquela. Quanto à articulação entre formação docente e produção de conhecimento, tal formação deve permitir que o docente exerça aquele que é seu direito inalienável (a autonomia de pensamento e ação, ou seja, autonomia em seu sentido mais próprio: ético-antropológico, e não apenas jurídico).
- 4 A Comissão, nomeada pela Portaria SESu/MEC 146/03/1998, era composta pelos seguintes professores: Leda Scheibe (presidente), Celestino Alves da Silva Junior, Márcia Angela Aguiar, Tizuko Morchida Kishimoto e Zélia Milléo Pavão. O documento desta Comissão encontra-se no seguinte endereço: (<http://mec.gov.br/sesu/ftp/pedagog.dc.rtf>).
- 5 Referimo-nos ao documento "As universidades, sociedades científicas e entidades profissionais relacionadas à Educação", datado de 8 de dezembro de 1999, onde os signatários (Carlos Roberto Jamil Cury, Edla Soares, Hésio Albuquerque Cordeiro, Jacques Veloso, João Monlevade, Kuno Paulo Rohden, Regina de Assis e Silke Weber) consideram "inoportuna a publicação do Ato de Executivo, que interrompe, assim, uma discussão em curso e corre o risco de inibir o desenvolvimento e a consolidação de experiências exitosas de formação em inúmeras universidades". (Esse documento encontra-se publicado na Revista Educação e Sociedade, nº68, dez/99, p.342/3).
- 6 Segundo o Decreto nº 3.276/99 o citado dispositivo assim determinava: "a formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á exclusivamente em cursos normais superiores." (grifo nosso). O Decreto nº 3.554/00 apenas substituiu a expressão exclusivamente por preferencialmente.

* César Augusto Minto é professor na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

** Maria Aparecida Segatto Muranaka é professora no Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Rio Claro-SP.

Profª Drª Celi Nelza Zulke Taffarel¹

Formação profissional e diretrizes curriculares: do arranhão à gangrena²

I. Os ajustes estruturais e a formação humana

Um dos pontos centrais da atual conjuntura internacional, demarcada pelo acirramento da tendência à destruição das forças produtivas - trabalho, trabalhador, meios de produção -, é a determinação das grandes potências econômicas e militares de continuarem a implementação de políticas de ajustes estruturais e a reforma do Estado, que são estratégias do processo de reestruturação, impostas aos demais países, de interesse único do grande capital financeiro, principalmente o especulativo.

Os fatos comprovam a ampliação da pobreza e a difusão de confrontos bélicos. Os acontecimentos do dia 11 de setembro de 2001, ocorridos nos Estados Unidos são um exemplo do fracasso do atual Modelo Econômico que vem sendo regido por políticas de perfil liberal e neoliberal³ e, agora, recorre a militarização das relações sociais para recompor sua hegemonia.



Segundo PAULA (2001, p. 15), vive-se hoje a mais extensa e profunda experiência de dominação imperialista do mundo moderno. Nunca um império foi tão amplo seja no campo político, militar, ideológico, econômico, como os Estados Unidos. As características marcantes do império são:

- * hegemonia do Consenso de Washington⁴ - abertura comercial, desregulamentação, privatização e precarização do trabalho;

- * novas tecnologias;

- * pós-fordismo, transformação do modo de regulação das relações de trabalho, política salarial, treinamento, qualificação do trabalho;

- * formação de blocos econômicos.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial são os principais agentes destes interesses. Os Estados Unidos são a principal nação imperialista interessada nos ajustes, juntamente com os demais componentes do "G7 + 1"⁵.

O "Panorama Social da América Latina 2000-2001", estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), situa o Brasil como o país de pior e, portanto, o mais perverso e anti-social distribuidor de renda nas Américas, batendo a Bolívia, em segundo, a Nicarágua em terceiro e a Guatemala em quarto. Crimes de Fernando Henrique e Pedro Malan que, por outro lado, proporcionam aos bancos instalados no Brasil o maior percentual de lucro anual no mundo.

Segundo José Paulo Neto (2000, p.19) a política de ajustes no Brasil consiste de três intervenções:

- * Estabilidade monetária, denominada de plano real, meio de equalizar o conjunto das relações sociais de forma a permitir a gover-

nabilidade das classes dominantes;

- * a desregulamentação - abertura irresponsável e descontrolada do mercado internacional que destruiu o parque industrial brasileiro, aberto ao fluxo dos capitais financeiros internacionais especulativos;

- * O programa nacional de privatização, um dos mais perversos do mundo.

Tais políticas impõem a Governos e Governantes a adoção de medidas privatistas, a retirada de direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora e impõe agora, de maneira avassaladora a guerra entre nações e blocos de nações.

No Brasil, tais políticas podem ser reconhecidas no Programa Nacional de Desestatização (PND-Lei 9.491/09/97)⁶, nas propostas de reformas (administrativa, da previdência, fiscal), nas leis complementares, emendas à constituição, medidas provisórias e, na política do governo para a Educação, especificamente para o Ensino Superior. As consequências são a destruição do patrimônio público, dos serviços públicos e a desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais.

A lógica que orienta esse processo é a hipoteca do orçamento público, a dívida interna e externa, responsáveis pela absoluta falta dos recursos para as políticas sociais.

São brutais e perversos os efeitos sociais provocados pelas reformas impostas pelos agentes financeiros internacionais. Escrevem-se constituições fascistas (os Acordos e Tratados Multilaterais de Investimento), para proteger interesses econômicos⁷. Enormes contingentes populacionais são eliminados e perdem direitos a benefícios sociais essenciais como Educação e Saúde⁸.

Os cientistas Michel Spence, George Akerlof e Joseph Stiglitz, professores das Universidades de Stanford, Califórnia e Columbia, ganhadores do Prêmio Nobel de Literatura 2001, desenvolveram a Teoria Geral dos Mercados onde comprovam que os mercados são imperfeitos. Orientar políticas sociais na lógica de mercados imperfeitos tem gerado consequências nefastas.

Segundo DIAS (1996, p.10) "o Estado mínimo é o adequado ao mercado. Tudo, absolutamente tudo, deve ser submetido à mercantilização." Neste contexto histórico, uma das faces nefastas dos ajustes, reformas e desregulamentações, segundo Soares (1996), é o "assalto às consciências". A ordem desejada pelo capital, a recomposição da hegemonia, a produção de consensos em torno das reformas em curso só podem ser feitas à custa de um violento processo de **amoldamento subjetivo**: perdem-se direitos sociais à cidadania, fomentam-se guerras, dilapida-se o patrimônio público e tentam nos convencer de que se produzirá um mundo tecnologicamente mais desenvolvido. Arrancam-se as vozes dos sujeitos e criminalizam-se os movimentos sociais para manter a ordem do capital.

Vivemos hoje, portanto, sob os auspícios de um imbricado movimento político de Ajuste Estrutural e de Reforma do Estado que se dá no confronto e nos conflitos da luta de classes.

II. A ordem do capital para a educação: o assalto e o amoldamento

A lógica gerencial da reforma do estado brasileiro e o projeto de LDB segundo José Paulo Netto, tem dois objetivos funcionais e potencializa-

dores da política de ajustes: um de natureza ideológica que consiste em transformar o conjunto de instituições nacionais em organizações que obedeçam ao cálculo racional econômico; outro para transferir os centros intermediários de decisão para a área de influência do capital, com a liquidação do público em um país em que o público sempre esteve vinculado ao protagonismo de Estado.

Isto se expressa na miserável, mal fadada, minimalista, permeada de todos os lobbys privatistas e confeccionais possíveis - LDB 9.394/96 - cujos extratos centrais são: a) autonomia universitária; b) cursos seletivos; c) mestrados profissionalizantes; d) educação à distância; e) processo de avaliação.

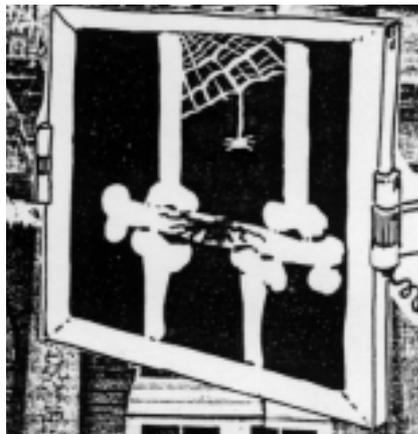
Cinco traços, ainda segundo José Paulo Netto, desta realidade da política de ensino superior brasileiro podem ser identificados: a) expansão do privatismo; b) liquidação da relação ensino-pesquisa-extensão; c) superação do caráter universalista da universidade; d) subordinação as demandas do mercado; e) redução do grau de autonomia da universidade.

Confirmando o avanço de tais pretensões encontramos indicadores do "assalto às consciências e do amoldamento subjetivo" na política para a Educação na América Latina, definida no "Consenso de Santiago⁹", em abril de 1998, onde a Educação é colocada como central nos acordos internacionais que visam cobrir a dívida social produzida pela Primeira Geração de reformas emanadas desde o "Consenso de Washington".

A parceria educacional entre Brasil(EUA preparou o terreno para fazer da Educação um dos temas centrais da agenda hemisférica em

Santiago¹⁰. Esse acordo de parceria regeu a abordagem bilateral da educação em cinco áreas temáticas, incluindo: padrões de avaliações educacionais; tecnologia educacional; desenvolvimento profissional; parceria entre comunidades e empresas e; intercâmbio. A parceria é fundamental para a iniciativa educacional entre EUA e Brasil. A agenda comum para as Américas centra esforços na construção de consensos, unidade e ênfase na educação pautada nos acordos internacionais. Tais acordos deverão assegurar o acesso aos instrumentos para a "prosperidade econômica do século XXI", principalmente para os detentores do poder econômico e militar, vez que, vivemos em uma sociedade nitidamente dividida em classes sociais.

Outros indicadores precisos do "assalto às consciências e do amol-



damento subjetivo" da política para a **Educação Superior** no Brasil¹¹, podem ser encontrados nas Estratégias para construir consensos do MEC.

O Ministro da Educação Paulo Renato, em Seminário sobre Ensino Superior realizado em Brasília, em 16 de dezembro de 1996, pronunciou-se sobre os eixos centrais da Política do Governo para o Ensino Superior, que traz em si as reco-

mendações do Banco Mundial, reconhecidas no documento "El desarrollo en La Practica: La Enseñanza superior(las lecciones derivadas de la experiencia)".¹²

Os três pilares da política do Governo FHC em relação ao Ensino Superior são: 1) Avaliação (Lei 9.131/novembro de 1995¹³ (Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos ("Provão"); 2) Autonomia Universitária Plena (PEC 370A14); 3) Melhoria do Ensino (PNG Edital N°04/97 SESu/MEC; PID (Artigo 6° da MP 1657-18, Programa de Estímulo à Graduação (PEG (, o atual Programa de Gratificação e Estímulo à Docência (GED e a GID - Gratificação de Incentivo a Decência)¹⁵.

Ao defender tais pilares perante os reitores¹⁶, o governo redefine a essência da relação entre o Estado e as Instituições de Ensino Superior, pela redefinição da institucionalidade das Universidades. A questão da Educação Superior passa também, como a escolarização de todos, pelo projeto político de sociedade, pela forma como o Estado define o tipo e a forma do investimento - Projeto de Autonomia.¹⁷

Após assinar protocolo com os Reitores das universidades, objetivando cumprir metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação do Governo FHC, o mesmo é questionado em 2001, pelos próprios reitores que, em Manifesto Público, apresentado na Reunião Anual da SBPC em Salvador, reclamam pelas verbas prometidas, denunciam o Governo por não cumprir sua parte no acordo e anunciam a impossibilidade de iniciarem o próximo semestre letivo, explicitando-se assim a profunda crise institucional instalada nas Universidades. Segundo RUIZ, 2001, p. 75, o orçamento das IFES tem diminuído continuamente

desde 1995 pressionando as Instituições a captar recursos, por iniciativa própria. Soma-se a isto a falta de concurso público e a contratação de pessoal precarizado, temporários como os professores substitutos e terceirizados, como é comum nos Hospitais universitários. Está situação que é divulgada pelo Ministro da Educação Paulo Renato como promissora e de grandes avanços, vem sendo enfrentada pelo Movimento Docente nas últimas décadas com 13 Greves, sendo a de 2001 a mais intensa e de maior adesão. 100% das Seções Sindicais das IFES paralisaram. Os movimentos grevistas barraram em termos, a total destruição da Universidade Pública, Gratuita, Socialmente Referenciada.

Para implementar a sua concepção privatista de autonomia universitária, o MEC enviou ao Congresso, em 1996, uma proposta de emenda constitucional (PEC 370-A)¹⁸ que consagra o processo de privatização interna das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), descomprometendo gradualmente o Estado com o seu financiamento, indicando claramente o caminho para a inserção das Universidades e CEFETES na lógica capitalista de mercado, com a venda de serviços na área de pesquisa e extensão comunitária, com a cobrança de anuidades ou mensalidades aos alunos. As manifestações e reações contra tal política inibiram, temporariamente as intenções do governo. Segundo RUIZ (2001, p. 69) durante quatro anos o governo preparou-se para apresentar anteprojeto de Lei ao Congresso Nacional sobre Autonomia. Em agosto de 1999 saiu do MEC para o Congresso via casa Civil. A reação da comunidade universitária e da própria base gover-

nista foi extremamente negativa, quanto ao mérito do projeto que o mesmo não seguiu tramitando. O projeto parecia mais um ajuste fiscal do que um projeto de autonomia.

Analisando os Programas que o Governo vem propondo às Universidades reconhecemos os indicadores da estratégia do governo de retirar direitos e garantias conquistadas nas lutas. São exemplos o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX)¹⁹, Programa de Incentivo à Docência (PID), Artigo 6º, da MP 1657, 18, rejeitado pelo Congresso em 12/05/98, por força do movimento grevista nas IFES, a proposta de Emprego Público que objetiva reconfigurar o ordenamento jurídico das relações de trabalho através da desconstitucionalização de direitos a partir da Emenda Constitucional 19, quebra da estabilidade, possibilidade de demissão de servidores, medidas de ajustamento de contas públicas, avaliação do desempenho, supressão do Regime Jurídico Único, fim da isonomia, fim da previdência pública, seguridade social e o Programa Nacional da Graduação, Edital nº 04/97, SESu/MEC, em implementação nas IFES (PNG).

As propostas do governo estabelecem e acentuam a dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, a separação entre as próprias Universidades com ênfase no ensino ou na pesquisa, ou na assistência. As grandes com produtividade de excelência, as medianas em todos os parâmetros de avaliação e as especializadas, conforme discurso recente da SESu. A pesquisa seria concentrada em centros de excelência, com alta performance de qualidade, produtividade e, gestão flexível de recursos humanos vincu-

lados a projetos específicos, desinstitucionalizando recursos e pesquisadores, abrindo o caminho acelerado à privatização, “sintonizando a Universidade com a Nova Ordem Mundial”, a saber, a lógica do mercado e a militarização das relações sociais internacionais.

O investimento em “nichos tecnológicos”, em detrimento dos investimentos em uma ampla base de competência educacional, científica e tecnológica nacional, pode ser a diferença entre a vida e a morte num mundo onde o crescimento depende dessa competência.²⁰

Verifica-se aí a submissão do trabalho docente e da pesquisa a padrões e finalidades externas, determinadas pelas exigências do mercado e pelas relações internacionais de trabalho. Decreta-se com isto o fim da Universidade pública como instituição histórica, democrática, de garantia de direitos²¹. Institui-se segundo Chauí (1999), a “universidade operacional” a, “Universidade de resultados e serviços”.

Tais medidas são expressões da proposta do Banco Mundial, enquanto estratégia de reforma, que está sistematizada no documento **“La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia”**, em quatro pontos:

* maior diversificação dos tipos de instituição propondo instituições não universitárias para atender demanda de mercado e diminuir custos (p. 31);

* diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas de ensino superior através de três iniciativas: a) ensino pago; b) doações; c) atividades universitárias que gerem renda (p. 44);

* redefinição da função do Es-

tado no que concerne ao Ensino Superior cujo ponto central é autonomia financeira (p. 61);

* adoção de políticas de qualidade e equidade, com nenhum ou pouco aumento dos gastos públicos (p. 74).

O “Programa Nacional para a Graduação (PNG)”, por exemplo, está vinculado ao quarto ponto das recomendações do Banco Mundial²².

III. As recomendações para as diretrizes da graduação

O Programa Nacional da Graduação é “uma ação da política de Ensino Superior do MEC, conjunta com a SESu e o Fórum de Pró-Reitores de Graduação que objetiva organizar novas diretrizes gerais dos currículos dos cursos de graduação”.²³

Tal programa vem sendo sistematicamente criticado pelo Movimento Docente que deliberou em seu 41º CONAD, ocorrido em Pelotas/RS, no período de 03 a 06 de novembro, o seguinte: realizar debates amplos e participativos, elaborar e divulgar documentos críticos, denunciar formulações governamentais, implementar mecanismos de resistência às propostas orientadas pela ideologia do Governo Paulo Renato/FHC/FMI Banco Mundial.

O programa desdobra-se em duas linhas básicas: uma reconhecida como “Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior²⁴” e, outra como “Programa denominado inicialmente de Incentivo à Docência” (PID) e posteriormente desdobrados e denominados de “Gratificação de Estimulo à Docência” (GED Lei 9.678 de 3 de julho de 1998) e Gratificação de Incentivo a Docência (GID MP 2.020-1 de 25/04/2000, Art. 1º, do §2º, em fase de regulamentação)²⁵.

A GED é uma gratificação por produtividade fortemente rechaçada pelo Movimento Docente, concedida a partir da avaliação do desempenho docente. Tal mecanismo intensificou a excessiva ampliação da carga horária dos professores para o ensino exclusivamente, contrariando o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão. Enquanto gratificação, a GED pode ser diminuída, substituída ou até eliminada, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a conjuntura e as crises econômicas que vivem os países da América do Sul. O caso da Argentina é típico.²⁶

Dentro deste contexto as Diretrizes Curriculares Gerais para a Graduação correspondem ao que são os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica.²⁷ São orientações do governo, emanadas do Ministério da Educação, visando **direcionar o processo de formação humana** do Projeto de Escolarização do Sistema Nacional de Educação, ou seja, representam a **direção e a centralização da orientação curricular sob os auspícios do Estado**.

O documento **Convite Público - chamada de propostas**, emitida pelo Ministério da Educação e Desporto, em 10 de novembro de 1997, estabelecia o prazo de 02 de março de 1998 para o envio de propostas, ou seja, quatro meses.

A definição de diretrizes está vinculada ao processo de renovação das autorizações e de reconhecimento dos cursos assim como à avaliação institucional, notadamente no âmbito do PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. A Portaria Ministerial nº 1.985, de 10 de setembro de 2001, estabelece critérios e procedimentos para suspensão do reconhe-

cimento e a desativação de cursos de graduação e dispõe sobre a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários do sistema federal de ensino. A suspensão e desativação estão baseadas nas sistêmicas de avaliação implementadas pelo MEC. Ou seja, o preceito constitucional do Artigo 207, da Constituição Brasileira, pode ser suspenso a partir da avaliação dos organismos do MEC.

O documento do MEC que orienta as Diretrizes para a Graduação, sob o título de Informações básicas específica e esclarece tópicos, referentes: 1) **ao perfil desejado do formando** (visando garantir flexibilidade; 2) **às competências e habilidades desejadas** (visando adaptar e integrar o perfil profissional às exigências da sociedade, nitidamente dividida em classes sociais antagonicas; 3) **aos conteúdos obrigatórios** (definindo 50% de conteúdos comuns obrigatórios; 4) **à duração dos cursos** (tendendo à redução do tempo de formação).

As exigências de definição e aplicação de Diretrizes Gerais nos Currículos de Graduação (que significa rever/reformar projetos acadêmicos (decorrem segundo o MEC:

a) Do Novo Ordenamento Legal estabelecido pela LDB²⁸ (Lei 9.394/96 Artigo 53, Inciso II, que se coaduna com o disposto na Lei nº 9.131, de 15/11/95, com o disposto no Decreto 2.026, de 10/10/96 e o Artigo 14, do Decreto 2.306 de 19/08/97).

b) Da necessidade de **sintonizar a Universidade com uma Nova Ordem Mundial**, de modo a adaptar diferentes perfis profissionais às contínuas transformações do mercado de trabalho, que se transformará mais rapidamente no próximo milê-

nio, visando à adaptação dos profissionais graduados aos novos paradigmas da sociedade moderna²⁹ (o **Paradigma Científico-Tecnológico** para enfrentar o desafio do cenário mundial, que se caracteriza pelo uso de novas tecnologias, pelo processo de globalização, de transformação da geopolítica mundial com o surgimento dos grandes blocos regionais e a falência do comunismo. Urge adequar os cursos a esta situação.³⁰

Ao analisarmos as Políticas Educacionais implementadas no Brasil na década de 80 e 90 reconhecemos como determinações:

a) os ajustes estruturais (reestruturação tecnológica e produtiva, estratégias do processo de reestruturação neoliberal) impostos aos demais países, que reduzem a lógica dos direitos sociais à racionalidade e à cultura do universo econômico, à lógica do mercado, (pela manutenção de taxas de lucro e da propriedade privada;

b) as exigências estabelecidas pelas agências financiadoras como o Banco Mundial, na definição de políticas educacionais no Brasil. (**El desarrollo en la practica: la enseñanza superior de las lecciones derivadas de la experiencia**);

c) a submissão das políticas do governo brasileiro a lógica, aos ditames e acordos com as agências financiadoras internacionais. Além das orientações dos acordos são necessários os formuladores nas diversas instancias do governo e os implementadores das formulações, por dentro do sistema educacional.

Segundo Torres (1996), o Banco Mundial não apresenta idéias isoladas, mas uma proposta articulada, uma ideologia e um pacote de me-

didadas e reformas, propostas aos países em desenvolvimento que abranje um amplo conjunto de aspectos vinculados à educação, das **macro-políticas até a sala de aula**.

Para Tommasi, Warde e Haddad (1996), estas políticas declaram o objetivo de elevação da qualidade do ensino, enquanto implementam a redução dos gastos públicos para a educação e mantêm-se indiferente à carreira e ao salário do magistério.

Os parâmetros desse **assalto** se revelam quando comparamos os processos em andamento. De um lado, a proposta neoliberal do governo (Edital 04/97, Of. Circular 019/98, GAB/SESu/MEC, de quatro de março de 1998), de outro, os processos anteriores de luta da sociedade brasileira pela Universidade pública, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada preservados na memória das entidades sociais como o ANDES-SN, ANPEd, ANFOP, CBCE, ABESS³¹ e outras.³²

Levantando dados junto a Associações envolvidas na elaboração de Propostas Básicas para Projetos de Formação Profissional, constatamos a necessidade de um tempo pedagógico e político em torno de três a dez anos. Por exemplo: a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) elaborou uma **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional**, submetida à Comissão de Especialistas em Serviço Social da SESu/MEC. Tal proposta decorreu de grande mobilização, envolvendo setenta e duas Unidades de Ensino de Serviço Social exaustivos debates em uma série de eventos (duzentas oficinas locais, vinte e cinco oficinas regionais e duas nacionais), criando condições para a participação das unidades de ensino na elaboração das novas diretrizes, aprovadas em assembléia

com a participação de 80% das unidades de ensino. Isto ocorreu no período de 1994 a 1996, ou seja, três anos e não quatro meses como pretendia a SESu/MEC.³³

Para chegar a formulação da Resolução 003/87(CFE, que reordenou a formação do profissional de Educação Física, por exemplo, constatamos aproximadamente dez anos de debates dos profissionais da área (1979 a 1987). Mesmo assim, setores foram excluídos de participar e prevaleceram, hegemonicamente, as concepções sustentadas pelas Universidades do Sudeste e Sul do Brasil, notadamente da USP e da Associação de Diretores das Faculdades de Educação Física de São Paulo³⁴. Atualmente discutem -se novamente as Diretrizes para a formação, agora sob os auspícios do CNE - Comissão de Especialistas do MEC e o CONFEP - Conselho Nacional de Educação Física³⁵, que organiza as posições nas regionais, envolvendo diretores de escolas, para assegurar interesses corporativistas. Tais articulações e posições estão sendo questionadas pelo Movimento Nacional Contra a regulamentação da Profissão.

Tendo como referência, portanto, o que pode ser detectado em documentos já elaborados, destacamos 21 tópicos para aprofundar análises comparativas e reconhecermos as profundas e radicais diferenças entre as propostas do governo e seus aliados/formuladores e, as propostas da sociedade brasileira organizada em torno dos interesses da classe trabalhadora.

Apresentamos, a seguir, os tópicos abstraídos de documentos, que permitem reconhecer o embate de projetos antagônicos, pela consideração dos conteúdos confrontacionais que se tencionam e imprime

direções a formação humana. Vamos tratar dos antagonismos para identificar as contradições e assim visualizarmos elementos superadores.

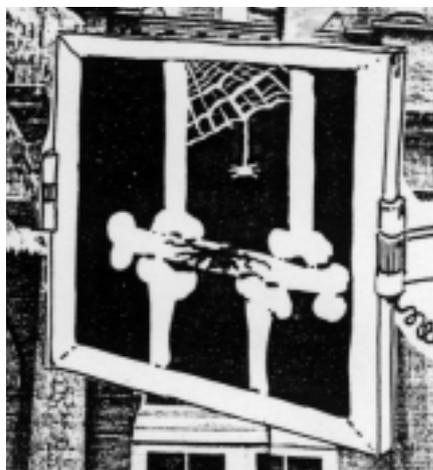
1) **Fundamentação filosófica:** na proposta do Governo o enfoque é no perfil, na competência, nas habilidades, no individualismo, na adaptação ao mercado de trabalho *versus* “objetivos-avaliação da formação humana, profissional, com base nas necessidades da sociedade de transformações sociais, no mundo do trabalho”.³⁶

2) **Referências éticas (móvel da conduta humana e profissional):** o capital, o mercado mundializado, a globalização da economia *versus* “a luta histórica da classe trabalhadora, pela emancipação econômica, social e cultural de classes”;

3) **Primado:** da técnica, propostas neotecnistas caracterizadas pela sofisticação tecnológica, da utilização dos materiais instrucionais, dos pacotes instrucionais, dos kits *versus* do conhecimento e saber socialmente produzidos e socializados, em processos interativos, produtivos, dialógicos, considerando em primeiro lugar o ser humano;

4) **Justificativa:** sintonizar a Universidade com uma Nova Ordem Mundial, sintonia com paradigmas do mundo moderno, científico-tecnológico *versus* sintonia com as reivindicações e aspirações das amplas massas, pelas transformações sociais do modo de produção capitalista na perspectiva da construção do socialismo;

5) **Idéia de currículo:** centralizado pelos parâmetros e diretrizes, sustentando modalidades de avaliação (Provão, SAEB, ENEN) e, proposições para substituir grades e currículo mínimo *versus* “currículo espiralado com base no padrão unitário



de qualidade que assegure uma produção cultural e científica verdadeiramente criadora e conforme as reivindicações e aspirações da maioria da sociedade brasileira”;

6) **Organização do conhecimento:** a organização do conhecimento em disciplinas, com ênfase na transmissão, com o uso de tecnologias informacionais *versus* “produção e organização do conhecimento de forma espiralada, em ciclos, com critérios relacionados à relevância social”;

7) **Meios de ensinar e materiais didáticos:** colocados como substituto do trabalho docente e barateamento do ensino *versus* processos interativos e produtivos onde os meios de produção do ensino e materiais didáticos são dominados por todos os participantes;

8) **Concepção de formação:** a formação propedêutica/etapista, em cursos seqüenciais, o aligeiramento na formação *versus* “a formação integralizadora, inicial e continuada, totalizante, de conjunto e com aprofundamento, como uma consistente base teórica”.

9) **Participação docente:** os incentivos à docência através de bolsas e produtividade atrelada a lógica das tarefas e da terceirização do trabalho docente, com retirada de direitos e conquistas trabalhistas *ver-*

sus “gestão democrática, valorizada por reajustes salariais dignos, Planos de Carreira e Política de Capacitação Docente, condições objetivas de trabalho adequadas”;

10) **Concepção de aprendizagem:** a idéia do aluno como ator principal, construtor e as novas tecnologias como elemento revolucionário do processo *versus* “o aluno e o professor como produtores consumidores e socializadores do conhecimento científico de relevância social para todos, dominando meios de produção e circulação democrática do saber”;

11) **Compreensão da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão:** impossível para a universidade, mas possível no aluno *versus* “indissociabilidade enquanto princípio da organização do trabalho pedagógico e de modelo de universidade”;

12) **Concepção de currículo:** por disciplinas, extensivo *versus* “currículo problematizado, intensivo, com base em projetos, pesquisas matriciais, com abordagens qualitativas, pesquisa-ação, pesquisa-participante”;

13) **Concepção de reforma curricular:** revisão da estrutura e da natureza do currículo *versus* “alterações significativas na organização do processo de trabalho pedagógico e nas relações de poder e comunicação”;

14) **Visão de formação:** divisão entre formação acadêmica e formação profissional, entre bacharéis e licenciandos, entre pesquisadores e aplicadores, com universidades de ensino, de pesquisa e de extensão/serviços *versus* formação integral, sólida base teórica, forjada nas atividades de ensino-pesquisa e extensão, para intervenções nos campos de trabalho a serem expandi-

dos, pela ampliação do poder aquisitivo, distribuição de renda e, por direitos assegurados;

15) **Formação de professores:** formação pedagógica imediatista, treinar habilidades desejáveis em curto prazo, em Centros fora das Universidades *versus* formação na universidade, com tempo pedagógico adequado, em condições de trabalho apropriadas para uma sólida formação inicial.

16) **Concepção de perfil profissional:** formação por perfil desejado, acadêmico e profissional, dicotomizado, com base em competências e habilidades ligadas ao mercado de trabalho *versus* "formação por objetivos-avaliação relacionados a necessidades históricas, à relevância social, ao mundo do trabalho capitalista e à perspectiva de sua superação, de acordo com interesses humanizantes da sociedade brasileira";

17) **Núcleo obrigatório:** (definição de percentual máximo comum obrigatório de 50% *versus* "referência no padrão nacional de qualidade e relevância social";

18) **Tempo de integralização curricular:** redução do tempo de formação *versus* "ampliação da oferta para integralização da formação inicial e continuada, com qualidade social e com recursos/investimentos adequados";

19) **Compreensão de formação crítica:** compreensão de espírito crítico restrito a dar e receber crítica (consciência intransitiva *versus* "crítica) como práxis social transformadora, implicando consciência transitiva crítica";

20) **Concepção de inovação:** proposta inovadora/reforma³⁷ *versus* "proposta reconceptualizada/alteração no processo de trabalho pedagógico" ;

21) **Processo de reformas:** pro-

cesso orientado por comissões SESu/MEC (Especialistas) e dentro das IES (direções/burocracia), monitoradas por agências financeiras internacionais *versus* "ampla participação, no tempo pedagógico e político necessário para democratizar experiências e envolver amplas parcelas de interessados nas reconceptualizações curriculares";

22) **Novo ordenamento legal:** aceitação, sem críticas, da nova LDB e do Plano Nacional de Educação, bem como de todas as medidas decorrentes da legislação *versus* "críticas/revogação da nova LDB e defesa de Planos da Sociedade Civil" ;

23) **Custos:** estão sendo previstos recursos para comissões realizarem o trabalho de elaboração de diretrizes para responder a prazos fixados por agências financiadoras internacionais *versus* "processo científico permanente instituído nas IES, pela via da avaliação curricular qualitativa e baseada na valorização do magistério superior";

24) **Modelos e padrões de referência para o trabalho docente:** modernização, super exploração, universidade de serviço, docência e pesquisa de resultados, privatizante e terceirizado *versus* "trabalho autônomo e autonomia criadora, dimensão pública da pesquisa, tanto na sua realização quanto na destinação de resultados".

25) **Avaliação:** centralizada, unificada (Provão, SAEB, ENEM)

26) **Atuação do Estado:** maximizado no controle pedagógico e de gestão através de contratos de desenvolvimento institucional (organizações sociais), minimizado no financiamento. Perspectiva de controle, pelas diretrizes e parâmetros, apropriação simplista de tecnologias e expropriação do trabalho docente, minimizado na intervenção social e

substituído por parcerias e organizações sociais *versus* Estado compreendido e situado historicamente e, portanto, ordenador do poder econômico, político, militar, ideológico e cultural.

Este paralelo inicial indica uma contradição para a classe trabalhadora. Sua formação está sob os auspícios de Diretrizes, centralizadoras e orientadas ideologicamente pelo Estado Capitalista que desqualificam a formação emancipatória, desalienadora. Indica também que existem proposições que foram construídas em coletivos de pesquisadores e entidades da sociedade civil que apresentam elementos para a reconceptualização curricular enquanto alternativas estratégicas.

Tais possibilidades estratégicas vão além de meras inovações curriculares, pela via de diretrizes orientadas pelo Estado burguês que, na essência, não alteram os pilares do currículo, a saber: o processo de trabalho pedagógico e as relações de poder. Não cabe ao Governo ordenar a formação do povo sob os auspícios da lógica do Estado burguês, capitalista.

Impõe-se, portanto, como imperativo da consciência histórica da classe trabalhadora, lutar contra a ingerência do Governo na construção de diretrizes. Cabe sim ao Estado, garantir o financiamento para que, com autonomia científica e pedagógica, com base em processos coletivos internos, democráticos, com ampla participação e representação, construam-se eixos comuns nacionais, norteadores da formação acadêmica, inicial e continuada, cujo referencial é o padrão unitário de qualidade. Referencial construído ao longo de décadas pelas entidades que se articulam em defesa da edu-

cação pública no Brasil.

O Processo de definição de diretrizes curriculares, sob os auspícios da política do MEC³⁸, apresenta-se com características de “assalto às consciências e amoldamento subjetivo”. É um arranhão que levará a granguena.

É imperativo da luta de classes construir outra proposta veiculada aos interesses e necessidades humanas e de humanização, relacionados à classe trabalhadora.

IV. A reconceptualização do currículo

A filosofia da práxis (Vázquez, 1977) ou filosofia marxista informa, do ponto de vista filosófico, epistemológico e de projeto de sociedade, a direção a ser assumida na formação humana, cujos indicadores metodológicos centrais são a unidade entre teoria-prática, a criatividade, a reflexão crítica superadora e o trabalho como princípio educativo.

Urge, portanto, reconhecermos o que são as reivindicações e as possibilidades de definição de diretrizes para a graduação e de reconceptualização do currículo na perspectiva da filosofia da práxis. Neste sentido, reconhecemos indicadores preliminares e básicos para a formação que são:

a) sólidas e consistentes condições objetivas para o trabalho pedagógico, implicando isto em valorização da carreira, e com salários dignos;

b) reconceptualização do currículo pela reconceptualização da Prática do processo de trabalho pedagógico, que implica na formação continuada de professores das IES na perspectiva de novas relações de trabalho pedagógico na produção do conhecimento para a formação

acadêmica consistente e socialmente relevante e na consideração do Plano de Carreira e Política de Capacitação Docente³⁹;

c) valorização do trabalho pedagógico como essencial. A valorização da profissionalização, do exercício do magistério superior, reconhecendo-se como essência, historicamente construída, da intervenção profissional, o ato pedagógico no trato com conhecimentos científicos que dão direção ao processo de formação humana;

d) sólida formação teórica com base no trabalho de pesquisa;

e) construção teórica das áreas como e com categorias da práxis social;

f) pesquisa como forma de conhecimento e intervenção na realidade contraditória e complexa;

g) trabalho partilhado/coletivo na construção do conhecimento interveniente;

h) trabalho interdisciplinar, construído na base de novas relações de produção;

i) formas de relação/unidade teoria-prática, na base do trato com o conhecimento, na produção do conhecimento;

j) relações entre professores/alunos de responsabilidades mútuas entre os produtores/construtores de



conhecimentos e da realidade;

k) trabalho como princípio na concepção de formação inicial e continuada;

l) superação da divisão e fragmentação nas habilitações, entre formação acadêmica e profissional;

m) auto-organização do coletivo, para a autonomia, criatividade, responsabilidade social.

n) perspectiva de horizonte histórico a sociedade socialista.

Os indicadores aqui levantados estão referenciados nas demandas/necessidades⁴⁰ sociais tradicionais, emergentes, imediatas, mediatas e históricas para as intervenções profissionais, a luz do projeto histórico anticapitalista.

Considerando que “a ciência não é apenas um produto da razão, mas um produto da sociedade, que nasce das necessidades da produção material” (Tsygankov 1987:8), nos cabe agora resistir, lutar, produzir, com posição ideológica clara, o que se expressa em uma vontade coletiva, por uma orientação histórica presente na classe trabalhadora. Quanto menos resistências, mais avancem as políticas neoliberais. A resistência é legítima, pois, expressa a vontade coletiva, construída historicamente pela classe trabalhadora.

V. A resistência ativa

A América Latina vem, tradicionalmente, sustentando lutas. Segundo Perry Anderson são valores, idéias e exemplos que inspiram alternativas à dominação imperialista. É factível e frutífera a consciência ativa dos repertórios regionais do qual fazem parte Tiradentes, Tupac Amaru, Zumbi, Marti, Mariátegui, Zapata, Chico Mendes, o MST e o EZLN, entre outros.

A grande referência histórica pa-

ra orientar a **prática pedagógica, a produção do conhecimento, a formação humana e a intervenção em políticas públicas** são as reivindicações e necessidades históricas do povo brasileiro, por condições objetivas de existência humana dignas, por liberdade, democracia, cidadania, equidade e justiça social.⁴¹

Os dados da realidade atualizam os conteúdos históricos da luta de classes.⁴² **A tarefa estratégica é entrar nas lutas cotidianas**, para encontrar pontos de apoio entre um sistema de reivindicações que parta das atuais condições objetivas e conduza a conquista no plano da formação humana, o que significa poder definir a direção das políticas públicas, do projeto de escolarização, do projeto político-pedagógico da instituição e da orientação clara e precisa da prática pedagógica.

A tarefa não é reformar ou humanizar o capitalismo, modernizá-lo ou adaptar a formação aos novos paradigmas científico-tecnológicos. Isto a histórica luta de classes já provou ser impossível.

O que se exige é a atenção à tática, mesmo as pequenas e parciais. O movimento revolucionário defende incansavelmente os direitos democráticos dos trabalhadores e suas conquistas sociais.

Não podemos esquecer as lições históricas da luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações. **“Educação do povo a cargo do Estado é absolutamente inaceitável.** Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos... e outra, completamente diferente, **é nomear o Estado o educador do povo.** Contrariamente, o que se há de fazer é subtrair a educação a toda e qualquer influência por parte do governo (...). É o Estado que necessita receber do povo uma Educação severa”

(Marx, 1975:55).

A defesa do Projeto ético-político ante a crise de decomposição do modo capitalista de organizar a vida exige dominar a política, estabelecer relações de confronto com o poder constituído, antecipação de formulação e respostas às propostas instituídas.

Docentes, estudantes e técnico-administrativos brasileiros estão resistindo à “ofensiva neoliberal”⁴³, através de ações acadêmicas, científicas e políticas. Urge lutar contra o “assalto às consciências e o amoldamento subjetivo” pela via de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação, sob os auspícios da Política do Governo para a Educação Superior. Esta Política que compromete o futuro do Brasil como nação soberana deve ser contida. Urge recolocar a discussão da viabilidade do projeto socialista como horizonte histórico para **a formação humana das novas gerações.**

As Diretrizes sob os auspícios da ideologia do MEC são mais um arranhão que pode levar a gangrena. A sociedade civil organizada em torno da defesa da educação pública, laica, de qualidade socialmente referenciada no Brasil tem alternativas de diretrizes construídas sob os auspícios dos interesses da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. A civilização e seus significados. In: Praga, ° 2 São Paulo, 1997.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCIÓN Y FOMENTO/BANCO MUNDIAL. El Desarrollo en la practica. La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia. ISBN 0-8213-2773-9.
- BALZAN, Newton César. Sete asserções inaceitáveis sobre a inovação educacional. In: Educação e Sociedade. **Revista quadrimestral de Ciências da Educação** (CEDES (6): 119-139, junho, São Paulo: Cortez: Au-

tores Associados, 1980.

CESÁR COLL. **Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar.** São Paulo: Ática, 1996.

CHAUÍ, M. Em torno da Universidade de resultados e de serviços. **Revista USP**, São Paulo: Universidade de São Paulo, (25): 54-61, março/maio, 1995.

_____. A Universidade Operacional. In: **Folha de São Paulo. Caderno Mais**, São Paulo, 08/05/1999.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista. Categorias e leis da dialética.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

COGIOLLA, O. **A crise capitalista e a Universidade Brasileira.** XVII Congresso do Andes/SN, fevereiro, 1998. (mímio).

COGIOLLA, O & KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

DIAS, Edmundo Fernandes. Capital e Trabalho: a nova dominação. In: **Universidade e Sociedade.** Ano VI Nº 10 janeiro 1996.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos.** V. 1, Lisboa: Seara Nova, 1976.

FORRESTER, V. **O horror econômico.** São Paulo: UNESP, 1997.

FIGUEIRAS, L. & DRUCK, Graça. O projeto do Banco Mundial, o governo FHC e a privatização das Universidades Federais. **Plural. Revista da Associação dos professores da UFSC** (SSIND, 6 (9):15-27, 1997.

LEHER, Roberto. **Ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do banco Mundial para “alívio” da pobreza.** Tese Doutorado. USP, 1998.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha.** Portugal: Centelha, 1975.

MIRAGAYA, Júlio. Alca: O estrangulamento das Nações. **Gazeta Mercantil-Distrito Federal**, ano I, nº 127, quinta-feira, 16 de abril, 1998.

MOREIRA, A. F. B. & SILVA, Tomas Thadeu da. **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo, Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1995.

NUNES, Silma. Análise de conjuntura ou uma reflexão sobre a modernidade. In: ADUFU. **Revista de balanço da Diretoria Executiva da Adufu-SS.** Gestão Reconstrução, p. 20, novembro, 1997.

PAULA, João Antonio. O imperialismo realmente existe. In: Universidade e Sociedade. Ano XI, nº 24, junho de 2001.

PAULO NETTO; José. Reforma do estado e impactos no Ensino Superior. In: TEMPORALIS 1. Revista da Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social. Ano I, nº 1 janeiro a junho de 2001.

- PAULO NETTO; José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.
- RUIZ, Antonio I. A Educação no Governo FHC (1995/2000). In: **Universidade e Sociedade**. Ano XI, nº 24, junho de 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. O Acordo multilateral de investimento. **Folha de São Paulo**. 2(Dinheiro, 15 de março, 1998).
- SAVIANI, D. **A nova lei da Educação LDB trajetória limites e perspectivas**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1997.
- _____. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra Política Educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1998.
- SCHARTZ, Gilson. Tecnologia ainda pode salvar os japoneses. **Folha de São Paulo**. Tendências Internacionais 2(Dinheiro, domingo, 5 de abril, 1998).
- SOARES, Maria Clara Souto. Banco Mundial: Políticas e Reformas. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. & HADDAD, S. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. pp. 9-12, São Paulo: Cortez, 1996.
- SOARES, M. L. Q. **Mercosul (direitos humanos, globalização e soberania**. Belo Horizonte: Inédita, 1997.
- SOUZA, J. F. Os desafios Educacionais no Nordeste e a responsabilidade dos Centros de Educação e suas Universidades Públicas. **Cadernos do Centro de Educação**. Ano 1, março, 1997.
- TAFFAREL, Celi. **A prática pedagógica na produção do conhecimento e formação acadêmica na área de Educação Física & Esporte no Nordeste do Brasil**. Relatório de Pesquisa financiada pelo CNPq Processo nº 521941/96-2 (NV). Recife: UFPE, 1998.
- TEIXEIRA; Francisco José Soares. Os pressupostos liberais do Governo FHC. In: **Universidade e Sociedade**. Ano VI, Nº 10, Janeiro 1996.
- TOMMASI, L; WARDE, M. & HADDAD, S. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez: PUC, Ação Educativa, 1996.
- TORRES, Rosa Marí. Melhoria e Qualidade da Educação Básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L & WARDE, M. HADDAD, S. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez: PUC, Ação Educativa, pp. 125-193, 1996.
- TROTSKY, **Programa de transição**. São Paulo: Comissão de Formação, 1995. 55ª Aniversário do assassinato de Trotsky e 100ª Aniversário da Morte de F. Engels, 1995.
- TSYGANKOV, V. **O socialismo e a ciência**. In: Academia de Ciências de URSS (Org.) Moscou: Progresso, 1987.
- VÁZQUES, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- 1 Professora Drª Titular Departamento III FACCED/UFBA. E-mail Taffarel@ufba.br Fone Trabalho (071) 247 18 22 FAX (071) 235 22 28
- 2 Texto elaborado a partir da pesquisa "Prática Pedagógica, Produção do conhecimento e Formação Acadêmica". Programa de Pós-Graduação em Educação FACCED/UFBA.
- 3 O neoliberalismo, segundo TEIXEIRA, 1996, p. 42, é uma reposição dos princípios filosóficos do liberalismo.
- 4 O Bloco capitalista, controlado pelos Estados Unidos, seguindo os ditames da Conferência de Bretton Woods (ocorrida em 1944 com a presença de 44 países), construiu um novo sistema de instituições internacionais, estabelecendo regras de competitividade econômica, liberalizando e intensificando o comércio internacional. Neste sistema, o Banco Mundial tem a função de reconstruir economias capitalistas, o Fundo Monetário Internacional (FMI), para monitorar desequilíbrios cambiais e monetários dos Estados capitalistas e o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), para administrar o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (ver mais In: Soares, 1997). O Consenso de Washington (1989) diz respeito à submissão do conjunto das economias à batuta de Washington/EUA (significa a política do *Big Stick* (a América para os Americanos). São políticas que se inscrevem num modelo de integração econômica baseado numa estratégia de política multinacional, segundo a qual o "livre comércio" equivale à liberdade de exploração máxima, pela via da desregulamentação e da flexibilização. Significa ainda a destruição da política do *Welfare State* que possibilitou crescimento econômico atrelado à relativa eficácia na concretização de direitos sociais.
- 5 G7 + 1 é a denominação corrente utilizada para designar as sete grandes potências industrializadas, das quais constam Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Itália, Canadá e, recentemente a Rússia, reconhecida pelas possibilidades expansionistas do mercado capitalista.
- 6 Encontra-se tramitando no Congresso um Projeto de Lei nº 4.177-98, pela Revogação do Programa Nacional de Desestatização (PND-Lei 9.491/97), de autoria do Deputado Federal (PT/SP) Luiz Eduardo Greenhalgh.
- 7 Os acordos internacionais vem sendo combatidos pela classe trabalhadora. São exemplos a Conferência Hemisférica contra os Tratados de Livre Comércio e as Privatizações, ocorrida em São Francisco, Califórnia, 14 a 16 de novembro de 1997 e a Reunião Internacional Contra o Mercosul e a Alca. Porto Alegre, 20 e 21 de setembro de 1997.
- 8
- 9 Nos dias 18 e 19 de abril/98 aconteceu em Santiago do Chile, a 2ª Reunião de Cúpula das Américas, com a presença de 34 chefes de Estado do continente, para dar continuidade ao processo de discussão da constituição da ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas. Segundo Júlio Miragaya (Analista Econômico da CEDEPLAN e Presidente do Sindicato dos economistas do DF (, trata-se de uma articulação envolvendo os distintos interesses econômicos nacionais e que resultará em expressiva repercussão nas respectivas economias, assim como nas condições de vida dos povos das Américas. A ALCA é a resposta Americana à ofensiva dos alemães na Europa (Tratado de Maastrich (União Européia) e japoneses na Ásia (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), Associação de 13 países Asiáticos e ainda, México, Canadá, Chile e EUA. Seu objetivo e estender o mercado criado inicialmente pelo North American Free Trade Association- (NAFTA) que engloba EUA, México e Canadá, até a Patagônia. Isto significa somente na América Latina um PIB global de 2,73 trilhões de dólares, equivalente ao PIB da China ou 2,5 vezes superior ao PIB dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura). A América Latina conta com uma população aproximada de 500 milhões de pessoas. Nestes acordos não são discutidas as Cartas Sociais, que estabelecem a manutenção e avanços nos direitos sociais dos trabalhadores.
- 10 Tais declarações foram prestadas pelo Embaixador dos Estados Unidos no Brasil à época - Melvin Levitsky. Para o Embaixador o intercâmbio deverá assegurar o acesso aos instrumentos para a prosperidade econômica do século XXI. O recente caso da compra de equipamentos da área da informática, de uma empresa Americana, para serem instalados em escolas Brasileiras deixa isto evidente.
- 11 Segundo Coggiolla (1998), a política de privatização equivale, para nós, à destruição de toda e qualquer pesquisa... Estamos diante de uma ofensiva de destruição do ensino superior.
- 12 BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCIÓN Y FOMENTO/BANCO MUNDIAL. EL DESARROLLO EN LA PRACTICA. La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia. Spanish, 1994, ISBN 0-8213-2773-9.
- 13 O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB (foi criado pela Secretaria de Educação Superior

do Ministério da Educação e do Desporto. Em Dezembro de 1993, a SESu/MEC lançou o edital convidando as Universidades interessadas a apresentar projetos para o período de 94/95. Ao todo foram aproximadamente sessenta universidades com projetos. Sua promulgação na forma de Decreto Lei nº 2.026 de 10 de outubro de 1996 que "Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior". O Decreto assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e subscrito pelo Ministro da Educação Paulo Renato Sousa prevê procedimentos para análise do desempenho global do Sistema Nacional e desempenho Individual das instituições, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa, extensão. Os indicadores de desempenho serão levantados pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (SEDIAE). O decreto prevê que a avaliação individual das instituições será conduzida por comissão externa à instituição e será designada pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) e deverá considerar os seguintes aspectos: a) administração geral; b) administração acadêmica; c) integração social; d) produção científica, avaliação da produtividade em relação à disponibilidade e qualificação docente. A Comissão externa levará em conta, entre outros indicadores, a auto-avaliação da instituição/curso e os resultados dos exames nacionais.

14 A respeito da PEC 370(A/96 a direção nacional do ANDES/SN apresentou, em março de 1997, um texto com detalhes das Conseqüências da PEC 370(A/96 sobre a Autonomia Universitária.

15 O movimento grevista nas IFES/98 (docentes, estudantes e técnico-administrativo), com amplo apoio popular e parlamentar, veio rejeitando as políticas do governo e suas iniciativas, mas foi surpreendido por negociações espúrias realizadas pela direção do ANDES-SN Gestão 1998-2000, junto aos setores do governo (ACM), quebrando a democracia interna, a autonomia e vontade política das bases do Movimento, ao aceitar a famigerada GED (Gratificação de Estímulo a Docência) que excluiu aposentados, professores de 1º e 2º graus, além de introduzir violento mecanismo de exploração, competitividade e produtividade de no ensino superior.

16 O que mencionamos encontra-se no documento "Por uma nova universidade". Brasília, MEC (16/12/96.

17 Podemos ver mais sobre Necessidades Educacionais *In*: SOUZA, J. F. Os desafios Educacionais no Nordeste e a responsabilidade dos Centros de Educação e suas

Universidades Públicas. Cadernos do Centro de Educação. Ano 1, março, 1997.

18 Segundo o Parecer da Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 370/96, essa representa um desdobramento da Proposta de Emenda Constitucional nº 233-A de 1995, que "modifica o artigo 34 e o capítulo III Seção I da Constituição Federal e o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias". A PEC 233-A remete à Lei Ordinária a regulamentação da autonomia universitária, pela adição da expressão "na forma da lei" ao Caput do Artigo 207 do Texto Constitucional. A PEC 233-A abordava dois aspectos: um relativo à autonomia universitária e outro relativo à abertura de nova fonte de receita para as universidades públicas, permitindo a cobrança de mensalidades. Por necessidade de aprofundamento recomendou-se a tramitação independente do item Autonomia Universitária. Com nova proposição tramitou como nº 370/96 tendo sido criada uma Comissão Especial sob a presidência da deputada Marisa Serrano. Por necessidade de aprofundamento foi apresentado um substitutivo à proposta de Emenda à Constituição nº 370/96 que passou a tramitar com o nº 360-A/96. A questão da autonomia traz a baila questões como modelo de educação superior, expansão do sistema, financiamento, controle de qualidade, avaliação institucional, credenciamento, gestão, indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, entre outros. O novo texto, a PEC 370-96, foi no sentido de suprimir a expressão "na forma da lei" pois que, uma vez disciplinada por lei ordinária, a autonomia pode ser modificada por qualquer lei ordinária, perdendo a proteção do texto Constitucional ("desconstitucionalização" da autonomia).

19 Das 451 propostas candidatas no primeiro edital lançado, apenas 77 foram contempladas, o que corresponde a 17,1% de aprovação. 374 ficaram fora. Das contempladas 80,5% concentram-se na região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo) e 16,9 % na região Sul (Paraná três projetos, Santa Catarina, dois projetos, Rio Grande do Sul, treze Projetos). As regiões Norte e Centro-Oeste não tiveram nenhum projeto aprovado, o Nordeste somente dois. Ver mais *In*: Jornal Adunicamp. Publicação da Associação dos Docentes da Unicamp. São Paulo: Adunicamp, ano XV, setembro, 1997.

20 Ver mais a respeito de base de competência *In*: Schartz (1998). Gilson. Tecnologia ainda pode salvar os japoneses. Folha de São Paulo. Tendências Internacionais, 2-Di-

nehiro, Domingo, 5 de abril de 1998.

21 Em entrevista concedida a Folha de São Paulo, em 21/10/01, o Ministro de Estado da Educação do Brasil, Sr. Paulo Renato, mais uma vez, decreta a morte das Instituições federais de Ensino.

22 O Movimento Docente vem formulando críticas ao projeto Interveniente do Banco Mundial. Ver mais *In*: FIGUEIRAS, L. & DRUCK, Graça. O Projeto do banco Mundial, O Governo de FHC e a privatização das universidades federais. *Plural*. Revista da Associação dos Docentes da UFSC-Ssind., V. 6, nº 9, p. 15-27, jan/jun, 1997.

23 Ofício Circular nº 019/98-GAB/SESu/MEC de 04 de março de 1998, informando sobre dotação de bolsas de incentivo associadas à dedicação e à avaliação da contribuição dos docentes para a melhoria do ensino da graduação.

24 Verificar a crítica sobre modernização tecida por CHAUÍ, M. Em torno da universidade de resultados e de serviço. Revista da USP, São Paulo, (25):54-61, março/maio, 1995.

25 Existem na Base do ANDES-S/N e da SINASEFE 82 Instituições Federais que atendem à Educação Básica - Colégios de Aplicação (16), CEFET (16), Colégio Pedro II, Escolas Técnicas (06) e Agrotécnicas (48) que cumprem importante papel no sistema educacional brasileiro.

26 O Movimento Docente reivindica sua incorporação ao salário básico, pelo máximo da pontuação, de forma linear, sem discriminação entre ativos e aposentados (princípio da paridade) e os professores de 1º, 2º e 3º graus (princípio da isonomia).

27 Os PCNs são uma linha de ação estratégica do MEC. Decorrem do âmbito de convênios internacionais assinados pelo Brasil, Conferência Mundial de Educação para Todos, Plano Decenal de Educação para Todos, estabelecido entre os nove países mais populosos do mundo e com menores índices de produtividade em suas estruturas educacionais. Tais convênios desdobram-se no Brasil no Acordo Nacional de Educação para Todos e nos Planos Decenais de Educação, dos Estados, que introduz o MEC como formulador de diretrizes curriculares básicas/mínimas e, por outro, do preceito constitucional (Artigo 210 da Constituição Federal/1988) e, ainda, das formulações que culminaram na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

28 Do Novo Ordenamento Legal além da LDB 9.394/96 que, vale ressaltar, desrespeita e descumpre preceitos constitucionais, em relação à autonomia da universidade,

- consta ainda o Plano Nacional de Educação (PNE). Tramitaram duas propostas no Congresso, uma do poder executivo e outra da Sociedade Brasileira. Prevaleceu a proposta do Governo que recebeu nove vetos do próprio presidente da república dos quais, quatro referentes a financiamentos. Mais informações podem ser encontradas em Saviani (1997) e, Saviani (1998).
- 29 Desconsidera-se em tais documentos o “Holocausto Universal” determinado pela economia modernizadora que expurgará milhões de explorados e excluídos, considerados supérfluos no mundo atual. Mais a respeito em Forrester (1997), e ainda, em Nunes (1997). Desconsidera-se também uma análise mais profunda sobre “a nova ordem mundial reconhecida após 11 de setembro de 2001 - a militarização das relações sociais.
- 30 UFPE/PROACAD. Plano Acadêmico através das Diretrizes Curriculares. Proposta em Construção. Recife, (1997). Tal orientação pode ser encontrada ainda: 1) UFPE/PROACAD. Diretrizes Curriculares Gerais: uma questão acadêmica para os Cursos de Graduação. Série Legislação Acadêmica nº 5, Recife, 1998; 2) UFPE/PROACAD. Proposta de um Projeto Acadêmico através das Diretrizes Curriculares. Recife, 1997; 3) UFPE/PROACAD. Fórum Permanente de Desenvolvimento Acadêmico-Diretrizes Curriculares Rumo ao Novo Milênio. Relatório, Recife, abril, 1998; 4) UFPE/PROACAD. Autonomia didático-científica e suas consequências no Sistema de Ensino Superior na ótica da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Recife, 1998; 5) UFPE/PROACAD. Rumo ao Novo Milênio. Programa de Modernização do Sistema de Ensino da Graduação da UFPE. Recife, 1997; 6) UFPE/PROACAD. Uma visão geral sobre a Nova LDB e a Nova Reforma Universitária. Série Legislação Acadêmica nº 2 Recife, 1997; 7) UFPE/PROACAD. Plano Acadêmico através das Diretrizes Curriculares. Proposta em construção. Recife, 1997; 8) UFPE/PROACAD. Demanda e acesso para o Ensino Superior e seus desafios. Recife, 1998; 9) UFPE/PROACAD. Proposta: cursos seqüências por campos de saber. Recife, setembro 1997.
- 31 ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Ver mais a respeito In: SESu/MEC-Parecer às Diretrizes para o Curso de Graduação em Serviço Social. E ainda, ABESS/CEDEPSS Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional (novos subsídios para debate). Recife/setembro/96. (mimeo.).
- 32 Para exemplificar, sugerimos o Código de Ética dos Profissionais de Serviço Social, aprovado em 14 de março de 1993 pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS).
- 33 Por pressão do Movimento Grevista das IFES/98, este processo está com o seu prazo comprometido.
- 34 Estas informações poderão ser exatamente confrontadas em análises sobre a composição da Atual Comissão de Especialistas da SESU/MEC/99 e do Conselho Federal de Profissionais de Educação Físicas. Reconhecemos aí duas predominâncias: a) das Universidades do Sul e Sudeste, destacando-se as paulistas e, b) os envolvidos com instituições de ensino particulares.
- 35 O CONFEF vem sendo questionado e combatido, em suas concepções e práticas pelo Movimento Nacional Contra a Regulação da Profissão. Já existem diversos documentos - de pareceres jurídicos a dissertações de mestrado - que estabelecem limites a ação corporativa e autoritária do CONFEF.
- 36 O Código de Ética dos Profissionais do Serviço Social é categórico na Defesa e Garantia dos Direitos Sociais e Políticos das classes trabalhadoras, o que se contrapõe às orientações neoliberais que acentuam a retirada de direitos e conquistas das constituições, normas e leis firmadas após anos e anos de lutas.
- 37 Balazan sustenta a tese de que a inovação pedagógica se transformou num novo modismo, inútil e vazio. A palavra de ordem é inovar sem se perguntar em função de quem e a serviço de quem. (Balzan, 1980:119-139).
- 38 O MEC estabeleceu prazos irrisórios para definição de Diretrizes Curriculares. O Edital de Convite expedido em 10 de novembro/97 estabeleceu como prazo de apresentação de propostas para 2 de março/98, o que equivale a três meses, nos quais (dezembro, janeiro e fevereiro) são de recesso escolar, festividades natalinas e de final de ano e de férias docentes.
- 39 Ver mais In: Capítulo II, Do Plano Nacional de Capacitação Docente (PNCD). Proposta do ANDES/SN para a Universidade Brasileira. Caderno 2 do ANDES-SN
- 40 Necessidade é aqui considerada enquanto uma categoria e representa um grau do desenvolvimento do conhecimento social e da prática. A atividade prática mostra a existência objetiva e real da necessidade. Ver mais In: Cheptulin (1982).
- 41 No Programa de Transição encontramos as “Premissas Objetivas da Revolução Socialista” que hoje são atuais. Trotsky. Programa de Transição. São Paulo: Comissão de Formação, 1995. 55º Aniversário do assassinato de Trotsky e 100º aniversário da morte de F. Engels”.
- 42 A Opção Brasileira escrita por um coletivo de autores, entre os quais destacam-se Sader, Stédile, Greenhalgh, Bacelar e outros, editado pela Contraponto, Rio de Janeiro/1998, traz dados atualizados sobre as lutas no Brasil e que opções encontramos, enquanto proposições. Podemos questioná-las, mas são opções forjadas na luta de classes.
- 43 Termo cunhado por PAULO NETTO; José. no livro “Crise do socialismo e ofensiva neoliberal”. São Paulo: Cortez, 1995.

A universidade pública no olho do furacão

A Universidade Brasileira está nos centros dos acontecimentos há algum tempo. A mesma se encontra em crise desde a década de 70, acompanhando *pari pasu* a crise da sociedade resultante do modelo capitalista adotado. Aliás, já em 1968, o ensino superior foi reformulado porque a Universidade, segundo a ótica dos governantes, não atendia à necessidade social. Várias reformas aconteceram com ou sem a ajuda dos organismos internacionais, como o relatório Atcon, que apresenta, a pedido do Ministério da Educação e Cultura, propostas de reestruturação da Universidade. Outros "relatórios" oficiais surgiram e todos, de forma direta ou não, apontaram para a privatização da Universidade, para o questionamento da sua "eficiência e eficácia", para os resultados de sua "produtividade", para a "qualidade" dos cursos e dos egressos.

No momento se vive mais um momento agudo dessa crise, e como a entendemos vinculada à soci-

idade, é preciso que se situe melhor este contexto, para também identificarmos melhor os problemas que hoje vive a Universidade Pública no Brasil.

O cenário mundial

O final do século XX, do breve (Hobsbawm) ou do longo (Kurtz), foi o de desmanche de tudo aquilo que parecia sólido (Marx:1997). As alterações que se processaram nas sociedades, tanto na sua base material quanto na ideológica, levaram a um questionamento das crenças e valores até então estabelecidos. O mundo se transformou, se modificou e começou a rejeitar verdades tidas como eternas.

Esse cenário traduz uma crise do capital que se iniciou na década de 1970, significando o esgotamento de alguns modelos econômicos, políticos e sociais e a necessidade da criação, do surgimento de outros.

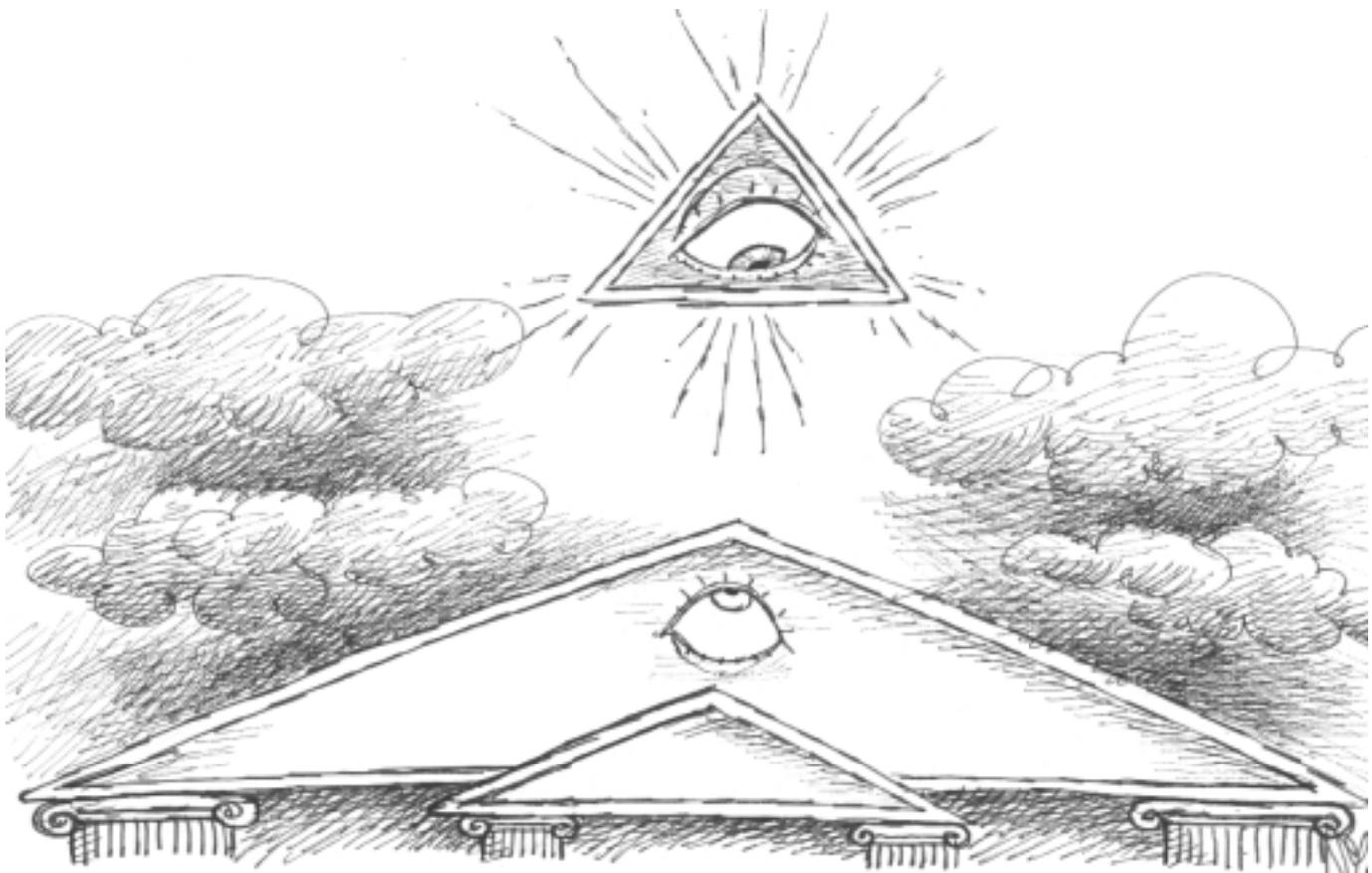
Uma crise pode significar um obscurecimento de um paradigma, podendo o seu término ocorrer com o aparecimento de um outro paradigma ou modelo (Kuhn, 1994:116). Um paradigma, pois, pode ser a resposta a um problema ou a não resolução de um "quebra cabeça". Desta forma,

a solução da crise pode representar uma revolução, sem contudo haver um esquecimento completo dos antigos padrões que foram, por vezes, as origens do problema.

Marx (1983) apresenta, nos seus escritos, o fato de o capitalismo gerar suas próprias crises, como sendo um processo inerente à sua natureza. Este estaria marcado pelo caráter cíclico do processo de desenvolvimento, alternando fases de prosperidade com outras de depressão, representadas por ciclos parciais ou gerais, quando então se apresentariam as crises, significando estas um colapso de reprodução do sistema.

Assim, pode-se considerar que houve um "longo ciclo" de expansão que começa após a Segunda Guerra Mundial e que perdura até os anos de 1973, quando então se inicia uma nova fase cíclica de problemas que vão caracterizar a atual crise estrutural do capitalismo.

A partir de então se começa a viver, nos países capitalistas, uma profunda mudança na sua base de sustentação, em função de que o regime de acumulação, que vinha sendo financiado pelo fundo público (Frigotto,1995 :62), a partir de políticas estatais que indicam esse



caminho, começa a deixar de dar o lucro desejável para o sistema.

O que se apresenta na base da chamada crise estrutural é o esgotamento de um paradigma de produção conhecido como fordista/keynesiano (Harvey, 1989: 119) e o surgimento de um outro modelo, criado a partir do momento em que o anterior não podia mais resolver os “quebra cabeças” (Khun, 1994) que se apresentavam. Em tese, aparece uma anomalia.

O fordismo, como expressão de um paradigma industrial (Antunes, 2000:25), um processo produtivo, representou, ao longo do século XX, um modo de vida capitalista (Harvey, 1989, 131), tendo como características fundamentais a produção em massa, a linha de montagem com um controle rígido do tempo e dos movimentos, os produtos mais homogêneos, o trabalho parcelar, a fragmentação das funções, a sepa-

ração entre o pensar e o executar.

O fordismo passou ser mais do que um processo de trabalho e que, aliado ao keynesianismo, enquanto uma forma de abordar as questões políticas, sociais e econômicas do capitalismo, pelo prisma do Estado enquanto promotor do crescimento e do bem estar material, além de ser um regulador da sociedade civil, formou a base econômica e política, necessárias para a expansão do capital no pós guerra.

A crise do petróleo e a alta inflacionária nos países desenvolvidos são algumas das causas que detonam o gatilho da crise estrutural capitalista, de que fazem entrar na cena política outros elementos que contribuíram para uma nova fase de acumulação, denominada de flexível (idem, 140), por se contrapor à rigidez do fordismo, devendo se apoiar na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, produtos e pa-

drões de consumo.

A crise e as suas consequências

A partir dos sinais da crise, tem início uma reestruturação econômica e um reajustamento social e político (Harvey, 1989: 140), significando o primeiro, na prática, um novo paradigma produtivo baseado no modelo japonês, representado pela flexibilização, trabalho em equipe e um outro modelo de regulação social que viesse substituir o keynesianismo, o que representa uma mudança substancial no papel do Estado (Antunes, 2000:175).

Nesse contexto de reestruturação produtiva, a educação responde às exigências do processo de produção, já que “cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas gesta um projeto pedagógico que corresponde às suas demandas de formação de intelectuais, tanto dirigentes quanto trabalhadores” (Ku-

enzer, Anais do ENDIPE, 1996). Assim os modelos pedagógicos surgem e se estruturam também a partir das mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e das relações sociais que se estabelecem a partir de tais transformações.

A educação, nesse cenário, passa a ser vista como um investimento capaz de permitir a solução das dificuldades de desemprego pelos quais passam os países ditos emergentes. A solução simplificadora/reduzidora apresentada pelos organismos internacionais, para a formação de novos quadros, impõe à educação novos desafios.

As reformas educacionais :
o ensino superior

Para fazer face às exigências internacionais, o governo brasileiro inicia uma série de reformas, dentre elas as educacionais, como uma forma de regulação social. Desta forma, as políticas educacionais em curso visam adequar o sistema educacional ao ajuste do Estado e às mudanças no paradigma produtivo, forma de sair da crise do capital. Isso implica colocar a educação como um dos elementos importantes para que o Estado cumpra, nessa ótica, o seu novo papel nos ajustes estruturais e fiscais exigidos por aqueles organismos.

Nesse cenário, o Ensino Superior vem sendo reformado gradativamente através de ações pontuais, estratégia adotada pelo governo para diminuir os impactos de tais medidas, que em muitos casos têm passado despercebidas por aqueles que não vêm acompanhando diretamente o movimento empreendido pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo próprio Congresso Nacional.

Nesse sentido, vale ressaltar a Lei 9192/95, que trata da escolha

dos dirigentes das instituições de ensino superior; o Decreto 2026/96 que trata da avaliação dos cursos e das instituições e a criação do Conselho Nacional, também regulamentado através da Lei 9131/95, sem falar na própria LDB, 9394/96. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, se intensificam novas regulamentações que vão marcar o cenário das políticas sociais para a educação, como o Decreto Lei 2306, de agosto de 1997, que trata da diferenciação das instituições de ensino superior.

O Decreto explicita que compete à Universidade o papel já consagrado pela Constituição de 1988, art. 207, ou seja, o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As demais instituições de ensino superior, salvo os Centros Universitários (a quem compete o papel do ensino e da extensão), deverão desenvolver atividades apenas voltadas para o ensino.

A Reforma do Ensino Superior vem ocorrer como uma das formas de sair da crise do capital, através de um novo paradigma produtivo e de uma nova forma de regulação social, denominada de neoliberalismo.

Como a crise do capital não é localizada, as soluções também não o são. Assim é que se pode encontrar essas mesmas características de mudanças e reestruturações no mundo do trabalho e de políticas

educacionais nos países periféricos, que têm recebido uma assessoria direta dos organismos multilaterais, a fim de que seja feita a reconfiguração necessária ao chamado mundo globalizado.

Catani e Oliveira, (2000:47,8,9), nos quais estarei me baseando para apontar algumas das características dessa reforma, traçam um quadro comparativo de três instituições internacionais - Banco Mundial, UNESCO e a Comissão Européia, através do Relatório Attalli (Ministro da Educação da França), no que diz respeito ao diagnóstico da crise, aos desafios que a mesma impõem às instituições de ensino superior, os princípios e missões que essas devem abraçar e as políticas e estratégias para que as mesmas venham corresponder às exigências de um mundo do trabalho que sofreu profundas transformações.

Algumas das conclusões do diagnóstico feito foram: crise do financiamento, baixa eficiência do sistema, custo-aluno elevado, pressão para aumentar vagas no ensino superior, desequilíbrio de gastos entre educação básica e ensino superior, pouca flexibilidade às necessidades do mercado de trabalho, inadequação do modelo de universidade de pesquisa para o mundo em desenvolvimento.

Como proposta de solução, o Banco Mundial indica a diversificação (das fontes de financiamento) e

o Ensino Superior vem sendo reformado gradativamente através de ações pontuais, estratégia adotada pelo governo para diminuir os impactos de tais medidas, que em muitos casos têm passado despercebidas por aqueles que não vêm acompanhando diretamente o movimento empreendido pelo Ministério da Educação.

a diferenciação (das instituições) do sistema de ensino superior e o Relatório Atalli sugere que sejam consideradas as demandas do processo de mundialização da economia de mercado, bem como a revolução nas ciências e tecnologias e nos vínculos com o Estado, assim como as ligações com as empresas, os modos de aprendizagem dos saberes.

Para o Banco Mundial, o Ensino Superior deve ter como missão a eficiência, a qualidade e a equidade. Já a UNESCO vê a pertinência, a qualidade e a internacionalização como princípios e o Relatório Attali coloca a homogeneidade e diversificação do sistema.

Mas é sobretudo no tocante às políticas e estratégias que os três pareceres internacionais se aproximam. A diversificação e a diferenciação dos sistemas e das instituições é consenso, significando que se deve buscar novas formas de financiamento, assim como diferenciar as instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas (Catani e Oliveira, 2000: 31).

A avaliação é colocada como uma política fundamental para o atingimento dos objetivos de diferenciação e diversificação. O fortalecimento dos vínculos com o setor produtivo da economia e o aumento da concorrência entre as instituições, além de conceder autonomia gerencial, são estratégias propostas pelo Banco Mundial e que tem tido ressonância

nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Os resultados desses pareceres provocam dobramentos que vão se traduzir em ações mais específicas, como é o caso das políticas para as Universidades Públicas.

As universidades

Nos últimos tempos, a Universidade Pública brasileira tem sofrido inúmeras tentativas para ser privatizada, para deixar de se voltada para os interesses da maioria da população e passar a atender aos interesses do capital, de quem for o proprietário e com ela quiser obter lucros, pois este é o objetivo de uma instituição particular.

A universidade brasileira tem sofrido muitos ataques e o governo tem feito toda uma divulgação no sentido de passar para a sociedade uma imagem falsa dessa instituição, dizendo que ela é improdutivo, por exemplo, que o problema é o gerenciamento dos recursos, que a relação professor/aluno é uma das mais baixas do planeta e tantas outras explicações que confundem a opinião pública e que desmoralizam a comunidade acadêmica, composta pelos professores, técnico-administrativos e estudantes.

É por isso que hoje se fala em uma universidade sucateada - (não tem dinheiro para comprar equipamentos, livros), numa universidade sitiada, esta expressão é o título de um livro escrito pelo Prof. Luís

Carlos de Menezes (porque tem um cerco político e uma enorme disputa para comprá-la e para tanto é preciso primeiro convencer a população de que ela está dando prejuízos). Uma universidade em ruínas também é o título de um livro com vários autores, dentre eles, Luís Antônio Cunha.

Outros adjetivos têm sido apostos à Universidade, como agredida (quando a política federal e militar nela interveem), eficiente e barata (no caso de poder sobreviver com o mínimo de recursos) e mercantilizada (vivendo sob o signo do mercado).

Entretanto, apesar de tudo isso, a Universidade brasileira continua extremamente viva. O Instituto de Estudos Avançados da USP¹ fez um estudo - Dossiê Universidade Pública - que demonstra que a Universidade tem um dos melhores índices de qualidade de ensino de graduação e pós-graduação. São alguns dados que este estudo demonstra:

No Brasil, as universidades públicas atendem apenas 33,5% dos 1868.529 alunos matriculados, isto é, 625.957 alunos. Isto quer dizer que 67% que conseguem chegar, nesse nível de ensino, está nas instituições privadas, pagando por seus estudos. Nos EUA, 99,9 %, e, na França, 92,08% dos alunos estão nas universidades públicas.

No Brasil, o governo gasta 4,6% do PIB com educação, contudo, aí estão incluídos os gastos com os Hospitais Universitários, com o pagamento dos aposentados, isto é, com despesas que deveriam sair de outras fontes de recursos, pois, como está, há uma informação que não é verdadeira no que diz respeito ao montante de recursos empregados.

O mesmo estudo demonstra que o orçamento de uma única universidade americana, HAVARD, para o ano de

O fortalecimento dos vínculos com o setor produtivo da economia e o aumento da concorrência entre as instituições, além de conceder autonomia gerencial, são estratégias propostas pelo Banco Mundial e que tem tido ressonância nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

2000, foi de US\$ 2,9 bilhões, o que corresponde a soma do orçamento de 6 grandes universidades brasileiras, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Contudo, apesar de sermos uma Universidade no olho do furacão, continuamos produzindo muito, se não vejamos:

1. as universidades públicas têm 77,2 dos docentes titulados em nível de doutor;

2. 83% dos docentes têm tempo integral;

3. 91%, 5% das publicações de docentes de pós-graduação (das 45.781) provêm das universidades públicas que também são responsáveis por 94,75% das publicações no exterior;

4. 81% dos cursos de mestrados e 89,2% dos cursos de doutorado são oferecidos pelas universidades públicas.

Malgrado esse cenário, as universidades públicas continuam a ser aniquiladas pelo governo. Aí cabe uma interrogação: por quê? Por que elas são tão atacadas? Pode-se ter várias respostas, por enquanto ficamos com esta: porque na universidade pública se pode pensar, fazer críticas, fazer reflexão, buscar caminhos que não sejam o do mercado e isso não agrada, isso incomoda. Então é preciso desmoralizá-la, dizer que os professores, os técnico-administrativos e os estudantes não querem trabalhar, não dão aula, não querem estudar, que só querem saber de fazer greve, que eles são os responsáveis pela mesma não ser produtiva.

Marilena Chauí fala da universidade funcional e da universidade operacional, isto é, aquela que só está preocupada em dar uma

formação rápida, ligeira, para atender ao mercado de trabalho. Para tanto, é preciso mudar o currículo, programas, carga horária, para fazer tudo aligeirado e apresentar números aos organismos internacionais. Por isso é preciso diminuir as bolsas, a duração do tempo do mestrado, os recursos para a pesquisa, os recursos para equipamento e material permanente.

O modelo de Universidade buscado pelas atuais políticas públicas está preocupado com a quantidade - quantos artigos foram publicados, quantos congressos o professor (com que dinheiro?) participou. A qualidade não conta muito nessa universidade funcional/operacional, terceirizada. Mesmo a pesquisa quando é aprovada, os critérios são extremamente mercantilista, isto é, qual a utilidade imediata dos resultados apresentados. O que vale é o custo/benefício, a produtividade, a lógica do mercado (vende?) e não a reflexão, a análise crítica, a criação, a produção de idéias e não só mercadoria, idéias que permitam refletir sobre esse estado opressor em que se vive, idéias que mostrem e ajudem a encontrar caminhos para sair disso. Idéias que permitam a todos serem mais livres, mais felizes.

A Universidade Pública, no Brasil, continua no epicentro das discussões, no olho do furacão porque as políticas determinadas pelos organismos multilaterais apontam para a privatização, para a desresponsabilização do governo com o ensino superior e, contra tudo isso, é que se tem o dever de fazer a denúncia e de buscar saídas que venham confirmar o caráter desta instituição como pública e de qualidade socialmente referenciada.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2000

CATANI, Afrânio Mendes e OLIVEIRA, João Ferreira. "A reestruturação da educação superior no debate internacional: A padronização das políticas de diversificação e diferenciação". In Revista Portuguesa de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2000

CHAUÍ, Marilena. Modernização da Universidade, texto apresentado em Maringá, 1998, mimeo.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez Editora, 1995

HARNECHER, Marta. Tornar Possível o Impossível. A esquerda no limiar do século XXI. São Paulo. Paz e Terra, 2000

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1989

KHUN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994

KUENZER, Acácia. A Formação de Educadores: Novos Desafios Para as Faculdades de Educação. ANAIS do VIII ENDIPE, 1996.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996

SILVA JUNIOR, João e SGUISSARDI, Valdemar. Novas Faces da Educação Superior no Brasil. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 1999

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica. As estratégias do Banco Mundial. In HADADD, Sérgio, WARDE, Miriam, TOMASINI, Livia (orgs.) O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez Editora, 1999

1 Esses dados foram publicados em um artigo denominado Universidade pública: eficiente e barata, de autoria do Prof. Romão da Cunha Nunes, da Escola de Veterinária da UFG, e publicado no jornal O Popular, 29/08/2001 - Goiânia GO

** Olgaíses Maués é professora doutora do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará.*

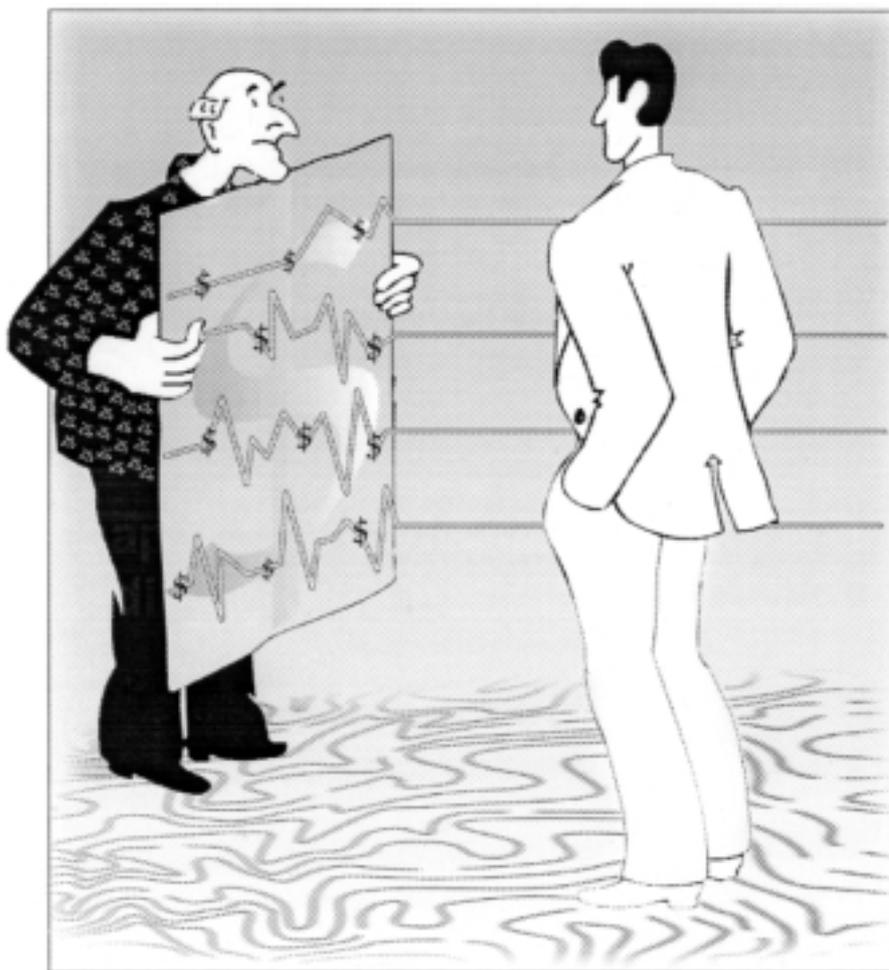
Marluce Souza e Silva*

A falta de previdência no tempo da aposentadoria docente.

A partir da dissertação de mestrado em Política Social, com o título de Dilemas da Aposentadoria proporcional em um Contexto de reforma da Previdência Social e Instabilidade Sócio-profissional - cujo referencial empírico foram os/as docentes da UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, que se aposentaram entre o período de 1991 a 1999, passamos a ter uma nova representação social da aposentadoria no Brasil. E é nesta RS - Representação Social, que vamos refletir aqui.

O objetivo principal da pesquisa foi o de conhecer os sentidos desta aposentadoria, observando os seus possíveis significados a partir do trabalho, das mudanças e marcas advindas do rito de passagem da atividade para a aposentadoria proporcional docente.

Para sustentar esta proposta de investigação, iniciamos as nossas análises a partir do entendimento das seguintes categorias: política social, trabalho, rito de passagem e tempo, e buscamos contemplar, tanto na linguagem como nas análises



dos dados, a categoria gênero.

Os critérios que utilizamos para definir a nossa amostragem foram docentes aposentados masculinos e femininos; docentes aposentados que permaneciam trabalhando (dentro ou fora da UFMT); docentes que usufruíam o direito de ócio; docentes de diferentes áreas de ensino e com titulações diversas.

O número de entrevistas realizadas não foi definido a priori, pois tínhamos receio de estabelecer um limite numérico e tornar vulneráveis os nossos resultados. Desta forma, realizamos duas entrevistas como pré-teste, para definir as abordagens que realmente iriam possibilitar a interpretação da aposentadoria proporcional, e em seguida reelabo-

ramos o instrumental técnico e iniciamos a sua aplicação, partindo da seguinte informação: neste período foram registradas 344 aposentadorias, sendo que 85 se caracterizam como aposentadorias proporcionais; destas, 56 são de professores e 29 são de professoras.

Considerando que o número de docentes masculinos aposentados é quase o dobro de docentes femininos aposentados, para cada dois professores, nós realizamos uma entrevista com uma professora. Quando atingimos o nº de 6 entrevistas com professores e 3 com professoras, nós já percebíamos uma similitude significativa nas respostas, no entanto, decidimos aplicar mais 3 entrevistas, sendo duas com os professores e uma com professora.

Estas entrevistas foram suficientes e deram significações ao nosso objeto de estudo, pois a *representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a "descrição densa" dos fenômenos estudados em seus contextos e não a sua expressividade numérica* (Goldemberg, 1997:50).

O instrumental técnico utilizado por nós foi a entrevista semi-diretiva, pois esta técnica possibilita maior flexibilidade ao diálogo e nos permitiu algumas estratégias de análise, tais como observar o comportamento do entrevistado, registrando os silêncios e as emoções, e isto para nós foi significativo, pois o material de nossas análises é basicamente composto de opiniões verbalizadas, atitudes e pre-julgamentos individuais.

As atitudes se referem à tomada direta de posição do sujeito em relação ao objeto, e isto implicou juízo de valor, isto é, deu ao objeto o

que Moscovici chama de qualificação positiva, negativa ou neutra.

Antes porém tivemos que realizar um estudo sobre o contexto em que se deram as aposentadorias, isto é, fizemos uma reconstituição dos princípios organizadores comuns à concretização do fenômeno. Isto se fez necessário por entendermos que a representação de um objeto social passa a existir a partir de um sujeito que vivência sua objetividade e subjetividade, dentro de um dado contexto histórico e social que dá sentido a esta representação, e este contexto é o da reforma da Previdência Social.

As conversações e os sentidos aqui analisados foram confrontados com informações documentais, o que deu à nossa investigação um caráter de contínuo processo. Este procedimento foi necessário porque, segundo Rangel, as RS precisam corresponder com a realidade externa no sentido científico de "entidade objetiva". A verdade da representação resulta da relação entre o conhecimento representado e a evidência disponível.

A partir do conceito de Minayo de que a Representação Social é uma forma de conhecimento prático, nós passamos a considerar esta teoria como um dos instrumentos indispensáveis à interpretação do nosso objeto.

O cenário político em que foram gestadas as aposentadorias proporcionais docentes, foi o da reforma da Previdência Social e, desta forma, ela acabou se confirmando como o princípio organizador e determinante das aposentadorias proporcionais, ocorridas no referido período. Fizemos uma análise destas aposentadorias e registramos uma significativa perda de vigor da Constituição Federal e do Regime Jurídico

A Seguridade que deveria ser o conjunto de políticas e ações articuladas com o objetivo de amparar o indivíduo e o seu grupo familiar ante os eventos de morte, doença, invalidez, desemprego e idade, não vem conseguindo cumprir o seu papel.

Único frente à aprovação da Emenda Constitucional nº 20. Registramos também as mudanças ocorridas no Sistema de Seguridade Social do Brasil e analisamos as suas inúmeras crises. Verificamos que em suas crises ela provoca uma maior polarização da sociedade entre pobres e ricos, pois sempre se recorre ao aumento das cotizações, dos impostos e do achatamento dos proventos da aposentadoria para cobrir os seus rombos. Com isso a Seguridade que deveria ser o conjunto de políticas e ações articuladas com o objetivo de amparar o indivíduo e o seu grupo familiar ante os eventos de morte, doença, invalidez, desemprego e idade, não vem conseguindo cumprir o seu papel. Comprova-se que a Seguridade, conceito conquistado na Constituição de 88, não atende as expectativas de justiça social para o qual foi criada, o que reflète negativamente na representação social da aposentadoria proporcional.

No que diz respeito à Previdência Social, os/as docentes admitem que também queriam uma reforma da instituição, mas não nos moldes em que ela se deu.

Desta forma, a Representação

Social da reforma Previdenciária expressa a realidade, explica-a, justifica-a e questiona a forma e os critérios adotados para realizar as mudanças que, autoritariamente, foram impostas aos seus segurados. Vejamos:

A Reforma da Previdência é terrorismo. Eu não sei até quando a gente vai conseguir viver de liminar (...) é uma tremenda sacanagem fazerem isso com a gente. A gente já pagou pela nossa aposentadoria. É o meu direito. Nos responsabilizar de novo é um contra-senso. (M.V.)

Tem uma coisa que eu não aceito nunca: a reforma da Previdência Social. Nós fomos usados mais uma vez. Ele não nos ouviu. Este governo que poderia... tinha tudo pra dar certo, enfim... dizem que é um professor que está lá. Que era até respeitado pela esquerda brasileira, mas escolheu um modelo econômico que eu não posso aceitar (O.S.).

Estas percepções, segundo Minary, são importantes, pois elas atravessam a história e a fabricação dos sentidos. Pelas falas se percebe que estas pessoas pertencem ou pertenciam a algumas correntes de pensamento diferentes das suas posições atuais. As falas registram a decepção e a mudança de opinião.

A partir dos dados registrados, fomos buscar o sentido da aposentadoria a partir do conceito de Política Social. Segundo professor Pedro Demo (1996:25), Política Social é o processo, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfren-

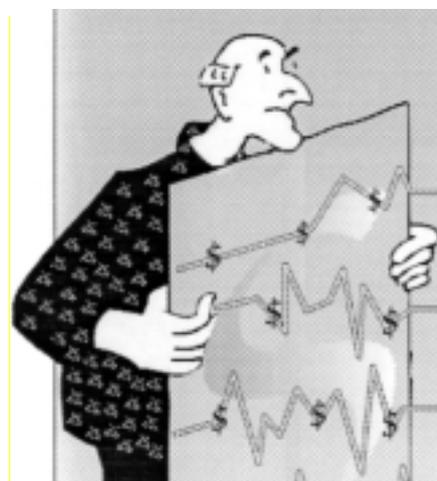
tamento da desigualdade sua própria atuação organizada. Diante disso, somos obrigadas a acreditar que a reforma institucional, da forma como foi conduzida, deu à aposentadoria proporcional um caráter altamente indigno, e, contrariando o conceito acima, retirou a capacidade de reação da grande maioria dos entrevistados. A questão maior é que não tivemos, durante a reforma da Previdência, uma ampliação e consolidação da democracia, mas sim uma reforma implantada de forma autoritária e onde o respeito pelas instituições democráticas são, no mínimo, duvidosos. É uma reforma que sopra em direção determinada pela conjuntura internacional, e isto fica claro nas seguintes falas:

Eu não entendo de política, mas o pouco que eu entendo me diz que este governo optou pelo pior modelo econômico que o Brasil já teve que é o de subserviência ao capital internacional... aos organismos internacionais (M.V.).

A reforma é o grande avanço do capitalismo na sua gana por maiores ganhos... em que pese isso comprometer a sobrevivência do trabalhador (P.E.).

A Previdência Social, dentro deste cenário de reforma, não dá aos docentes condições de enfrentamento dos problemas advindos da aposentadoria, muito pelo contrário, é um agravante desta situação, e a Seguridade Social passa a significar insegurança.

O conceito de Seguridade Social, conquistado na Constituição de 1988, passa, a partir das reformas, a não atender à expectativa de justiça social para o qual foi criado. Seguridade virou previdência. E previdência é seguro, como informa a



home-page do Ministério da Previdência e Assistência Social na Internet, intitulada A Seguradora dos Trabalhadores (Vianna, 1999:46).

A categoria trabalho veio também contribuir para dar significação à aposentadoria. E, para isso, partimos do entendimento de Ricardo Antunes, para quem o trabalho pode ser realizador e prazeroso = trabalho concreto, e/ou desrealizador e opressor = trabalho abstrato.

Os dados registram a presença de muito trabalho neste tempo de aposentadoria. Desta forma, a partir do pensamento de Hegel e de Marx, verificamos que a aposentadoria ainda se encontra aprisionada no reino da necessidade, isto é, existe, no tempo da aposentadoria proporcional, muita obrigatoriedade e muita necessidade material do trabalho.

Os/as docentes permanecem trabalhando no tempo da aposentadoria. Todos/as, com exceção de uma professora, em algum momento, se submeteram ao trabalho após aposentadoria, e sempre numa relação precarizada. O significado da aposentadoria, desta forma, passa também pelo sentido do trabalho docente.

Ao analisarmos as falas relativas ao significado do trabalho, nós tivemos, obrigatoriamente, de considerar algumas variáveis, tais como as

peças que tiveram incorporações de gratificações pelo exercício de cargos administrativos deram à aposentadoria um sentido mais positivo, enquanto que o sentido produzido em cima da condição material de realização do ensino, pesquisa e extensão; da relação do docente com a Instituição; da relação do docente com os colegas e da relação do docente com o alunado nos permite uma outra interpretação. Nessas últimas se percebe a aposentadoria como alívio, um fenômeno que foi capaz de retirar o docente de uma situação opressora.

Nós temos então, a partir da categoria trabalho, dois sentidos para a aposentadoria. Vejamos:

Eu sempre gostei de estar na Universidade(...) Eu sempre exerci a docência e a administração (...) fazer a incorporação destes cargos e aposentar foi mais vantajoso para mim do que ficar dando aulas e correr o risco com a reforma da Previdência" (D.M.).

Eu diria que a atividade docente oferece sem dúvida mais retorno para o ego do que a atividade administrativa, mas é a atividade administrativa que favoreceu os meus proventos na aposentadoria" (P.E.).

Os demais depoimentos apontam a aposentadoria como instrumento de libertação:

Eu acho que um mínimo de educação e de respeito tem que haver nesta relação professor /aluno, e como isto não está existindo, eu não estou mais disposta a enfrentar esta profissão.

Eu me sentia discriminada também frente aos colegas. Parece

que eles sabiam tudo e eu não sabia nada. Eles me faziam sentir assim...

Nós percebemos que estes últimos sentidos vieram, dialeticamente, sendo construídos, e que nesse momento eles se encontram em deriva, isto é, no início de carreira destas pessoas, o sentido deste mesmo trabalho era outro:

Meu trabalho era realizador, mas acabou; eu achava que era um bom profissional, mas não sou, a universidade era a minha casa, mas ela deixou de ser hospitaleira.

O processo de sucateamento pela qual vêm passando as instituições de ensino e o próprio desencanto com a docência provocam a reelaboração do sentido, da crença e da conduta destas pessoas.

As mudanças de concepções do objeto decorreram de modificações nas condições materiais de vida destas pessoas.

Isto é reflexo da precariedade das condições de trabalho que são denunciadas pelos docentes, há comprovadamente um descaso do Estado com a universidade, e isso foi suficiente para apagar os registros e os valores positivos que estavam presentes no sentido do trabalho docente, em período anterior à reforma da Previdência Social.

Aqui comprovamos que o imaginário tem um fôlego curto e que a memória é bastante seletiva, o que faz com que a memória de práticas reelaboradas e a imagem do objeto represente a presente uma nova configuração diante do cenário opressor da reforma previdenciária.

Quando analisamos os dados que dão sentido ao trabalho realiza-

do após a aposentadoria, percebemos que há aí uma contradição muito grande: o trabalho docente na UFMT estava difícil, mas o trabalho atual é uma atividade ainda mais estranhada, característica própria do trabalho abstrato:

É diferente; a gente tem mais liberdade numa academia de universidade pública; na federal, eu tinha mais prazer; trabalhar agora é só uma questão de saúde e de dinheiro (P.E.).

Alguns dos nossos entrevistados voltaram à UFMT, na condição de professores substitutos, sendo um professor e duas professoras. Para todos, a experiência se revelou degradante. Isto veio confirmar a nossa hipótese de que nesta condição o/a docente se submete a uma relação de subalternização em relação aos colegas e à instituição. As falas dos professores substitutos dizem o seguinte:

a gente não tem vínculo; eu vou lá cumprir carga horária; a gente tem um monte de aulas; o salário é baixo; não é uma remuneração condigna; é uma participação solidária; é horrível; substituto? Não dá (O.S.).

Hoje eu sou professor substituto. Isto não permite que você ouse um projeto mais a longo prazo... (M.D.)

Já voltei como professora substituta, mas... substituta não dá. Se antes eu já achava que era hora de parar, quando a gente é substituta, é muito pior (D.M.).

Dentre os nossos entrevistados/as, registramos que apenas duas

professoras vêm se negando ao trabalho dentro dos moldes em que estão sendo oferecidos pelo mercado atual:

Eu não nasci para ser escrava branca (M.V.) .

Eu trabalho ainda, mas é quando eu quero (M.D.).

Entre os nossos entrevistados, encontramos dois docentes que retornaram para o espaço doméstico, ou melhor, uma professora retornou e um professor está estreando com sucesso as atividades do lar. Para estes/as a aposentadoria tem um significado de retorno à família e de tempo para cuidar de si:

Hoje eu sou motorista, professor e pai das minhas filhas. Antes tudo isto era responsabilidade da minha esposa. Vou ser sincero... eu não fazia nada em casa. A Universidade não dava tempo. Eu não vi minhas filhas crescerem...(Choro)...(M.M.)

No início da aposentadoria, eu fiz tudo que absolutamente eu nunca tinha feito. Aprendi o corte de costura... até comprei máquina de costurar. Brinquei de casinha nos primeiros 6 meses e depois percebi que não era esta a minha praia. Agora eu cuido das crianças...os netos (D.M.).

Somado ao trabalho, procuramos identificar quais foram os grandes impactos advindos do rito de passagem e do Tempo atual destes/as professores/as. Estas duas categorias de análise vieram consolidar a nossa interpretação.

Comprovamos que o rito de passagem do tempo de trabalho para o

tempo de aposentadoria se configurou numa travessia muito dilemática. A aposentadoria foi a passagem de uma situação delimitada para uma outra situação também delimitada e desconhecida.

Professores e professoras demonstraram muita emoção ao lembrarem os momentos cruciais desta travessia. Ao dizerem sobre os seus dilemas, os professores/as davam significação à aposentadoria em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua, e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos e lembranças que reclamavam sentidos.

A lembrança desta travessia ainda é muito recente. O passado está muito presente no tempo atual, e para trabalhar com este passado recente, fomos ancorar em Santo Agostinho (abud Reis, 1994:31) para entender o sentido do tempo na vida destas pessoas. E, segundo ele, a alma é responsável por medir o tempo, e essa medição é realizada com bases em três operações: a espera, a visão e a lembrança.

Deste modo, o que se comprova é que a alma presente está marcada pelo passado, o que caracteriza o tempo atual como um paradoxo. Isto significa, segundo Rangel, que "ser e dever ser" mesclam-se nas percepções e conceitos atuais destas pessoas. A imagem ideal de aposentadoria interfere na percepção da imagem real.

Os/as docentes estão aposentados, no entanto, não garantiram um tempo de aposentadoria, de ócio, de tranquilidade e de gozo dos anos de trabalho, conforme esperavam. E aí a aposentadoria não se confirma como um salto para o reino da liberdade

A vontade, mesmo no tempo da aposentadoria, ainda não é livre. O

O tempo da aposentadoria é ainda ditador. O aposentado está aprisionado pelo trabalho, e aí o significado da aposentadoria se constitui e se evolui em bases e em necessidades práticas.

tempo da aposentadoria é ainda ditador. O aposentado está aprisionado pelo trabalho, e aí o significado da aposentadoria se constitui e se evolui em bases e em necessidades práticas.

E aqui lembramos de Chartier que nos diz que a RS tem que ser entendida enquanto história e enquanto linguagem - registra-se então a presença de uma confusão verbal e histórica no sentido da aposentadoria.

A aposentadoria não é um tempo de se fazer o que quer, nem mesmo para os/as docentes que não estabeleceram outro vínculo formal ou informal de trabalho. As obrigações que marcam o tempo da aposentadoria são muitas e estão assim registradas:

Eu tenho que levantar cedo, levar as crianças para a escola, para o esporte, para o dentista, cuidar do cachorro, fazer compras, ir para o banco.... (D.M.).

A gente fica mais de 24 horas sem dormir (M.V.).

Levo as filhas para a escola, busco informações para fazer trabalhos escolares das minhas filhas, cuido da casa, faço comida, o que for preciso. Eu digo pros meus amigos: eu sou um aposentado sem tempo. (M.M.)

Eu hoje trabalho mais do que quando estava na ativa. É preciso ajudar no orçamento (A.E.).

Sou responsável por um curso de pós-graduação. Trabalho muito... muito mesmo... (P.E.).

É, portanto, um tempo sem tempo.

Entre os/as docentes que permanecem desenvolvendo atividades fora do espaço doméstico, registramos que a grande maioria está fazendo parte da grande população de trabalhadores que se encontra na informalidade, o que agrava a sua exclusão social, pois economicamente, a "informalidade" está caracterizada pela não generalização da relação de assalariamento (o que não garante homogeneidade social) e pela obediência desigual aos parâmetros legais existentes. (...) nos países do terceiro mundo, esta prática está marcada pela exclusão e não generalização da cidadania (Dalbosco e Kuyumjian, 1999:207).

No entanto, o tempo da aposentadoria para as mulheres se caracteriza como um tempo de cuidados especiais. Parece ser mais prazeroso para as mulheres. Vejamos estas falas:

Mulheres

*Hoje eu posso pintar;
Fazer o que eu quero;
Fazer nada ;
Durmo melhor.*

Homens

*Voltar para a família,
Ser feliz,
Me visto melhor,
Alimento melhor,
Posso me preocupar com a minha família.*



Podemos perceber que as mulheres exercem mais efetivamente o direito de ócio, e isto se explica em função de que, junto com as atividades do espaço público, as mulheres permanecem exercendo as atividades no espaço doméstico, enquanto que os homens só perceberam e se responsabilizaram pelas atividades domésticas quando a atividade pública foi encerrada.

É também entre as mulheres que encontramos uma participação efetiva no movimento sindical.

Questões relacionadas ao tempo da sexualidade se configuram importantes em nossa análise e certamente contribuem para a representação social da aposentadoria. As professoras declaram estar vivendo melhor a sua sexualidade após a aposentadoria, enquanto que, entre os homens, aparece sempre uma condição impeditiva para este exercício, ora em relação ao tempo da companheira, ora pela falta de dinheiro ou excesso de preocupação. Vejamos as falas masculinas:

Olha a gente... sem dinheiro, a gente fica brocha sim. Não vou falar que não porque é verdade. A gente sem dinheiro e... vendo a mulher e os filhos precisando do mínimo... ah... num pensa em sexo não. Se pensar... ah... feliz de quem pensa (M.M.).

É tenho mais tempo para... para a cervejinha. Esta outra parte não... a patroa é muito ocupada (O.S.).

Tempo até que a gente tem... a gente não está tendo é oportunidade. Eu acho que o entusiasmo pra estas coisas já passou. A gente tem muita preocupação. (N.S.).

Entre os docentes, registramos duas vítimas do stress após a aposentadoria: um homem e uma mulher, no entanto, se percebe que a reação das mulheres contra a enfermidade é mais efetiva e mais rápida:

Aí veio a depressão... a transição foi muito difícil. Quando eu percebi que era inútil, eu fiquei com depressão. Estou até hoje.. (tem 9 anos que este professor se aposentou) (M.M.)

A aposentadoria me trouxe uma enorme crise... na universidade, eu já estava em crise, mas logo depois eu reagi, mas até hoje eu tenho medo da depressão (M.D.)

Isto vem confirmar que as mulheres sabem lidar melhor com as suas próprias carências e vencer mais rapidamente as dificuldades. E veio também confirmar o entendimento do professor Huberman (1995:43), que realizou uma pesquisa em Portugal e confirmou que o período de crise, nos homens começa aos 36 anos e pode durar até os 55 anos e parece mais ligado às questões profissionais. Em contrapartida o momento de crise das mulheres chega mais tarde (por volta dos 39) dura menos tempo (até os 45 anos) e está menos ligado à carreira e mais ligado aos aspectos

desagradáveis das tarefas ou das condições de trabalho.

Todos estes dados foram confrontados com a última questão interrogativa do nosso instrumental técnico que era: o que significa a aposentadoria para você?

E desse confronto obtivemos como resposta as seguintes frases:

- * aposentar significa indignação, mas também oportunidade;
- * o direito de não fazer nada;
- * uma frustração, um susto, foi ruim...
- * um corte, saí forjado, mas estou mais tranqüilo;
- * deveria ser a sensação de estabilidade, mas não é...;
- * Foi uma surpresa ruim. Ela acabou com o meu casamento;
- * É uma ilusão, e eu sabia, me obrigaram a isso...;
- * Eu sempre tive medo da aposentadoria, agora eu entendo porque...;
- * Hora de descanso, mas não posso descansar;
- * Significou a solidão;
- * Significa um retrocesso na vida da gente;
- * Injustiça... muita injustiça.

O que fica evidente é a contradição entre o sonho da aposentadoria e a sua realidade. A imagem real e a idéia ideal de aposentadoria se conflitam, e isto nos remete ao que Moscovici chama de sentidos reais, sentidos simbólicos e sentidos do imaginário.

A partir do entendimento de ideal, a aposentadoria se apresenta forjada. Os males advindos da reforma da Previdência fez com que a aposentadoria proporcional perdesse seu caráter de voluntariedade e adquirisse formas de compulsoriedade.

Desta forma, o Estado, mais uma



vez, favoreceu à exclusão social de trabalhadores e desmantelou as IFES - Instituições Federais de Ensino Superior.

A política social da previdência que deveria proteger e emancipar os trabalhadores no tempo da aposentadoria foi reformada para oprimir.

Há no tempo da aposentadoria uma punição e não uma premiação pelos anos de trabalho prestado. Aposentar significa trabalhar de novo, mesmo que se tenha que esfalfar em emprego penoso e degradante.

Há um paradoxo nesse tempo, pois a aposentadoria cercada de tanto trabalho e tanta necessidade se torna um ato inconcluso.

Não chegamos a um significado unívoco da aposentadoria proporcional, mas temos evidência de uma significação coletiva do fenômeno: ela não foi um ato voluntário. Este significado parece veicular muita ideologia e distorcer a realidade, mas, de qualquer forma, nos sustentamos em Moscovici para dar legitimidade aos nossos dados, pois para ele as Representações Sociais são racionais, não por serem sociais, mas por serem coletivas.

Apontamos, também, a existência de alguns consensos, "ela é injusta... ela é ruim... ela é forjada", mas o consenso de que aqui falamos não é aquele que se trata de quantifica-

ção, mas sim o consenso funcional, que é necessário à unidade e organização do grupo, o que favorece à identidade e às interações da maioria das pessoas que integram o grupo aqui investigado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E REVISTAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- CHARTIER, Roger. A história cultural. *Entre práticas e representações*. In: GALHARDO, Maria Manuela (trad.) Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- DALBOSCO, Eduardo, KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. Os desafios de compreender o trabalho informal, In: Revista SER Social, no. 5. Brasília: UnB, 1999.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*, 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- HUBERMAN, Michäel. O ciclo de vida profissional dos professores, In: NÓVOA, Antônio. *Vida de Professores*. Coleção Ciências da Educação, 2 ed. Porto/Portugal: Porto, 1995.
- MARX, K. *Trabalho assalariado e capital*, In: Marx, K e ENGELS, F., texto 3. São Paulo, 1977.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica, In: GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHLOVITCH, Sandra (org.). *Textos em Representações Sociais*, 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- RANGEL, Mary. "Bom aluno": real ou ideal? - O Quadro teórico da representação social e suas contribuições à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.
- REIS, José Carlos Reis. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.
- VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A americanização da seguridade social no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1988.

Documentos Oficiais:

- Constituição Federal. 6 ed., 2001.
Emenda Constitucional no. 20
Regime Jurídico Único

* **Marluce Souza e Silva** é professora no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso, e mestra em Política Social pela Universidade de Brasília.

Pessimismo da inteligência e otimismo da vontade: um balanço da greve de 2000 das universidades estaduais baianas

Entre os meses de junho e agosto de 2000, o cotidiano das maiores cidades da Bahia foi alterado por algo novo. Algo agitou as praças e avenidas de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna e muitas outras cidades, algo chamou a atenção da (diminuta) imprensa que não é chapabranca, interferiu no cotidiano das esferas do poder, despertou a ira de alguns e a solidariedade de muitos. Meses antes da greve da polícia, que ganhou as manchetes dos jornais de todo o país, em 2001, a Bahia assistiu ao conflito público entre um poderoso governo e o movimento docente das Universidades Estaduais Baianas (IEESBA)¹.

O que havia de realmente novo era o fato de que, por 75 dias, uma greve de professores travou abertamente um duro enfrentamento contra um grande bloco político conservador que era tido como impossível de enfrentar. Os professores tinham

como antagonistas não apenas um governo forte e seus longos tentáculos no Estado e na sociedade civil, mas também o mito da invencibilidade daqueles supostos donos do poder. Daqueles que diziam que o espaço da política, do conflito e da negociação era vedado aos movimentos sociais organizados. Este balanço da greve começa por esclarecer contra quem foi travado o conflito. Façamos uma caracterização, ainda que sumária, do temido inimigo dos movimentos sociais na Bahia: o carlismo.

Triste Bahia... (Pessimismo da Inteligência)

Em 1991, quatro anos após ter sofrido uma acachapante derrota eleitoral e beneficiado pelo fracasso do governo Waldir Pires/Nilo Coelho, Antonio Carlos Magalhães ocupou, pela terceira vez (a primeira através do voto), o posto de Governador da Bahia. Sob sua liderança articula-se então um arco político que, fato inédito na história baiana,

dá certo grau de unidade política a quase todas as principais oligarquias do interior do Estado. O grande cacife político de ACM não é eleitoral (excetuando-se a última eleição para o Senado, seus resultados sempre oscilaram em torno de 30% dos votos), mas sim o de ter conseguido construir, no carlismo, o espaço dentro do qual quase todos os grupos sociais e políticos conservadores conseguem exprimir de modo satisfatório seus interesses. Além dos latifundiários e oligarcas do interior, o carlismo abriga também representantes de importantes setores industriais modernos como os da petroquímica, banqueiros, empreiteiros, empresas de hotelaria e turismo, empresas de comunicação. Com o carlismo, a Bahia dá mais uma prova de que não há incompatibilidade entre o velho coronelismo e a modernidade burguesa, desde que seja possível construir a hegemonia: esta foi a obra prima de ACM.

Claro que a soldagem deste bloco só pôde ser feita às expensas do

Estado e da sociedade. As concessões para instalação de emissoras de rádio e TV (sobretudo durante o período em que ACM foi Ministro das Comunicações no governo Sarney) e os contratos milionários com empreiteiras são apenas os expedientes mais conhecidos, mas de modo nenhum foram os únicos meios pelos quais o Estado foi empregado para bancar a expansão e a consolidação do carlismo. O resultado foi impressionante: não apenas a maioria dos prefeitos (mais de 5/6 em todo o Estado, inclusive os de Salvador, Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna), vereadores e a maioria absoluta da Assembléia Legislativa, mas também o Judiciário e quase todas as emissoras de TV e rádio (sem mencionar artistas e intelectuais famosos, atraídos por razões não muito diferentes) passaram a orbitar a esfera de influência carlista. ACM aparece no cenário nacional como se fosse realmente portador de uma unanimidade no seu Estado, e é assim que ele é tratado pelos meios políticos e pela imprensa em geral. Esta era a situação em meados de 2000.

No governo, ACM e seus sucessores (Paulo Souto e César Borges) aplicam, ao pé da letra, a cartilha neoliberal de administração pública. A correlação de forças extremamente favorável lhes permite muita ousadia na implementação de suas políticas. Assim o governo antecipou-se à legislação federal e impôs um aperto salarial ao funcionalismo que reduziu a folha de pagamento para algo em torno de 40% da receita. De modo ainda mais ousado, extinguiu o instituto de saúde e previdência social (IAPSEB) e negociou com um grupo empresarial a adesão compulsória de todos os servidores a um plano privado de saúde



(a obrigatoriedade foi depois breçada no STF) enquanto aumentava o percentual de desconto da previdência. Boa parte das empresas estatais foi doada a capitalistas através de um amplo programa de privatização.

Ao mesmo tempo eram lançados, com grande estardalhaço, projetos setoriais que davam materialidade ao discurso modernizante dos governos. Parte destas iniciativas, supostamente modernizantes, eram no campo educacional: inauguração da rede de Escolas-modelo Luís Eduardo Magalhães, criação de um instituto permanente de capacitação de professores do ensino básico, criação de unidades de informática em escolas e outras.

As universidades estaduais eram peças importantes desta política, sobretudo a partir do governo Paulo Souto. As IESBA receberam importantes investimentos que permitiram a expansão física dos *campi*, a melhoria das instalações, a aquisição de laboratórios e equipamentos

- embora seja preciso registrar que, em muitos casos, as instâncias colegiadas das IES não tenham participado da decisão sobre as prioridades na aplicação dos recursos. O número de matrículas cresceu rapidamente, foram abertos novos cursos de graduação e pós-graduação (*lato e strictu sensu*) e implementados vários novos projetos de pesquisa e extensão. Mas tudo isso é apenas um dos lados da história.

Naquilo que é essencial para a universidade, a política do carlismo não poderia ser mais desastrosa. A autonomia das IESBA foi violada seguidas vezes pelo governo, não raro, com o respaldo do Legislativo. Um bom exemplo (mas, infelizmente, não o único) é o da Lei 7.176/97, que foi aprovada em regime de *urgência urgentíssima*, no último dia daquele ano, sem qualquer discussão nem mesmo nos limites do parlamento. Esta lei alterou a composição dos conselhos universitários, criando, entre outras novidades, o conselheiro docente biônico, indica-

Desde a posse de ACM, em março de 1991, até a deflagração da greve, as perdas acumuladas do salário base eram tamanhas que seria necessário um reajuste de 263,56 % para recompor o poder de compra corroído ao longo da década.

do pelo governador. Também atribuiu poderes especiais (de decisão *ad hoc*) ao presidente do Conselho Administrativo, que é o próprio Secretário de Educação. A mesma lei definiu como deve ser o processo de escolha do reitor e ainda limitou o percentual de professores que, em cada IEES, pode trabalhar no regime de dedicação exclusiva.

Se a autonomia foi agredida, não é menos rude o ataque desferido contra as condições de trabalho docente. O plano de carreira, aprovado em 1986 após intensa negociação, teve vários dispositivos eliminados ou modificados, inclusive a extinção do avanço horizontal dentro da mesma classe. Os salários, como o do restante do funcionalismo, estão comprimidos ao extremo. Desde a posse de ACM, em março de 1991, até a deflagração da greve, as perdas acumuladas do salário base eram tamanhas que seria necessário um reajuste de 263,56 % para recompor o poder de compra corroído ao longo da década. Duas gratificações foram criadas como resposta às insistentes reivindicações de reajuste feitas pelo movimento docente que, em alguns momentos, esteve próximo da greve.² Estas gratificações acrescentam 100% ao valor do salário base mas, computando tudo,

ainda seria necessário, em junho de 2000, um reajuste de 81,78% sobre o montante para zerar as perdas do período carlista. É fácil ver que vencimentos básicos de R\$ 1.212,03 para um professor titular com DE, que é o topo da tabela salarial, constituem um ótimo incentivo para que profissionais altamente qualificados se demitam e sejam contratados pela iniciativa privada - não por acaso, e não sem ligações com o carlismo, a rede privada de ensino superior cresceu espetacularmente neste período.³

Quem é ateu e viu milagres como eu (otimismo da vontade)

O movimento docente atravessou a década procurando meios de resistir à avalanche carlista, mas com muitas dificuldades. A última greve conjunta das universidades estaduais tinha sido em 1987. Desde então houve mobilizações importantes, como em 1995, pela reconstrução da carreira docente, e a partir de 1998, contra os efeitos da referida Lei 7.176, mas não se conseguia combinar o grau necessário de unidade e de mobilização para articular um movimento em todo o Estado. Apesar disso, o Fórum das ADs se reunia com certa frequência e estava claro que a insatisfação crescia entre os professores. Durante o ano de 1999, foi discutida e elaborada uma pauta de reivindicações cuja síntese era: reposição das perdas salariais do período carlista, incorporação das gratificações aos salários (inclusive para corrigir a discriminação dos aposentados), aumento de verbas para as IEESBA, abertura de negociações para reestruturação da carreira e revogação da limitação de professores com DE.

A pauta foi entregue pelo Fórum das ADs ao governo no final de 1999, mas não houve resposta. Após várias

tentativas frustradas de obter uma audiência com o Secretário de Educação (Eraldo Tinoco, ex-ministro de Collor e conhecido por sua atuação parlamentar contra a educação pública), as assembleias docentes de duas universidades (UEFS e UESB) aprovaram um indicativo de greve, em maio de 2000. Só então o Secretário convocou a audiência, ouviu as reivindicações e deixou claro que o governo não pretendia negociar qualquer das reivindicações, mas se comprometeu a encaminhar a pauta a uma comissão técnica para uma análise mais detalhada. Após alguns dias aguardando em vão o resultado do trabalho da comissão (que provavelmente nunca chegou a ser constituída), a UEFS e a UESB entraram em greve no dia 08/06, seguidas prontamente pela UESC.

A adesão à greve se deu de maneira diferenciada nas quatro estaduais baianas. Muito embora a unidade do movimento estivesse ainda em construção, as ADs lideraram o sentimento de insatisfação da categoria e deslançaram o processo em assembleias que foram gradativamente se enchendo de docentes (também discentes e técnicos) descontentes com os longos anos de desmonte do ensino público. Apenas na UNEB, a deflagração da greve tardou, ainda que não tenha faltado. Nesta universidade, mergulhada em substanciais problemas organizacionais por conta de sua estrutura multicampi, a greve só pôde ser deflagrada no dia 28/06, tendo em vista o esvaziamento de sua seção sindical, a ADUNEB, que na ocasião só contava com praticamente um diretor em exercício. Além disso, as imensas dificuldades de se articular os dezenove campi desta instituição contribuíram decisivamente para as dificuldades do

MD na Instituição. Assim a greve foi sendo deflagrada “pelas beiradas”, a partir da movimentação dos docentes dos campi do interior que assistiam a movimentação nas demais IEESBA e se incomodavam com o marasmo na sua própria universidade. Finalmente, numa Assembléia realizada no dia 28/06, com cerca de 100 docentes na plenária, foi deflagrado o movimento na última fronteira das estaduais baianas. Registre-se que a essa altura, após duas tentativas frustradas de deflagração da greve, o movimento na UNEB já estava sendo inteiramente dirigido pela base, que passou a formar o Comando de Greve, sem a direção da ADUNEB, que nem sequer estava representada na AG do dia 28.

Se a deflagração do movimento se deu em momentos diferenciados e com graus de mobilização variados, a consolidação da greve também seguiu por linhas tortas, pois os diferentes estágios de mobilização em cada IES e a resistência de determinados setores, no interior de cada universidade, impuseram ritmos próprios a cada Instituição. A própria participação dos outros segmentos da universidade na movimentação grevista se deu de maneira substancialmente diferenciada, com uma maciça participação dos estudantes da UESB e da UEFS, que cumpriram papéis importantíssimos em todas as atividades programadas, e uma menor mobilização deste segmento na UNEB e na UESC. Quanto aos técnicos, ensaiou-se, no princípio da greve dos docentes, uma adesão da parte dos trabalhadores da UESC e da UESB, enquanto os servidores técnico-administrativos da UNEB e da UEFS permaneceram absolutamente alheios.

Na UESC, a greve, dirigida pela ADUSC, seguiu enfrentando a cada

Assembléia a resistência de parcelas significativas da administração da universidade que se articulava a cada plenária para tentar derrotar o movimento. Apesar disso, o Comando de Greve conseguiu segurar a mobilização e a parede por muito tempo, ainda que, em alguns momentos, tivesse tido a valiosa contribuição de lideranças das outras universidades que para lá se deslocavam, a fim de segurar a greve e enfrentar a reação da direita. Já na UESB, as dificuldades eram inerentes à própria trajetória do movimento docente naquela instituição, com larga tradição organizativa, no interior das IEESBA. Nesta instituição, a administração, que saiu do seio do MD, vinha cumprindo um importante papel no Fórum de Reitores e também no enfrentamento com o governo do Estado. Entretanto, divergências internas quanto aos encaminhamentos do processo e às próprias contradições do movimento naquela universidade, produziram duros enfrentamentos no interior das Assembléias Gerais. De toda sorte, o movimento na UESB garantiu um elevado grau de mobilização que alimentou todo o processo de deflagração e consolidação da greve nas quatro estaduais. E nesse sentido o que de mais importante ocorreu foi a construção da unidade do movimento entre os Comandos de Greve e ADs das quatro instituições que, a certa altura, formalizaram um Comando Unificado. A construção deste espaço de articulação que efetivamente funcionou durante a greve foi um dos momentos mais importantes deste movimento, haja vista os resultados que produziu nos enfrentamentos com o governo e na formulação de propostas unificadas que eram amplamente discutidas nas assembléias locais.

Não se tinha nenhuma dúvida quanto à força e ao poder do inimigo que enfrentávamos, nem tampouco desconhecíamos o monopólio dos meios de comunicação de massa exercido pelos carlistas.

A essa altura, no interior do movimento, o debate cada vez mais se qualificava e se pressentia o quão longo poderia ser o enfrentamento. Não se tinha nenhuma dúvida quanto à força e ao poder do inimigo que enfrentávamos, nem tampouco desconhecíamos o monopólio dos meios de comunicação de massa exercido pelos carlistas. Por isso, fazia-se necessário produzir fatos políticos e ocupar espaços na mídia “alternativa” para tornar a opinião pública favorável à greve.⁴ Nesse sentido, durante algum tempo, o que se buscou com insistência foi a abertura e a manutenção das negociações com o governo carlista, que afirmava com insistência que com grevistas não negociava. Assim, a primeira grande vitória do movimento foi conseguir abrir canais de negociação com o governo. Este recebia as lideranças sempre através do Secretário Eraldo Tinoco.

Durante os mais de 70 dias de greve, o governo e a direção do movimento só se reuniram em três ocasiões. Entretanto, o significado das reuniões e os resultados simbólicos que elas produziram na categoria não devem ser desprezados, pois não era pouco obrigar um governo arrogante e autoritário a fazer o que ele sempre afirmou que jamais faria, ou seja, negociar com gre-

vistas. De outro lado, o movimento seguiu abrindo fissuras na base do governo com algumas idas à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, totalmente controlada pelos governistas, contando sempre com a intervenção dos parlamentares da esquerda que prestaram, desde o princípio, significativo apoio à greve.⁵

No que tange à construção de fatos políticos, a passeata performática “La Tragiata”, no centro de Salvador, ainda sem a UNEB, mas em conjunto com os docentes, discentes e técnicos da Universidade Federal da Bahia, foi de suma importância como primeiro momento de grande exposição da greve das universidades estaduais. Também a participação no Dois de Julho (dia da Independência da Bahia e espaço político de grandes manifestações no Estado) deve ser lembrada, assim como a presença da universidade na praça, promovida pela UEFS e UESB, em Feira de Santana e Vitória da Conquista, respectivamente, e a manifestação em pleno centro histórico de Salvador, promovida pela UNEB, com repercussão até na Folha de São Paulo. Também deram visibilidade ao movimento as ocupações das reitorias (após o corte dos salários) e o fechamento dos portões nas quatro universidades e, por fim, as manifestações na frente da Secretaria de Educação e na Governadoria. Foram todos momentos de grande repercussão e encontro da categoria e dos estudantes com o espaço das ruas. Foram experiências de ação direta como forma de pressão e de denúncia pública, sempre qualificada e crítica, da política do governo para o ensino superior. Mas foi no dia 25/07 que o movimento produziu seu feito mais espetacular, ao in-

terditar duas das avenidas mais importantes de Salvador, em conjunto com os servidores e estudantes da UFBA (que também se encontravam em greve). Com efeito, a passeata na avenida ACM e Tancredo Neves, onde circulam 15% do ICMS baiano, paralisou o trânsito por mais de 5 horas e provocou a ira das autoridades e dos comerciantes do maior shopping do Estado.⁶

O movimento chegava ao ápice da mobilização com Assembléias, com presença sempre superior a 100 docentes, às vezes até 200, mas o entrevero com o governo estava longe do fim e se desdobrava em querelas judiciais, manifestações na imprensa e um amplo debate pelo rádio que, na cidade de Feira de Santana, produziu uma impressionante repercussão e despertou várias formas de apoio popular. Alguns pais de estudantes procuraram o comando de greve para colocar-se à disposição para lutar em defesa da universidade pública e gratuita. A mensagem central do movimento para a população - de que a universidade pública estava em grande perigo - foi compreendida e respondida pela população com diferentes manifestações de apoio.

Enfim, o governo lançou suas duas últimas cartadas. A primeira veio através da formulação de uma proposta ao Fórum de Reitores de vinculação de 3,82% da Receita Corrente Líquida do Estado para o ensino superior na Bahia. Isto foi como um “cavalo de tróia” na conjuntura, haja vista que embutida na proposição havia o aceno do governo que pretendia desvincular as universidades da Secretaria de Educação, fazendo uma “livre” leitura da autonomia, tão cara ao movimento. Tal proposta foi de pronto rebatida por todas as Assembléias, com exceção da

AG, da UESB, que se dividiu ainda mais e caminhou assim até o fim do movimento. Na UEFS e na UNEB, o movimento seguiu fortalecido e com um grau razoável de consenso entre as lideranças e a base da categoria.

Finalmente, o governo carlista mostrou suas garras e, num ato brutal de agressão aos trabalhadores, sem nenhum amparo legal ou judicial, cortou linearmente o salário dos grevistas. Foi sua segunda cartada. Neste episódio, feriu-se ainda mais gravemente a autonomia universitária, visto que as reitorias enviaram ao governo as folhas de pagamento sem cortes. Ali ficou evidente a extrema fragilidade da posição dos reitores, sua omissão ou, no mínimo, em um dos casos, impotência diante da violência cometida pelo governo.

O resultado imediato do corte de salários foi o endurecimento do movimento que teve suas Assembléias ainda mais cheias e radicalizadas contra a atitude do governo. Também a solidariedade de muitos docentes que recebiam salários de outras instituições ou que não foram penalizados com o corte por exercerem algum cargo, foi essencial na manutenção da moral da greve. Apesar disso, as dificuldades não tardaram e os primeiros sinais de exaustão e incerteza começaram a aparecer na categoria. Na UESC, o movimento foi suspenso a partir da atuação da administração que finalmente conseguiu derrubar a greve em 11/08. O governo também veio a público com uma nota paga em todas as emissoras de TV, apresentando números falsos sobre os salários e ameaçando os grevistas com demissão. Até aqui a greve já durava mais de 60 dias e a perspectiva de um segundo corte de salários era cada vez mais concreta. A proposta de suspensão da greve come-

çou a ser defendida nas assembléias, inclusive por professores que tinham apoiado o movimento desde o início. Ainda assim o movimento seguiu fortalecido e unificado na sua vontade de fazer história.

Por fim, o Comando Unificado fez a proposição de retorno em conjunto para o dia 28/08, o que foi aprovado em emocionantes Assembléias Gerais na UEFS e na UNEB, e com algum enfrentamento na UESB. A greve chegava ao fim sem a assinatura de nenhum acordo com o governo mas, estranhamente, a aparente derrota não abaterá os professores.

É doce morrer no mar...

A greve das universidades estaduais baianas, mesmo não logrando êxito em seus objetivos específicos, fez ressurgir das cinzas o Movimento Docente no Estado. A começar pela reorganização das ADs, especialmente a ADUNEB, que elegeu sua nova diretoria, em dezembro de 2000, composta, basicamente, por membros que estiveram à frente da greve. O saldo político e organizacional se expressou também pela consolidação do fórum das ADs, como espaço de articulação das lutas conjuntas. Também pela qualificação do debate e pela revitalização das discussões que têm tornado essencial o envolvimento de representantes das IEESBA, nas discussões nacionais do ANDES, em torno do nosso projeto de universidade, a greve foi vitoriosa.

O movimento estudantil, principalmente na UEFS, emergiu da greve com um impulso renovado que já se traduziu em várias iniciativas de mobilização e intervenção política desde então - inclusive uma greve de estudantes que durou 15 dias na UEFS, em julho/agosto últimos. Algo semelhante se passou

com o movimento dos trabalhadores técnico-administrativos de algumas universidades. O fato é que, depois da greve, reabriu-se num patamar mais elevado e, com muito mais participação o debate sobre os projetos de universidade em disputa, ficando cada vez mais claro o sentido político estratégico da luta pela universidade pública.

Se uma greve é derrotada mas abre caminho para as imensas manifestações de rua que sacudiram a Bahia, no 1.º semestre de 2001, quando se pedia a cassação de ACM, qual a dimensão desta derrota? Se mesmo morta, a greve abriu perspectivas para o conjunto do funcionalismo público estadual que vislumbrou no horizonte a possibilidade de dias melhores, sem a arrogância, o arbítrio e a prepotência, e com mais, muito mais greves, não é doce, afinal, esta morte?

O pessimismo da inteligência nos advertia da dificuldade de arrancarmos aquelas reivindicações de um governo que simplesmente não podia concedê-las sem deixar de ser o que é. Mas o otimismo da vontade nos permitiu realizar um feito que, se não trouxe exatamente os resultados que procurávamos, desferiu um ataque pioneiro contra a fortaleza carlista que, agora todos sabem, não é inexpugnável. No final das contas, para a história das lutas sociais este talvez não seja um mau resultado.

1 Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

2 As gratificações são as seguintes: Gratificação Estímulo à Atividade de Classe, 30%; Condição Especial de Trabalho, 70%.

3 A este salário base é acrescentado, além das gratificações nomeadas acima, 40% pelo título de Doutor.

4 Nossa aparição na mídia se deu principalmente através do jornal A Tarde. Embora tradicionalmente conservador, o jornal A Tarde, de maior circulação no Estado, deu ampla cobertura à greve já que vem brigando com os governos carlistas que destinam quase toda a verba publicitária para a rede de comunicação dos familiares de ACM. Também ocupamos alguns espaços nos canais de TV não ligados à Rede Bahia e, pelo interior, tivemos grande presença nas rádios locais.

5 No dia 16/08, a coluna "Além da Notícia" do jornal A Tarde registrava: "um fato inédito nesta legislatura foi registrado ontem pela manhã durante a reunião da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, quando os deputados Zilton Rocha (PT) e Alice Portugal (PC do B) conseguiram aprovar pedido formal de audiência com o secretário Eraldo Tinoco para tratar da crise enfrentada pelas universidades federais (sic), com a greve que já dura dois meses." *A Tarde*, 16/08/2000.

6 O jornal Correio da Bahia, da rede de comunicação da família de ACM, que havia silenciado sobre a manifestação, no dia 27/07 registrou, fazendo coro com os membros do CDL: "Empresários condenam onda de grevismo em Salvador" e, no dia 28/07, na coluna "Informe Bahia", insistiam na desqualificação da passeata do dia 25 e aproveitavam para desancar a presença de alguns políticos oposicionistas no ato acusando-a de "eleitoreira", conduzida "por meia dúzia de aproveitadores" que estariam provocando o "tumulto" e a "desordem", "prejudicando milhares de pessoas" e "reduzindo as oportunidades de emprego e serviço", "fazendo com que os trabalhadores perdessem seus horários e compromissos" e concluía: "São eles, os mesmos de sempre, administradores caóticos e perdedores irreparáveis". *Correio da Bahia*, 27 e 28/07.

**Carlos Zacarias F. de Sena Junior é professor assistente da Universidade Estadual da Bahia e diretor da ADUNEB-Associação dos Docentes da UNEB e do ANDES-SN, Regional NE III.
**Eurelino Coelho Neto é professor assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana- BA e ex-diretor da Associação dos Docentes da UFS.*

ANDES-SN

Um Sindicato de intelectuais

Ignez Pinto Navarro. ADUFMAT. Cuiabá-MT. 2001

Por Roberto Leher

Os sujeitos que constroem a universidade como instituição pública, democrática, produtora de conhecimento novo e socialmente referenciado e, na condição de intelectuais, assumem a função de “organizadores” da hegemonia dos subalternos são o fio condutor desta obra magnífica. A construção hegemônica não nos é apresentada como um a priori da luta dos professores que se organizaram nas então Associações de Docentes, no final dos anos 1970, ou como uma característica imanente do *novo sindicalismo* - ele mesmo, anos mais tarde, reconfigurado pelas políticas neoliberais como *sindicalismo propositivo*. Através de entrevistas e de minucioso trabalho documental, as vozes dos sujeitos adquirem a vibração da vida: os impasses da luta econômica, as tensões e divergências internas, as formas singulares de organização são cuidadosamente recuperadas e, com isso, a história da (então) Andes e da própria universidade brasileira - no período que compreende o outono da ditadura militar até o neoliberalismo da primeira metade da década de 1990 - vão sendo construídas.

A crítica aos estudos da sociologia do trabalho e da história da educação que se restringem aos “fatos”, apresentados como fenômenos da realidade, como quer a tradição empirista, é compreendida por uma consistente discussão teórica. Temos uma análise da “crise do trabalho” discutida como manifestação fenomênica da crise estrutural do

capital, rejeitando o determinismo tecnológico, evocado, por importantes setores do sindicalismo, para justificar o abandono da perspectiva “classista” e a adesão ao *propositivismo* que leva a CUT a “negociar” os termos da implementação das políticas neoliberais, como se estas políticas fossem inevitáveis em razão das transformações tecnológicas e organizacionais do capitalismo de hoje. Uma fecunda discussão dos limites e potencialidades do sindicalismo classista, a partir de uma perspectiva gramsciana, desenvolvida com desvelo, ilumina a complexa questão da relação dos intelectuais com o poder e as classes sociais. Esta análise encontra-se no núcleo sólido desta obra, que defende, com rigor, a concepção de que os militantes e dirigentes do movimento docente são intelectuais orgânicos das classes subalternas.

Estes militantes são caracterizados como intelectuais orgânicos mediante a investigação do Andes-SN como sindicato de intelectuais, a partir do surgimento das Associações de Docentes, ocasião em que os próprios intelectuais assumiram, como “coletivo organizado, a identidade de trabalhadores assalariados sem abandonar as marcas distintivas da natureza do seu trabalho e da valorização social da sua profissão, que conferem especificidades à própria ação sindical que desenvolvem”. A defesa intransigente da autonomia e da democracia como princípios fundantes da Asso-

ciação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior inseriu-a no grupo pioneiro de novo sindicalismo e criou condições excepcionais para a construção da identidade classista do futuro Sindicato Nacional.

A autora, ela mesma sujeito da história aqui discutida, não abandona sua condição de pesquisadora rigorosa, captando com precisão as tensões e disputas internas decorrentes da opção classista defendida por uns, mas não por outros. A investigação dos embates sobre a transformação ou não da Andes em Sindicato tem como resultado passagens de excepcional brilho, contribuindo para tornar pensáveis os momentos em que chapas se confrontaram nas eleições para a Direção Nacional da entidade.

O leitor tem em mãos não somente uma obra sobre a trajetória recente do sindicalismo brasileiro ou a propósito dos intelectuais em uma sociedade de classes, o que já não seria pouco, mas, além disso, uma história da política educacional nos anos 1980 e 1990. Ao examinar as especificidades do trabalho docente traduzidas na criação dos Grupos de Trabalho da entidade, em especial o de Política Educacional, a autora sustenta que o Andes-SN torna-se “intelectual coletivo”, lendo os acontecimentos políticos e educacionais do período e interferindo neles ativamente.

Os períodos conjunturais que foram decisivos para a construção e afirmação

da identidade do Andes-SN (1981-84 e 1985 -1988) e para o combate ao projeto neoliberal (1989-1994), em que a condição classista da entidade é obviamente desafiada, são finamente examinados, compondo um histórico de extraordinária riqueza.

Com efeito, os militantes empenhados na construção da Andes, ainda no ocaso da ditadura militar, são compelidos, muitos ainda na condição de estudantes, a agir contra as conseqüências destrutivas do governo militar, cujos ministros da educação, embora se auto-representassem como esclarecidos e ilustrados, rigorosamente não rompiam com as práticas usuais dos “Donos do Poder” a que se referira Faoro em sua excepcional obra. Os acordos MEC-USAID, a Reforma de 1968, o AI-5 que levou à cassação de brilhantes professores, o 477, utilizado para afastar estudantes “subversivos”, a privatização engendrada no Conselho Federal de Educação, a subordinação do aparato de fomento à C&T à “modernização conservadora”, atraindo nomes importantes da universidade para o projeto em curso, a impossibilidade de concursos públicos livres, gerando os “colaboradores”, a delação, perseguição e vigilância da “inteligência contra-revolucionária” a que se referira o mestre Florestan Fernandes em “A Questão da USP” são acontecimentos que ecoam no momento de fundação da Andes, e que continuarão a ecoar, conforme verificamos nesta obra, ao longo da “abertura lenta, gradual e segura”.

A autora empreende cuidadosa recuperação do período. Fala de derrotas, mas, ao mencioná-las, retira do silêncio e do esquecimento as memórias das lutas e dos sujeitos em luta. A investigação do contexto da criação da Andes nos ajuda a compreender os memoráveis embates da década de 1980, que impuseram grande atraso na implementação das políticas de ajuste estrutural no Brasil.

Com efeito, o surgimento da Andes faz parte do movimento que produziu 1968, as Greves de Osasco, o novo sindicalismo do ABC e os Congressos da

SBPC. Desde a sua criação, horizontes mais amplos foram compartilhados na luta pela “anistia ampla, geral e irrestrita”, Diretas, já!, CUT, Constituinte Exclusiva e Soberana, Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, entre outros momentos marcantes.

Merece registro especial a relação da Andes com a Nova República. O leitor encontra aqui um extraordinário debate sobre o sentido da “transição democrática” no país, tanto quanto ricas discussões sobre a conjuntura e a natureza e caráter da coalizão que a sustenta. Deste modo, quando ocorre a primeira disputa eleitoral na entidade em 1986, opondo, de um lado, a “esquerda tradicional”, liderada então pelo PC do B e PCB, aliados dos governos da Nova República, e, de outro, a esquerda, ainda unificada, do PT - ou, em outros termos, opondo os que defendiam a participação da Andes nas negociações em torno do projeto educacional do governo Sarney (GERES) e os que defendiam o combate a este projeto -, assistimos aos germes dos embates que cindiriam o sindicalismo nos anos 1990, quando, novamente, se opuseram no Andes-SN as forças que, de uma parte, defenderam a negociação nos marcos da agenda neoliberal e os que, de outra, advogaram o combate às políticas de ajuste estrutural.

Entremeando o debate político, o leitor acompanha as reflexões produzidas pelo movimento docente sobre a universidade, a importância da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a avaliação “socialmente referenciada” e as condições para que a universidade brasileira lograsse um “-padrão unitário de qualidade”. Temos nessas passagens uma magnífica imagem a respeito da produção original de um projeto educacional do movimento docente para o país: o Projeto Andes para a Universidade Brasileira, a Plataforma do Movimento Docente para a Constituinte e o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Andes-SN.

Em contraste com a construção de uma política educacional alternativa para o ensino público superior, a expan-

são do ensino superior privado aprofunda a mercantilização da educação impondo novos desafios à Andes. Corajosamente, a autora aponta as dificuldades e avaliações incorretas que acarretaram o encolhimento do setor das particulares no Sindicato. As reflexões sistematizadas por Navarro são de excepcional atualidade. O ensino superior particular foi o que mais cresceu na última década e o Andes-SN terá de ampliar o debate sobre a atualidade da “política de transição”, para que a luta em defesa do padrão unitário possa ser elevada a um patamar superior, incluindo, objetivamente, as particulares.

Em suma, o leitor tem em suas mãos uma obra de referência sobre o sindicalismo, os intelectuais, a história recente da universidade e as conjunturas do período pós-ditadura militar. Ele verá como, no campo educacional, o ovo da serpente do neoliberalismo foi sendo aninhado na sociedade brasileira. Verá também como a entidade, na condição de intelectual coletivo, apreendeu o porvir e indicou alternativas corretas de enfrentamento. Todo esse patrimônio inspira as lutas de hoje e, por isso, precisa ser conhecido por aqueles que, corajosamente, perseveraram na luta em defesa de uma “sociedade de outro tipo”, para lembrar uma expressão de Antonio Gramsci - voz que ecoa em toda a obra. A vitalidade desta história-memória seguirá pulando no futuro também pelo conteúdo ético-político defendido pela autora: é uma bússola no meio da tempestade neoliberal.

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso, ao apoiar a edição desta obra, confirma o caráter singular do Andes-SN como sindicato de intelectuais e interlocutor qualificado das grandes questões da educação brasileira.

Roberto Leher é presidente do ANDES-SN e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Domenico Losurdo, Fuga della storia? Il movimento comunista tra autocritica e autofobia.

La Città del Sole, Napoli, 1999, 71 p.

Por José Mário Angeli e João Carlos Soares Zuin

1. O filósofo italiano Domenico Losurdo é professor de História da Filosofia na Universidade de Urbino, Itália, e presidente da Internationale Gesellschaft für dialektische Philosophie - Societas Hegeliana. É autor de uma série de livros sobre a filosofia clássica alemã, entre os quais destacamos: *Tra Hegel e Bismarck. La rivoluzione del 1848 e la crisi della cultura tedesca*, Riuniti, 1981; *Hegel, questione nazionale, restaurazione*, Università degli studi di Urbino, 1983; *Autocensura e compromesso nel pensiero politico di Kant*, Napoli, 1984; *Hegel, Marx e la tradizione liberale*, Riuniti, 1988; *La catastrofe della Germania e l'immagine di Hegel*, Guerini e Associati, 1988; *Hegel und das deutsche Erbe. Philosophie und nationale Frage zwischen Revolution und Reaktion*, Köln, 1989; *Hegel e la libertà dei moderni*, Riuniti, 1992; *Hegel e la Germania*, Guerini e Associati, 1997. Contudo, o seu mérito intelectual não se restringe apenas na reconstrução da história política da filosofia clássica alemã de Kant a Marx, em especial na interpretação do pensamento de Hegel e de seu tempo histórico, mas se estende por uma série de ensaios de intervenção filosóficos e políticos, tais como: *Democrazia o bonapartismo. Trionfo e decadenza del suffragio universale*, Bollati Boringhieri, 1993;

La seconda Repubblica. Liberismo, federalismo, postfascismo, Bollati Boringhieri, 1994; *Il revisionismo storico. Problemi e miti*, Laterza, 1996; *Antonio Gramsci, dal liberalismo al "Comunismo critico"*, Gamberetti, 1997; *Dai fratelli Spaventa a Gramsci. Per una storia politico-sociale della fortuna di Hegel in Italia*, La Città del Sole, 1997; *Il peccato originale del novecento*, Laterza, 1998. Recentemente, o filósofo italiano publicou o livro *Fuga dalla storia? Il movimento comunista tra autocritica e autofobia* (1999), onde retorna e aprofunda várias questões contidas nos livros escritos sobre o comunismo, liberalismo, nazismo e o revisionismo histórico.

Gostaríamos, antes de entrarmos na apresentação das idéias de Domenico Losurdo, de expor uma questão geral acerca do livro e do próprio autor. "Fuga della storia? Il movimento comunista tra autocritica e autofobia" foi originalmente publicado no jornal *L'Ernesto. Mensile Comunista*, no qual o autor procura redesenhar toda uma temporalidade histórica, de modo que, assim, o leitor possa refletir autonomamente acerca do debate ideológico entre as concepções de mundo que disputaram a hegemonia política e o sentido da história durante todo o século XX. Todavia, talvez seja este ensaio "menor", se o compararmos

com a densa fecundidade dos outros já publicados, o que melhor revela o próprio autor. Seguindo de perto o aforismo de Aby de Warburg "o bom Deus se encontra nos detalhes", podemos dizer que é neste livro "menor" que encontramos claramente os detalhes que revelam toda a importância e a grandeza intelectual de Domenico Losurdo.

Primeiramente, a sua importância reside na procura obstinada e rigorosa (ostinato rigore!) do melhor argumento para desfazer as poderosas nuvens ideológicas que gravitaram nas últimas décadas do século XX, e que impuseram, e ainda impõem, uma concepção única de como se deve viver a vida. Segundo, é neste livro "menor" que podemos observar claramente a filiação do autor numa longa linhagem de intelectuais que concebiam o jornal como locus do inconformismo, da crítica e do desejo de ação política. Uma linhagem que tem a sua origem na França dos setecentos, onde os filósofos eram convidados à participarem do surgimento do mundo moderno mediante os panfletos e os textos políticos publicados nos jornais, e que, posteriormente, se apresenta nos oitocentos, na Alemanha do Vormärz, onde os jovens intelectuais herdeiros do pensamento dialético de Hegel, escreviam nos jornais acerca das idéias revo-

lucionárias e dos princípios universais como a liberdade e a igualdade. É nesta linhagem de intelectuais empenhados, críticos, que concebiam o jornal como “os olhos do espírito do povo aberto sobre tudo” (K. Marx, “Debates sobre a Liberdade de Imprensa”, in *Gazeta Renana*) que Domenico Losurdo é hoje um dos grandes herdeiros.

De fato, durante os oitocentos e os novecentos, foi no jornal que as idéias filosóficas e políticas que legitimavam a superioridade do mundo moderno com relação ao antigo, eram expostas e serviam como fermento para as futuras e inevitáveis batalhas culturais e políticas. Logo, ao refletir sobre o movimento comunista, em suas venturas e desventuras, no jornal *L'Ernesto* e para um público amplo e variado, Losurdo mantém firme o seu vínculo com o passado da tradição intelectual que de Hegel vai desembocar em Marx e na vida política italiana, em especial em Gramsci, Togliati, Banfi e Massolo. Aqui reside toda a grandeza intelectual de Domenico Losurdo: manter acessa a chama da vontade própria, da crítica dialética, do empenho político, da autonomia intelectual e do desejo de compartilhar com o leitor o seu esforço de compreensão do século XX, reafirmando, assim, o desejo de retomada da ação política pelo movimento comunista.

2. No início do prefácio e do primeiro capítulo, podemos observar o argumento central que se estende por todo o livro. Retratando dois acontecimentos históricos afastados por quase mil e oitocentos anos de história, aquele ocorrido na França da Restauração de 1818, quando muitos participantes da Revolução de 1789 eram forçados pelos vencedores a renunciar os ideais revolucionários e a cancelar os vínculos com a própria idéia de Revolução, e, na Jerusalém de 70 d.C., quando fracassa o levante dos judeus contra Roma e após uma série de perseguições, torturas e mortes, os próprios judeus acabavam por repudiar todo vínculo com a sua revolução nacional, restaurando a dominação ro-

mana, em ambos os casos, *mutatis mutandis*, para Domenico Losurdo encontra-se um idêntico sinal: após a derrota de um movimento revolucionário ocorre o surgimento de um colossal processo ideológico, no qual todo vínculo com a revolução deve ser revisto, desfeito, negado e apagado da vida particular e da história dos vencidos.

Uma colossal arquitetura ideológica na qual os vencedores impõem aos vencidos uma dura opressão que acaba por privá-los “de sua própria identidade” (p.7), dos seus valores, do próprio senso de si mesmo e, sobretudo, de sua história. Um processo que o autor identifica com o termo autofobia, onde reina a “fuga temerosa de sua história e da realidade da luta ideológica e cultural” (p.9). É o que ocorreu na França da Restauração de 1818, quando os antigos revolucionários que lutaram pela instauração de um novo sentido para a história foram forçados a renunciar a todo vínculo com o processo emancipatório que ajudaram a desencadear. É o que se passou na Jerusalém de 70 d.C., quando os judeus tiveram de ceder suas vontades à vontade soberana da Roma imperial, revendo e reformulando os desejos, valores e ideais próprios. É o que se passa atualmente no movimento comunista quando muitos de seus participantes, após a derrota gigantesca nas últimas décadas do século XX, passaram a aderir ao mundo dos vencedores “negando indignados a suspeita que um fio qualquer os vincule com a história do “socialismo real”, e reduzindo este último a uma simples história de horror, esperando, assim, readquirir credibilidade, talvez aos olhos da própria burguesia liberal” (p.13).

Um processo de autofobia, no qual a razão crítica que deveria julgar a história é superada, de um lado, pelo trágico e rápido processo de identificação dos vencidos com os vencedores, de outro, pela própria ideologia vencedora que impõe aos vencidos toda a sua vontade de dominação. Assim, o que pretende Domenico Losurdo em *Fuga della storia?* é apresentar ao leitor uma reconstrução

da história recente à luz da razão crítica, força que pode garantir ao intelectual, mediante o esforço da auto reflexão, uma necessidade que deveria ser imperativa, a compreensão real dos acontecimentos históricos e a formulação de novas ações políticas.

Contrário, pois, à “autoflagelação dos vencidos”, bem como ao “triumfo narcisista dos vencedores” (p.8), o autor pergunta se “os comunistas devem envergonhar-se de sua própria história?” (p.7). A resposta é negativa, o que lhe impõe a tarefa de polemizar com aqueles que vêem o movimento comunista como a “besta negra” do século XX, berço único da violência, do autoritarismo e totalitarismo, na recente história da humanidade. Criticando fortemente aqueles que identificam o comunismo como a origem de todos os males existentes no trágico e totalitário século XX, Losurdo procura mostrar como uma densa nuvem ideológica formada no início do século XX, mais precisamente em 1917, e concluída no processo de dissolução da URSS, reina soberana impondo os seus valores e a sua concepção de mundo, de “verdade”, acerca do senso da história para os povos aliados e, sobretudo, os vencidos.

Uma fantástica conjuntura ideológica que repele como falso tudo aquilo que não pode ser associado à sua própria imagem e semelhança, que nega o direito de existência de tudo o que quer ser diverso, contrário e alternativo à lógica de dominação do modo de produção capitalista. Uma rede de poder nunca vista na história da humanidade que, mesclando o colossal poderio militar com os novos e poderosos meios de comunicação consegue impor a sua vontade ao resto do mundo. Um poder que faz ressoar um único canto, aquele que rapidamente pode ser transformado em força-tarefa: *Extra Angliam nulla salus!* (Domenico Losurdo, *Liberalismo con tartufi*, Belfagor, 1995). Ideologia do “povo eleito”, que aparece renovada nos discursos eleitorais e de posse dos vários presidentes americanos: “agradeço a Deus por ter nascido americano” (B. Clin-

ton), “a nossa nação é eleita por Deus e tem o mandato da história para ser um modelo para o mundo” (G. W. Bush).

Tal é o atual criterium veritatis em que todo intelectual que procure operar a diferença, a auto reflexão crítica, a contestação é rapidamente condenado ao silêncio, ou, no melhor dos casos, a redefinir rapidamente os erros cometidos pela reflexão autônoma. Um processo que gera a autofobia, na qual os vencidos, no confronto ideológico que marcou o século XX aceitam a capitulação e renunciam a sua própria autonomia. Trata-se de um processo trágico no qual a derrota, nos mais variados campos de batalha, impôs aos comunistas a impotência, submissão, autoflagelação, renúncia dos valores contidos no passado, enfim, uma ampla colonização do espaço físico, da consciência, e que acaba por cancelar “a própria memória histórica e a própria identidade cultural” (p.46).

É o que aponta Domenico Losurdo, ao referir-se aos ex-comunistas que cancelaram os vínculos que possuíam com o “mal” no passado, purificando-se, assim, para poderem compartilhar do “bem” existente no presente. Logo, o expurgo do passado contaminado pela presença do “vírus” do comunismo é o sinal que permite a eles a entrada no mundo dos “eleitos”, dos “puros”, da “raça branca”, do “Ocidente liberal, capitalista e imperialista” (p.30). Mundo dos “eleitos”, onde fora dele todo mal corrompe e asfixia a história da humanidade. Mundo sacro, virginal, de uma pureza incontaminada que, todavia, cobra dos vencidos a sua rendição total e ampla sujeição à lógica de dominação do capitalismo.

Uma rendição que Domenico Losurdo não aceita e condena, como outrora condenou um discípulo de Hegel, Oppenheim que, em 1864, após a falência da revolução de 1848, repudiando aqueles que renegavam os antigos ideais revolucionários e que se acomodavam na concepção de mundo dominante, dizia que: “freqüentemente tais deserções celebram em seus triunfos a corrupção e desmoralização política; uma deserção

que acarreta vantagens materiais, comporta sempre a suspeita da insinceridade” (Domenico Losurdo, “Intelletuali e impegno político in Germania: 1989-1848”, in Studi Storici, Rivista Trimestrale dell’Istituto Gramsci, n.4, 1982, p.814). Um alerta que mantém, nos dias de hoje, a sua mais profunda atualidade!

Para Losurdo, atualmente assistimos a um processo de “colonização da consciência histórica dos comunistas” (p.46) posto em prática através do triunfal canto ideológico dos vencedores. É um processo trágico, no qual os vencidos começam a embriagar-se através da identificação com o “narcisismo dos vencedores”, passo primeiro rumo à “transfiguração da própria história” e ao cancelamento do vínculo histórico com o passado. Uma concepção de mundo hoje hegemônica, difícil de resistir, mas como lembra o autor “não se é comunista” sem tal resistência (p.46). Mas o que significa ser comunista na atual atmosfera ideológica onde tal palavra é associada ideologicamente pela mídia, e muitas vezes pelos intelectuais na academia e fora dela, como sinônimo de “totalitarismo”, “despotismo”, “violência”, “massacre”, “horror”, fonte originária de todo mal que corrompe a história no século XX?

Para Domenico Losurdo, ser comunista é opor-se ao processo de mistificação da história, denunciando o falso que se apresenta como verdade, de romper com a cadeia de violência e barbárie cometidas em nome da “liberdade” e da “democracia” ocidental. Ser comunista significa levar em conta a necessidade de compreensão teórica da história, de desvendar as suas contradições, sempre novas e cada vez mais complexas, antes de querer se aventurar num prognóstico acerca das possibilidades, e, hoje sobretudo das impossibilidades de transformação do real. Significa, em suma, readquirir a capacidade de auto-reflexão crítica no plano teórico e, posteriormente, de elaborar uma autônoma estratégia política. Uma dupla debilidade presente na esquerda que se afasta cada vez mais daquela celebre lição de Lenin: “Sem teoria revolucionária, nada de revolução”,

uma frase que se encontra também nas principais lições de Marx, e que deveria servir novamente como premissa ao movimento comunista.

3. Fuga della storia? é um exercício de auto-reflexão crítica (e novamente recorremos à frase central do autor: “mas sem o qual não se é comunista!”), que nos leva hoje a repensar temas fundamentais do marxismo como a extinção do Estado, do mercado, da religião, dos conflitos nacionais, enfim, do “advento de “homem novo” tecido pela “mitologia anárquica”(p.69) e pela visão escatológica da história. Debilidade teórica do marxismo, que o autor aponta e que acredita que deve ser urgentemente superada. À escatológica construção do socialismo o autor apresenta a necessidade de “traçar uma linha nítida de demarcação entre o marxismo e o anarquismo, renunciando finalmente a utopia abstrata, mas explicando simultaneamente a razão histórica de sua emergência” (p.71).

Criticar a presença de utopias, de escatologias, de voluntarismo no interior do marxismo significa dar um passo adiante na árdua tarefa de reconstruir o movimento comunismo, hoje condenado à autofobia, a autoflagelação e à incapacidade de combater a nova onda do imperialismo. Significa repor a teoria no seu lugar fundamental: sem ela, nada de “análise concreta da situação concreta”; sem ela, nada de mudanças, muito menos de revolução! Sem a compreensão teórica da sociedade capitalista, que se torna sempre mais complexa, não se pode ir muito além do mero desejo de mudanças! A superação da sociedade capitalista não pode ser alcançada pela mera vontade, pelo sentimentalismo poético ou pelo pensamento utópico. Ela é obra de um processo complexo e “extremamente complexo é o processo de construção de uma sociedade socialista” (p.61). como diz Losurdo, lembrando a famosa mas pouco compreendida lição de Antonio Gramsci, que dizia ser o comunismo um obra que “durará provavelmente dois séculos”

(Domenico Losurdo, "Legittimità e critica del moderno. Sul marxismo di Antonio Gramsci", in Losurdo, Giacomini, Martelli (orgs) Gramsci e l'Italia, La Città del Sole, 1994, p.11). Tomar distância do escatologismo, anarquismo, dogmatismo, da utopia do mundo sem conflito, bem como da autofobia e da autoflagelação significa repensar o projeto de progresso da liberdade humana conjuntamente com uma radical renovação do próprio movimento comunista. Uma tarefa urgente, sem a qual o movimento comunista permanecerá na posição de subalternidade, incapaz de elaborar um novo projeto estratégico sobre a situação concreta.

Domenico Losurdo procura repensar o movimento comunista como um complexo processo de aprendizagem que ocorreu em condições históricas dramáticas. Refuta, pois, toda interpretação revisionista que busca demonizar a Revolução de Outubro e todo ciclo revolucionário que vai desde 1789 à 1917. Denuncia as interpretações ideológicas da história que almejam liquidar a Revolução Francesa e a Revolução Russa, como símbolos únicos do horror, violência, tirania e morte na história do Ocidente. Para Losurdo, ao repudiar toda onda revolucionária na história, bem como todo movimento emancipatório, os ideólogos do poder dominante acabam por legitimar a dominação então existente, isto é, aceitam a missão civilizatória que os países imperialistas executaram desde o colonialismo e, sobretudo, no início do século XX. Esquece-se, portanto, o passado marcado pelo extermínio dos índios, pela escravidão dos negros e pelo ódio racial aos judeus. Três grandes tragédias, três grandes holocaustos, que caracterizam a história da humanidade e que surgem no interior do Ocidente, produzidas e unidas pelas grandes nações de raça branca, senhoras do mundo! Esquecimento que tem como motivo fundamental legitimar toda intervenção de uma nação que se crê superior em uma nação de raça inferior. É contra o cancelamento da memória histórica efetuado pelos ideólogos do poder dominante que Losurdo escreveu os ensaios de in-

tervenção filosóficos e políticos como Il revisionismo storico. Problemi e miti, Il peccato originale del novecento e Fuga della storia? Il movimento comunista tra autocritica e autofobia.

Na crítica dirigida por Losurdo ao revisionismo histórico, duas teses são centrais. A primeira é a de que o nazismo é uma radicalização da tradição colonial, de modo que não se pode entendê-lo, sobretudo no que se refere ao horror dos campos de concentração e extermínio, sem termos presente que as práticas da deportação, massacre, genocídio atravessam toda a história da tradição colonial e que fazem a sua aparição na Europa, no início do século XX (como apenas um exemplo, Losurdo apresenta a tragédia da colonização do Congo pela Bélgica, onde de 1890 à 1911 a população decresce de 20-40 milhões para 8 milhões!). A segunda tese de Losurdo é a de que o século XX não foi simplesmente o século do confronto entre o comunismo e o nazismo, mas foi o século do conflito entre as grandes potências pela hegemonia mundial. Mediante essas duas teses, Losurdo interpreta o sentido da guerra total, do totalitarismo, da prática do extermínio em massa, do superamento das liberdades individuais, fenômenos que se iniciam a partir de 1914 e que foram produzidos pelo sistema capitalista liberal.

A compreensão do comunismo, em suas venturas e desventuras, não pode ser bem realizada sem a análise das condições históricas. O comunismo surge com o advento da Primeira Guerra Mundial, da destruição colossal causada pela guerra imperialista, da qual a Revolução de Outubro é uma resposta emancipatória. Considerando o período histórico que vai de 1917 até 1953, ano do falecimento de Stalin, o autor afirma que a trajetória da URSS é marcada por um Estado de Exceção permanente. Nesse arco temporal, existiram cinco guerras (duas mundiais, duas revoluções, a de outubro e a coletivização forçada do campo), o que acabou por forçar a manutenção de um Estado de Exceção permanente. A grande questão

para Losurdo é a de compreender o motivo pelo qual após 1953 a URSS não conseguiu transformar-se num regime político de normalidade. A contínua permanência de um forte Estado de Exceção é analisada em dois focos, que se complementam, um externo, a presença permanente do "imperialismo americano e da política diplomático-militar do pós-guerra", que se estabeleceu durante o período de 1945-1946, momento que ele define como sendo "a terceira guerra mundial de caracteres muito particulares", e, outro interno, a debilidade teórica do marxismo. No que se refere ao plano internacional, Losurdo pretende demonstrar que a vigência da URSS sempre esteve ameaçada pelas correntes ideológicas do liberalismo e do nazismo e, posteriormente, com a guerra-fria, acontecimentos externos que buscavam tornar sempre mais difícil, senão quase impossível, a realização de uma nova forma de sociedade, toda ela contrária ao modo de produção capitalista.

A Revolução de Outubro tem um significado epocal, pois ela supera uma questão nacional, porquanto o leninismo abateu as barreiras que separavam negros de brancos, asiáticos e europeus, escravos do imperialismo "civil" e "não civil", entendendo que o nacionalismo apregoado pelas potências européias estava estritamente ligado ao colonialismo. É Lenin quem denuncia o caráter ideológico da guerra de defesa da pátria e lança o apelo para a libertação dos escravos das colônias. É um momento histórico profundamente emancipatório, que não pode ser esquecido. Assim, ao fazer o balanço dos anos de Lenin e Stalin, Losurdo ressalta que, ao contrário da ideológica visão maniqueísta o totalitarismo é decorrente do liberalismo ocidental, e os percalços de Lenin e Stalin devem ser discutidos dentro do clima de "guerra total" em que o regime soviético foi colocado.

Embora Losurdo aponte a existência de erros no interior da construção do comunismo na URSS, ainda assim, com Stalin "a teoria marxista continua a reve-

lar-se superior àquela professada pelos mais destacados expoentes do mundo burguês” (p.43). Contrário à visão maniqueísta da história, em que o comunismo aparece como sinônimo de destruição e despotismo, e os países liberais como sinônimo de liberdade e democracia, o autor compara a maneira pela qual a luta contra o nazismo era interpretada pelos liberais e pelos comunistas, mediante o discurso dos dois principais personagens da época, o presidente americano e o líder soviético. A tradição liberal representada pelo presidente americano Franklin Delano Roosevelt exprimia que: “devemos ser duros com a Alemanha e mesmo com o povo alemão, não somente com os nazistas. Devemos castrar o povo alemão ou tratá-lo de um modo tal que não possa mais continuar a reproduzir pessoas que queiram comportar-se como no passado” (p.43).

Enquanto Stalin afirmava que tiranos como “Hitler vão e vem e por isso devem ser condenados, enquanto o povo Alemão e o Estado Alemão permanecem”(p.43). Este é apenas um exemplo, entre outros, que demonstra que “a gestão do poder por obra de Lenin e Stalin não é um capítulo da história de que os comunistas devam se envergonhar-se” (p.40). Assim sendo, para o autor, o movimento comunista deve recuperar a sua história, pois o que está acontecendo com ele, hoje, é que o comunista deixou sua consciência histórica ser colonizada pelo americanismo.

No entendimento de Losurdo, o desmonte do socialismo na URSS, antes de ser atribuído à “implosão”, sobretudo de ordem econômica, ele deve ser atribuído à obra do “imperialismo americano e à política diplomático-militar do pós-guerra”. A categoria de implosão, ao levar em conta apenas os personagens em cena e o desenvolvimento histórico-político desse período, tem se revelado como “um mito apologético do capitalismo e do imperialismo americano” (p.27), celebrado por muitos intelectuais que legitimavam a sua “indiscutível” superioridade com relação ao sistema so-

cial que, tanto em Moscou como no Caribe, entraram em crise, exclusivamente, pela sua interna insustentabilidade e pela sua intrínseca inferioridade.

Todavia, ao denunciar esta categoria, o autor não deixa de fazer uma autocrítica do movimento, ao contrário, ela deve resultar da tomada de consciência da realidade objetiva da “terceira guerra mundial”. Exatamente, segundo Losurdo, esta categoria é persuasiva. Ela persuade, no momento em que “se confronta a multimídia e a ideologia” cujos papéis são essenciais para a compreensão do estado de desorientação do conflito. Este fato deixa bem clara a existência de uma luta ideológica para manter a *leadership* mundial americana: “devemos continuar a guiar o mundo”, “a nossa missão é sem tempo”, são frases de Clinton que expressa o desejo americano de dominação. Losurdo tem consciência que não está assumindo um “comportamento justificacionista com relação ao PCUS”, mas que busca uma “autonomia de juízo e da memória histórica”, como único instrumento capaz de superar a “condição de soberania limitada” que se encontra o movimento comunista (p.35).

Fica evidente esta ofensiva diplomático-militar contra o bloco socialista, no trabalho de Losurdo, bem como autocrítica feita quer seja por Mao Tsé-tung, não sabendo “criticar os vários erros que se verificaram na URSS”, e por Fidel Castro, ao sobrevalutar o regime soviético em si, particularmente no tocante à “questão nacional e a dissolução do “campo socialista” em que a força do nacionalismo muitas vezes foi imposta sobre a religião (p.50). Erro e debilidade da teoria marxista que não compreendeu que a religião pode ser um momento essencial de construção do nacionalismo, fato esse reafirmado pela concepção internacionalista que negou insistentemente tal possibilidade em nome de uma abstração e agressão, não considerando e respeitando a particularidade de cada povo e nação.

Esta situação foi-se agravando cada vez mais e com Krusciov, nos anos 50,

atingiu o seu momento mais crítico quando foi proclamado que “o único objetivo do comunismo era a superação dos Estados Unidos” (p.52). Assim, ideologicamente, o “socialismo real” passou a ser a ofensiva ideológica tanto no plano da história, como no plano da filosofia da história, assinalando que o destino do capitalismo estaria com os dias contados. Os anos seguintes mostram como esta visão era totalmente irrealística, porque, do ponto de vista da materialidade, o comunismo não alcançou o desenvolvimento desejado, produzido pelo capitalismo.

Por um lado, a falta de compreensão teórica da realidade do capitalismo, no século XX, levou certamente o movimento comunista a uma profunda crise. Enquanto, o capitalismo avançava ideológica e economicamente, o comunismo entrava em crise economicamente, embora, ideologicamente, ele estava mais que seguro, através do aparelho da nomenclatura autocrática, que já não gozava de legitimação universal. Por outro, se o comunismo pressupõe um desenvolvimento prodigioso das forças produtivas, o que deveria cancelar tanto a existência dos problemas e dos conflitos relativos à distribuição da riqueza social e do trabalho, bem como do Estado, da divisão do trabalho e de toda forma de poder e de obrigação, ele dava sinal de fortalecimento e de ser cada vez mais intolerante com a sociedade civil, que crescia graças à secularização das massas e à difusão da cultura com um mínimo de segurança social.

Isto confirma a assertiva gramsciana: “a convicção barroca que quanto mais se recorre a objetos “materiais” tanto mais se é ortodoxo” (Q.p.1442) ou como diria Lenin, “sem teoria revolucionária nada de revolução”. Certamente que o “socialismo real” não era uma sociedade pós-capitalista, muito menos era a realização terrena da escatológica concepção de mundo de uma sociedade conciliada e sem contradições e conflitos. O fosso crescente entre a ideologia e a realidade era sanado por outras fórmulas ideológicas, como a do mito do herói soviético e da eminente

derrocada dos decadentes “inimigos” do ocidente.

4. Segundo Losurdo o desfecho trágico da trajetória histórica da URSS não pode ser atribuído à presença de “modelos negativos”. A degeneração do movimento comunista não pode nem ser imputada à Stalin como sendo um grande pecador, nem ser atribuída à ausência de Bukharin ou Trotsky, elevados, assim, à figura mítica de salvadores ou redentores da humanidade que foram sacrificados no altar do comunismo pelos fariseus. Para o autor, a personalização da política esvazia o problema real em sua real concretude: a trajetória da Rússia é uma trajetória de luta de classe ao nível nacional e internacional, de relações de força sob o plano econômico, político e militar. Se não compreendermos esta questão, as tentativas de superação da crise em que se encontra o movimento comunista serão vazias ou estéreis. Um exemplo atual é a “palavra de ordem” de um setor do movimento comunista que pensa resolver todos os dramáticos problemas mediante o simples “retorno à Marx”, a um Marx que guarda em si, intacta, a chave messiânica que acabará com todos os males do mundo.

Segundo Losurdo, Marx é um autor clássico, fundamental para compreendermos o capitalismo, mas mais do que o seu retorno, é necessário entender o movimento histórico real, pois Marx não é o filósofo da “previsão” e da “política”, ele “entra no âmago do materialismo histórico, onde a teoria se desenvolve a partir da história da materialidade dos processos sociais” (p.14). Este é o elemento importante para qualquer auto-crítica, pois, caso contrário, estaremos condenados à “impotência” e à “subordinação”, perdendo, assim, “a capacidade de pensar e do agir em termos políticos” (p.18). Assim sendo, é necessário criticar as debilidades teóricas do marxismo, o que não é nenhuma heresia, como ainda hoje procuram afirmar alguns comunistas atrelados à ortodoxia. A Marx é preciso fazer o que ele e

sua geração fizeram com outro grande autor, Hegel, isto é, criticá-lo, para poder seguir com a própria dialética hegeliana adiante. Usando o recurso da bela linguagem poética de Heine que, nos anos do Vormärz, ao se referir a Hegel como o grande intelectual que pensou e legitimou a superioridade do mundo moderno com relação ao antigo, dizia que “se um dia tivermos que combatê-lo, o faremos com a mais preciosa espada de honra” (H. Heine, “Vario modo di concepire la storia”, in F. Mende (org.) *La scienza della libertà*, Riuniti, 1972, p. 143). O que valeu para Hegel, vale também para Marx, isto é, devemos superar (aufheben) as debilidades do marxismo usando “a mais preciosa espada de honra” que é a crítica, para podermos seguir adiante com o materialismo histórico.

Se se negligencia este aspecto cai-se na vala do idealismo ou da ortodoxia. Concepções de mundo privadas da história, dos conflitos e das contradições acabam por sufocar a visão do político e acentuam a visão escatológica de uma sociedade sem Estado, mercado, religião, poder. No idealismo ou na ortodoxia, prevalece que a política, os fatores ideológicos, as peculiaridades de cada povo e nação são descartados a priori como algo irrelevante. Desse modo, a teoria perde a sua força de denunciar as contradições presentes na realidade concreta, tornando-se um mero jogo de palavras vazias de sentido. Não podemos esquecer que a negação do político acabou por fortalecer a arquitetura do Estado de Exceção na URSS (p.69).

Desta forma, a superação do Estado deve ser entendida dentro do materialismo dialético. Isto é, o comunismo se dá dentro das relações sociais de produção, concretamente. A abstração anarquista que visava liquidação do Estado, postulando o advento de um “novo tipo de homem”, negava a importância da política. Assim, a emancipação do homem se dá na história e não no seu fim (liberalismo, anarquismo e socialismo), isto é, a Revolução de Outubro deveria ter ultrapassado o seu fim.

O livro de Losurdo merece ser lido por todos aqueles que lutam por um mundo melhor. É um livro que nos ensina a evitar a queda na fácil liquidação do passado como algo “irracional”, “monstruoso”. Tais interpretações, hoje hegemônicas, reduzem toda uma história política e das idéias a uma série de acontecimentos produzidos por monstros, pessoas demoníacas ou pervertidas.

Não obstante os inúmeros erros do comunismo e de seus dirigentes, Losurdo busca ressaltar que não podemos compreender a história moderna e contemporânea sem a herança de valores e idéias do movimento comunista.

O avanço da democracia social e política, o fim da segregação racial e das cláusulas de exclusão estão vinculadas às conquistas do movimento comunista. É o que busca demonstrar num estilo que é conciso e muito agradável de ser lido, por isso ele merece uma tradução para o português.

Certamente, ele muito irá contribuir para entender a história e a realidade da luta ideológica e cultural que envolve o movimento comunista.

**José Mário Angeli e João Carlos Soares Zuin são professores na Universidade Estadual de Londrina.*

Gramsci, globalização e pós-moderno.

José Mário Angeli. Editora da UEL, Londrina-PR. 1998. 136 páginas.

Osmani Ferreira da Costa*

O jornalista italiano Gramsci (1891-1937) uniu a prática da militância político-partidária à reflexão teórica da filosofia para se tornar um dos mais importantes pensadores marxistas do século XX. Antes de ser preso em 1927 pelo governo fascista italiano, ele tivera intensa atividade como membro do Partido Socialista, sempre polemizando e criticando com dureza os liberais e reacionário da direita. Defensor da radicalização da experiência com conselhos de fábricas, ele ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano em 1921, e esteve na Rússia para acompanhar a implantação do governo da Revolução Bolchevique de 1917. Mas foi durante os dez anos de prisão - onde morreu sob o governo de Mussolini - que Gramsci escreveu a maior e mais importante parte de sua obra, as "Cartas" e os "Cadernos do Cárcere".

Conhecido como o teórico da superestrutura, Gramsci se opôs ao marxismo positivista ancorado no historicismo e desenvolveu a 'filosofia da práxis', o "conceito de bloco histórico", a 'teoria da hegemonia', e a tese do "intelectual orgânico", entre outros conceitos sociológicos e categorias filosóficas. Tudo sempre muito embasado no ponto de vista revolucionário de crítica ao capital e

defesa do socialismo e da democracia; na busca da politização da sociedade civil e do estado-ético.

Agora, os principais conceitos, teorias e idéias deste marxista revolucionário - eles são muitos e da maior importância - voltam a ser o centro de uma discussão aprofundada e atual com o lançamento do novo livro do professor de filosofia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) José Mario Angeli, "Gramsci, Globalização e Pós-Moderno". Dirigido prioritariamente a estudantes e professores de filosofia, ele será também de grande valia a profissionais, docentes e alunos de ciências sociais, sociologia política, comunicação social e áreas afins.

Dividido em cinco capítulos distintos - artigos apresentados em seminários e congressos - o livro mantém, no entanto, uma unidade admirável e necessária ao entendimento do todo da obra do filósofo italiano. Doutor em filosofia pela Universidade de Santo Tomás de Aquino, de Roma, Angeli recorre às teorizações de Gramsci para analisar e refletir sobre os temas atuais, chamados de pós-modernos: ordem neoliberal, globalização da economia, pseudo inexistência da soberania dos estados nacionais, exclusão social dos

trabalhadores etc.

O livro mostra um Gramsci sem rodeios ou máscaras, militante da filosofia enquanto instrumento de ação circunstanciada na história e de defesa dos excluídos na luta de classes gerada pelo capitalismo. A linguagem de Angeli não é simples ou fácil, nem poderia ser diferente pelas características do conteúdo dos temas em debate. Mas é clara, direta e acessível o suficiente para o bom entendimento e reflexão dos minimamente iniciados em Gramsci.

No primeiro capítulo, Angeli faz um resgate da trajetória histórica e uma análise do pensamento do filósofo italiano, para mostrar de maneira inequívoca como estes estavam impregnados do mais puro e original marxismo. Contrariamente ao que insistem em sustentar alguns críticos superficiais, que apontam na obra de Gramsci traços mais marcantes do liberalismo, criando uma polémica sem razão de ser. O autor ressalta, no entanto, que partindo do materialismo histórico e dialético de Marx, Gramsci avança para o entendimento de que o marxismo não é um modelo, um sistema pronto e acabado, pelo contrário, pela sua própria dialética, o marxismo é um 'processo' que está em constante evolução.

No segundo capítulo, dedicado à análise das mudanças no mundo do trabalho e da educação, Angeli lembra que o filósofo italiano tinha a política como um instrumento essencial à transformação da sociedade, no rumo da igualdade, de liberdade e de um mundo sem classes. O autor ressalta ainda que, no caminho deste objetivo maior, a educação e o trabalho formavam o mais importante binômio da pedagogia de Gramsci. O que este deixava claro em suas cartas do cárcere a familiares, quando mostrava preocupação com a educação do filho e de uma sobrinha. Para Gramsci, 'educar no trabalho' era proporcionar aos indivíduos a possibilidade de serem livres, a oportunidade da construção de homens novos.

No terceiro capítulo, Angeli recorre aos escritos de Gramsci sobre a 'questão meridional' para refletir sobre a atualidade, onde se sobressai o discurso da derrota final do 'socialismo real' e vitória definitiva do 'capitalismo mundializado'. O autor avalia, como já fazia o filósofo italiano nas décadas de 20 e 30 do século passado, que as relações Norte-Sul são definidas de cima para baixo, impondo prejuízos à periferia e acumulando riquezas nos países centrais. Angeli lembra que a geografia mundial - assim como as nacionais - muda constantemente porque o capital se desloca em busca de zonas de alta repressão e de baixos salários. É por isto que os territórios são, na maioria das vezes, definidos de fora para dentro. O autor defende que uma geografia crítica deve partir das lutas e contradições históricas, econômicas e políticas.

No quarto capítulo, que trata da 'recuperação da idéia de política' na obra de Gramsci, o autor chama atenção para o triste fato de que a

economia passou a ser o princípio da universidade humana. O autor ressalta que Gramsci potencializou os aspectos da política, utilizando-se da 'filosofia da práxis' para buscar as bases da constituições de uma nova cultura e de um novo Estado. Angeli diz acreditar que haverá uma reação à 'revolução de 89', que derrotou o 'socialismo real'. E que os novos sujeitos da política do 3º milênio restabelecerão a dialética entre a 'revolução' e a "reação".

O texto de Angeli é rico em citações oportunas e bem localizadas. Marx, Weber, Lenin, Hegel, Engels, Chesnais, Chauí, Chomsky, Luckács, Althusser, Heidegger, Nietzsche e outros vão aparecendo com naturalidade e só quando necessário ao entendimento, sem o exagero pedante de autores que buscam transparecer uma cultura inexistente. Aqui, cada citação é precedida e acompanhada de comentários que acrescentam ao leitor informações novas e contextualizadas.

No quinto capítulo, que é o que empresta o nome ao livro, o autor avalia o pós-moderno no bojo da globalização - entendida como o processo de mundialização da economia capitalista, notadamente financeiro - para afirmar que ele é um termo que está sendo usado como sinônimo do mundo pós-industrial, mas que se tem mostrado um paradigma insuficiente para a análise do real. Angeli ressalta que globalização é um termo ambíguo que necessita de urgente redefinição, e que autores como Marx e Gramsci já previam a planetarização da economia, imposta pelo Norte sobre o Sul, sem resolver no entanto os antagonismos de classes inerentes ao capitalismo.

O autor lembra que o capital é mundializado deste que existe, e que o massificado discurso ideológico neoliberal de que a globalização

terminaria com as desigualdades sociais e a exploração das classes subalternas não se concretizou. Até porque o pós-moderno, assim como previa Marx, nada mais é do que a verdadeira realização do moderno na sociedade capitalista e significa, na realidade, o esvaziamento do concreto por parte do abstrato.

Angeli conclui o livro com importantes e instigantes indagações sobre o papel atual e futuro da filosofia, da sociologia política, dos partidos, dos sindicatos, dos indivíduos, das classes sociais, do capitalismo e da utopia socialista. Perguntas cujas pistas de respostas estão presentes ao longo das 136 páginas do livro deste filósofo marxista, que tem compreendido, nas últimas décadas, uma correta e profunda viagem à base da obra de Antonio Gramsci.

O leitor fecha o livro com a sensação de que, como previra o professor Ricardo de Jesus Silveira no prefácio, este novo livro de Angeli "chega em boa hora, não é apenas oportuno, é necessário". Mais que isto, diríamos que ele é indispensável aos que têm interesse no bom entendimento do filósofo italiano que repensou, atualizou e fez avançar a obra de Karl Marx.

* **Osmani Costa** é Jornalista da Folha de Londrina, bacharel em Sociologia, professor de Comunicação na UEL, e mestrando em Ciências Sociais.

Faces da violência: do extravio criminoso à exclusão absoluta

Por Antônio Ponciano Bezerra*

"O povo sofre quando o mais vil dos homens governa"

"Quando o ímpio domina, o povo geme"
(Provérbios 29:2)

As imagens reunidas neste ensaio retratam o desperdício (gastos sem proveito) de verbas públicas enquanto o Estado produz a miséria que se derrama das periferias das cidades aos mais recuados e silenciosos lugarejos do interior do Brasil.

Os espectros de construções e rodovias públicas inacabadas e abandonadas, de tão populares que se tornaram, já não mais agredem a retina do observador comum.

Trazemos, para o olhar do leitor de Universidade e Sociedade, os traços inconfundíveis da miséria que nos rodeia, captados por imagens que denunciam o esbanjamento, o fausto inútil, do poder público diante da ausência cruel das mínimas condições de vida de uma parcela considerável de brasileiros. O quadro trágico dos excluídos se deixa escapar de nossa percepção distraída e desarmada do dia-a-dia.

A grande nobreza do Estado, no momento, extraída do solo da academia, designadamente do campo das ciências políticas e sociais,

atrai para si a miopia, por alheia que se revela à vida comum de seus concidadãos.

Os novos mandarins do Brasil, sempre gulosos, ávidos de elogios, dispostos a gastos milionários com propaganda de seus feitos, como a que nos assalta os olhos sobre a bolsa esmola (escola, para o Ministro da Educação), na verdade, são homens carcarás que matam, mas não comem, produzem a miséria e o sofrimento humano, no campo e na periferia das cidades. A evidência dessa fatalidade que nos mostram estas imagens, fere mesmo até aqueles, eles próprios, que estão amontoados nos lugares de rejeição social (favelas, abrigos, barracos, túneis, calçadas) onde a miséria de cada um se redobra por todas as misérias nascidas da coexistência e da coabitação de todos os miseráveis, o que resulta na "desesperança de si" e de uma cidadania que muito lhes tarda a guarda.

* Antônio Ponciano Bezerra é professor doutor da Universidade Federal de Sergipe, Diretor do Andes-SN e editor da revista Universidade e Sociedade.

* Fotos: Folha Imagem

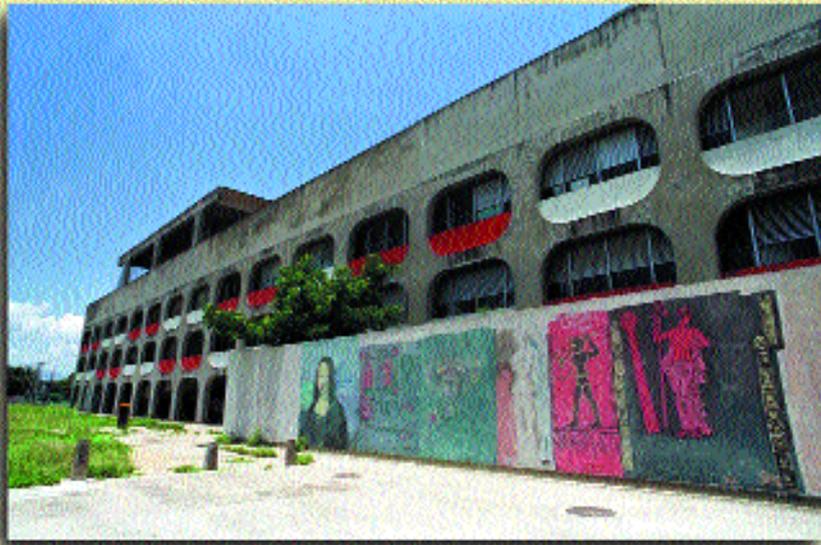


Da miséria extremada...

...ao luxo obsceno



TRT/SP - caso "Lalau"



Imagens clássicas servem de tapume a uma obra pública (escola inacabada), abandonada e destruída pelo tempo.



Rodovias (obra pública) iniciadas e abandonadas: um dos exemplos mais perversos de desperdício de verbas públicas no Brasil.

A construção (via pública inacabada) que morre na contramão atrapalhando o trânsito



*No campo,
o retrato da política
de mau-estar da
habitação nacional.*

*A miséria em solo
de cacos, farrapos,
varas e papelões.*



*No nordeste,
um velho tanque
barrento é fonte de
vida e de lazer para
habitantes próximos.*



No campo, restos de água e lama saciam a sede dos sobreviventes.



Para onde foram os cinco dedos do Presidente FHC?



Na fartura do lixo, homens e urubus colhem o pão de cada dia.

A TV que ninguém vê.



*No lixo, a abundância
para almoço dos
excluídos.*

*Uma luz no fim do túnel:
o caminhão do lixo.*



DIRETORIA DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN BIÊNIO 2000 - 2002

PRESIDENTE: Roberto Leher - ADUFRJ S.Sind

1º VICE-PRESIDENTE: Fernando Molinos Pires Filho - ADUFRGS S. Sind

2º VICE-PRESIDENTE: Maria Lia Silva e Reis - ADUCSal S.Sind

3º VICE-PRESIDENTE: Marina Barbosa Pinto - ADUFF S. Sind

SECRETÁRIO GERAL: Edmundo Fernandes Dias - ADUNICAMP

1ª SECRETÁRIA: Lena Lúcia Espindola Rodrigues Figueirêdo - ADUFC S.Sind

2ª SECRETÁRIA: Ana Lúcia Barbosa Faria - SINDCEFET

3ª SECRETÁRIA: Cláudia Gonçalves de Lima - ASDUERJ

1º TESOUREIRO: José Domingues de Godoi Filho - ADUFMAT S.Sind

2º TESOUREIRO: Antônio Luiz de Andrade - ADUNESP S.Sind

3ª TESOUREIRA: Celi Zulke Taffarel - APUB S. Sind

REGIONAL NORTE

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE: Vera Lucia Jacob Chaves - ADUFPA S. Sind; 2º

VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE: Antônio José Vale da Costa - ADUA S.Sind; 1º SE-

CRETÁRIA REGIONAL NORTE: Berenice Carvalho - ADUA - S. Sind; 2º SECRETÁRIA REGIO-

REGIONAL NORTE: Henrique dos Santos Pereira - ADUA S.Sind; 1ª TESOUREIRA REGIO-

NORTE: Solange Calcagno Galvão - ADUFPA S.Sind; 2º TESOUREIRO REGIONAL

NORTE: Arnóbio Amanajás Tocantins Neto - ADFCAP S. Sind

REGIONAL NORDESTE I

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE I: Franci Gomes Cardoso - APRUMA S.Sind; 2º VI-

CE-PRESIDENTE REGIONAL NE I: Antônio de Pádua Rodrigues - ADUFPI; 1ª SECRETÁ-

RIA REGIONAL NE I: Maria Dulce Souza Castelo - ADUFC S.Sind; 2ª SECRETÁRIA REGIO-

NAL NE I: Silvana Martins de Araujo - APRUMA S.Sind; 1º TESOUREIRO REGIONAL NE

I: Iberê Guimarães Aguiar - ADUFC S.Sind; 2ª TESOUREIRA REGIONAL NE I: Maria da

Conceição Lobato Muniz - APRUMA S.Sind

REGIONAL NORDESTE II

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II: Maria Elisabete de Almeida - ADUFPB-JP S.Sind;

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II: Maria Marieta dos Santos Koike - ADUFEPE

S.Sind; 1º SECRETÁRIO REGIONAL NE II: Almir Serra Martins Menezes Filho - ADURN

S.Sind; 2º SECRETÁRIO REGIONAL NE II: Geraldo Marques Carneiro - ADFURN S.Sind;

1º TESOUREIRO REGIONAL NE II: Expedito Baracho Júnior - ADUFERPE S.Sind; 2º TE-

SOUREIRO REGIONAL NE II: Josevaldo Pessoa da Cunha - ADUFPB CG S.Sind

REGIONAL NORDESTE III

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE III: Rui Belém de Araújo - ADUFS S.Sind; 2º VICE-

PRESIDENTE REGIONAL NE III: Maria Cristina da Rocha Mendes - ADUFAL S.Sind; 1º SE-

CRETÁRIO REGIONAL NE III: Antônio Ponciano Bezerra - ADUFS S.Sind; 2º SECRETÁRIO

REGIONAL NE III: Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior - ADUNEB S.Sind; 1º TESOU-

REIRO REGIONAL NE III: João Pereira Leite - ADUCSAL S.Sind/APUB S.Sind; 2º TESOU-

REIRO REGIONAL NE III: Osaná Macedo Reis - APUNI S.Sind

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE: Angela M. S. Ferreira - ASPUV S.Sind; 2º VICE-

PRESIDENTE REGIONAL LESTE: Valter Pires Pereira - ADUFES S.Sind; 1º SECRETÁRIO

REGIONAL LESTE: Jairo Justino da S. Filho - SINDCEFET-MG; 2º SECRETÁRIO REGIONAL

LESTE: Eunice Maria Godinho Morando - APESJF S.Sind; 1ª TESOUREIRA REGIONAL

LESTE: Vera Lúcia Tomáz Fróes - APUBH S.Sind; 2º TESOUREIRO REGIONAL LESTE: José

Monserrat Neto - ASPESAL

REGIONAL PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO: Cláudio Lopes Maia - ADCAC S.Sind; 2º

VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO: Fernando Mascarenhas Alves - ADUFG S.Sind;

1º SECRETÁRIO REGIONAL PLANALTO: Marcus Jary Nascimento - ADCAC S.Sind; 2º SE-

CRETÁRIA REGIONAL PLANALTO: Nádia Maria Farias Vaz - SESDUNIANA S. Sind; 1º TE-

SOUREIRO REGIONAL PLANALTO: Alcir Horácio da Silva - ADUFG S.Sind; 2º TESOUREI-

RO REGIONAL PLANALTO: André Luiz dos Santos - ADCAJ S.Sind

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL: Carlos Roberto Sanches - ADUFMAT S.Sind;

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL: Mário Luiz Alves - Adourados S. Sind; 1º

SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL: Sérgio Sebastião Négri - ADUFMAT Roo S.Sind; 2º

SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL: Marina Evaristo Wenceslau - ADUEMS S.Sind; 1º

TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL: Carlos Alberto Costa Andrade - ADUFMAT S.Sind;

2º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL: Cláudio Freire de Souza - Adourados S. Sind.

REGIONAL SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SP: José Vitorio Zago - ADUNICAMP; 2ª VICE-PRESI-

DENTE REGIONAL SP: Marília Leite Washington - ADUFScar S.Sind; 1º SECRETÁRIO

REGIONAL SP: João Zanetic - ADUSP S.Sind; 2ª SECRETÁRIA REGIONAL SP: Giane

Sant'Ana Alves de Oliveira - ADUNIMEP S.Sind; 1ª TESOUREIRA REGIONAL SP: Rose-

marie Andreazza - ADEPM; 2º TESOUREIRO REGIONAL SP: Vandeí Pinto da Silva - ADU-

NESP S. Sind

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ: Marcelo Badaró Mattos - ADUFF S.Sind; 2º VICE-

PRESIDENTE REGIONAL RJ: Maria Cristina Miranda da Silva - ADUFRJ S. Sind; 1ª SECRE-

TÁRIA REGIONAL RJ: Gelta Terezinha Ramos Xavier - ADUFF S.Sind; 2º SECRETÁRIO RE-

GIONAL RJ: José Eustáquio Bruno - ASDUERJ; 1º TESOUREIRO REGIONAL RJ: Frederico

José Falcão - ADUR RJ S. Sind; 2º TESOUREIRO REGIONAL RJ: Delson Lima Filho - ADUR

RJ S.Sind

REGIONAL SUL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL: Maria da Graça Nóbrega Bollmann - APUFSC

S.Sind; 2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL: Luiz Allan Kunzle - SINDOCEFET PR S.

Sind; 1º SECRETÁRIA REGIONAL SUL: Maria Suely Soares Leonart - APUFPR S.Sind; 2º

SECRETÁRIO REGIONAL SUL: Fábio Luiz Lopes da Silva - APUFSC S.Sind; 1º TESOUREI-

RO REGIONAL SUL: João Francisco Ricardo Kastner Negrão - APUFPR S. Sind; 2º TE-

SOUREIRO REGIONAL SUL: Adelino Carlos Maccarini - SINDOCEFET PR/Pato Branco

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS: Luiz Carlos Gonçalves Lucas - ADUFPEL S.Sind; 2º

VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS: Adriano Severo Figueiró - SEDUFMS S.Sind; 1º SECRE-

TÁRIO REGIONAL RS: Luis Fernando Minasi - APROFURG S.Sind; 2ª SECRETÁRIA REGIO-

NAL RS: Laura Souza Fonseca - ADUFRGS - S.Sind; 1º TESOUREIRO REGIONAL RS: Fer-

nando Rosa Nascimento - ADUFRGS S.Sind; 2ª TESOUREIRA REGIONAL RS: Elaine da

Silva Neves - ADUFPEL S.Sind

SEDE

Campus da UnB - Caixa Postal 04470, CEP: 70919-970, Brasília - DF - Brasil. - Fones:

55-61-347-2028; FAX: 55-61-274-3303; e-mail Geral: andes-sn@andes.org.br; Secreta-

ria: secretaria@andes.org.br; Agência de Notícias: andesnac@andes.org.br

Escritórios Regionais

ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE: Av. Augusto Correia, nº 1 - Guamá, Campus Universitá-

rio da UFPA - Setor de Recreações - Altos - Caixa Postal 8603 - CEP. 66075-110 - Belém

- PA

ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II

Rua Quarenta e Oito, 76 1º andar Apt. 03 - Espinheiro, CEP: 52020-060 - RECIFE - PE

- FONE/FAX: (81) 3426-8451 - e-mail: andesne2@zaz.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III

Av. Presidente Vargas, 60, Sala 211/Center - CEP. 40146-900 - SALVADOR - BA FONE/

FAX: (71) 264-3164 - FONE: (71) 264-2955

e-mail: andesvprne3@bahianet.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE

Rua Patrocínio, 305 - Bairro Carlos Prates - CEP. 30710-140 - BELO HORIZONTE - MG

FONE: (31) 3226-4752 - FAX: (31) 3273-7304; e-mail: regleste@bhnet.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO

Rua 256 Q. 113 Lote 14 - Setor Universitário - CEP. 74610-200 - GOIÂNIA - GO

FONE: (62) 202-2044 - e-mail: andesrp@terra.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL

Av. Alziro Zarur, 338 Sala 03 - CEP. 78068-365 - CUIABÁ - MT

FONE/FAX: (65) 322-5484; e-mail: andesvpr@terra.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

AV. Prof. Luciano Gualberto, Trav. "J" 374 - Prédio Antiga - Reitoria, sala ADUSP, Cidade

Universitária - CEP. 05508-900 - SÃO PAULO - SP - FAX: (11) 3814-9321 - FONE - (11)

3818-4465 (11) 3818-4466 (011) 3813-5573; e-mail: andes.sp@adusp.org.br

ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, Sala 1306 - Centro - CEP. 20047-900 - RIO DE JANEIRO - RJ - FONE/

FAX: (21) 532-7644 - e-mail: andesrj@domain.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL SUL

Praça Rui Barbosa nº 827, Conj. 215 - Centro - CEP. 80010-030 - CURITIBA - PR - FONE/

FAX: (41) 324-3719 - e-mail: andesregsul@milenio.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Rua Gonçalves Chaves, 862, Apt. 104 - CEP. 96015-560 - PELOTAS - RS

FONE/FAX: (53) 225-7009 - FONE: (053) 225-5225 - e-mail: andes.gaucho@terra.com.br

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

Filado à CUT
Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições
de Ensino Superior
ENSINO PÚBLICO E GRATUITO:
direito de todos, dever do Estado